ZBIGNIEW BRZEZINSKI

O GRANDE FRACASSO

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA — Publicação 586

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO — Volume 269

Chefe da Seção de Publicações
2º Ten QMB Aldair Falcão Petuco

CAPA — Desenho e Arte
Murillo Machado

REVISÃO
Sebastião Castro — Reg. Jorn. Prof. 10.823
Alberto de Azevedo — Reg. Jorn. Prof. 12.593

B916 Brzezinski, Zbigniew, 1928-
O grande fracasso: nascimento e morte do comunismo no século XX / Zbigniew Brzezinski ; tradução de Antônio Trânsito. — Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.
p. — (Biblioteca do Exército ; 586. Coleção General Benício ; v. 269)

Tradução de: The grand failure.
ISBN 85-7011-151-7

1. Comunismo — Séc. XX. I. Título.
CDD 335.43

Esta publicação constitui uma coedição entre a Biblioteca do Exército e a Editora Record

Impresso no Brasil — Printed in Brazil

ZBIGNIEW BRZEZINSKI

O GRANDE FRACASSO

Nascimento e Morte do Comunismo no Século XX

Tradução de
ANTÔNIO TRÂNSITO

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA
Rio de Janeiro — RJ
1990

Apresentação

É com satisfação que a Biblioteca do Exército oferece a seus leitores esta obra momentosa de Zbigniew Brzezinski, em coedição com a Editora Record.

O "Grande Fracasso" é o remate de mais de 30 anos de estudo permanente, por parte do autor, e de seu acompanhamento sistemático do Comunismo, na URSS e no mundo.

É uma obra relativamente breve para a extensão do tema, entretanto enfoca, com agudeza, os detalhes fundamentais do sonho marxista, e a dura realidade colhida ao longo de mais de 70 anos de prática na União Soviética e de 40 anos nos países satélites do Leste europeu.

É um trabalho centrado sobre o essencial.

Ao concluir sua leitura, mesmo os não versados em política internacional, terão condições de avaliar crítica e ponderadamente os paradoxos desse fenômeno que conseguiu seduzir parcela significativa da humanidade e polarizou as atenções do mundo, neste século.

Concluído em agosto de 1988, o livro não poderia conter referências aos últimos acontecimentos ocorridos no cenário europeu de lá para cá, nem tampouco aos desdobramentos conseqüentes, verificados nas relações internacionais. Todavia, o leitor perspicaz verá que estes fatos já estavam latentes nas análises do autor, face ao esgarçamento que já se observava nas relações do Bloco comunista.

Sem dúvida, o Comunismo foi ferido, com gravidade, nas suas premissas históricas e ideológicas, mas ainda respira.

Tentativas de sobrevivência serão ensaiadas aqui e acolá, sob os mais diferentes matizes, a pretexto de comprovar que a luta de tanto tempo não foi em vão.

Afinal, é difícil aceitar o fracasso, máxime, quando muito foi investido no sentido de implantar e de manter ativo o sistema em grande parte do mundo.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Sumário

Biblioteca do Exército — Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25 — Ala Marcílio Dias — 3º andar — Centro — RJ — CEP 20455 — Tels.: 253-7934 e 253-4637 — Endereço Telegráfico BIBLIEX

Nota do Autor e Agradecimentos

Este livro foi concluído em agosto de 1988. Dada a aceleração de velocidade da desintegração histórica do comunismo, é provável que novos importantes eventos aconteçam antes que o livro atinja seus leitores. O ressurgimento do nacionalismo na Europa Oriental e no interior da União Soviética coloca um desafio particularmente dinâmico ao sistema comunista como o temos conhecido. Não obstante, acredito que o panorama desenvolvido neste volume irá resistir ao teste do tempo e dará aos seus leitores um instrumento útil para compreender o que está acontecendo no seio do crescentemente turbulento mundo comunista.

O livro representa em alguns aspectos um retorno a alguns dos temas que apresentei quase trinta anos atrás em meu *The Soviet Bloc: Unity and Conflict*. Naquele importante volume, argumentei — na época, contrariamente à sabedoria prevalecente — que as forças de conflito estavam começando a estabelecer-se sobre os elementos de unidade do mundo sovieticamente dominado. Cerca de uma década depois, em um trabalho intitulado *Between Two Ages*, defendi a tese de que os Estados Unidos estavam mergulhando na nova idade tecnotrônica e que a União Soviética iria arrastar-se atrás, ideológica e sistemicamente atolada na fase industrial de seu desenvolvimento. Essa tese era então também controversa. Neste livro, antecipo o falecimento final — dentro de um período historicamente previsível — do comunismo como este século veio a conhecer.

Neste esforço, beneficiei-me da ajuda de vários colaboradores essenciais. Como no caso de meus dois livros mais recentes, Trudy Werner, minha assistente executiva — por administrar habilmente meus afazeres e por impor ordem nas várias demandas sobre meu tempo —, tornou-me possível concentrar meus esforços na finalização deste vo-

lume. O Sr. Marin Strmecki, meu colaborador de pesquisa, dirigiu a pesquisa de apoio e deu uma inestimável contribuição criticando e editando meus rascunhos. Para com ambos há um débito muito grande que tenho o prazer de reconhecer. Além disto, Marin foi auxiliado por vários assistentes de pesquisa (Cecilia Pulido, Cindy Arends, Beth Smith e Courtney Nemroff), aos quais também agradeço.

O Sr. Robert Stewart, da Scribners, encorajou-me neste empreendimento, editou com habilidade o volume e ajudou-me a moldar sua estrutura organizacional final. A Sra. Leona Schecter, minha agente, levou-me à Scribners e negociou com a maior eficiência os arranjos que tornaram possível esta publicação.

Finalmente, há dois débitos especiais que preciso reconhecer. Como sempre, minha melhor e mais feroz crítica foi minha esposa, Muška. E o mais importante , ela encorajou-me a escrever este livro — e o trabalho de escrevê-lo foi facilitado pela minha conversão à Macintosh SE, que subitamente transformou a dor de escrever numa aventura tecnologicamente deliciosa.

Zbigniew Brzezinski
Northeast Harbor, Maine
31 de agosto de 1988

Prefácio

A mensagem básica deste livro foi concebida em 1986 e sua elaboração concluída no verão de 1988. Os eventos desde então confirmaram a correção geral da tese subjacente do livro. O comunismo passa por uma grave crise — de fato, terminal. Ainda é poderoso como sistema de poder político, mas a idéia do comunismo está essencialmente morta. Suas doutrinas não mais animam as políticas públicas mesmo nos Estados de governo comunista e sua retórica não mais evoca qualquer apoio popular significativo em qualquer lugar importante do mundo.

A agonia do comunismo coincide com a aproximação do final do século XX. Grande parte da história desse século foi dominada pelo surgimento e desafio à democracia por duas poderosas doutrinas totalitárias. Uma delas — o nazismo — pereceu quase no meio do século, como conseqüência de uma sangrenta disputa. A segunda, o comunismo, está passando por sua agonia à medida que o final do século se aproxima. A questão crítica para o futuro é se o seu desaparecimento final será violento ou pacífico. E quanto a isso, as evidências são confusas.

Os eventos na Europa Oriental assinalam a possibilidade de uma evolução pacífica para um estágio democrático pós-comunista. Em contraste, na China, onde a geração revolucionária original ainda permanece no poder, a autoridade política comunista está sendo mantida pela força bruta. Na União Soviética o padrão tem sido até agora uma mistura de ambos: violência limitada ocasional (como, por exemplo, na repressão letal no início de 1989 das manifestações nacionalistas em Tbilissi, Geórgia) e de evolução pacífica (notadamente nas repúblicas bálticas e na emergência de oposição declarada no Soviete Supremo, em Moscou).

O ponto-chave a se manter em mente é que, para ser estável e evolucionária, a mudança nos países comunistas deve envolver tanto as

reformas políticas como as econômicas, ao mesmo tempo. Ultimamente, este tem sido o caso apenas na Polônia e na Hungria. Na União Soviética, a fermentação política coincidiu com uma crescente decadência econômica, e esta é uma prescrição de uma séria crise. Na China, a brecha entre uma mudança econômica verdadeiramente impressionante e a ausência de reforma política deu margem aos sangrentos conflitos de meados de 1989, que tanto prejudicaram o prestígio internacional da nação.

Foi a gradual emergência dessa brecha que me levou na edição original a prevenir que "os líderes comunistas chineses terão de encarar o fato de que o pluralismo sócio-econômico produtivamente criativo é incompatível com um sistema de governo de partido único que rejeita o pluralismo político". O fato também impeliu-me a concluir que "a China está quase inevitavelmente destinada a experimentar tensões políticas em intensificação. Com efeito, é impossível visualizar um processo de longo prazo de aumento do pluralismo econômico sem o aparecimento de uma sociedade civil na China que finalmente comece a afirmar suas aspirações políticas. Isto é passível de produzir um confronto difícil e mesmo potencialmente tempestuoso".

Entre os líderes chineses, Hu Yao-bang foi quem chegou mais próximo de um diagnóstico correto da situação. Relato no livro as notáveis visões que ele partilhou comigo sobre o tema da reforma política no decorrer de um jantar íntimo que me ofereceu em 1986. Acredito que a história irá julgá-lo como tendo sido correto em seu diagnóstico, e aos atuais líderes chineses como estando tragicamente mal orientados.

Entrementes, a velocidade da história em aceleração tem sido sentida com extrema dramaticidade na Europa Oriental. Para todos os fins e propósitos, o domínio comunista entrou em colapso na Hungria e Polônia. Apenas o verdadeiro ápice da pirâmide política polonesa encontra-se em mãos comunistas, mas as políticas públicas estão agora sendo moldadas por um governo não-comunista, dominado pelo outrora reprimido movimento Solidariedade. Os governantes comunistas apostaram em eleições parcialmente livres no verão de 1989 e, com verdadeiro choque, descobriram o que a maioria dos observadores sabia por todo o tempo: que o povo polonês os odiava e tinha-lhes rancor. É agora quase uma certeza que o antigo partido dominante irá não apenas em breve mudar seu nome, como também fragmentar-se e declinar ainda mais.

O comunismo não se saiu muito melhor na Hungria. Inicialmente, o principal ímpeto pela reforma naquele país vinha realmente da elite comunista crescentemente desmoralizada e ideologicamente diluída, porém ainda dominante. Não havia um movimento de oposição da escala do Solidariedade polonês comandando o apoio nacional. Mas os comunistas húngaros ficaram tão desiludidos e as pressões sociais vindas de baixo cresceram tão rapidamente, que ao final de 1989 eles

se comprometeram a eleições completamente livres, mudaram o nome de seu partido e romperam efetivamente com toda a tradição leninista — e não apenas stalinista. Com efeito, tomaram até mesmo a iniciativa de abandonar a designação de "República Popular" imposta à Hungria pelos soviéticos.

Os eventos poloneses e húngaros deram origem, por sua vez, a tensões crescentes tanto na Alemanha Oriental como na Bulgária. Ao final de 1989, os dois Estados estavam abandonando rapidamente seus arranjos de poder stalinistas e procurando emular ao menos algumas das reformas perseguidas na época pela Polônia e pela Hungria. Era apenas uma questão de tempo antes que a Tchecoslováquia seguisse o exemplo.

Nesse meio-tempo, a crise interna na União Soviética se aprofundou, especialmente com a brecha cada vez maior entre a crescente fermentação política e as condições sócio-econômicas do país, cada vez mais deterioradas. Além do mais, as aspirações nacionais — que foram descritas neste livro como o calcanhar-de-aquiles da *perestroika* — vieram à tona dramaticamente, mergulhando a União Soviética num genuíno turbilhão nacional-étnico. O poder político em algumas das repúblicas não-russas passou efetivamente às mãos de frentes populares nacionalmente motivadas, e mesmo os partidos comunistas locais acabaram sendo crescentemente infectados por intenso nacionalismo. Com Mikhail Gorbachev e seus associados tateando o caminho, oscilando entre reformas mais ambiciosas e repressão seletiva, o marxismo-leninismo ia sendo cada vez mais repudiado nas discussões públicas geradas pela *glasnost*.

Tudo isso leva a novos pensamentos sobre os eventuais arranjos políticos para a fase pós-comunista, especialmente na Europa Oriental e na própria União Soviética. Este é o propósito do capítulo final ora acrescentado, que trata da emergência do nacionalismo à medida que o comunismo se desfaz e salienta as necessárias iniciativas regionais e confederacionais para dar ao processo do desvanecimento final do comunismo uma moldura internacional estável. Mas, aconteça o que acontecer, acredito que o caráter fundamental de nossa era já pode agora ser definido como o início da fase pós-comunista na história política da humanidade.

Zbigniew Brzezinski
Novembro de 1989

Introdução

Este é um livro sobre a crise terminal do comunismo. Descreve e analisa a decadência progressiva e a agonia cada vez mais profunda tanto de seu sistema como de seu dogma. Conclui que no próximo século o declínio histórico irreversível do comunismo terá tornado sua prática e seu dogma amplamente irrelevantes à condição humana. Prosperando apenas onde abandona sua substância interna, mesmo quando retendo alguns de seus rótulos externos, o comunismo será lembrado principalmente como a mais extraordinária aberração política e intelectual do século XX.

O argumento do livro é desenvolvido em seis partes. A primeira argumenta que a chave para a tragédia histórica do comunismo é o fracasso político e sócio-econômico do sistema soviético. A segunda examina em maior profundidade as atuais tentativas soviéticas para reformar e revitalizar aquele sistema e conclui que o sucesso é menos provável do que a continuação da decadência ou dos distúrbios internos. A terceira revê as conseqüências sociais e políticas da imposição do comunismo à Europa Oriental e argumenta que a região, espicaçada pela auto-emancipação da sociedade polonesa, iniciou o processo de repudiar seus sistemas comunistas impostos pelos soviéticos. A quarta revê a experiência chinesa com sua própria variedade doméstica de comunismo e conclui que as chances de sucesso das reformas da China estão crescendo à medida que seus líderes abjuram as doutrinas estabelecidas. A quinta focaliza o declínio ideológico e político do apelo comunista internacional. A sexta e última parte olha mais amplamente para a agonia final do comunismo e para o provável fenômeno pós-comunista.

A dominação de muito da história do século XX pelo comunismo foi grandemente arraigada em seu papel como a oportuna "grande supersimplificação". Localizando as origens de todo o mal na institui-

ção da propriedade privada, o comunismo postulava que a abolição da propriedade permitiria a obtenção da verdadeira justiça e da perfeição da natureza humana. Esta promessa cativou o compromisso e energizou as esperanças de centenas de milhões de pessoas. Era assim psicologicamente bem adequado aos sentimentos das massas recém-despertas politicamente. Naquele sentido teve alguma similaridade ao apelo das grandes religiões, cada uma das quais proporcionava uma explicação parabólica do que é a vida. A totalidade e a simultânea simplicidade da interpretação é que eram tão cativantes, tão tranqüilizadoras e um marco tão firme para a ação zelosa.

Como as grandes religiões, a doutrina comunista oferecia várias camadas de análise, abrangendo desde a explicação mais simples a conceitos filosóficos bastante mais complexos. Para o semi-alfabetizado é suficiente aprender que toda a vida é definida pela luta de classes e que um estado de bem-aventurança social será alcançado pela sociedade comunista. Especialmente gratificante do ponto de vista psicológico para os despossuídos era a justificativa da violência brutal contra os "inimigos do povo", aqueles previamente dotados de uma riqueza material maior, que agora podiam ser prazerosamente humilhados, oprimidos e destruídos.

Mas o comunismo não era somente uma resposta apaixonada a preocupações profundamente sentidas ou apenas um credo farisaico de ódio social. Era também um sistema de pensamento prontamente compreensível, que parecia proporcionar uma visão única do futuro assim como do passado. Satisfazia os anseios dos segmentos recém-alfabetizados da sociedade por uma compreensão mais profunda do mundo ao seu redor. Dessa forma, para os intelectualmente mais discriminados, a teoria marxista parecia proporcionar a chave para a compreensão da história humana, um instrumento analítico para estabelecer a dinâmica da mudança política e social, uma interpretação sofisticada da vida econômica e um conjunto de vislumbres da motivação social. O conceito "dialética histórica" parecia ser um meio especialmente valioso de lidar com as contradições da realidade. Ao mesmo tempo, a ênfase imposta à ação política para promover uma "revolução" redentora e ao controle estatal todo-abrangente para alcançar uma sociedade justa racionalmente planejada apelava em especial para o anseio do intelectual pela ação aparentemente baseada na razão.

Desse modo, o comunismo constituía um apelo semelhante aos simplórios e aos sofisticados: proporcionava a cada um senso de direção, uma explicação satisfatória e uma justificação moral. Fazia com que seus subscritores se sentissem hipócritas, corretos e confiantes ao mesmo tempo. Não deixava incertezas. Proclamava ser ao mesmo tempo uma filosofia e uma ciência. Em qualquer nível pessoal de sofisticação intelectual, ou falta desta, proporcionava orientação oportuna, conforto histórico e — acima de tudo — uma grande supersim-

plificação do que pode ser alcançado através da ação política direta.

Além disso, ao combinar a paixão com a razão, a doutrina comunista estava em uma posição de influência decisiva às duas fontes centrais de conduta humana. A paixão política pode ser traduzida em enorme poder político. A razão é atraída pela noção de engenharia social, e a engenharia social é o ponto de partida para a mobilização do poder político. Juntas, elas produziam a enormidade de poder estatal concentrado, que veio a ser a característica mais manifesta do comunismo.

O século XX tornou-se assim o século do Estado. Isto foi em grande medida um desenvolvimento inesperado. Com efeito, ninguém de alta visibilidade pública predisse que os pontos de vista elaborados por um bibliotecário judeu-alemão emigrado e tão entusiasticamente abraçado na virada do século por um obscuro panfletista político russo iriam se tornar a doutrina compulsória do século. Nem na América nem na Europa pensou-se muito sobre a probabilidade de qualquer desafio ideológico sério à natureza do sistema existente. As amarras filosóficas do *status quo* em geral eram vistas como firmes, de fato até imutáveis.

Como era de se esperar, o dia 1º de janeiro de 1900 foi saudado por toda parte pela enxurrada costumeira de predições relativas às perspectivas para o último século do segundo milênio. Naturalmente, as predições variavam. De modo geral, a nota dominante que soava na ocasião da virada do século nas principais publicações do mundo ocidental e entre os estadistas ocidentais era autocongratulatória. O tom universal era de satisfação complacente com o *status quo*, de louvor quase embriagado pela prosperidade que se dizia estar crescentemente espalhada e — no caso da América — de grandes expectativas por um poder econômico e político realçado. *The New York Times,* em seu "Panorama Político", datado de 1º de janeiro de 1900, proclamava que "a prosperidade entrou em todas as linhas da indústria nos Estados Unidos. O produtor agrícola teve uma prosperidade incomum, assim como os trabalhadores das minas, fábricas e oficinas". Concluía seu diagnóstico afirmando que "na América, a prosperidade irrestrita pode ser esperada durante nossa marcha para adiante, tornando-nos a primeira nação do mundo".

Um tema bastante semelhante dominava as mensagens do Estado da União do presidente William McKinley em 3 de dezembro de 1900 e Theodore Roosevelt em 2 de dezembro de 1902. Mas Roosevelt também observou que "há muitos problemas para enfrentarmos no início do século XX — problemas graves no exterior e ainda mais graves em casa". Mas ele também reiterava o tema de que "nunca antes o bem-estar material esteve tão amplamente difundido entre nosso povo... Naturalmente quando as condições favoreceram o crescimento de tudo que era bom, elas também favoreceram algo do crescimento daquilo que era mau... Os males são reais, e alguns deles são ameaçado-

res, mas eles são a conseqüência, não da miséria ou decadência, mas da prosperidade".

Os editoriais da imprensa ecoavam essa disposição. A fé na democracia e a confiança na América eram vistas como uma só. *The North American Review*, em um artigo intitulado "O Fardo do Século XX", enfocou a questão do futuro da democracia e afirmou confiantemente: "É para a América e apenas para a América que devemos olhar... É uma questão cuja importância para o futuro da humanidade não pode ser exagerada. Oxalá que no ano 1999 ou 2000 alguém pudesse voltar à Terra de modo a ouvir a resposta. Possa esta ser favorável à democracia. E possa ser final!" E *The Washington Post* saudava o novo século a 1º de janeiro de 1900 com uma reafirmação triunfante da missão americana em suas possessões imperiais de além-mar, acrescentando exultantemente que "elas são nossas, e toda a conversa de antiexpansão é tão ociosa quanto o tagarelar das pegas".

No continente europeu, a disposição era não menos confiante, a visão do futuro similarmente benigna. Na Grã-Bretanha, o jacobinismo otimista caracterizava a afirmativa oferecida pelo *London Times* (dando boas-vindas ao novo século mais corretamente a 1º de janeiro de 1901): "Temos uma razoável confiança de que a Inglaterra e seus filhos irão emergir triunfantes da provação ao final do século XX como ao final do século XIX, e que então e durante as eras por vir eles irão viver e prosperar como um povo unido e imperial, para serem 'um baluarte pela causa dos homens'." Julgamentos mais sérios, entretanto, enfocavam a ameaça de mais longo prazo à primazia britânica colocada pela emergência da perícia industrial americana, com o *The New York Times* de 31 de dezembro de 1900 citando o supracitado jornal de Londres como expressando a preocupação de que "é inútil disfarçar o fato de que a Grã-Bretanha está sendo deixada para trás".

Na França e na Alemanha, o otimismo cultural e nacional eram também os temas mais importantes da época. A fé na inevitabilidade da democracia permeava a mensagem central do *Le Journal des Debats*, que em 5 de janeiro de 1901 afirmava: "Hoje, um terço de todos os seres humanos tem os direitos reconhecidos e garantidos pela lei." No mesmo dia, a promessa da ciência mesmo no reino da política dominava o comentário de *Le Figaro* de que "a ciência irá ensinar a tolerância ao homem, ao refletir diante dele as imagens de seus próprios enganos".

Na Alemanha, talvez por causa de sua localização geopolítica central na Europa, a imprensa popular refletia uma apreciação da continuidade do conflito nos negócios internacionais e uma preocupação com o poder emergente da Alemanha. Em 1º de janeiro de 1900, o diário de Berlim, *Tagliche Rundschau*, disse em editorial: "Será uma saudável lição para os britânicos quando estes reconhecerem que os tempos vulneráveis de complacência terminaram. Então iremos enca-

rar a Inglaterra de forma diferente, sendo mais respeitados." Apenas o jornal socialdemocrata, *Vorwarts*, injetou uma nota ideológica, saudando o novo ano e o novo século com uma reafirmação do falecimento inevitável do capitalismo, mas com a admoestação de que "todos sabemos que a liquidação da moderna sociedade burguesa não irá acontecer tão rapidamente quanto o proletariado consciente de classes ou mesmo os proeminentes pensadores do socialismo pensavam uma geração atrás"

Surpreendentemente ausente dessas visões do futuro destinadas ao consumo de massas achava-se qualquer preocupação com assuntos ideológicos ou doutrinas sistêmicas. Apenas na França e na Alemanha, com os socialistas já presentes nas instituições parlamentares, o socialismo era tomado com mais seriedade, mas, mesmo ali, a nível do discurso público, qualquer possibilidade de um soerguimento ideológico, para não falar de conflitos ideológicos, estava descontado. Ao contrário, a visão prevalecente era bem expressa por um comentarista parisiense no *Le Figaro*, o qual dava boas-vindas ao novo século com a predição de que este seria um século da razão e não da paixão: "O que o século XX provavelmente irá nos trazer será a penetração na vida social e privada da ciência que irá nos oferecer regras para a nossa conduta. E será um espetáculo magnífico, do qual eu gostaria de ver o princípio. Vamos esperar que o século XIX, que nos serviu de berço, carregue para o abismo dos séculos os ódios idiotas, as recriminações estúpidas e as calúnias tolas que entristeceram seus últimos dias e que são indignas de homens razoáveis."

Entretanto, como se revelou, grande parte do século XX veio a ser dominada não apenas pelas paixões ideológicas, porém, de maneira mais específica, por uma paixão mascarada como razão científica, denominada comunismo. Com efeito, em meados deste século, o comunismo veio a prevalecer sobre o maior continente do mundo, desde o rio Elba à península de Kamchatka e Xangai, dominando as vidas de mais de um bilhão de pessoas. Na Europa Ocidental, os partidos comunistas estavam tentando alcançar o poder. Na América Latina, o fermento comunista estava fundindo-se com o nacionalismo antiamericano. Entre os intelectuais do mundo ocidental e nos movimentos anticoloniais, o marxismo era o tom e estava em marcha.

O Estado, colocando arreios no poder político e empregando os instrumentos recentemente disponíveis de engenharia social tornados possíveis pelo estabelecimento do industrialismo, tornava-se agora o foco central da vida social, da obediência social e da lealdade pessoal. Embora este desenvolvimento fosse mundial, emergia da forma mais aguda primeiro na União Soviética, em um estado de poder total, dedicado, ironicamente, ao conceito do "definhamento" final do Estado.

O aparecimento do comunismo como a mais importante manifestação política do século XX deve ser visto em conjunto com a emer-

gência do fascismo e do nazismo. Com efeito, comunismo, fascismo e nazismo eram genericamente relacionados, historicamente ligados e politicamente bastante similares. Todos eram respostas aos traumas da idade industrial, ao aparecimento de milhões de trabalhadores industriais de primeira geração, sem raízes, às iniqüidades dos primórdios do capitalismo e ao recente e agudo senso de ódio de classes alimentado por estas condições. A Primeira Guerra Mundial trouxe o colapso dos valores existentes e da ordem política da Rússia czarista e da Alemanha imperial. Gerou agudas tensões sociais igualmente na recém-industrializada Itália. Todos esses fatos deram origem a movimentos que envolviam no conceito de justiça social uma mensagem de ódio social e que proclamavam a violência estatal organizada como um instrumento de redenção social.

A guerra titânica mais tarde ocorrida entre a Alemanha nazista de Hitler e a Rússia soviética de Stalin fez com que muitos esquecessem que a luta entre elas era uma guerra fratricida entre dois feixes de uma fé comum. Na verdade, uma se proclamava como inalteravelmente oposta ao marxismo e pregava ódio racial sem precedentes; e a outra via-se como o único rebento verdadeiro do marxismo ao praticar o ódio de classes sem precedentes. Mas ambas elevavam o Estado como o mais alto órgão de ação coletiva, ambas usavam o terror brutal como um meio de extorquir obediência social e ambas empenhavam-se em assassinatos em massa sem paralelo na história humana. Ambas também organizavam seu controle social por meios similares, abrangendo desde grupos de jovens a informantes das vizinhanças e a meios centralizados e totalmente censurados de comunicações de massa. E, finalmente, ambas afirmavam que estavam empenhadas em construir estados "socialistas" todo-poderosos.

É relevante notar aqui que Hitler era um ávido estudante das práticas políticas iniciadas tanto por Lenin como por Mussolini. Esses dois homens foram seus precursores, especialmente no que dizia respeito ao uso de novos meios de comunicações para energizar e então mobilizar as massas politicamente recém-despertas. Mas todos os três eram pioneiros na busca do poder total e extraordinariamente habilidosos em mesclar a exploração da paixão política com a organização política disciplinar. O modo pelo qual arrebataram o poder foi o ponto de partida para a maneira como dominaram o poder — e assim emergiu no Estado totalitário um novo tipo de ordem política.

Do ponto de vista filosófico, Lenin e Hitler foram ambos advogados de ideologias que requeriam planejamento social em uma escala vasta, que arrogavam para si mesmos o papel de árbitros da verdade e que subordinavam a sociedade a uma moralidade ideológica, um baseado na luta de classes, e o outro na supremacia racial, e isto justificava qualquer ação que fizesse avançar suas missões históricas escolhidas. Hitler era um cuidadoso estudante do conceito bolchevique do

partido de vanguarda militarizado e do conceito leninista da acomodação tática a serviço da vitória estratégica final, ambos para tomar o poder e remodelar a sociedade. Institucionalmente, Hitler aprendeu de Lenin como construir um Estado baseado no terror, completo com seu elaborado aparato de polícia secreta, sua confiança no conceito de culpabilidade de grupo ao dispensar a justiça e seus orquestrados espetáculos de julgamento.

Além disso, com o passar do tempo, cada lado veio a abraçar os principais temas e mesmo símbolos do outro. Durante a Segunda Guerra Mundial, Stalin legitimou de maneira crescente sua nova classe governante com *slogans* nacionalistas, com pretensiosos uniformes mesmo para seus burocratas civis e através de uma exaltação das ambições do Grande Poder, altamente reminiscentes das práticas nazistas. Hitler, por vezes, comentava que enquanto Stalin era uma "besta", o ditador soviético era ao menos uma besta "em grande escala". Stalin era um "companheiro de gênio" por quem se tinha que demonstrar "respeito sem reservas", e que, com outros dez a quinze anos no poder, faria da União Soviética "o maior poder do mundo". Após o golpe fracassado contra Hitler em 1944, o regime nazista justificou o extermínio da aristocracia germânica numa linguagem de ódio de classes indistinguível daquela da União Soviética. Hitler até mesmo exibia uma inveja perversa de Stalin, que havia levado o leninismo à sua conclusão lógica. "Com freqüência lamentei amargamente", disse ele, "por não ter expurgado meu corpo de oficiais da maneira como o fez Stalin."

De fato, não é exagero afirmar que Hitler era tanto um leninista como Stalin era um nazista. Genérica e historicamente, os dois líderes totalitários eram apropriados um ao outro. Ambos os tiranos justificavam a imposição do controle total pelo Estado com o objetivo abertamente proclamado de reconstrução da sociedade de alto a baixo, mantendo-se com uma noção dogmática, porém vaga, de uma nova ordem utópica. A reconstrução deveria ser alcançada através do uso direto do poder do Estado, esmagando as formas sociais tradicionais e eliminando quaisquer manifestações de espontaneidade social. Desse modo, o totalitarismo tornou-se sinônimo do estatismo quintessencial.

A Segunda Guerra Mundial terminou com a derrota de um importante proponente da nova exaltação do Estado como o agente supremo da história. Mas resultou também na enorme difusão da influência e poder do outro. O sistema comunista, confinado desde 1917 à maior parte do anterior império czarista, agora expandiu-se dramaticamente. A Europa Central tornou-se uma província soviética *de fato* em 1947. A China proclamou inicialmente sua fidelidade ao modelo soviético após a vitória comunista em 1949, e os regimes comunistas apareceram em metade da Coréia em 1945 e metade do Vietnã em 1954. No espaço de uma década após o final da Segunda Guerra Mundial, mais de um bilhão de pessoas estava vivendo sob sistemas comunistas.

Quase toda a Eurásia havia se tornado comunista, com apenas suas periferias do extremo leste e extremo oeste protegidas pelo poder americano. O comunismo parecia em marcha, talvez detido temporariamente pela injeção de dinheiro e poder militar dos EUA em grandes partes do mundo.

Ainda mais importante era a difusão indireta da essência da idéia comunista. Durante as últimas quatro décadas, quase por toda parte, a inclinação a confiar na ação do Estado para lidar com males econômicos ou sociais se tornara quase prevalecente. Por medida de segurança, nas sociedades com tradições democráticas mais entrincheiradas, eram feitos esforços especiais para prevenir uma concentração excessiva e abusiva de poder político. A liberdade de escolha era preservada pela competição política aberta e por salvaguardas constitucionais. Não obstante, mesmo em sociedades altamente democráticas, a idéia da ação estatal como melhor meio para promover o bem-estar econômico e a justiça social tornou-se a perspectiva dominante.

Isso não quer dizer que o socialismo democrático ou o Estado assistencial fossem manifestações insidiosas da difusão do comunismo; de fato, ambos representavam com freqüência o meio mais efetivo de combater o apelo da doutrina comunista e de criar uma alternativa democrática ao modelo comunista. Mas a confiança no Estado como o principal instrumento de salvação social realçava indiretamente o *status* do sistema soviético como o exemplo mais extremo de inovação social planejada e dirigida pelo Estado.

Inevitavelmente, essa tendência contribuiu para a inclinação inicial da grande quantidade de Estados pós-coloniais recém-criados a abraçar diversas variedades de socialismo estatal. Também reforçou a inclinação inicial de muitos deles de olhar para a experiência soviética em busca de inspiração e de um exemplo a imitar. Durante as décadas de 1950 e 1960, grande parte do Terceiro Mundo estava aclamando indiscriminadamente o modelo soviético como aquele que proporcionava a melhor e mais rápida estrada para a modernidade e justiça social. Os líderes soviéticos em suas viagens para o exterior gozavam de adulação indiscriminada e distribuíam livremente conselhos sobre como melhor adotar o caminho soviético para o socialismo.

No mundo avançado, as mesmas modas intelectuais estavam muito em voga. Como Paul Hollander catalogou em seu livro, *Political Pilgrims*, muitos intelectuais ocidentais que viajaram para a União Soviética nas décadas de 1920 e 1930 engoliram integralmente a grande supersimplificação oferecida pelo comunismo. Lion Feuchtwanger, um romancista alemão, escreveu: "Simpatizei inevitavelmente com o experimento de basear a construção de um Estado gigante apenas sobre a razão." Como muitos líderes religiosos ativistas, o quacre americano Henry Hodgkin abraçou a retórica coletivista do regime soviético proclamando: "Quando olhamos para o grande experimento da Rús-

sia em irmandade, pode parecer-nos que alguma tênue percepção do caminho de Jesus, inteiramente despercebida, o está inspirando." Edmund Wilson percebeu uma utopia mais secular: "Você sente na União Soviética que está no topo moral do mundo, onde a luz nunca realmente se extingue."

Entre estes intelectuais, a "democracia" de estilo soviético era aceita como sendo tão legítima, se não mais do que a democracia ocidental. O totalitarismo de Stalin raramente era sequer notado, muito menos condenado. Sidney e Beatrice Webb insistiam que Stalin não governava como déspota: "Ele nem sequer tem o poder extensivo que o Congresso dos Estados Unidos conferiu temporariamente ao presidente Roosevelt ou aquele que a constituição americana confia durante quatro anos a cada sucessivo presidente."

Essa admiração inqualificada do sistema soviético sob Stalin estendeu-se mesmo ao GULAG. Dr. J. L. Gillin, presidente por uma gestão da Sociedade Sociológica Americana, escreveu: "Está claro que o sistema está elaborado para corrigir o ofensor e devolvê-lo à sociedade." Harold Laski, o economista político britânico, concordava, escrevendo que detectava no sistema soviético uma "insistência de que o prisioneiro deve viver até onde as condições o tornem possível, uma vida plena e auto-respeitosa. Um antigo jornalista sobre assuntos soviéticos, Maurice Hindus, levou esta aclamação um passo adiante: "Vingança, punição, tortura, severidade, humilhação não têm lugar nesse sistema." George Bernard Shaw notou mesmo um elemento de voluntarismo no sistema de campos de trabalho de Stalin, escrevendo: "Na Inglaterra, um delinqüente entra [na prisão] como um homem comum e sai como um tipo criminoso, enquanto na Rússia ele entra como um tipo criminoso e sairia como um homem ordinário a não ser pela dificuldade de induzi-lo a chegar a sair. Até onde pude perceber, eles poderiam permanecer tanto quanto lhes aprouvesse."

A fascinação inicial com o esforço soviético de construção de uma nova sociedade durante a década de 1930, refletida nessas visões alegremente equivocadas, ganhou um enorme impulso com a derrota de Hitler por Stalin. Mesmo a Guerra Fria que se seguiu não pôde desabusar muitos intelectuais ocidentais de seu romance com a reconstrução comunista da sociedade. Durante a década de 1950 e até mesmo a de 1960, em muitas universidades ocidentais, a visão social predominante era alguma forma de "esquerdismo", com a União Soviética freqüentemente obtendo o benefício da dúvida por causa da atração para os intelectuais de sua experimentação social doméstica dirigida pelo Estado. Em geral, a nova ortodoxia tendia a pressionar a primazia do planejamento social politicamente dirigido. Em grande parte como reação ao caos produzido tanto pela Grande Depressão e também pela Segunda Guerra Mundial, o globo estava agora movendo-se para uma era em que o comportamento social seria de forma crescente canaliza-

do através de meios políticos e na qual a atividade econômica era correspondente à direção política planejada. Mesmo embora muitos advogados da nova ortodoxia estivessem cônscios do fato de que a realidade soviética divergia dramaticamente da ideal, estes acreditavam que o potencial para atingir o ideal estava implícito no sistema soviético e dessa maneira constituiria o caminho para o futuro.

O efeito cumulativo do aparente sucesso do sistema soviético foi tornar o século XX uma era dominada pelo surgimento e o apelo do comunismo. Embora a América emergisse durante este século como o poder global dominante e o modo de vida americano exsudasse uma atração tangível incomparavelmente maior, a América era ampla — e injustamente — percebida como engajada em uma ação retentora defensiva, procurando de maneira fútil reter a maré inevitável da história. Foi a difusão do comunismo à Europa Central e à China que transformou tão fundamentalmente a política global, que dominou o discurso intelectual e que pareceu representar o augúrio da história.

No entanto, dentro de meros cem anos de seu princípio, o comunismo está esmaecendo. As idéias e práticas associadas ao comunismo vêm sendo desacreditadas tanto no interior do mundo comunista como fora dele. No final da década de 1980, para estimular suas morosas economias a uma maior produtividade e para estimular seus trabalhadores a maiores esforços, os líderes comunistas na União Soviética, na China e na Europa Oriental estavam rotineiramente fazendo afirmativas que não estariam fora de lugar na reunião anual da Associção Americana de Fabricantes. Dessa forma, como o *Pravda* publicou a 11 de agosto de 1988, os trabalhadores soviéticos ouviram Aleksandr Yakovlev, um membro do Politburo então responsável pela doutrina marxista-leninista, proclamar que atualmente "a ideologia do proprietário deve ser suprema", acrescentando que "instilar um sentido de propriedade era uma boa coisa, pois quando um trabalhador tem interesse em alguma coisa, este irá mover montanhas; se não tiver, ele será indiferente". Quase ao mesmo tempo, os trabalhadores poloneses foram lembrados por Stanislaw Ciosek, um membro do Politburo, que "não é possível para todos ter seu padrão de vida melhorado numa proporção igual. Seguramente devem ser favorecidos aqueles que servem bem à economia nacional, e estes deveriam ser melhor pagos". Para fazer a mensagem atingir o objetivo, Ciosek acrescentou: "Estas são as brutais leis da economia." E apenas alguns meses antes, na longínqüa extremidade leste do mundo comunista, os trabalhadores chineses estavam sendo ideologicamente iluminados por um novo membro do Politburo, Hu Qili, que afirmava: "Sejam quais forem os benefícios, o desenvolvimento das forças produtivas é requerido ou permitido pelo socialismo."

Às vésperas da última década do século, quase todos os sistemas comunistas estavam de alguma maneira procurando por reformas que,

com efeito, eram equivalentes a um repúdio da experiência marxista-leninista. Muito importante foi a rejeição filosófica associada das premissas básicas do comunismo. A exaltação do Estado estava dando caminho em quase todas as partes para a elevação do indivíduo, dos direitos humanos, da iniciativa pessoal e mesmo do empreendimento privado.

A fuga resultante do estatismo, a primazia crescente dos direitos humanos e a inclinação tardia ao pragmatismo econômico representam uma enorme revolução em atitudes e na filosofia fundamental da vida. É uma reviravolta que provavelmente terá efeitos de longo alcance e longa duração, e ela já está afetando tanto a política quanto a economia por todo o mundo. E pressagia a crescente probabilidade de que a 1º de janeiro de 2000 os previsores sociais poderão atribuir à doutrina comunista — desta vez com justificação genuína — tão pouca importância para o futuro do século XXI como foi o caso — muito menos justificadamente — com seus predecessores cem anos antes.

A crise terminal do comunismo contemporâneo é dessa maneira ainda mais historicamente dramática pelo próprio inesperado de seu estabelecimento. É, portanto, oportuno perguntar o que aconteceu à doutrina e à prática que por tanto tempo deste século pareceram ser a onda do futuro. O que produziu o desapontamento, o fracasso e especialmente os crimes que cumulativamente desacreditaram tanto uma ideologia, um movimento político e uma experiência social, que eram em sua origem percebidos como liderando o caminho para a redenção temporal?

PARTE I

O Grande Fracasso

A causa precipitante da agonia do comunismo é o fracasso da experiência soviética. Com efeito, à medida que nos aproximamos do final do século XX, parece incrível que o modelo soviético tenha sido outrora visto como atraente e merecedor de imitação. Esta é uma medida de quanto a experiência soviética afundou na estima pública global. No entanto, houve tempos, e não tão distantes, em que o modelo soviético era aclamado, admirado e mesmo emulado. É apropriado, portanto, perguntar: o que saiu errado e por quê?

Ao refletir sobre o fracasso soviético, é instrutivo notar muito brevemente a rota histórica seguida pela experiência marxista na Rússia. Foi um crescimento estranho, esse transplante de uma doutrina essencialmente da Europa Ocidental, concebida na sala de leitura pública do Museu Britânico por um intelectual judeu-alemão emigrado, para a tradição despótica quase oriental de um império euro-asiático algo remoto, com um revolucionário panfletista russo agindo como cirurgião da história.

Na época da Revolução Russa, entretanto, o marxismo não era mais simplesmente uma pedante teoria de bibliotecário. Era já um importante movimento político-social europeu, desempenhando um importante papel em vários países da Europa Ocidental e possuindo um perfil político definido. Esse perfil era distintamente o de participação social. As palavras *social* e *democracia* — que eram a autodenominação de quase todos os marxistas da época — simbolizavam esse compromisso do movimento socialista relativamente jovem. O socialismo, e daí o marxismo, era então visto no Ocidente como predominantemente democrático em espírito.

Na verdade, por ocasião da Primeira Guerra Mundial, um ramo marxista menor estava pregando ativamente o conceito de uma revolução violenta, a ser seguida pela imposição da ditadura do proletariado. Aqueles que temiam o estabelecimento do socialismo sob qualquer disfarce tremiam com as sangrentas lembranças da Comuna de Paris de 1871. A palavra *comunista* já era para muitos a antítese de um democrata. A queda do czarismo então evocou reações misturadas no Ocidente, variando de um entusiasmo inicialmente esperançoso pela democracia à temerosa antecipação de uma ditadura comunista.

Capítulo

1

O Legado Leninista

O que transpirou na Rússia, em seguida à Revolução Bolchevique, deve ter vindo, sem nenhuma surpresa, para os leitores cuidadosos de Vladimir Ilitch Lenin. O líder bolchevique da facção mais radical dos marxistas russos não deixava dúvidas quanto às suas intenções. Em panfleto após panfleto e discurso após discurso acumulava rancor sobre aqueles de seus companheiros marxistas que contribuíam para o processo democrático. Ele deixava bem claro que, em sua visão, a Rússia não estava madura para uma democracia socialista e que o socialismo seria construído na Rússia "de cima", por assim dizer, pela ditadura do proletariado.

Essa ditadura, por sua vez, seria exercida pelo proletariado apenas nominalmente. Na visão de Lenin, a nova classe governante não estava de fato mais pronta politicamente para governar do que a própria Rússia estava historicamente madura para o socialismo. A nova ditadura, dessa forma, requeria um delegado determinado e historicamente cônscio para agir em benefício do proletariado. Precisamente por causa das condições de atraso da Rússia, nem a sociedade, nem a classe trabalhadora industrial relativamente magra eram vistas como prontas para o socialismo. A história deveria, dessa maneira, ser acelerada por um partido "de vanguarda", regimentado de revolucionários dedicados que sabiam exatamente qual era o mandato da história e estavam preparados para ser seus próprios curadores auto-ordenados.

O conceito de Lenin do partido de vanguarda era sua resposta criativa ao dilema doutrinário do despreparo da Rússia e de seu proletariado para uma revolução marxista.

A contribuição de Lenin e sua determinação pessoal em forjar uma organização disciplinada de revolucionários profissionais foi decisiva na moldagem do caráter político do primeiro Estado a jamais sofrer influência de um movimento dedicado aos princípios do socialismo. Não há sentido em argumentar aqui se o seu compromisso era doutrinariamente puro, e, por conseqüência, se é apropriado invocar o nome do socialismo em conexão com Lenin e seus seguidores. Para aqueles profundamente dedicados ao socialismo democrático, qualquer conexão desse tipo é anátema. Porém, ressalta-se aqui o fato de que Lenin e seus seguidores consideravam a si mesmos como marxistas e viam a si mesmos como embarcando na estrada em direção primeiro ao socialismo e então ao comunismo, e que tanto subjetiva como objetivamente eram, desta maneira, parte do fenômeno do socialismo.

Além disso, até o ponto em que os novos governantes bolcheviques eram capazes de identificar-se com o socialismo, tal fato ajudava enormemente a obter uma audiência simpática no Ocidente. A identificação, fosse genuína ou meramente tática, era certamente benéfica. Cativava a imaginação de muitos no Ocidente que tinham esperança na vitória do socialismo democrático, mas que se desesperavam ao vê-lo ocorrer a curto prazo no seio do defendido sistema capitalista. Apesar de todas as suas deficiências, a estrela vermelha sobre o Kremlin parecia simbolizar o amanhecer do socialismo, mesmo se inicialmente de uma forma imperfeita.

O fato de que dentro da Rússia a fase leninista se viu marcada por importantes ambigüidades foi também útil na obtenção de simpatias ocidentais. Embora distante de uma democracia e embarcando quase desde o início na repressão brutal de toda a oposição, a era leninista (que continuou por uns poucos anos após a morte de Lenin em 1923) testemunhou uma significativa porção de experimentação social e cultural. Nas artes, na arquitetura, na literatura e mais em geral na vida intelectual, o sentimento predominante era de inovação, de iconoclasmo criativo e de abertura de novas fronteiras científicas. O dinamismo intelectual corria paralelo à disposição de Lenin a comprometer-se no plano sócio-econômico, com a realidade preponderante tanto do atraso da Rússia como de sua economia capitalista recente. A famosa Nova Política Econômica (NPE) — que, em essência, se apoiava no mecanismo de mercado e da iniciativa privada para estimular a recuperação econômica — era um ato de acomodação histórica, postergando para o futuro a construção imediata do socialismo pela nova ditadura proletária.

Sem idealizar este breve interlúdio, é provavelmente correto descrever o período como a fase mais aberta e intelectualmente inovadora

na história russa do século XX (o interlúdio democrático em 1917 sob o socialdemocrata Aleksandr Kerenski durou pouco demais para ter provocado um impacto duradouro). Com efeito, a NPE tornou-se um termo abreviado para um período de experimentação, flexibilidade e moderação. Para muitos russos, mesmo depois de mais de sessenta anos, aqueles foram os melhores anos da era iniciada pela revolução de 1917.

Mas, na verdade, há idealização demasiada do passado — em grande parte, em reação à posterior história stalinista — nessa visão idílica da década de 1920. Mais importante que o fenômeno da inovação social e cultural que dominava a superfície da vida em Moscou, em Leningrado e em umas poucas outras cidades grandes foram a consolidação, em escala nacional, do novo sistema de governo de partido único, a institucionalização da violência social em larga escala, a imposição da ortodoxia doutrinária e a adoção duradoura da prática de que os fins ideológicos justificam quaisquer meios políticos, incluindo os mais tirânicos.

As duas feições mais catalíticas do legado catastrófico de Lenin foram a concentração do poder político em apenas umas poucas mãos e a confiança no terror. A primeira resultou na centralização de todo poder político em um partido de vanguarda crescentemente burocratizado, controlando toda a estrutura da sociedade através de sua onipresente *nomenklatura*, ou seja, um sistema de controle político rigidamente estratificado de cima para baixo sobre todas as nomeações. A disposição de usar o terror contra oponentes reais ou imaginários, incluindo o uso deliberado por Lenin da culpa coletiva como justificação para a perseguição social em larga escala, direcionou a violência organizada no meio central para resolver, a princípio, problemas políticos, depois econômicos e finalmente sociais ou culturais.

A confiança no terror também promoveu a crescente simbiose entre o partido governante e a polícia secreta (que Lenin estabeleceu quase imediatamente após arrebatar o poder). Não é acidental nem irrelevante para a subseqüente história soviética que, mais de sessenta anos após a morte de Lenin, o cabeça da polícia secreta soviética, Viktor M. Chebrikov, falando em um evento comemorativo em honra do primeiro chefe daquela polícia em setembro de 1987, citou com aprovação a justificativa de Lenin para o terror contra os camponeses russos com base em que "o *kulak* despreza violentamente o poder soviético e está preparado para suprimir e degolar centenas de milhares de trabalhadores".

Tanto antes como depois de assumir o poder, Lenin advogava de forma explícita o uso da violência e do terror de massa para alcançar seus fins. Tão precocemente quanto 1901, ele disse: "Em princípio, nunca renunciamos ao terror e não podemos renunciar a ele." Às vésperas da Revolução Bolchevique, ele escreveu em *Estado e Revolução* que quando falava em democracia, o que desejava significar com o termo era "uma organização para o uso sistêmico da *força* por uma clas-

se contra a outra, por um setor da população contra o outro". Em outros escritos e discursos incluídos em suas *Obras Colecionadas*, ele permaneceu consistente neste ponto. Proclamava abertamente que para ele a democracia envolvia a ditadura do proletariado: "Quando somos recriminados por exercer a ditadura de um partido... dizemos 'Sim, a ditadura de um partido! Nós estamos postados a seu lado e não podemos passar sem ela.'" Escreveu também: "A definição científica da ditadura é um poder não limitado por quaisquer leis, não atado por quaisquer regras e baseado diretamente na força."

Assim que tomou o poder, Lenin não perdeu tempo em colocar seus pontos de vista na prática. Em pouco tempo, passou a apoiar-se no uso da violência indiscriminada, não apenas para aterrorizar a sociedade como um todo, mas até mesmo para eliminar os menores dos aborrecimentos burocráticos. Num decreto emitido em janeiro de 1918, que buscava definir uma política de manejo daqueles que de algum modo se opusessem ao governo bolchevique, o regime de Lenin estabeleceu agências estatais para "purgar a terra russa de todos os tipos de insetos daninhos". O próprio Lenin estimulava os líderes de partido de um distrito a exercer "implacável terror de massa contra os *kulaks*, sacerdotes e Guardas Brancos" e a "confinar todos os elementos suspeitos em um campo de concentração fora da cidade". Quanto à oposição política, Lenin não tolerava nenhuma, argumentando que era "muito melhor 'discutir com rifles' do que com as teses da oposição".

Desse modo, em pouco tempo, o terror de massa tornou-se um instrumento administrativo para resolver todos os problemas. Para trabalhadores indolentes, Lenin advogava "fuzilamento no local de um em cada dez considerados culpados de ociosidade". Para trabalhadores rebeldes, dizia que "tais perturbadores da disciplina devem ser fuzilados". Para uma conexão telefônica deficiente, deu a Stalin instruções explícitas: "Ameace fuzilar o idiota que está encarregado das telecomunicações e que não sabe como lhe fornecer um amplificador melhor e como preparar uma conexão telefônica que funcione." Para qualquer desobediência, a menor que fosse, no seio das massas rurais, o regime de Lenin passou uma resolução que insistia em que "reféns devem ser tomados dentre os camponeses, de modo que se a neve não for limpa, eles serão fuzilados".

Esta visão paranóica ajudou a produzir um sistema de governo que se mantinha à parte da sociedade, essencialmente *uma conspiração no poder*, mesmo se no início da década de 1920 a espontaneidade continuada daquela sociedade no reino não-político fosse por tempos tolerada. Entretanto, o fato central é que o sistema político de Lenin estava preparado psicologicamente, assim como politicamente, para uma confrontação total com a sociedade. Seus novos governantes podiam apenas justificar-se historicamente, assaltando, por fim, aquela sociedade, de modo a recriá-la à imagem do próprio sistema político.

Um sistema político do tipo leninista não podia coexistir indefinidamente com uma sociedade que operasse em grande parte à base da espontaneidade dinâmica. Tal coexistência teria ou corrompido o sistema político ou promovido uma colisão entre ambos.

A solução única de Lenin era a promoção de um partido supremo, dotado do poder de promover o *emurchecimento* forçado não do Estado, mas da *sociedade* como uma entidade autônoma. A sociedade devia ser esmagada, a não ser que cooptasse, se diluísse e por fim absorvesse o verniz político superficial do governo comunista. Para Lenin, a lógica do poder ditava a conclusão de que para realizar a dissolução dos laços sociais tradicionais, a centralização do Estado tinha de ser realçada, transformando o Estado no instrumento ordenado pela história.

Muitas décadas depois, em 1987, no curso dos debates precipitados pelos esforços de Mikhail Gorbachev por uma reforma, um proeminente intelectual soviético ousou colocar publicamente a pergunta: "Criou Stalin seu sistema ou o sistema criou Stalin?" Mas se foi o sistema — como implica a pergunta — que gerou Stalin, então de quem havia sido aquele sistema? Foi Lenin quem criou o sistema que criou Stalin, e foi Stalin quem então criou o sistema que tornou os crimes de Stalin possíveis. Além disso, não apenas Lenin tornou Stalin possível, mas o dogmatismo ideológico de Lenin e sua intolerância política preveniam em grande medida o surgimento de qualquer outra alternativa. Em essência, o legado duradouro do leninismo foi o stalinismo, e esta é a principal acusação histórica do papel de Lenin na construção do socialismo no seio da Rússia.

Capítulo

2

A Catástrofe Stalinista

O gênio de Joseph Stalin residia no fato de que ele compreendia bem o significado interior do legado leninista. Seu principal rival, Leon Trotski, cometeu o erro básico de tentar ligar a revolução interna com a busca simultânea de um levante global. Trotski subscreveu a noção de que o sistema capitalista ocidental estava maduro para um levante revolucionário e que a sobrevivência do poder comunista na Rússia dependia do pronto sucesso de tal revolução. Entretanto, ao pregar o conceito da revolução permanente, Trotski ofendeu o instinto de autopreservação dos burocratas do partido recém-entrincheirados, que não estavam preparados a arriscar tudo no altar de uma revolução mundial prematura. Em contraste, Stalin explorou bem seu instinto de autopreservação, ao lançar uma revolução doméstica designada a evitar o risco de ver o regime comunista engolido pela sociedade crescentemente vital. Dessa maneira, ele gratificava seu zelo ideológico, enquanto apelava a seu auto-interesse.

"Socialismo em um país" era a frase-chave doutrinária de Stalin para uma pulverização sem precedentes da sociedade pela maquinaria estatal. Um punhado de líderes inclinado a conspirar, operando literalmente à noite em umas poucas salas do Kremlin, assumiu a tarefa de reconstruir a sociedade de alto a baixo, de destruir grande parte de seu campesinato e classe média, e recolonizar à força milhões de pessoas, enquanto, no processo de expansão, o alcance do poder do esta-

do chegava a um grau jamais antes igualado na história. "Socialismo em um país", desse modo, se tornou um país totalmente subordinado a um Estado supremo.

Com Stalin, a exaltação do Estado e o uso da violência estatal como instrumento de reconstrução social atingiu seu apogeu. Tudo estava subordinado à pessoa do ditador e ao Estado que ele comandava. Louvado na poesia, saudado pela música e idolatrado por milhares de movimentos, Stalin estava em toda a parte e dominava tudo. Mas embora um tirano pessoal como poucos iguais em toda a história, seu governo era exercido através de uma complexa estrutura de poder estatal, ao mesmo tempo altamente burocratizado e institucionalizado. Enquanto a sociedade era revolvida para acompanhar a meta de Stalin de construir o socialismo em um país, a maquinaria estatal cresceu em *status* e opulência, em poder e em privilégio.

A pirâmide do poder era suportada por um sistema de terror que não deixava qualquer indivíduo seguro, nem mesmo entre os camaradas mais íntimos de Stalin. Ninguém era poupado pelo capricho do ditador. O membro favorito de Stalin no Politburo um dia podia ser vítima de um julgamento e fuzilado no outro. Este foi o súbito destino no final da década de 1940, por exemplo, de A. A. Voznesenski, visto por muitos como tendo sido preparado por Stalin para a maior posição governamental. A lealdade total a Stalin e mesmo a cumplicidade entusiástica em seus crimes oferecia pouca proteção contra a perseguição ou indignidade. Molotov e Kalinin, ambos diretamente envolvidos em compilar listas dos camaradas a serem executados, continuavam a sentar-se ao redor da mesa do Politburo, embora suas mulheres tenham sido levadas por ordem de Stalin a campos de trabalhos forçados.

Não é exagero afirmar que o poder último de vida e morte do Estado soviético durante um quarto de século estava nas mãos de um pequeno bando de conspiradores totalmente implacáveis, para quem a inflição da morte a incontáveis milhares de alegados "inimigos do povo" era um ato burocrático menor. Mesmo se os arquivos soviéticos forem algum dia inteiramente abertos (e a revista dissidente de Moscou, *Glasnost*, relatou em agosto de 1987 que, para encobrir o passado, o KGB estava destruindo dossiês sobre vítimas das décadas de 1930 e 1940 a uma taxa de cinco mil por mês), nunca se saberá a medida total dos assassinatos de Stalin. O extermínio por execução direta ou por morte prolongada era o destino de categorias inteiras de pessoas: oponentes políticos, rivais ideológicos, membros do partido suspeitos, oficiais militares acusados, *kulaks*, membros de classes depostas, antigos aristocratas, grupos nacionais vistos como potencialmente desleais, grupos étnicos rotulados como hostis, pregadores religiosos, assim como os crentes mais ativos e mesmo os parentes e (em muitos casos) as famílias inteiras das vítimas escolhidas.

É simplesmente impossível evocar em palavras a medida comple-

ta do sofrimento humano individual e coletivo que Stalin infligiu. Em nome do socialismo, vários milhões de famílias camponesas foram deportadas sob as condições mais primitivas, com os sobreviventes recolonizados para a distante Sibéria. Stalin também foi responsável pela fome em massa de vários milhões de camponeses ucranianos durante a Grande Fome do início da década de 1930 — uma fome deliberadamente explorada para acelerar o processo de coletivização, mas também gerada a um grau significativo por aquela própria coletivização brutal. Durante os expurgos, o próprio partido foi dizimado, com a maioria de seus principais líderes executados e suas famílias cruelmente perseguidas. Prisões e execuções cortaram ao meio a sociedade soviética inteira e chegaram aos milhões. De acordo com dados soviéticos, somente no setor militar, não menos que 37 mil oficiais do Exército e três mil oficiais da Marinha foram fuzilados nos anos de 1937 e 1938, mais do que os que realmente pereceram durante os primeiros dois anos da guerra nazi-soviética.

O GULAG manteve-se inchando sob Stalin. Prisões individuais e de grupos eram uma ocorrência maciça e contínua. Mesmo grupos étnicos inteiros eram destacados para a extinção genocida. Pouco antes do início da guerra, em 1939, toda a população polonesa que vivia no lado soviético da fronteira russo-polonesa da época, somando várias centenas de milhares de pessoas, desapareceu subitamente, com apenas as mulheres e crianças recolonizadas no Casaquistão. Os homens simplesmente pereceram. Nos últimos estágios da guerra, os tártaros da Criméia e os tchetchenesinguches do norte do Cáucaso, somando também centenas de milhares, foram desarraigados e deportados para a Sibéria. Após a guerra e apesar das revelações do holocausto nazista dos judeus, a comunidade judaica em Moscou e Leningrado foi subitamente alvejada e sua liderança dizimada. Em 1949, as deportações em massa para a Sibéria foram infligidas a centenas de milhares de bálticos. De acordo com a contabilidade soviética escrupulosamente mantida, citada pela rádio de Vilnius em 22 de setembro de 1988, as vítimas incluíam 108.362 indivíduos apenas da Lituânia. Na véspera da morte de Stalin, estavam em progresso preparações para novos julgamentos espetaculares da "conspiração dos médicos judeus", com as vítimas acusadas de terem conspirado para matar a principal liderança do Kremlin.

Literalmente, milhões de vidas foram dessa maneira despedaçadas. O sofrimento era infligido aos humildes assim como aos socialmente proeminentes. Quando a exposição do stalinismo finalmente foi impulsionada em 1987, a imprensa soviética viu-se inundada por lembranças e relatos pessoais. O que segue apareceu na *Literaturnaia Gazeta* a 23 de dezembro de 1987 — o jornal observou que havia recebido cerca de dez mil cartas semelhantes — e foi escrito por uma mulher simples. Era especialmente poderoso por ser tão prosaico. É típico das experiências de milhões de outros.

Sou uma leitora atenta de vocês. Tenho lido seu jornal com interesse durante longo tempo. Recentemente, muito foi escrito sobre coisas que haviam sido esquecidas; li alguns artigos, e meu coração sangra. Recordo minha vida e a vida de meu marido. Nossa geração atravessou a difícil década de 1930, depois os anos da guerra e em seguida também os difíceis anos pós-guerra. Agora escreve-se abertamente sobre as mortes de Kirov, Tukhatchevski, Yakir e outras vítimas inocentes. Isto é compreensível: o destino de grandes pessoas está à vista do público. Mas se mesmo as pessoas grandes não sobreviveram, o que pode ser dito sobre pessoas comuns?

Meu marido, A. I. Bogomolov, era exatamente uma pessoa ordinária desse tipo. Foi preso após o final da guerra finlandesa, condenado a fuzilamento, depois condenado a dez anos e mais cinco de privação de direitos. Passou quatro anos num campo do norte em condições pavorosas. Depois houve outra prisão, outra acusação, quinze meses de *tridsatka* [alusão desconhecida], em uma cela subterrânea. Em ambos os casos, ele não assinou a acusação. Serviu seu tempo ali no norte, doze anos no total. Sua saúde ficou arruinada para sempre, e seus pulmões ficaram ulcerados pelo frio. Após o campo viveu em Syktyvkar.

Encontrei meu marido após 42 anos de separação. A última vez em que o havia visto fora em 1940, quando levei meu filho recém-nascido a visitá-lo numa prisão de trânsito em Leningrado. Nos encontramos... Minha impressão foi terrível, mas decidimos não nos separar. Sua mulher havia morrido, meu marido havia morrido, e nossos filhos haviam crescido. Assim, por cinco anos, fui médica, irmã, enfermeira e amiga. A saúde de meu marido está completamente arruinada, ele trabalhou até a idade de 74 anos. Vivemos em meu quarto num apartamento comunal, na porta ao lado há uma pessoa mentalmente doente. Há rixas, disputas de gritos, e a mulher da porta ao lado envolve-se em brigas corporais. Foi-nos recusado um apartamento separado — temos mais de seis metros por pessoa.

Mas é isto que desejo lhes contar. Em 1955, meu marido foi reabilitado com relação à sua segunda condenação, enquanto recebemos a reabilitação pela primeira condenação apenas em 1985 quando eu própria comecei a perseguir o assunto e o Tribunal Militar do Distrito Militar de Leningrado reconsiderou o seu caso de 1940 e também anulou o veredicto "por falta de corpo de delito". Meu marido recebeu 270 rublos apenas depois de sua reabilitação — o salário de dois meses pelo posto que tinha antes da guerra finlandesa. Por todos os doze anos em campos do norte, pelos interrogatórios, pelo trabalho exaustivo nas minas e cortando madeira — um total de 270 rublos! Toda vez que eu inquiria, diziam-me que essa é a lei e se referiam ao estatuto de 1955. Os direitos de meu marido como participante da guerra foram restaurados apenas depois da última reabilitação. Ele é agora um inválido da categoria um, está cego, eu leio os artigos para ele, e ele chora. Recebe uma pensão de 113 rublos — isto inclui quinze rublos que recebe como inválido da categoria um "para enfermagem". Mas eu escrevi e continuarei a escrever a todos os corpos

oficiais, porque penso que tudo isto é injusto. Enquanto ele viver e eu tiver força, escreverei sobre como pessoas como meu marido não receberam benefícios para compensar, por poucos que fossem, tudo que sofreram. Elas não falharam para com sua pátria, mas suas vidas foram arruinadas, as vidas de suas famílias foram arruinadas, elas foram privadas do respeito da sociedade e não receberam sequer o direito de lutar, de se tornar honrados inválidos ou veteranos de guerra e receber congratulações festivas!

Não estou lhes pedindo para me ajudarem a obter um apartamento. Somos pessoas idosas, e mesmo se nos ajudarem a obter um apartamento separado, será tarde demais para nós. Meu marido está com 82 anos. Recentemente sofreu um derrame. Mas lhes imploro para ajudarem todos aqueles que também sofreram inocentemente e foram incapazes de defender-se, já que "o veredicto não era sujeito à apelação".

Hoje transmitiram pelo rádio o poema de Tvardovski "Direito de Recordação". Eu tremi, e as lágrimas fluíram dos olhos cegos de meu marido. Ele sempre foi um trabalhador, um membro do Komsomol, trabalhou na Kuznetskstroy, em Balkach, e sempre teve as mãos calejadas. Agora não pode fazer nada, naturalmente, mas sente o novo tempo e acredita que este é realmente revolucionário. Hoje muita coisa está mudando, e será injusto se pessoas que sofreram tão terrivelmente desapareçam de vista, quando tanta atenção está sendo dispensada a veteranos de guerra e de trabalho. Por que não rever o estatuto de 1955? Por que as pessoas que sofreram humilhação e choque não desfrutam de quaisquer benefícios — sejam materiais ou morais? Devem ser culpados pelo fato de terem sido incapazes de conquistá-los?

Imploro-lhes que me ajudem e que ajudem àqueles que ainda podem ser ajudados. Mesmo agora vocês, às vezes, ouvem pessoas contarem sobre tal e tal pessoa, que ela foi um inimigo do povo e que não é por nada que esteve atrás das grades. Não é uma questão de dinheiro — o ponto é que a sociedade devia estar consciente de seu dever para com essas pessoas.

Valentina Zinovevna Gromova, Leningrado

Embora o número total das vítimas de Stalin jamais venha a ser conhecido, é absolutamente seguro estimar tal número em não menos de vinte milhões, e talvez tão alto quanto quarenta milhões. Em seu livro *The Great Terror* (1968), o historiador inglês Robert Conquest reuniu as melhores e mais completas estimativas, e seus cuidadosos cálculos favorecem a extremidade superior dessa faixa. Em tudo e por tudo, Stalin foi provavelmente o maior assassino de massas na história humana, superando estatisticamente o próprio Hitler.

Esses assassinatos em massa eram parte e parcela da construção do sistema soviético. Aquele sistema emergiu, tomou forma institucionalmente, congelou-se na burocracia e desenvolveu seu próprio senso

de *status*, enquanto esses assassinatos em massa tinham lugar. Mas o aspecto notável desse processo era que, apesar dessas atrocidades, Stalin foi bem-sucedido em gerar um verdadeiro senso de realização no seio da elite soviética e em uma grande parte da nova população urbana soviética. Ele o fez identificando suas políticas e a si mesmo com a reconstrução da sociedade soviética, que envolvia industrialização e urbanização em massa, tudo rotulado para a construção do socialismo. Dessa forma, para muitos cidadãos soviéticos, a era stalinista foi de algum avanço social, de um grande salto para diante e mesmo de um sentido genuinamente orgulhoso de realização patriótica.

Não se poderia explicar de outra maneira as reações de muitos cidadãos soviéticos médios inicialmente aos esforços de Nikita Khrushchev, ao final da década de 1950 e início da de 1960, e depois de Mikhail Gorbachev, no final da década de 1980, em expor os crimes de Stalin. À parte dos intelectuais e dos parentes das vítimas, as reações populares estavam longe de ser entusiásticas. Variavam da preocupação xenofóbica, algo tipicamente russo de que os inimigos da Rússia iriam explorar qualquer exposição pública do feio passado, à freqüente afirmação de que a era stalinista envolveu grandes realizações e não devia ser empanada. Alguns cidadãos, em cartas e jornais como *Pravda* ou *Izvestia*, até mesmo se opunham à reabilitação póstuma das vítimas de Stalin, com base em que isto seria ao mesmo tempo injusto para o passado e danoso para o prestígio soviético.

Ao mesmo tempo típico e revelador foi o relato proporcionado pela edição de 23 de julho de 1987 do *Pravda*, intitulado "Lendo a Correspondência". Este reportava que o jornal do partido havia recebido muitas cartas expressando desalento em relação à virada anti-stalinista nos escritos soviéticos históricos contemporâneos. Como exemplo de um ponto de vista largamente sustentado, o jornal citou um leitor, Vasiliy Petrovich Peshketov, de 74 anos (que conseqüentemente tinha 24 na época do pior terror de Stalin), proclamando orgulhosamente que havia ido à batalha contra os nazistas com as palavras "Pela mãe pátria, por Stalin" em seus lábios. Ele continuava, acrescentando: "Como é possível ter a menor dúvida sobre a sinceridade dessas palavras?" O antigo e aparentemente não-conformado veterano concluía sua carta acusando a campanha anti-Stalin como sendo baseada em enganos e meias-verdades e perguntava: "Então por que tais enganos têm permissão de aparecer nas páginas de respeitados órgãos da imprensa?"

O comentário do próprio *Pravda* confirmava que a carta citada expressava um ponto de vista partilhado mais amplamente:

> Será que o veterano está exagerando e generalizando em demasia? A julgar pela correspondência, não — não está exagerando de modo algum. Um grande maço de cartas encontra-se sobre a escrivaninha

> do escritório editorial, e seus autores fazem rudemente as mesmas perguntas, porém em um contexto mais amplo... Como é possível reduzir fenômenos, eventos, episódios, e fatos ambíguos heterogêneos, contraditórios e disparatados a um denominador comum e espremê-los forçosamente em uma fórmula única — o "culto da personalidade"? Como é possível desacreditar a industrialização do país, a coletivização da agricultura, a revolução cultural, a Grande Guerra Patriótica e a restauração pós-guerra da economia nacional no mesmo fôlego que os erros, fenômenos negativos, crimes e violações da legalidade socialista em normas leninistas da vida do partido?... E o que dizer sobre nossa ousadia, nosso entusiasmo, nossa juventude, nossas canções? Deverão ser descartadas da mesma maneira?

Tais reações por parte de alguns cidadãos soviéticos ao renovado repúdio do stalinismo, mais de trinta anos após a morte do ditador e após muitas revelações públicas da escala e brutalidade de seus crimes, são um testemunho de seu domínio continuado sobre as mentes de ao menos um segmento do público soviético.

Stalin também foi bastante bem-sucedido no exterior ao justificar seus métodos e ao ganhar alguma aprovação pelo que havia forjado. Em terminologia algo diferente, muitos comentaristas ocidentais estiveram durante anos mais inclinados a dar-lhe créditos por industrializar a Rússia do que a condená-lo por aterrorizá-la. A era stalinista era desse modo amplamente interpretada como uma era de grande mudança social, de rápida mobilidade ascendente, da mudança básica de uma economia rural para urbana. E parte disso, em certo sentido, era verdadeiro. Com Stalin a União Soviética tornou-se um importante poder industrial. Sua população mudou-se do interior. Um sistema socialista de comando central, em escala total, foi institucionalizado. E a economia soviética sustentava uma taxa relativamente alta de crescimento. De acordo com as estatísticas oficiais, a renda nacional soviética quadruplicou-se durante os primeiros planos de cinco anos, com as taxas de crescimento anual elevando-se a quase 15%. Isso exigia uma maciça mudança da população, com o número de pessoas vivendo nas áreas urbanas dobrando no decorrer de treze anos. Entre 1928 e 1940, a produção anual de eletricidade cresceu de cinco bilhões para 48,3 bilhões de quilowatts/hora; a de aço de 4,3 milhões para 18,3 milhões de toneladas; de máquinas operatrizes de 2.000 a 58.400; de veículos motorizados de 8.000 a 145.000. Às vésperas da guerra, a indústria chegou a representar 84,7% da economia soviética. Mesmo se exageradas em relatórios oficiais, estas foram inegavelmente importantes realizações.

O impulso econômico dos anos iniciais de Stalin explica em parte a surpresa de algumas poucas pessoas no Ocidente diante da intensidade da campanha soviética anti-Stalin, que emergiu tão dramaticamente apenas três anos após a morte do tirano. Essa campanha trouxe para

a frente as frustrações acumuladas, as metas duvidosas, o ilimitado sofrimento humano e o inútil derramamento de sangue, todos os quais foram os custos intangíveis dos "sucessos" de Stalin. O famoso discurso de Khrushchev em 1956, e então a documentação ainda mais abrangente proporcionada pela segunda onda de discursos antistalinistas durante o XXII Congresso do partido em 1961, representaram uma condenação impressionante dos custos sociais da experiência stalinista.

Ainda mais condenatório é o fato de que — apesar do ritmo inicial da industrialização soviética — o preço social da era stalinista simplesmente não pode ser justificado pela afirmação de que o modelo soviético de mudança sócio-econômica e modernização atingiu taxas mais altas de desenvolvimento do que havia sido o caso em outras partes. Deixando de lado a impropriedade moral de qualquer cálculo dessa espécie, a afirmativa não resiste factualmente. Até o ponto em que comparações nacionais cruzadas são possíveis, é evidente, por exemplo, que o Japão se saiu melhor, tanto após a restauração Meiji, durante o século XIX, como após a Segunda Guerra Mundial, porém sem ter cobrado um preço humano comparável. Similarmente, o registro total da modernização italiana neste século — e a Itália e a Rússia eram em geral muito aproximadas em termos de índices sócio-econômicos no início do século — é perceptivelmente melhor. Por último, mas não menos importante, a Rússia czarista manteve uma taxa mais alta de crescimento, de 1890 a 1914, do que Stalin alcançou por um preço humano tão inacreditavelmente alto.

Não é de se surpreender que líderes soviéticos mais recentes — mesmo Mikhail Gorbachev — tentaram justificar os custos sociais da industrialização e coletivização stalinista como um imperativo ditado pelo surgimento de Hitler na Alemanha. "A industrialização nas décadas de 1920 e 1930 realmente foi um teste muito difícil", escreveu o atual líder soviético em seu livro, *Perestroika*. "Mas vamos agora, olhando para o passado, tentar responder à pergunta: foi necessário? Poderia um país tão vasto quanto o nosso ter vivido no século XX sem ser um Estado industrialmente desenvolvido? Havia outra razão que também muito cedo deixou claro que não tínhamos opção, a não ser acelerar a industrialização. Tão cedo quanto em 1933, a ameaça do fascismo começou a crescer rapidamente. E onde estaria o mundo agora se a União Soviética não tivesse bloqueado o caminho da máquina de guerra de Hitler? Nosso povo derrotou o fascismo com o poderio criado por ele nos anos de 1920 e 1930. Não tivesse havido industrialização, teríamos estado desarmados diante do fascismo."

Mas a decisão de convulsionar a sociedade soviética foi iniciada não em 1933, mas em 1928, quando a ameaça de uma Alemanha militarizada ainda não se achava no horizonte, quando Stalin entoava gravemente contra o "perigo de guerra" da *Grã-Bretanha* e quando

Moscou se empenhou em ativo conluio militar e político com a Alemanha. Com efeito, tão tardiamente quanto no verão de 1932, Stalin estava assegurando em público aos alemães — através de uma entrevista fartamente divulgada com Emil Ludwig, publicada com proeminência na imprensa soviética — que a União Soviética não estava preparada para garantir as fronteiras da Polônia contra as aspirações alemãs.

Claro que não é exagero dizer que nunca antes tanto sacrifício humano havia sido exigido por tão relativamente pouco benefício social. Como Cyril Black, o historiador de Princeton, colocou na conclusão de seu trabalho intitulado "Sociedade Soviética: Uma Visão Comparativa", que foi uma constatação abrangente do processo de modernização soviético:

> Em uma perspectiva de cinqüenta anos, a posição comparativa da URSS em índices *per capita* compostos, econômicos e sociais, provavelmente não mudou de forma significativa. Até onde as limitadas evidências disponíveis permitem julgamento, a URSS não superou ou ultrapassou qualquer país em uma base *per capita* desde 1917... e os dezenove ou vinte países que se posicionam mais alto do que a Rússia nesse aspecto, hoje, também se colocavam mais alto em 1900 e 1919.

No entanto, no Ocidente, mesmo nas décadas de 1950 e 1960, persistia a noção de que o stalinismo era historicamente um desenvolvimento ambivalente, com o bem compensando o mal. Não foram apenas os partidos comunistas ocidentais que tiveram dificuldades para conciliar-se com a realidade da história stalinista. Em alguns aspectos, seu apuro era compreensível. O stalinismo representava o único exemplo vivo de "socialismo" construído por um partido comunista no poder. Além disso, dado o controle soviético sobre esses partidos, eles não tinham muita escolha no assunto. Mais revelador da atração da mente do século XX pelo experimento de Stalin na engenharia social foi o fato de que muitos eruditos ocidentais foram influenciados pela visão — propagada, por exemplo, pelo amplamente lido e muito citado historiador Isaac Deutscher — de que o stalinismo havia sido uma forma de necessidade histórica, induzida pelos imperativos da industrialização rápida, politicamente imposta, de uma sociedade altamente primitiva.

As revelações patrocinadas por Khrushchev fizeram muito para abalar essa perspectiva, e o prego final no caixão do mito do Stalin "historicamente positivo" foi colocado pelo *Arquipélago Gulag* de Aleksandr Soljenitsin. Mesmo os partidos comunistas ocidentais vieram a perceber que o stalinismo havia sido um crime histórico desnecessário e representava para eles uma suscetibilidade política contemporânea. O Partido Comunista Italiano avançou mais longe ao denunciar aquela fase da história soviética, mas os efeitos de choque

das revelações também foram sentidos mais amplamente entre os intelectuais de tendências marxistas da Europa Ocidental. O stalinismo veio, dessa maneira, a ser percebido como um erro monstruoso na experiência comunista, uma aberração a ser lamentada e evitada.

Mas as raízes do legado catastrófico de Stalin remontam a Lenin — aos seus legados gêmeos do partido dogmático e da polícia secreta terrorista. O flagelo burocrático de Stalin foi construído sobre as bases do partido de vanguarda ao qual tudo devia ser subordinado. Uma vez que esse partido assumiu a reconstrução da sociedade, o poder do Estado tinha que crescer e se expandir. O legado do próprio Stalin foi a exaltação da violência patrocinada pelo Estado contra sua própria sociedade, a emergência de um Estado social sufocando a criatividade social, esmagando em botão qualquer demonstração de inovação intelectual, a criação de um sistema de privilégios hierárquicos, tudo submetido ao controle político centralizado. Muito desse legado subsistiu além de Stalin, sobrevivendo mesmo aos ataques lançados por Khrushchev. Desse modo, serviu não apenas para desacreditar o modelo soviético no mundo em geral, mas também tornou possíveis depois de Khrushchev os vinte anos subseqüentes de estagnação política e social sob Leonid Brejnev.

Capítulo

3

Stalinismo Estagnado

A ambivalência de muitas pessoas soviéticas médias em relação aos esforços pela desestalinização explica por que a era Brejnev durou tanto tempo e por que assumiu as formas que assumiu. Embora se iniciasse como um regime modernizador, tentando introduzir racionalidade nas reformas tempestuosas de Krushchev, o regime Brejnev em pouco tempo tornou-se equivalente a uma restauração quase stalinista. Os contornos básicos do sistema stalinista, especialmente seus controles centralizados e sufocantes, sua *nomenklatura* privilegiada e a supremacia da burocracia estatal foram perpetuados — mas em um panorama de decadência social, econômica e mesmo política gradualmente crescente. Apenas o terror maciço de Stalin deu lugar a um uso mais discriminatório, porém ainda arbitrário, de coerção política, em grande parte, porque a elite governante havia aprendido através de amarga experiência que o terror tinha uma dinâmica própria, consumindo finalmente até mesmo seus responsáveis.

O stalinismo, porém, sem a mudança social induzida pelo Estado a partir do alto e sem as manifestações maciças de terror, continuou dessa maneira por outro quarto de século. Efetivamente, o stalinismo veio a caracterizar dois terços da era comunista do século, deixando uma impressão decisiva sobre o que o comunismo veio a significar historicamente. Mas o sistema stalinista permaneceu não apenas porque Brejnev e seus camaradas imediatos se beneficiaram e permaneceram

leais a ele. Sobreviveu porque se havia tornado uma vasta estrutura de privilégios, controles, recompensas e interesses velados sobrepostos. Resistiu também porque as massas soviéticas recém-urbanizadas não podiam conceber qualquer outra alternativa, tendo durante meio século sido inculcadas com a noção de que suas experiências representavam para elas um passo gigante à frente.

Mais importante, o stalinismo tanto resistiu como se estagnou, porque era um sistema político sem vida política real em seu seio.

Como o historiador soviético Leonid Batkin colocou, em *Nedelya*, nº 26, 1988, no curso de debates públicos que finalmente irromperam em reação ao legado stalinista,

> ...a política havia desaparecido da vida de nossa sociedade desde o final da década de 1920... a política desapareceu como uma esfera contemporânea *específica* de atividade humana, onde as diferenças em interesse de classe e grupo são evidentes e chocam-se uma com a outra, onde há uma comparação pública direta de posições e onde os métodos são elaborados para levá-los a algum compromisso dinâmico. A política desapareceu — e dessa maneira *tudo se tornou "político"* (grifo no original).

A sociedade como um todo foi tornada política de alto a baixo, mas a política real estava confinada apenas ao verdadeiro topo. O sistema era dessa maneira protegido da ameaça de mudanças, mas a estagnação foi o preço inevitável da autoperpetuação coercitiva do sistema.

Essa estagnação não podia ser ignorada para sempre. Já nos últimos anos da era Brejnev, um senso de mal-estar estava se desenvolvendo entre uma parte da elite soviética superior. Uma consciência de decadência, de apodrecimento ideológico, de esterilidade cultural estava se estabelecendo. Esta começou não apenas a permear os círculos intelectuais, mas também a infectar alguns membros da elite política. Essa elite tornou-se cada vez mais consciente da distância crescente entre a morosa União Soviética e seu rival designado, os Estados Unidos. Nas palavras do historiador previamente citado "enquanto o sistema de Stalin estava exterminando as pessoas aos milhões, pessoas como Bohr, Wiener, Watson e Crick estavam trabalhando. Enquanto o sistema de Brejnev reduzia nosso país a um estado de mediocridade, o mundo desenvolvia *lasers* e computadores pessoais, e testemunhava a explosão da revolução pós-industrial".

O pessimismo histórico emergente no seio da elite soviética colocava-se em agudo contraste com o otimismo jactancioso da era de Khrushchev. Apenas duas décadas antes, iniciando em 1958, o primeiro-secretário Nikita Khrushchev havia começado a declarar em público que a União Soviética em breve iria "sepultar" a América na competição econômica. Provavelmente embriagado pelo triunfo de relações pú-

blicas em colocar o *sputnik* soviético no espaço à frente do programa espacial dos EUA e apoiando-se nas estatísticas soviéticas oficiais de taxas projetadas de crescimento, o líder soviético afirmou em numerosas ocasiões que no início dos anos 70 "a URSS assumirá o primeiro lugar no mundo" em resultados econômicos e que isso "irá assegurar aos nossos povos os mais altos padrões de vida do mundo".

Para deixar as coisas ainda mais embaraçadas, essas gabolices públicas não podiam ser atribuídas exclusivamente à idiossincrasia pessoal do principal líder soviético, porque foram entesouradas no programa ideológico oficial do partido comunista governante adotado em 1961. Em outras palavras, o seguinte prognóstico tornou-se parte integral da doutrina marxista-leninista alegadamente científica e infalível: "Na década corrente — 1961-1970 — a União Soviética, ao mesmo tempo criando uma base material-técnica para o comunismo, irá ultrapassar em produção *per capita* o mais poderoso e rico país capitalista — os Estados Unidos."

Como se isso não fosse suficiente, o programa do partido continuava proclamando que na década subseqüente "uma abundância de riqueza material e cultural será assegurada para a população inteira... e assim, em essência, uma sociedade comunista será construída na URSS". A entrada para o estágio do comunismo genuíno deveria marcar o triunfo histórico último do sistema soviético. A sociedade soviética iria ser mais rica do que a da América, sua economia seria mais produtiva e "o majestoso edifício do comunismo" iria permitir a implementação do "princípio de distribuição de acordo com a necessidade".

Na realidade, em meados da década de 60, essas jactâncias já não passavam de uma máscara para a dolorosa realidade da estagnação crescente. Talvez por algum tempo Brejnev ainda tivesse razão de alimentar algumas esperanças latentes de no final tampar a brecha. Em 1970, a economia soviética havia subido a mais da metade daquela dos Estados Unidos, ainda estava crescendo mais rapidamente e mostrava uma dianteira considerável sobre qualquer outro rival. Era responsável por 15,3% do PIB mundial, enquanto os Estados Unidos respondiam por 27,7%. Mas, durante a década de 70, as taxas de crescimento soviéticas perderam impulso e a economia atrofiou-se. Em 1985, a porcentagem soviética do PIB global havia caído a 14,7%, enquanto a dos Estados Unidos aumentara para 28,5%. Muito pior, no final da década de 80, a União Soviética não ocupava mais um segundo lugar inquestionável na hierarquia econômica global. O país que via a si próprio destinado a tornar-se o primeiro poder econômico do mundo no início dos anos 70, estava sendo ultrapassado pelo Japão, cuja economia não apenas crescia com mais rapidez como também era muito mais avançado tecnologicamente.

Com efeito, a brecha tecnológica alargando-se de forma dramáti-

ca era sem dúvida uma fonte de preocupações ainda maior para os membros de maior discernimento da elite soviética. Aquela elite percebeu que o progresso econômico futuro requeria inovação científico-tecnológica e que a União Soviética estava agora arrastando-se de modo lamentável, em particular, na aplicação econômica da nova tecnologia. Os dados eram amplamente conhecidos e contavam uma história dramática. O país que havia se gabado com tanta ostentação de estar no limiar da inovação, estava ficando atolado nas fases médias da idade industrial, incapaz de ir mais além. Apenas uns poucos exemplos, como na tabela abaixo, falam dos volumes.

	EUA	CEE	JAPÃO	URSS
Computadores grandes/médios	96.500	23.400	16.900	3.040
[por milhões pop. em 1983]	412	135	142	11
Computadores pequenos	1.000.000	240.000	70.000	22.000
[por milhões pop. em 1983]	4.273	1.387	588	80
Robôs industriais	44.700	51.877	67.435	3.000
[por milhões pop. em 1981]	196	201	571	11

A economia soviética não estava apenas ficando para trás na corrida tecnológica. Havia também se tornado incrivelmente perdulária. Sem incentivo internalizado para competir, racionalizar e inovar, não apenas o setor industrial soviético, como também suas cópias na Europa Central, haviam se tornado monumentos à ineficiência burocrática e extravagância de recursos contraproducentes. De acordo com dados meticulosamente compilados por um economista polonês, professor Jan Winiecki, no seu *Economic Prospects, East and West* (Londres, 1987),

BLOCO SOVIÉTICO	ENERGIA P/US$ 1000 PRODUTO INDUSTRIALIZADO	AÇO P/US$ 1000 PRODUTO INDUSTRIALIZADO
União Soviética	1490	135
Polônia	1515	135
Alemanha Oriental	1356	88
Hungria	1058	88
EUROPA OCIDENTAL		
França	502	42
Alemanha Ocidental	565	42
Inglaterra	820	38

as economias do tipo soviético consomem de duas a três vezes mais energia por unidade de produção do que as economias baseadas no mercado da Europa Ocidental.

A irracionalidade ideológica do legado econômico stalinista foi ainda mais destrutiva no setor agrícola. Na década de 1970, a ineficiência crônica de seu sistema coletivizado, completada por condições climáticas ocasionalmente pobres, compeliu os líderes soviéticos a gastar por ano bilhões de dólares em dinheiro vivo para a importação de grãos. Como resultado, o governo também sentiu-se compelido a subsidiar os preços dos alimentos, sob pena dos custos proibitivos para o consumidor soviético estimularem a inquietação civil. Entretanto, ao mesmo tempo, os lotes privados que eram tolerados na agricultura estavam sendo limitados a apenas 4% da terra arável, mesmo embora estivessem produzindo — graças à iniciativa individual — 25% do abastecimento de alimentos soviéticos.

O resultante desperdício econômico e o atraso industrial e tecnológico associado também tiveram um impacto adverso sobre a habilidade soviética em participar do comércio mundial. De modo crescente, a União Soviética estava se tornando um exportador, principalmente de matérias-primas e minerais, como grande parte do Terceiro Mundo, mas era incapaz de competir com os principais exportadores mundiais de bens manufaturados. De acordo com o relatório anual do GATT, a União Soviética caiu do 11º lugar em 1973 para o 15º em 1985 na exportação de bens manufaturados, tendo sido ultrapassada nos anos intermediários por Formosa, Coréia do Sul, Hong Kong e Suíça.

Mas, de modo geral, cerca de quarenta anos após o final da Segunda Guerra Mundial, a sociedade soviética continuava sujeita ao racionamento parcial de alimentos e sofria de continuada escassez de bens de consumo. Esperar na fila durante horas a cada dia era a rotina normal para a avassaladora maioria de donas-de-casa soviéticas urbanas. O alcoolismo continuava a espalhar-se, enquanto os cuidados hospitalares para o cidadão médio soviético geralmente se deterioravam. Em março de 1987, o recém-nomeado ministro da Saúde revelou que uma vasta percentagem de hospitais soviéticos não tinha água quente, seus esgotos eram inadequados e lhes faltavam recursos sanitários. Não era surpresa que a expectativa de vida masculina tenha declinado de maneira dramática durante os anos Brejnev, de 66 para 62 anos, comparada aos 71,5 anos nos Estados Unidos, e que a mortalidade infantil tenha crescido a nível 2,5 vezes mais alto do que o dos Estados Unidos, colocando assim a União Soviética em 50º lugar na colocação mundial — atrás de Barbados. O único grupo realmente isento de dificuldades sociais era a oficialidade do partido governante e a elite militar e administrativa superior. Beneficiando-se de lojas exclusivas, bons hospitais e centros de férias especiais, estes desfrutavam dos benefícios do socialismo para uma só classe.

A realidade do socialismo para uma só classe não apenas colidia de frente com o mito oficial do igualitarismo social, como, com o tem-

po, alimentava um crescente ressentimento social. Uma notável pesquisa de opinião pública, publicada por *Moscow News* a 3 de julho de 1988, mostrou que cerca da metade do público soviético não sentia que estivesse vivendo em uma "sociedade de justiça social". A queixa mais forte era dirigida ao sistema de privilégios especiais para o funcionalismo sênior. Estes incluíam — na ordem do ressentimento — "pacotes de alimentos, bens de lojas exclusivas"; "disponibilidade livre de quaisquer livros ou assentos em teatros, cinemas etc."; "apartamentos em moradias superiores, em áreas altamente prestigiosas"; e "*dachas* de propriedade do Estado". Tal ressentimento social era intensificado pelo fato de que a qualidade de vida para as massas não estava melhorando claramente em um ritmo satisfatório e, em alguns aspectos significativos, estava mesmo deteriorando-se.

Acrescendo ao problema havia o fato de que um número crescente de cidadãos soviéticos, especialmente entre a elite profissional, sabia agora que as condições no exterior eram consideravelmente melhores, inclusive até na Europa Oriental comunizada. Entre os intelectuais, a consciência do atraso soviético e de seus efeitos debilitantes tornou-se realmente difundida durante a década de 1970. Não era mais possível afirmar e fingir, como havia sido durante anos com Stalin, que a vida na União Soviética era melhor do que em qualquer outra parte. Muitos cidadãos soviéticos, há muito isolados do mundo, haviam acreditado na propaganda soviética, mesmo tão tardiamente quanto em meados da década de 1970.

Em 1987, um membro importante do *establishment* acadêmico soviético, Ievgeni Afanasiev, explicou candidamente a uma platéia húngara, pela rádio de Budapeste, a 7 de novembro de 1987, o preço intelectual pago por esse estado de coisas:

> É certo que a consciência nacional, até o ponto em que sequer chegou a se desenvolver na sociedade soviética, desenvolveu-se em meio a condições totalmente anormais. Em outras palavras, desenvolveu-se de um modo unilateral, como o fez a consciência histórica e social... A sociedade soviética vivia num estado de isolamento intelectual voluntário [*sic!*], isto é, não conhecia nada sobre o Ocidente... nós não nos preocupamos com Max Weber ou Durkheim, ou Freud, ou Toynbee, ou Spengler. Estes não são apenas nomes, são nomes que têm mundos, sistemas mundiais por trás de si. Se uma sociedade deixa de familiarizar-se com estes mundos, ela simplesmente sai do século XX, encontrando-se na periferia das mais importantes descobertas do século.

Para o mundo em geral, o espetáculo de um sistema ideologicamente auto-isolado e burocraticamente centralizado, com muita dificuldade oferecia um exemplo de dinamismo econômico ou social. Foi necessária literalmente uma decisão política ao nível do Politburo governante

para produzir um único item de consumo de qualidade e, nos setenta anos de governo soviético, nem um único de tais itens capaz de competir no mercado mundial foi até agora produzido. Esse foi o legado que Stalin transmitiu e Brejnev perpetuou. Naquele sistema econômico, a burocracia de Estado estabelecia as cotas e preços para milhões de itens, enquanto os administradores supervisionavam a produção sem quaisquer incentivos para serem inovadores. Os trabalhadores produziam sem qualquer motivação de aumentar a produtividade ou aperfeiçoar a qualidade. Além do mais, tanto os administradores como os trabalhadores partilhavam de um interesse em distorcer para melhor o relatório de seu desempenho. Como resultado, nos anos recentes, as estatísticas estatais soviéticas, por admissão oficial, tornaram-se crescentemente não-confiáveis e, dessa maneira, inúteis para qualquer processo racional de planejamento.

Apesar da jactância oficial, a verdade não mais podia ser oculta: tanto quantitativa como qualitativamente, a União Soviética estava se estagnando. Em vez de ultrapassar os Estados Unidos, estava, no melhor dos casos, mantendo-se como o mais desenvolvido dos países em desenvolvimento — e mesmo nesta categoria estava começando a encarar a ameaça potencial de ao final ser ultrapassada em algumas áreas críticas pelos países em desenvolvimento mais ambiciosamente inovadores, em especial a China. Esta era sem dúvida uma perspectiva irritante e preocupante para os membros mais informados da elite governante soviética. O comando militar soviético, bastante consciente de que a guerra moderna estava se tornando de forma crescente dependente da habilidade de adaptar com rapidez as últimas inovações tecnológicas, tinha de estar especialmente preocupado.

Para os membros mais historicamente versados da elite russa, a condição corrente da União Soviética deve ter provocado algumas analogias perturbadoras com a decadência da Rússia durante as últimas décadas do século anterior. Em 1815, tendo desempenhado o papel central na derrota de Napoleão e com o czar Alexandre I tendo cavalgado em triunfo para Paris, a Rússia era militarmente a nação mais poderosa do mundo. A economia russa cresceu rapidamente durante as várias décadas seguintes, e também havia esperança de mudança política. No entanto, passo a passo, a estagnação se estabeleceu. Entre 1870 e 1890, o PIB do país declinou realmente, com a Grã-Bretanha e a Alemanha ultrapassando a Rússia e com a França e o império dos Habsburgos aproximando-se. Duas guerras locais, dispendiosas e inconclusivas — a Guerra da Criméia e a Campanha da Bulgária e do Cáucaso — e o esmagamento da rebelião polonesa contribuíram para um declínio drástico na posição internacional da Rússia. Em pouco tempo, o fermento revolucionário emergia, refletindo o crescente descontentamento político e social.

Tudo isso tem paralelos contemporâneos. Em 1945, Stalin con-

quistou Berlim, e o Exército Vermelho era a maior força militar do mundo. Na década de 60, os líderes soviéticos estavam convencidos de que em breve a União Soviética também seria o poder econômico líder do mundo. Entretanto, durante a década de 1970, a economia estagnou. Em 1990, a União Soviética terá caído ainda mais para trás, não apenas dos Estados Unidos, mas também da Europa Ocidental e do Japão. A malograda guerra de nove anos no Afeganistão, a crescente inquietação na Europa Oriental e os efeitos econômicos dos gastos proibitivamente altos com o poderio militar estavam todos contribuindo para um difundido senso de mal-estar social em casa e para a perda do prestígio no exterior.

Embora a crescente evidência de que a União Soviética estivesse perdendo a corrida econômica para os Estados Unidos fosse suficientemente ruim, era apenas a metade da história. Ainda mais irritante e juntando-se às preocupações geoestratégicas soviéticas, era a sombria projeção feita em 1988 pela Comissão de Estratégia Integrada de Longo Alcance dos EUA de que, por volta do ano 2010, a hierarquia econômica global iria provavelmente encontrar a União Soviética em quinto lugar. Os Estados Unidos continuariam a figurar em primeiro. Então viriam a Europa Ocidental (que provavelmente ainda não seria um poder político-militar inteiramente integrado), a China e o Japão. A União Soviética estaria colocada atrás — com seu PIB muito menor à época do que metade daquele dos Estados Unidos.

Além disso, as quatro potências principais estarão provavelmente desfrutando de um relacionamento melhor umas com as outras do que a União Soviética. Desse modo, o Kremlin está encarando a perspectiva de ver-se cercado geopoliticamente por Estados potencialmente hostis e economicamente mais fortes. As implicações estratégicas e as ideológicas da perspectiva devem ser temíveis para qualquer líder soviético, em especial para aqueles que basearam seu poder na afirmação de que a ideologia comunista continha a chave para um futuro utópico.

Capítulo

4

O Paradoxo da Reforma

A consciência da necessária mudança, reforma e maior inovação, por fim, emergiu em uma escala politicamente significativa após a morte de Brejnev, em 1982. Porém, mais de duas décadas haviam sido desperdiçadas. Como resultado, os legados a serem superados haviam se tornado cumulativos e maciços. O sistema soviético existente era na época o produto ossificado de três fases formativas intimamente ligadas e sobrepostas:

1. sob Lenin, aquela de um partido totalitarista almejando a reconstrução total da sociedade;
2. sob Stalin, aquela de um Estado totalitário que havia subordinado totalmente a sociedade;
3. e sob Brejnev, aquela de um Estado totalmente estagnado dominado por um partido totalitário corrupto.

Para reformar o sistema existente era necessário atacar todas as três camadas históricas. Entretanto, fazê-lo era correr o risco de alienar as instituições de poder críticas e de despertar a hostilidade dos segmentos mentalmente stalinizados das massas soviéticas. Qualquer reforma, para ser bem-sucedida, deveria, portanto, ser efetivamente gradual. Tinha de mover camada por camada, consolidando seu progresso, com cuidado para não antagonizar simultaneamente todos os interesses subjetivos e objetivos investidos.

O mais fácil de atacar era o legado de Brejnev, com sua corrupção pessoal, estagnação social e atraso econômico crescentemente visível. Mais difícil de enfrentar era o legado stalinista, dados os interesses burocráticos investidos e a lealdade residual de alguns cidadãos soviéticos mais idosos. O mais difícil de desafiar era o legado leninista, que combinava as lembranças saudosas da NPE (Nova Política Econômica) com a afirmativa auto-satisfatória de um papel histórico único para um partido de vanguarda elitista e que proporcionava à elite governante sua legitimidade histórica.

O ataque inicial foi lançado, mas apenas por um tempo muito breve, pelo sucessor imediato de Brejnev, Iuri Andropov. Na época, a revolução contra a estagnação e corrupção prevalecentes se havia tornado tão difundida que aqueles que permaneciam devotados às duas camadas anteriores da experiência soviética, a leninista e a stalinista, podiam unir-se com os reformadores anti-Brejnev em uma frente comum. Desafortunadamente para os reformadores, a fase Andropov teve um rápido final com a morte súbita do líder inovador em 1984. Por um breve momento, o sistema moribundo conseguiu uma trégua sob Konstantin Chernenko, a quem Brejnev preferia inicialmente como seu sucessor. Mas até então as pressões acumuladas por uma renovação — uma que ao menos arrancasse a camada mais recente da experiência soviética — eram tão fortes, que a morte de Chernenko, em 1985, empurrou para a frente uma personalidade nova e muito mais dinâmica, claramente identificada com o breve interlúdio de reformas fracassadas de Andropov.

Mikhail Gorbachev assumiu o poder com um vago mandato de recolocar o sistema soviético em movimento. Muito menos claro era até que ponto as reformas necessárias deveriam ir e o que deveria lhes servir como modelo histórico. Mais especificamente, deveria o stalinismo ser repudiado também? E em nome de quê? Se o leninismo tivesse que ser o antídoto reverenciado ao stalinismo, que aspecto central daquela experiência leninista deveria ser evocado? Deveria ser a NPE ou deveria ser um partido revitalizado, militante e ideologicamente motivado? E, como tema prático, poderia o stalinismo ser repudiado não apenas historicamente, mas também em termos de realidade corrente sem de algum modo atacar a essência real do verdadeiro legado do leninismo?

Não obstante, deve ser explicitamente afirmado — e o ponto é importante — que a emergência de Gorbachev não foi um exemplo esdrúxulo. Sua chegada ao poder representou o surgimento de uma nova realidade na União Soviética, tanto nos níveis objetivos como subjetivos. Em outras palavras, se não ele, então algum outro reformador soviético teria, com toda probabilidade, emergido como líder em meados da década de 80. A população soviética, por todas as suas privações físicas e doutrinação continuada, era, no início da década de 80,

relativamente educada, com muitos de seus escalões superiores bastante familiarizados com as condições no mundo em geral e menos crédula em relação a afirmativas ideológicas enganosas. Particularmente, entre os economistas profissionais superiores, especialistas nos negócios mundiais e seus colegas em alguns dos setores mais internacionalmente orientados da *nomenklatura* do partido, emergiu uma consciência penetrante de uma crise crescente que exigia reformas, que, por sua vez, poderiam também proporcionar respostas às perguntas colocadas acima.

A celebrada campanha da *glasnost*, ou transparência, de Gorbachev, não proporcionou de imediato e provavelmente não pôde fazê-lo, uma resposta estratégica geral às questões acima. Em vez disso, a companha da *glasnost* pareceu progredir através de vários estágios táticos. Inicialmente, quando lançada em 1985, envolveu em grande escala exposições de abusos contínuos pela burocracia do Estado, incluindo mesmo a polícia, até então intocável, e de desperdício e má administração no setor econômico. Em pouco tempo, o escopo da *glasnost* expandiu-se para incluir os inícios de uma reapreciação crítica do passado, concentrando-se em alguns dos abusos mais evidentes da era stalinista. Não incluiu, entretanto, um ataque total ao legado sistêmico daquele período negro, pois isto poderia ter trazido conseqüências potencialmente desestabilizantes para a estrutura do sistema político como um todo.

Não obstante, mesmo o alcance inicialmente meio confinado da campanha da *glasnost* desencadeou poderosos impulsos de reformas nos centros urbanos soviéticos. Isto possibilitou a Gorbachev e seus companheiros ampliarem o âmbito da campanha para incluir, em 1987, um programa crescentemente ambicioso de mudanças enfocadas a princípio na administração e planejamento da economia do Estado. Rotulada de *perestroika*, ou reestruturação, a campanha buscava explorar o impulso desencadeado pela *glasnost* para energizar e modernizar a burocracia econômica estagnada e reviver o crescimento econômico. Mas isto também trouxe à superfície a questão de se a reforma genuína da economia soviética era possível sem bulir significativamente com o sistema político e sem abrir de modo mais generalizado as portas para a liberdade intelectual.

Permaneceu, então, a pergunta-chave não respondida: Onde traçar as fronteiras da reforma? Mesmo Gorbachev não sabia provavelmente a resposta precisa, embora alguns de seus comentários insinuassem uma inclinação a ir bastante longe. Seus comentários informais e espontâneos feitos a várias platéias soviéticas tendiam a ter mais longo alcance em suas implicações do que discursos formalmente preparados e pronunciados para corpos partidários comunistas da liderança. Ao dirigir-se a uma reunião dos líderes dos meios de comunicação de massa e dos assim chamados sindicatos criativos, em meados

de julho de 1987, Gorbachev mencionou uma nova "cultura política" soviética, e o uso destas duas palavras, emprestado da sociologia política ocidental, foi realmente admirável. Instando uma democratização ampliada, Gorbachev observou: "Estamos agora como que passando através da escola da democracia novamente. Estamos aprendendo. Nossa cultura política é ainda inadequada. Nosso padrão de debate é inadequado; nossas habilidades em respeitar o ponto de vista mesmo de nossos amigos e camaradas — mesmo esta é inadequada."

O objetivo de Gorbachev em moldar uma nova cultura política era ainda mais proibitivo, porque as "inadequações" que deplorava eram não apenas um legado do leninismo-stalinismo. Estavam profundamente arraigadas na história russa. As *Cartas da Rússia* do marquês Astolphe de Custine, publicadas em 1839 após uma prolongada visita deste àquele país, sugerem uma notável continuidade entre a política da Rússia do século XIX e a União Soviética de hoje. De Custine ficou perplexo com o papel permeante da burocracia estatal que "é baseada em minúcias, sujeira e corrupção" e na qual "o segredo preside sobre tudo". Ele acusou que o "único domínio no qual a tirania demonstra inventividade é na maneira de perpetuar seu poder" e que "despotismo é pior quando alegadamente está fazendo o bem, porque então justifica, através de suas intenções, os atos mais audaciosos, e o mal que é visto como remédio não conhece limite". Sua avaliação do desempenho do regime poderia facilmente ser aplicada à experiência soviética: "Nem digo que seu sistema político não tenha criado nada de bom, mas meramente afirmo que um preço alto demais foi pago por suas realizações."

De Custine também ficou perplexo com as restrições colocadas ao pensamento livre e pelo uso enganoso da história por aqueles no poder. Observou que a história é "a possessão do czar", que "apresenta ao povo tais verdades históricas que estejam de acordo com a ficção correntemente dominante". Talvez mais significativamente, comentou: "O sistema político da Rússia não poderia suportar vinte anos de comunicação livre com a Europa Ocidental."

Não é de admirar, então, que moldar uma nova cultura política na União Soviética, após cinqüenta anos de stalinismo estatal direto e indireto e após setenta anos de leninismo do partido, iria necessariamente exigir uma sublevação política de grandes proporções. Gorbachev insinuou isso em uma conversação privada mantida em maio de 1987 com um líder da cúpula do partido húngaro (que a recontou no dia seguinte a este autor), afirmando que, em sua opinião, a totalidade da experiência soviética desde 1929 havia sido errada. Com efeito, de acordo com o principal líder soviético, não menos que três quartos da prática soviética eram desacreditados e deveriam de algum modo ser repudiados ou corrigidos.

É muito duvidoso que mesmo os colegas de Gorbachev no Polit-

buro concordassem plenamente. É provável que a maioria deles sentisse por instinto que o leninismo não era apenas a base de sua legitimidade, mas que muito da experiência stalinista proporcionava a base de seu poder. Remendar parcialmente o sistema stalinista era ao mesmo tempo aceitável e até visto como necessário, mas um repúdio geral, temiam eles, poderia desestabilizar o sistema soviético como um todo. O consenso em relação às reformas era portanto relativamente tênue. Era vulnerável a cisões na questão de quanto do legado stalinista poderia seguramente ser desfeito, enquanto a perniciosa tradição leninista permanecia uma intocável vaca sagrada.

De fato, o leninismo e não a reforma era assim o tema último — embora oculto — de contenção entre os principais líderes soviéticos. Por exemplo, muito foi feito no Ocidente a respeito do alegado conflito entre o reformador, Gorbachev, e seu rival alegadamente conservador e anti-reformista, Yegor Ligachev, que até o outono de 1988 era o homem número dois no Politburo e também secretário do partido. Embora até o presente e apesar da *glasnost*, quase nada seja conhecido sobre os debates internos no seio da liderança suprema, não parece muito claro que Ligachev tenha estado falando em favor daqueles líderes soviéticos que não estão contra a reforma como tal, mas que prefeririam que esta fosse empreendida de uma "maneira leninista", a partir do alto e de um modo mais discriminado de forma a não arriscar o controle efetivo do partido sobre o processo.

A diferença entre as duas abordagens foi mais bem resumida por Aleksandr Gelman, um membro ativo da organização soviética dos cinegrafistas do partido, ele próprio um entusiástico partidário de Gorbachev, que traçou uma aguda distinção entre os conceitos de "democratização" e "liberalização". Em suas poderosas palavras (como citadas por *Sovetskaia Kultura*, de 9 de abril de 1988):

> A democratização proporciona a redistribuição do poder, direitos e liberdades, a criação de uma série de estruturas independentes de administração e de informação. E a liberalização é a conservação de todos os fundamentos do sistema administrativo, mas de uma forma mais suave. A liberalização é um punho aberto, mas a mão é a mesma, e a qualquer momento poderia ser novamente cerrada em um punho. Apenas, exteriormente, a liberalização é, às vezes, reminiscente da democratização, mas efetivamente é uma usurpação fundamental e intolerável.

Mesmo se exagerado, o contraste implicado entre um líder "democratizante" e um meramente "liberalizante" estava em sua essência correto. Para ser bem-sucedido no panorama do legado stalinista, o primeiro favorece o rompimento mais incisivo com o passado, enquanto o último é mais inclinado a dar ênfase a elementos de continuidade.

Desse modo, Ligachev, que saiu de seu caminho em uma celebrada entrevista com o diário francês *Le Monde*, a 4 de dezembro de 1987, para frisar que "eu presido as reuniões do secretariado do comitê central e... organizo seu trabalho" e que "Gorbachev preside as reuniões do Politburo", não foi tímido em proporcionar uma afirmação mais positiva do passado soviético do que a oferecida pelo próprio Gorbachev. Embora sempre frisando a necessidade de reformas e endossando inteiramente o programa da *perestroika*, Ligachev afirmou em público que para ele mesmo a era de Brejnev foi de realizações "impressionantes". Como o colocou, de acordo com o *Pravda* de 27 de agosto de 1987, "foi um tempo inesquecível, era de fato viver a vida plenamente... era ali, em condições difíceis, que os verdadeiros comunistas eram forjados". Enfatizou também que "jamais deixaremos a trilha leninista", que associou intencionalmente com toda a "gloriosa história de setenta anos de poder soviético".

O consenso quanto à necessidade de reforma representava, dessa forma, um compromisso relativo ao presente, obscurecendo uma importante discordância relativa a muito do passado. Esse compromisso teve um duplo efeito. Por um lado, permitiu que críticas à era stalinista emergissem e fossem propagadas. A experiência soviética e o modelo soviético foram assim ainda mais desacreditados no mundo em geral. Por outro lado, ao perpetuar o caráter fundamentalmente totalitário do sistema através da retenção não apenas do partido totalitário do tipo leninista, com sua afirmativa de percepção única das leis da história, mas também das principais instituições do Estado mastodonte do tipo stalinista, com sua subordinação esmagadora da sociedade, o alcance de reformas potenciais era severamente circunscrito. Desse modo a União Soviética pagou um preço duplo. Continuou a perder seu apelo ideológico, mas não ganhou a liberdade doméstica em ampla escala para recuperar-se através de uma reforma genuinamente sistêmica.

O retardamento como condição sistêmica, abrindo uma brecha crescente atrás do mundo ocidental, era assim a perspectiva mais provável para a União Soviética, para os esforços de Gorbachev e sua popularidade internacional. Evitar esta perspectiva sombria exigia não apenas uma revolução na cultura política, mas um repúdio institucional realmente fundamental e de longo alcance às duas fontes do dilema corrente soviético: tanto o stalinismo como o leninismo. A não ser que o stalinismo fosse desfeito e o leninismo em grande medida diluído, o Estado soviético iria continuar permanecendo um mastodonte sem conteúdo social construtivo e sem idealismo ou visão histórica. Como tal, continuaria em conflito com a tendência global de realçar os direitos do indivíduo e continuaria a carecer das precondições necessárias para a genuína criatividade social e tecnológica.

Entretanto, o fato político prático é que o desmantelamento do stalinismo e a diluição do leninismo poderiam ser perseguidos, no me-

lhor dos casos, apenas em estágios e, particularmente no caso da tradição leninista, com grande cuidado. O desmantelamento genuíno do stalinismo iria exigir, acima de tudo, a ruptura da todo-poderosa burocracia estatal, tanto no reino econômico como social e alguma descoletivização significativa na agricultura. Estas são tarefas monumentais, dados os interesses investidos da elite governante, para não falar na duradoura tradição russa da supremacia do Estado sobre a sociedade. Além do mais, o caráter multinacional do estado soviético colocava uma complicação especial, pois qualquer desestalinização genuína levantava o espectro de aspirações nacionalistas crescentemente auto-afirmativas entre os povos não-russos, ameaçando a própria sobrevivência da União Soviética.

O leninismo é de abordagem ainda mais difícil. Antes de tudo, o ataque contra o legado stalinista é mais fácil de desfechar a partir de uma base pretensamente leninista. A evocação do "bom Lenin" proporcionaria a necessária legitimidade ideológica para a difamação de Stalin. Quanto mais a era stalinista fosse denunciada, tanto mais o período leninista teria que ser idealizado. Portanto, mesmo por boas razões táticas, o ataque contra o stalinismo tinha que ser separado de qualquer esforço para revisar ou diluir o legado leninista. Esse legado, afinal, proporcionava o trampolim muito conveniente para justificar as reformas anti-stalinistas e para enfrentar as acusações de que tais ações representavam um desvio revisionista. O efeito, entretanto, iria fortificar a posição do leninismo na política soviética.

O leninismo, assim, permanece central ao sentido de legitimidade histórica da elite governante, racionalizando sua pretensão ao poder. Qualquer rejeição a ele equivaleria ao suicídio psicológico coletivo. Depois de tantas décadas, a elite comunista soviética não poderia se redefinir subitamente como alguma variante russa da socialdemocracia ocidental, uma versão ressuscitada dos antigos mencheviques (a quem Lenin havia esmagado). O fato de esta não ser uma tarefa fácil é mostrado pela experiência de alguns comunistas ocidentais. Por exemplo, até hoje, os comunistas franceses, que teriam muita causa política para fazê-lo, têm sido incapazes de efetuar tal mudança, apesar de operarem num ambiente no qual as tradições democráticas prevalecem.

Portanto, por justiça a Gorbachev, deve ser dito que ele não tinha muita escolha no assunto. Mesmo com um repúdio parcial do stalinismo, o leninismo era tudo que fora deixado da experiência comunista na União Soviética. Rejeitar tanto o stalinismo como o leninismo significaria o repúdio da totalidade da era comunista. Dificilmente se poderia esperar que Gorbachev baseasse sua legitimidade na história pré-bolchevique ou que buscasse algum antecedente socialdemocrático. Assim, ele não tinha escolha, a não ser afirmar que a *perestroika* era baseada no leninismo, arraigada no leninismo e representava a genuína revivescência do leninismo. Mas, ao fazê-lo, Gorbachev estava

também revitalizando a propensão da elite governante para a grande supersimplificação dogmática inerente na pretensão comunista à posse única de toda a verdade e na busca comunista por um monopólio total do poder. Esta afinal era a essência do leninismo, e tal essência tornou o stalinismo inevitável.

Os obstáculos políticos a uma *perestroika* real são assim não apenas formidáveis, mas provavelmente insuperáveis. O rompimento com o legado leninista iria requerer nada menos que uma redefinição básica da natureza do partido governante, de seu papel histórico e de sua legitimidade. Com efeito, uma ruptura real iria exigir um repúdio da premissa central da grande supersimplificação, ou seja, de que o sistema social perfeito pode ser moldado por sanção política, através da qual a sociedade é subordinada ao Estado supremo, agindo como o agente onisciente da história. Isto iria exigir uma aceitação da noção de que muito da mudança social é contingente, ambígua e freqüentemente espontânea, com o resultado de que a complexidade social não pode ser ajustada em uma camisa-de-força ideológica.

Para romper verdadeiramente com o passado e desencadear a criatividade social, o legado leninista terá que ser confrontado em algum ponto. Alguns dos partidários de Gorbachev estão dispostos a ir assim longe. Na inebriante atmosfera da *glasnost* de meados de 1988, a respeitada *Novy Mir* publicou, em maio, um artigo no qual o autor V. Selyunin acusou bastante explicitamente a Lenin por ter iniciado repressões de massa como uma provável solução inicial para problemas políticos e depois econômicos. Outra publicação soviética, *Nash Sovremennik*, foi ainda mais longe, afirmando, em abril de 1988, que mais pessoas foram assassinadas nos dias de Lenin do que sob Stalin.

Entretanto eram visões ainda isoladas. Os líderes do topo, inclusive Gorbachev, percebiam que repudiar inteira e abertamente o leninismo significaria deslegitimar o próprio sistema soviético. Os reformadores soviéticos confrontam-se assim com um círculo vicioso histórico: tendo que atacar o stalinismo a partir da base de um leninismo revitalizado, estão também reenergizando, relegitimando e assim perpetuando as próprias forças ideológicas políticas que levaram diretamente ao stalinismo.

O caminho mais prático que algum dia poderia ser tomado por um líder soviético em uma audácia revisionista seria redefinir o *significado* do leninismo, de modo que este comece a se parecer mais com a socialdemocracia do que com o bolchevismo. Algumas das afirmativas de Gorbachev, ligando Lenin à democracia, indicavam que ele se inclinava nessa direção, e alguns de seus partidários mais fervorosos pareciam estar pavimentando o caminho, discutindo publicamente que a compreensão soviética contemporânea do marxismo-leninismo havia sido distorcida pela era stalinista. Nas alusivas palavras de Fedor Burlatskiy, na *Literaturnaia Gazeta*, em 20 de abril de 1988:

> ...é muito importante estudar os conceitos de Stalin que justificaram a deformação do socialismo. Nossas idéias do marxismo e leninismo, do próprio socialismo, foram-nos oferecidas pelo próprio Stalin. Desde o início dos anos trinta, o sistema de ensino e educação foi baseado no trabalho de Stalin, *Problemas do Leninismo*, o *Breve Curso em História do Partido Comunista de Todas as Uniões (Bolcheviques)*, que ele editou, e na obra *Problemas Econômicos do Socialismo na URSS*. De uma maneira ou outra, todos os livros didáticos atuais sobre a história do partido, a economia política, o comunismo científico e filosofia, assim como a maioria dos estudos teóricos nas ciências sociais, voltam-se para essas fontes.

Mas tal realinhamento intelectual básico, redefinindo Lenin como um socialdemocrata, contém perigos óbvios para o monopólio do poder pelo partido governante. O funcionalismo do partido, assim, por certo resistirá a qualquer redefinição deste tipo de suas raízes. Isto, por sua vez, significa que a União Soviética irá permanecer sujeita ao governo de uma organização dogmática e socialmente sufocante que insiste no monopólio do poder político, em uma era na qual a criatividade e o pluralismo se tornaram interdependentes. Irá permanecer sob o domínio de um partido comprometido com a noção leninista de uma verdade central, que apenas ele percebe e que tem o direito e o poder de impor sobre a sociedade.

Em essência, o paradoxo histórico intratável confronta a liderança soviética: para restaurar o prestígio global do comunismo, a União Soviética deve repudiar a maior parte de seu passado comunista, tanto em termos de doutrina como de prática. Na década de 1920, para grande parte do mundo em geral, o experimento comunista na União Soviética parecia estar prometendo o futuro. Na década de 1930, parecia estar construindo aquele futuro. Após a guerra e mesmo na década de 1960, parecia ser a onda do futuro. No entanto, nos anos finais deste século, a União Soviética veio a ser vista como um exemplo ideologicamente pouco atraente de desenvolvimento social e econômico travado.

Para o mundo, em geral, a experiência soviética, não mais um ícone, deve daqui por diante não ser imitada, mas evitada. Como resultado, o comunismo não mais tem um modelo prático para outros emularem.

PARTE II

A Desunião Soviética

"A *perestroika* é nossa última chance", disse um taciturno Mikhail Gorbachev em 8 de janeiro de 1988. "Se pararmos, será nossa morte." Suas palavras proibitivas, pronunciadas em uma reunião com líderes dos meios de comunicação de massa soviéticos foram então divulgadas com ênfase especial por *Moscow News* e amplamente citadas no seio da elite soviética.

Que contraste com o ebuliente otimismo de seu predecessor, Nikita Khrushchev, que trinta anos antes também estivera abordando o tema do futuro soviético. Repetidamente, Khrushchev havia projetado a visão de uma União Soviética socialista triunfante à beira de entrar na era do comunismo como o poder econômico número um do mundo: "Dentro de um período de, digamos, cinco anos após 1965, o nível de produção *per capita* dos EUA deverá ser igualado e sobrepujado. Assim, nessa época, talvez até mesmo antes, a URSS terá conquistado o primeiro lugar no mundo, tanto no volume absoluto de produção, como no de produção *per capita*, o que irá assegurar o mais alto padrão de vida do mundo." Tal foi a bravata de Khrushchev a 14 de novembro de 1958 para a classe das academias militares soviéticas que se graduava.

Essa não era uma jactância ociosa ou deslize solitário. A afirmativa grandiosa foi continuamente reiterada por entre freqüentes referências ao "majestoso programa de construção econômica" que iria assegurar à União Soviética a liderança econômica global em um futuro relativamente próximo. Com efeito, como foi notado previamente, a previsão foi até mesmo tornada parte do programa oficial do Partido Comunista Soviético adotado em 1961, que também prometia que a geração corrente soviética iria realmente viver na fase sagrada do comunismo pleno.

Trinta anos mais tarde, a ansiedade histórica dominava a aparência do novo secretário-geral soviético e a de seus assessores imediatos. Não podiam fugir à deprimente realidade de que a brecha com o arquirival capitalista não apenas se havia ampliado para desvantagem da União Soviética, mas que outras potências estavam a ponto de ultrapassar a União Soviética durante as duas ou três décadas seguintes. O Japão já o estava fazendo. Era ruim o suficiente para o prestígio

global da União Soviética que o mundo inteiro soubesse de seu escor regão. Não é de admirar que Gorbachev evocasse o espectro da morte do comunismo ao tentar estimular a elite soviética para uma renova ção desesperada de seu sistema.

Contrariamente à difundida especulação ocidental de que o Polit buro soviético estava dividido entre "reformadores" a favor da mudança e "reacionários" agarrados ao *status quo*, a maioria dos altos líderes soviéticos aceitou, em meados da década de 1980, a necessidade de renovação — de uma *perestroika* do sistema soviético — como uma necessidade. A oposição genuína estava centrada mais entre vários primeiros-secretários republicanos e provinciais, entrincheirados em seus feudos privilegiados e carentes das perspectivas mais amplas e mesmo globais dos homens do Kremlin. Na cúpula, os debates enfocavam-se em como efetuar a reforma, como definir seu alcance e quanto mobilizar o envolvimento direto do público soviético através de campanhas de imprensa deliberadas. Alguns altos líderes soviéticos favoreciam claramente um processo mais cuidadosamente administrado, dominado de cima para baixo, no qual o controle sobre a renovação sócio-econômica permanecesse firme em poder do partido governante. Mas eles também concordavam que mudanças drásticas eram necessárias para evitar um declínio catastrófico nas perspectivas soviéticas. Para usar a terminologia citada no capítulo anterior, eles eram "liberais", mas não "democratas".

Gorbachev advogava uma tática diferente, encabeçando publicamente a tendência pela reforma, e ao fazê-lo procurava deliberadamente gerar pressões sociais de baixo a seu favor. Este foi o significado tático da campanha *glasnost*, que estimulou nada menos que um debate de âmbito nacional sobre o presente e o passado soviéticos. No curso daquele debate, coisas antes consideradas sagradas foram em público profanadas; assuntos há muito varridos para debaixo do tapete abertamente expostos; a aparente unanimidade do país abalada; e, a alguns olhos, mesmo o futuro do sistema colocado em dúvida. Muitos participantes daquele debate — que culminou com a 19ª Conferência Especial do Partido, em junho de 1988 — começaram a falar que alguns anos antes teriam sido condenados como revisionistas rançosos, uma ofensa ideológica de grande magnitude em um partido governante dominado por toda sua vida por rígida ortodoxia. O consenso evidente do país foi dividido em pedaços pelo rancor público a respeito de um grande número de temas entrelaçados, que ameaçava coletivamente escalar em um severo conflito político. Como resultado, a totalitarista União Soviética estava se tornando de forma crescente em uma volátil desunião soviética.

Capítulo

5

Da Visão ao Revisionismo

Nada demonstrou mais dramaticamente essa realidade nova e dinâmica do que o fato espantoso de que, no processo, o novo líder soviético, Mikhail Gorbachev, tornou-se um convertido ao revisionismo. No curto espaço de tempo de três anos, sua retórica e conduta mudaram daquela de um advogado de uma reforma revitalizante da economia para a de um propagador de mais revisões básicas, não apenas na estrutura econômica, mas também nas fundações ideológicas do sistema e, até certo ponto, mesmo de seus processos políticos. Esta transformação foi testemunho tanto de sua crescente apreciação das profundezas da crise soviética quanto de sua ousadia intelectual. Mas também prognosticava a probabilidade de um conflito político prolongado e realmente divisório sobre a administração do futuro da União Soviética pelo Partido Comunista. Colocava até mesmo a possibilidade de que o controle monopolista sobre a sociedade poderia algum dia escapar das mãos do partido.

A noção de "revisionismo" tem tido uma longa e dolorosa história no movimento soviético marxista-leninista. No léxico político soviético o termo adquiriu um significado particularmente pejorativo. Tem sido aplicado, através dos anos, àqueles que se afastaram alegadamente dos fundamentos da doutrina do partido, notadamente na direção da muito execrada socialdemocracia, que Lenin tanto havia odiado e que Stalin tanto fez para extirpar. O legado leninista mostra-

va hostilidade particular em relação às noções socialdemocráticas, com sua ênfase na genuína democracia, abertura, participação popular na tomada de decisões, tolerância de visões opostas e mesmo competição formal pelo poder no seio do movimento socialdemocrático em si. Lenin e seus discípulos rejeitavam estas noções como manifestações de inclinações "burguesas desprezíveis", que se dizia nada terem em comum com a necessidade do proletariado de um partido disciplinado de revolucionários profissionais. Após 1917, esse partido tornou-se o governante não apenas profissional, mas também permanente daquele proletariado.

O bolchevismo de Lenin era nutrido na luta contra a socialdemocracia dos mencheviques, e estes últimos foram fisicamente destruídos após a tomada do poder pelos bolcheviques. Stalin continuou a luta, rotulando como revisionistas socialdemocratas alguns de seus principais rivais pelo poder, e usando essa excomunhão doutrinária como justificativa para sua eliminação física. Após a Segunda Guerra Mundial, com a esfera de influência soviética expandida à Europa Oriental, Stalin estigmatizou a socialdemocracia como nada menos que o instrumento disposto do imperalismo ocidental e tornou-a objeto de sua vingança especial. Com efeito, através da história soviética, o desafio da esquerda socialdemocrata tem sido visto com gravidade particular, não apenas porque os antecedentes marxistas parcialmente partilhados tendiam inerentemente a transformar o desacordo em heresia, mas também por causa da consciência dos líderes soviéticos de que a plataforma socialdemocrata falava com uma linguagem e usava um simbolismo de um apelo potencialmente grande para as massas submetidas ao controle político comunista.

A hostilidade soviética foi especialmente forte para com algumas manifestações de revisionismo nos seios das lideranças dos partidos comunistas no governo. A derrota da Iugoslávia, e especialmente da experimentação de Tito com várias formas de conselhos de trabalhadores, foi rotulada como uma manifestação de revisionismo particularmente hostil, alheia ao espírito do marxismo-leninismo. Essa condenação precipitou, no final da década de 1940 e início da de 1950, uma quantidade de julgamentos espetaculares na Europa Oriental, com as vítimas invariavelmente agrupadas como revisionistas, traidores e espiões do Ocidente.

Mais tarde, após os levantes nacionalistas e anti-stalinistas de 1956 na Polônia e Hungria, Moscou dirigiu a acusação de revisionismo contra Imre Nagy, o líder húngaro executado em 1958 por sua tentativa de criar uma Hungria neutra e essencialmente socialdemocrata, e por algum tempo contra Vladyslav Gomulka, o líder comunista polonês de inclinações nacionalistas. O Kremlin via a este último com especial suspeita, porque, para consolidar um regime comunista polonês um pouco mais autônomo, Gomulka estava preparado a comprometer-se com

o campesinato, abolindo o odiado sistema de coletivização, e com a Igreja católica, dessa forma diluindo inevitavelmente o controle do partido sobre a doutrinação ideológica. Embora, ao final, o Kremlin chegasse a termos com Gomulka pessoalmente e estendesse um rancoroso apoio a seu regime, continuou a observar com considerável preocupação os desenvolvimentos internos na Polônia. No final da década de 1950, a imprensa soviética conduziu uma continuada campanha contra todas as manifestações de revisionismo na Polônia, vendo neste um renascimento perigoso da odiada socialdemocracia.

A obsessão soviética com o revisionismo atingiu um ponto culminante durante a Primavera de Praga, de 1968. As idéias advogadas pela nova liderança comunista tcheca, notadamente pelo primeiro-secretário Alexander Dubček, e expressadas no "programa de ação" historicamente importante do partido, foram denunciadas com extraordinário vigor pela liderança soviética. A proposta do programa para a democratização da vida política tcheca, para a descentralização da economia, para a abertura ideológica, assim como para a exposição plena dos crimes stalinistas, foi condenada por Moscou como "revisionismo de ala direita", pavimentando o caminho para "um retorno ao capitalismo e uma separação do pacto de Varsóvia". A intervenção militar de Brejnev, que removeu Dubček e seus associados do poder, foi a conclusão lógica.

No entanto, os paralelos entre algumas visões de Gorbachev no final da década de 1980 e aquelas advogadas pelos revisionistas tão ferrenhamente condenados por seus próprios predecessores no Kremlin eram impressionantes. Para dizer a verdade, não emergiam todos ao mesmo tempo. Embora assumindo o poder em uma época em que ele e seus colegas do Politburo partilhavam da percepção de que as reformas no sistema soviético estavam há muito atrasadas, Gorbachev focalizou-se inicialmente na racionalização e modernização da economia soviética. Seja por falta de cuidado ou talvez porque sentisse que o desempenho econômico poderia ser grandemente aumentado por melhorias na administração e planejamento econômico, ele dirigiu o impulso inicial de sua advocacia pública para eliminar os problemas de desperdícios, administração pobre, controle de qualidade inadequado, disciplina de trabalho frouxa, alcoolismo e relaxamento geral. Tinha-se a impressão de que seu modelo para a União Soviética era a Alemanha Oriental, com seu sistema comunista eficiente, disciplinado e tecnologicamente avançado.

Sem dúvida, para sua mortificação, Gorbachev em breve aprendeu que os russos não eram prussianos, que sua visão da União Soviética como uma Alemanha Oriental em grande escala não deveria ocorrer. Teve que enfrentar o fato de que os problemas com os quais se confrontava eram mais enraizados culturalmente e mais arraigados sistemicamente. Com efeito, o processo de aprendizagem de Gorba-

chev, concentrado em um período relativamente curto de dois anos, levou-o à percepção de que qualquer reforma eficaz na União Soviética iria também exigir mudanças de longo alcance na aparência pública — "a cultura política da sociedade" — e mesmo no caráter do sistema político em si.

O ponto de virada veio em junho de 1988, na 19ª Conferência Especial do Partido. Em seu discurso de abertura, Gorbachev levou a importância da reforma política acima da estruturação econômica: "Estamos encarando muitas questões intrincadas. Mas qual delas é a crucial? Como [Comitê Central do Partido Comunista Soviético] o vê, o crucial é reformar nosso sistema político." Apenas após reformas políticas poderiam as reformas econômicas produzir "sucesso", no sentido de que a União Soviética pudesse genuinamente aspirar a um padrão de vida comparável ao das sociedades mais avançadas do mundo a um nível tecnológico suficiente para capacitar a União Soviética a competir política e militarmente com o Ocidente e a uma qualidade de vida que justificasse as afirmações ideológicas tão grandiosamente feitas por tantos anos a favor do "socialismo" soviético. Tinha-se a impressão de que, em meados de 1988, Gorbachev estivesse olhando em direção à Hungria em busca de inspiração.

Ao mudar sua ênfase da economia para a política, Gorbachev abraçou, em 1987, uma abordagem na qual uma ampla reforma a partir de cima — a *perestroika* — deveria ser reforçada e mesmo dirigida por pressões sociais deliberadamente liberadas a partir de baixo — a famosa *glasnost*. Esta última, por sua vez, tinha por objetivo estimular uma democratização de mais ampla escala — *demokratizatsiia* — do sistema soviético em geral. É importante notar que em um afastamento significativo da ênfase leninista tradicional sobre o controle total do alto, a *glasnost* e a *demokratizatsiia* deviam dirigir a reconstrução para diante, transformando, no processo, a própria natureza do sistema em si. Como colocou em seu discurso na conferência especial do partido, censurando os que esperavam reformas de cima para baixo e encorajando os que buscavam iniciar a pressão de baixo para cima: "Está sendo dito e escrito por pessoas em várias localidades que a *perestroika* não as alcançou; elas perguntam quando isto acontecerá. Mas a *perestroika* não é maná dos céus — em vez de esperar que seja trazida de algum lugar, ela deve ser trazida pelas próprias pessoas em sua cidade ou aldeia, em seu trabalho coletivo." Em outras palavras, não apenas a "liberalização" do sistema, mas sua "democratização" era necessária para estimular o impulso da reforma.

Ao fazer assim, sem dúvida Gorbachev sentia subjetivamente que estava agindo como um verdadeiro leninista, fazendo seu partido retornar aos seus verdadeiros fundamentos doutrinários e libertando-o da perniciosa influência das tradições stalinistas. Mas Gorbachev evidentemente foi levado à articulação e propagação dessa abordagem mais

ambiciosa, compreensiva e socialmente dinâmica por sua crescente consciência de que nada menos do que isto seria suficiente. Deve ter sentido que a confiança continuada no princípio leninista tradicional, de que apenas o controle a partir de cima devia produzir mudança social embaixo, iria condená-lo à derrota pelas estruturas stalinistas de poder e privilégios ainda resilientes. Isto levou-o a abraçar uma abordagem que na perspectiva soviética ortodoxa podia marcá-lo como revisionista.

Vale notar que os sobretons revisionistas eram mais marcados em suas manifestações públicas espontâneas do que em seus discursos formais, que presumivelmente eram aprovados em conjunto pelo Politburo. Isto proporciona uma pista sugestiva aos sentimentos pessoais de Gorbachev sobre o assunto. Em qualquer caso, os temas que Gorbachev veio enfatizar, tanto espontânea como formalmente, eram em alguns sensíveis aspectos reminiscentes daqueles frisados em anos anteriores por Dubček, para não mencionar as revisões muito mais doutrinariamente cautelosas de Gomulka ou Tito. Estas foram manifestadas com um desespero dificilmente concordante com o otimismo oficialmente prescrito sobre o "inevitável" triunfo do socialismo. Em mais de uma ocasião, Gorbachev falou em termos quase apocalípticos. Preveniu seu próprio comitê central, em 18 de fevereiro de 1988, de que "a principal coisa, camaradas, é a democratização... Durante o novo estágio de reestruturação, o partido pode assegurar à sua liderança o papel de vanguarda e inspirar as massas apenas usando métodos democráticos... sem exagero, tudo gira em torno disso hoje".

A nota de urgência tornou-se um refrão freqüente. Continuadamente, Gorbachev iria lembrar às suas platéias que o tempo estava se esgotando, que a mudança precisava vir naquele momento e que deveria ser abrangente. Às pessoas da rua, em Leningrado, ele disse, em outubro de 1987: "Faz dois anos desde que nós, juntamente com vocês, consultamos, falamos, argumentamos e pensamos em como encontrar uma resposta correta para aqueles problemas que a própria vida colocou. O que deve ser feito? Agora iremos terminar esse caminho. Agora a sociedade como um todo deve mudar para estes princípios: democracia na administração da economia e na inteira atmosfera moral da vida de nossa sociedade. Tudo precisa mudar!" Para seu comitê central, ele se queixou de que "na prática, uma reação negativa à iniciativa, uma rejeição da iniciativa, pode ser encontrada com freqüência. Além disso, em muitos casos, nenhum esforço é feito para compreender o que está sendo proposto, e deliberadamente procuram-se pretextos para esnobar o autor de uma iniciativa. Este é ainda um fenômeno verdadeiramente muito difundido". E preveniu, com impaciência: "Não podemos mais tolerar tal estado de coisas. De outro modo, a reestruturação irá falhar."

Novamente, em Leningrado, uma cidade com uma especial místi-

ca bolchevique, Gorbachev pediu apoio popular para o segundo — e mais ambicioso — estágio político da *perestroika*, que iria envolver alguma democratização institucional. Disse à sua platéia que "um segundo estágio é necessário, um estágio decisivo, de modo que realmente não fiquemos presos em palavras e decisões. Este tem sido o caso, este tem sido o caso no passado, camaradas. Esta é uma lição, uma amarga lição do passado. Começamos muitas coisas e começamos corretamente, mas então elas se romperam. Se elas se romperem agora, as perdas no país serão enormes. Não devemos permitir isto e não iremos, estou certo. Este é o sentimento que o povo está mostrando. Não estamos brincando de reestruturação. O destino do país e a vida do povo estão por trás da reestruturação".

Mas a recepção foi mista. O entusiasmo de seus partidários, notadamente nos vários institutos e na *intelligentsia* de Moscou, era superado por marcada frieza entre a burocracia e a *nomenklatura* do partido. Indicativo do difundido ceticismo entre o funcionalismo entrincheirado do partido era o fato de que Gorbachev tinha que citar e então atacar de frente o argumento central da elite: "Vamos ter esperanças de que a democracia não leve ao caos." Ele enfrentava esta crítica com a alegação potencialmente irritante de que os funcionários do partido que expressavam tais temores "estão se preocupando com seus próprios interesses egoístas".

Ainda mais significativo, como foi reportado pelo *Pravda* a 19 de fevereiro de 1988, Gorbachev teve de admitir, no curso dos debates com seus críticos, que seu programa estava provocando acusações do pecado mortal de nada menos que o revisionismo propagado pelo secretário-geral do partido em pessoa! Sua própria réplica mostrou que esta não era uma acusação menor: "Podemos ver que algumas pessoas estão confusas, perguntando-se se estamos descambando das posições socialistas... e se não estamos *revisando* o próprio ensinamento marxista-leninista. Não é de espantar que já apareceram 'defensores' do marxismo-leninismo, juntamente com os pranteadores do socialismo, que acreditam que tanto o marxismo-leninismo como o socialismo *estão sob ameaça*" (ênfase acrescentada).

O medo instintivo da democracia entre os burocratas do partido foi intensificado pelas difundidas suspeitas de que Gorbachev, em suas campanhas pelo apoio público para uma *perestroika* de vasto alcance, estava, ou deliberada ou não intencionalmente, estimulando sentimentos antiburocráticos entre as massas. Até certo ponto, a acusação era verdadeira. Para superar a resistência à mudança, o líder soviético não tinha escolha, senão argumentar que a inércia institucional e a relutância de experimentar estavam impedindo o processo de reestruturação. Além disso, para propagar os méritos da genuína democratização, Gorbachev tinha que invocar *slogans* populistas, enfatizando a necessidade de o povo assumir a responsabilidade por seu próprio bem-estar e

se tornar mais ativamente participante na vida social e política do país. Tudo isso ergueu de maneira inevitável o espectro do secretário-geral agitando entre as massas contra os quadros de seu próprio partido!

Gorbachev demonstrou sensibilidade a esses temores também, confirmando, portanto, sua existência. Por mais de uma ocasião, desviou-se de seu caminho para tentar ser tranqüilizador, para tentar apagar o horrorizante espectro de algo semelhante até mesmo a uma versão soviética da Revolução Cultural chinesa, devorando os quadros do partido pela instigação do líder principal em pessoa. Por exemplo, a 13 de outubro de 1987, disse: "O processo de reestruturação e desenvolvimento do socialismo necessita de quadros talentosos, altamente morais, que estejam tomados completamente pela idéia de renovação revolucionária da sociedade e que estejam próximos ao povo... quando coloco o assunto deste modo, não desejo de forma alguma ser compreendido como se fora um apelo — como já foi o caso durante os anos da *Revolução Cultural na China* — de abrir fogo contra os funcionários. Não, não, camaradas..." (ênfase acrescentada).

Em outra ocasião, ao falar da necessidade de substituir funcionários indiferentes, Gorbachev acrescentou apressadamente: "Tal abordagem não significa de modo algum uma atitude desrespeitosa em relação aos quadros, pois nossos quadros, nossa *inteligentsia*, são gente talentosa e devem ser mimados."

Não obstante essas tranqüilizações, é também de notar-se que Gorbachev normalmente juntava seu elogio aos quadros do partido com lembretes de que eles eram dispensáveis se não estivessem dispostos a mudar, acompanhando o espírito dos novos tempos. Em quase toda a ocasião, seu elogio do papel especial e até mesmo único dos "quadros leninistas" estava ligado a avisos de que a passividade e falta de inovação não seriam toleradas. Como colocou pessoalmente em um de seus comentários espontâneos a uma multidão na rua: "Há algumas pessoas em nosso país que ou terão que alterar sua atitude com as coisas e as pessoas, ou terão que dar o lugar para outras."

Enquanto Gorbachev procurava envolver a si mesmo no manto do leninismo, estava na realidade demarcando uma posição que se destinava a ser perturbadora para os ortodoxos. Seus pedidos por um debate público dificilmente poderiam ser tranqüilizadores para o funcionalismo do partido, fixo na visão leninista de que o partido é o único guardião da verdade doutrinária. Suas prescrições mais elaboradas eram de igual modo perturbadoras, embora menos explicitamente revisionistas em sua doutrina. Seu livro, *Perestroika*, um compêndio que se presume tenha sido preparado por partidários de pensamento semelhante, mas evidentemente envolvendo uma séria contribuição do próprio Gorbachev, proporcionou nada menos que uma condenação da realidade soviética corrente e passada. Embora Gorbachev fosse cuidadoso em reiterar os dogmas-padrão leninistas, seu caso era ocasio-

nalmente reminiscente dos argumentos feitos antes por vários líderes e teóricos comunistas do Leste europeu, que foram subseqüentemente condenados pelo Kremlin como revisionistas. Os líderes soviéticos mais ortodoxos devem ter ficado particularmente perturbados por alguma sobreposição entre o livro de Gorbachev e o "programa de ação" do tcheco Dubček, de 1968. Para dizer a verdade, o líder soviético protegeu seus flancos ideológicos frisando sempre que sua intenção era retornar aos princípios leninistas verdadeiros e que não estava preparado de qualquer maneira para diluir o papel de liderança do partido ou o princípio relacionado do centralismo democrático. As diferenças entre os programas de Gorbachev e de Dubček foram especialmente marcadas quando chegou a hora de definir o que a democracia deveria significar na prática: Dubček estava pronto a aceitar a urna eleitoral, enquanto a versão de Gorbachev era confinada essencialmente à da caixa de sugestões. A democratização de Dubček envolvia um rompimento com o monopólio comunista sobre o poder político, enquanto a de Gorbachev propunha um partido mais sensível aos desejos do povo. Não obstante, os dois documentos denunciavam basicamente as práticas e prioridades econômicas stalinistas recentes, incluindo sua ênfase excessiva no desenvolvimento extensivo. Depreciavam a estagnação social e corrupção moral resultantes. Ambos também propunham a renovação social através de maior democratização e debates mais abertos.

Sem de fato dizê-lo diretamente, Gorbachev — como os revisionistas anteriores do Leste europeu — estava, na verdade, desafiando o próprio conceito da infalibilidade doutrinária do partido. A noção de que políticas corretas deveriam ser derivadas tanto do debate quanto da prática, com o debate aberto a uma participação mais ampla do que apenas aos membros do partido, chocava-se diretamente com a afirmação de que a doutrina, apenas enquanto definida a partir de cima, era o guia essencial para a ação. O conceito de *demokratizatsiia*, mesmo muito aquém da noção democrática ocidental de genuína escolha política, ameaçava similarmente o edifício do poder marxista-leninista. Para repetir, em nenhum dos casos, Gorbachev estava endossando ou mesmo insinuando a adoção da democracia de estilo ocidental. Mas o vão separando a realidade soviética de tal democracia havia se tornado tão largo, que mesmo passos tímidos na direção desta última — muito mais tímidos do que os advogados pelos revisionistas do Leste europeu — representavam um importante desvio das práticas soviéticas estabelecidas.

A conversão progressiva de Gorbachev ao revisionismo também tocou em vários outros temas fundamentais para a doutrina soviética estabelecida. Em nome da ciência e da produtividade, ele estava disposto a atacar o sagrado conceito de igualitarismo. Como disse, bastante rudemente, ao comitê central do partido em fevereiro de 1988: "Basicamente, o nivelamento de salários tem um impacto destrutivo

não apenas sobre a economia, mas também sobre a moralidade do povo e todo seu modo de pensar e agir. Diminui o prestígio do trabalho consciencioso e criativo, enfraquece a disciplina, destrói o interesse em aperfeiçoar habilidades e é prejudicial ao espírito competitivo no trabalho. Devemos dizer rudemente que o nivelamento de salários é um reflexo de visões burguesas desprezíveis, que nada têm em comum com o marxismo-leninismo ou o socialismo científico." Com efeito, Gorbachev estava dizendo que daí por diante diferenças de salários baseadas em produtividade deveriam ser a verdadeira expressão da igualdade genuína, um princípio que muitos industriais americanos dos dias pré-sindicatos teriam endossado calorosamente.

Por último, mas não menos importante, o sistema articulado das reformas econômicas institucionais a partir de cima à democratização política gerando pressões sociais a partir de baixo colocava inescapavelmente o perigo de diluir o monopólio do partido sobre a administração da mudança social. O esforço para criar uma nova cultura política na União Soviética, uma na qual o povo iria ajudar o partido a governar mais efetivamente, no mínimo abria as portas a disputas públicas — como nas discussões televisionadas da Conferência Especial do Partido em julho de 1988 — totalmente fora de padrão em relação às normas estabelecidas da vida pública soviética, mesmo a algumas manifestações de dissidência política aberta e, por fim, ao turbilhão social não-antecipado. E tudo isso, para usar terminologia marxista, era "objetivamente" revisionismo.

As implicações de um secretário-geral revisionista no Kremlin eram graves. Isto não apenas estava destinado a alimentar um debate amargo e intenso dentro da União Soviética sobre quase todos os aspectos da vida soviética. Destinava-se também a reviver e intensificar o revisionismo do Leste europeu, de muito maior alcance, enquanto privava o Kremlin da cátedra ideológica da qual se excomungava os heréticos. Colocava o perigo particularmente grave de dissolver o núcleo comum dos dogmas marxistas-leninistas do comunismo mundial. Em resumo, mesmo um revisionismo modesto, em Moscou, tinha que acelerar a desintegração política e a eclipse doutrinária do comunismo como um fenômeno histórico distinto.

Capítulo

6

As Dez Dinâmicas da Desunião

É improvável que Gorbachev algum dia tenha lido as notavelmente perceptivas *Cartas da Rússia* do marquês De Custine, descrevendo uma visita àquele país em 1839, um século e meio atrás. Se o tivesse feito, bem poderia ter ponderado a mordacidade do francês quando De Custine observou: "Quando a amordaçada nação russa finalmente recuperar [sua] liberdade de escolha, se ouvirá tanta contestação, que o mundo impressionado pensará que os tempos da Torre de Babel estão de volta."

Com efeito, a União Soviética, no final da década de 1980, estava começando a soar como a mítica torre. Em quase todo assunto importante e em muitas partes do país, estavam em progresso debates de âmbito amplo e mesmo potencialmente explosivos. Alguns estavam tendo lugar nos meios de comunicação de massa oficialmente controlados; alguns vinham à tona nos recém-emergentes, ainda muito limitados e quase clandestinos, órgãos de dissidência; e alguns ocorriam literalmente nas ruas, através de animados encontros públicos ou mesmo violentas manifestações de protesto.

O alcance e substância dos debates soviéticos internos desencadeados na busca da *perestroika* envolveram dez temas interessantes e entrelaçados. Coletivamente, estes estavam rachando de forma dinâmica a fachada de unidade soviética há muito estabelecida. Cada um dos importantes assuntos sob debate tendia a sobrepor-se aos outros, am-

pliando assim a faixa e intensificando o vigor da disputa entre os grupos política ou socialmente conscientes da sociedade soviética. As dez áreas centrais de debate público incluíam o seguinte: (1) reforma econômica; (2) prioridades sociais; (3) democratização política; (4) papel do partido; (5) ideologia, religião e cultura; (6) história (ou stalinismo); (7) problemas nacionais internos; (8) preocupações domésticas sobre a guerra no Afeganistão; (9) política externa e de defesa; (10) o bloco soviético e o movimento comunista mundial.

Reforma econômica. Embora as ações mais tangíveis na implementação da *perestroika* tivessem lugar realmente no setor econômico, aqueles esforços na verdade intensificaram o debate sobre o futuro econômico do país. No processo, novos temas e antigos ferimentos estavam sendo abertos em um debate que se ampliava.

Em janeiro de 1988, cerca de 60% dos empreendimentos industriais soviéticos haviam sido mudados para um novo sistema de responsabilidade intensificada para estabelecer seus próprios planos de produção, escolher seus fornecedores e mesmo, até certo ponto, estabelecer seus próprios preços e reter parte de seus lucros. Cooperativas de pequena escala estavam também permitidas agora, especialmente no setor de serviços. Em meados de 1988, foi dito que existiam treze mil de tais cooperativas, empregando trezentas mil pessoas. Fazendeiros coletivos também tiveram permissão de arrendar terra para exploração individual e melhorar o suprimento de produtos agrícolas às cidades. Gorbachev também tinha em estudo planos mais ambiciosos de ulteriores reformas estruturais para a eliminação da burocracia redundante e cargos inúteis, estes últimos estimados por seu economista favorito, Abel Aganbegian, como se elevando ao número de dezesseis milhões.

Dada a escala da economia soviética centralizada, os passos realmente implementados foram apenas um modesto começo, no melhor dos casos. As reformas de Gorbachev deixaram, por enquanto ao menos, o sistema de agricultura coletivizada, o setor mais incivilizado da economia soviética, ainda basicamente intocado. Isto, por si só, tendia a arrastar para baixo as perspectivas econômicas do país. Além disso, as reformas iniciais realmente produziram deslocamentos, com o *Pravda* relatando, a 29 de outubro de 1987, instâncias de pânico comprando em antecipação de preços mais altos e culpando os "desejosos de mal ideológico" da reforma pela promoção deliberada da ansiedade pública. O espectro do desemprego também contribuiu para um crescente sentimento de inquietação, enquanto a súbita descentralização do aparato de comércio exterior soviético gerou confusão, com muitos homens de negócios estrangeiros queixando-se do caos resultante na tomada de decisões. Após um breve surto de crescimento econômico depois das convocações iniciais de Gorbachev para a reforma, a economia desacelerou-se novamente e o crescimento na produtividade e no trabalho caiu em 1987 e 1988.

Nas palavras francas de um importante economista soviético, L.I. Abalkin, chefe do Instituto da Academia de Ciências Econômicas da URSS, dirigindo-se, em 30 de junho de 1988, à Conferência Especial do Partido, "é importante deixar enfaticamente claro que não houve nenhuma ruptura radical na economia, e esta não emergiu de um estado de estagnação. Nos últimos dois anos, a renda nacional... cresceu a uma taxa mais lenta do que nos anos de estagnação [da era de Brejnev]".

A evidente ansiedade pública em relação às conseqüências incertas da reforma tinha como paralelo um amplo debate sobre sua direção e alcance. Economistas de pesquisas e acadêmicos que aprovam Gorbachev argumentavam que os passos iniciais tinham que ser seguidos por um desmantelamento mais dramático, realmente abrangente, do aparato central de planejamento, que diziam estar sobrecarregado pela tarefa de coordenar metas anuais para mais de 24 milhões de itens de produção. O planejamento central, argumentavam, tinha que ser substituído por um mecanismo de mercado modificado, o que implicava disposição de aceitar a realidade de algum desemprego estrutural e confrontar de frente a falha abismal da coletivização da agricultura ideologicamente induzida. Como Nikolai Shmeliov, outro dos conselheiros econômicos de Gorbachev, colocou em *Novy Mir*, em junho de 1987: "Em certa época proclamávamos o *slogan* de 'liquidar os *kulaks*', mas essencialmente terminamos por eliminar o campesinato... Precisamos chamar as coisas por seus próprios nomes: tolice por tolice, incompetência por incompetência, stalinismo em ação por stalinismo em ação... Talvez venhamos a perder nossa virgindade ideológica, mas esta agora existe apenas nos editoriais de contos de fada dos jornais. Há mais roubo e corrupção do que nunca sob essa virgindade."

Entretanto, o que não é de surpreender, os administradores burocráticos estabelecidos não partilhavam desse entusiasmo pela reforma. Alguns preveniram publicamente no *Pravda* de 16 de novembro de 1987 que tais mudanças provavelmente iriam induzir à "permissividade total, anarquia e caos" e repudiavam tal "brincar de democracia". Desacostumados da responsabilidade individual, preferiam a segurança de um sistema altamente centralizado, com recompensas previsíveis por desempenhos firmes, porém medíocres. A maciça burocracia soviética estava, sem dúvida, também ressentida das afirmativas dos partidários de Gorbachev, de que estava inchada demais e necessitava de drásticas reduções. Como o *Izvestia* fez notar de maneira ameaçadora a 2 de novembro de 1987, "nosso aparato administrativo é de fato vasto: cerca de 18 milhões de pessoas estão envolvidas!... Elas somam 15% dos recursos de trabalho do país. Há um representante administrativo para cada seis ou sete pessoas".

Na Conferência Especial do Partido, em junho de 1988, Gorbachev tomou nota da oposição burocrática às suas reformas econômi-

cas: "Estamos indo de encontro a tentativas indisfarçadas de perverter a essência da reforma, de preencher as novas formas administrativas com o conteúdo antigo. Com freqüência demais, ministérios e departamentos afastam-se da letra e do espírito da lei sobre as empresas, com o resultado, como muitos economistas admitem, de que esta não está sendo cumprida completamente." Observou também que, através de ordens do Estado, as empresas estavam sendo compelidas a produzir bens indesejados "pela simples razão de que desejam atingir as notórias metas de 'produção bruta' " — uma deformação de suas reformas que Gorbachev condenou como um "beco sem saída".

Assim, na agenda para o futuro, permaneciam as difíceis questões de se — e, se assim, como — desmantelar as fazendas coletivizadas e do Estado, de como lidar com o problema potencialmente rompedor do desemprego estrutural e de como superar a oposição institucional da burocracia a qualquer descentralização de longo alcance. Cada uma destas questões colocava dilemas econômicos verdadeiramente dolorosos, a gravidade dos quais era composta por sua sensibilidade ideológica. Ao fundo, pairava o ainda mais difícil problema prático de como substituir o sistema existente de preços artificiais e arbitrários, baseado em métodos estatísticos basicamente não-confiáveis, por algum mecanismo de mercado auto-regulador. Estes sistemas, enormemente complexos entre si, de modo inevitável eram também política e ideologicamente muito decisivos. Nenhuma solução rápida estava à vista.

Prioridades Sociais. O debate sobre o futuro econômico do país levou inerentemente a uma colisão de prioridades sociais. Durante anos, o setor de indústria pesada fora a criança favorita do sistema soviético. O indicador-chave da construção do socialismo era o crescimento da produção da indústria pesada. O investimento através da privação social era justificado como o sacrifício necessário para atingir o comunismo pleno. O cerco capitalista à União Soviética foi citado também como a justificação para o comprometimento maciço de recursos nacionais — no mínimo 20% do PIB durante o período pós-guerra — para ampliar suas forças armadas e projetar o poder soviético além de suas fronteiras.

O debate econômico levantou bastante naturalmente a questão de se as prioridades soviéticas deveriam mudar. Além disso, em meados da década de 1980, muitos membros da sociedade soviética tinham conhecimento razoavelmente apurado das condições de vida no Ocidente para permitir ao partido governante continuar afirmando que a vida na União Soviética era fundamentalmente melhor do que em outras partes. Uma ênfase maior tinha de ser colocada no aperfeiçoamento urgente do padrão de vida soviético e, por conseqüência, no consumo, mais do que em investimentos na indústria pesada ou mesmo na inovação tecnológica. Mesmo os funcionários seniores admitiram publi-

camente em *Trud*, de 13 de março de 1988, que "a demanda por bens de consumo está crescendo com rapidez e somos incapazes de atendê-la plenamente hoje", com o problema tornado agudo pelo fato de que "aproximadamente 15% dos bens de consumo... não, 'sobrevivem' para a venda devido à sua baixa qualidade".

A liderança soviética estava amarrada neste tema. As demandas populares não podiam mais ser ignoradas. Entretanto, os líderes soviéticos temiam que mudar a prioridade de investimento para satisfazer as demandas dos consumidores traria o risco de a União Soviética cair ainda mais, ficando para trás dos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão no crescimento econômico global, com sérias conseqüências internacionais e ideológicas para o Kremlin. A solução preferida de Moscou era obter créditos ocidentais, tanto para financiar a aquisição de tecnologia ocidental, como para aperfeiçoamentos no consumo, enquanto concentrava os recursos domésticos nas prioridades tradicionais que estavam um pouco degradadas, mas que ainda eram centrais. Para obter tais créditos, entretanto, não apenas seriam exigidos certos compromissos com a política exterior, como ajustamentos nas práticas econômicas domésticas em relação a empreendimentos estrangeiros, propriedades estrangeiras, e a repatriação de lucros por capitalistas estrangeiros seria necessária. Esses temas despertaram de imediato preocupações doutrinárias, em especial porque, no passado, quaisquer passos nesta direção iniciados pelos europeus do Leste haviam sido condenados por Moscou como revisionismo dirigido à "restauração do capitalismo".

Dois fatores adicionais compunham o dilema doutrinário. O primeiro eram as demandas emergentes no interior da União Soviética por uma distribuição mais verdadeiramente igualitária de serviços e pela eliminação de privilégios estabelecidos. Estas levavam os choques muito divulgados no interior do comitê do partido de Moscou sobre o sistema existente de privilégios sociais para a elite do partido, variando desde lojas restritas a locais especiais para férias, refeições gratuitas, escolas exclusivas, automóveis com motoristas, *dachas* particulares e hospitais especiais. A abrupta queda política do antigo protegido de Gorbachev, Boris Yeltsin, removido no outono de 1987 de seu posto como primeiro-secretário do partido de Moscou, foi, em grande medida, o produto da ira dos *apparatchiki* do partido, com o fato de que ele ousou levantar publicamente a possibilidade de terminar tais privilégios em nome do igualitarismo social.

O segundo era o reconhecimento difundido da necessidade imperativa de maior iniciativa e produtividade. Apesar da escala modesta dos passos dados na introdução de alguma iniciativa privada no setor de serviços, acusações invejosas de enriquecimento excessivo fizeram-se ouvir em breve. Como um escritor se queixou amargamente no *Pravda* de 7 de março de 1988, "ninguém imaginava que 'milionários' so-

viéticos iriam aparecer em nossa sociedade que está construindo o comunismo... certos indivíduos conseguiram amealhar enormes fortunas, eles vivem no luxo". Com efeito, a única área em que a prolongada doutrinação ideológica das massas parece ter registrado certo sucesso foi na propagação do igualitarismo — com o resultado de que isto agora impedia os esforços de recompensar a iniciativa individual tão necessária ao sucesso da *perestroika*.

Os debates que vinham à tona sobre a política econômica ou as prioridades sociais não podiam ser confinados apenas às esferas econômica ou social. Eles despertavam, como conseqüência, questões políticas básicas em relação ao papel apropriado do Estado nos assuntos econômicos e sociais. Eram assim diretamente relacionados ao crescente e intenso debate na União Soviética sobre as formas desejáveis da estrutura política propriamente dita.

Democratização política. Nem um sistema econômico mais auto-regulador e menos centralizado, que colocaria maior ênfase no preenchimento das aspirações materiais da sociedade, nem uma sociedade mais imbuída com valores genuinamente inovadores, poderia ser atingido dentro do ainda largamente resistente sistema político stalinista. Este sistema, criado no processo de estabelecimento da regimentação social total, era simplesmente incompatível com as mudanças contempladas e com as aspirações crescentes, por reformas de cada vez maior alcance nas esferas econômica e social. Foi por isso que a Conferência Especial do Partido, em 1988, teve de reconhecer a necessidade preeminente da reforma política.

No cerne do debate político resultante, portanto, estavam as questões do que Gorbachev realmente queria dizer quando invocava a palavra *demokratizatsiia* e até que extensão o processo de "democratização" tolelaria a espontaneidade política verdadeira vinda de baixo. Com efeito, poderia a democratização ser genuína se fosse limitada a iniciativas graciosamente garantidas apenas a partir de cima, por mais politicamente generosas que elas pudessem realmente ser? Desta forma, os dois temas centrais do diálogo político que vinha à tona pertenciam às formas e objetivos da reforma institucional iniciada pela liderança política existente e ao grau para o qual uma revivescência de manifestações mesmo modestas de vida autônoma (que Stalin havia deixado extintas) seriam agora toleradas.

Aqueles pensamentos de uma democracia mais genuína que estavam começando a impregnar o seio da sociedade soviética foram refletidos em algumas das cartas dos leitores publicadas na imprensa soviética. O *Izvestia*, por exemplo, publicou, a 14 de maio de 1988, queixa sobre o funcionamento do parlamento soviético nominal, o Soviete Supremo, sobre "o fenômeno de um voto quase unânime, que é desconhecido em outros países" e sobre o fato de que "nossos órgãos legislativos tornaram-se órgãos de aprovação de leis, que simples-

mente aprovam tudo que recebem instruções de aprovar". Outros leitores criticavam o caráter mecânico e não-representativo das deliberações conduzidas por organizações do partido.

Estes assuntos suscitavam dilemas dolorosos para a elite governante, há muito acostumada a afirmar um controle total sobre a vida política do país. Mesmo uma democratização limitada vinda do alto significava concessões que estavam destinadas a ser repugnantes a uma elite montada nas noções marxistas-leninistas auto-suficientes, de que apenas ela era o repositório da verdade histórica e, dessa maneira, a única fonte de sabedoria política. Entretanto, as conseqüências práticas da *glasnost* tinham que ser a redução da censura política sobre os meios de comunicação de massa e da literatura, abrindo assim as portas ao pluralismo ideológico. A ênfase maior na legalidade confinou automaticamente os poderes arbitrários do KGB, reduzindo por sua vez seu potencial de intimidação política. A conversa sobre o maior acesso popular ao processo de nomear candidatos para o governo local, incluindo a possibilidade de permitir genuínas disputas eleitorais, reduziu inerentemente o controle político exercido por comitês locais ou regionais do partido. Não é de espantar, portanto, que aqueles com interesse investido no *status quo* político achassem algumas destas propostas repugnantes. A 16 de novembro de 1987, o órgão oficial do partido, *Pravda*, expressou os pontos de vista de grande parte do funcionalismo do partido, quando eriçou-se com aqueles que procuram "impedir os órgãos do partido de participar na seleção de líderes", denunciando tais proponentes não-identificados como adoradores da democracia "como uma força elementar cega". Lembrava intencionalmente aos seus leitores que o partido permanece "um partido governante", e como tal devia continuar a exercer o controle direto sobre o processo de seleção de participantes em perspectiva no governo local ou nacional. O então chefe do KGB, Viktor M. Chebrikov, ele próprio membro do Politburo e assim presumivelmente um participante direto das discussões de alto nível sobre o alcance permissível da democratização, estava provavelmente perturbado pelos crescentes relatos da imprensa sobre ilegalidade e corrupção dentro do aparato policial, todos eles, sem dúvida, inspirados por uma maior *glasnost*. De acordo com *Komsomolskaia Pravda* de 24 de julho de 1988, entre 1985 e 1987, nada menos do que quarenta mil agentes da polícia foram demitidos por atos ilegais, incluindo a articulação de falsas acusações e conluio em corrupção. Em uma instância, relatada pela Rádio de Moscou, em 20 de janeiro de 1988, um corrupto oficial da república foi mesmo auxiliado a manter sua própria "prisão clandestina secreta... onde os contestadores eram colocados".

Tais relatos, juntados com pedidos nas publicações legais soviéticas pela supremacia da lei sobre as ações arbitrárias da polícia, tendiam a desacreditar e diluir a autoridade desta instituição com

conseqüências políticas obviamente de potencial significativo. Assim, a 11 de setembro de 1987, Chebrikov usou uma ocasião em honra do fundador da polícia secreta soviética e implementador inicial do terror soviético, Feliks Djerjinski, para proclamar publicamente que a busca de uma observação mais estrita da legalidade socialista não deveria ser reduzida a uma interpretação que "estreita e empobrece a substância profunda do princípio de legalidade socialista", que ele então definiu, com efeito, como obediência total. Para enfatizar seu ponto, ele continuou para prevenir que:

> ...temos pessoas que mantêm idéias e pontos de vista que são estranhos e mesmo francamente hostis ao socialismo. Algumas delas embarcam no caminho de cometer ações anti-Estado e anti-sociais. Entre elas há pessoas que perseguem interesses egoístas e têm esperanças de ganhar capital político através de conversa demagógica e através de flertes com círculos reacionários ocidentais...
>
> Todas as camadas da população de nosso país são alvos dos serviços especiais imperialistas... percebendo isto, nossos oponentes estão tentando empurrar representantes individuais da *intelligentsia* artística para posições de crítica, demagogia, niilismo, enegrecimento de certos estágios do desenvolvimento histórico de nossa sociedade e abandono do principal propósito da cultura socialista — a elevação da pessoa trabalhadora.

Seu aviso era bastante explícito. O chefe da polícia secreta soviética postulava que as demandas por mais *glasnost* e por aumento da legalidade podiam ser uma provocação política inspirada por fontes estrangeiras hostis. Dessa maneira, a vigilância socialista tradicional estava em ordem. Era ainda mais necessário, ao menos aos olhos do aparato policial soviético, porque a conversa de democratização a partir do alto estava gerando democratização espontânea a partir de baixo, com esta última não sujeita a controle central.

A mais notável manifestação de democratização a partir de baixo era o florescimento de inúmeros grupos informais auto-organizados, dedicados, ou à promoção de causas especiais ou à discussão de uma variedade de temas correntes. Sua própria emergência desafiava a tradição estabelecida de que a iniciativa social era derivada e controlada pelo partido. Seu aparecimento assinalou o início, mas até então apenas o início, de algo que por fim poderia talvez se tornar uma participação política autêntica e autônoma, desafiando, desse modo, o monopólio do partido comunista sobre todas as formas de atividades sociais e políticas organizadas.

Por um relato do *Pravda* de 1º de fevereiro de 1988, cerca de trinta mil "grupos informais" — nem criados e nem mesmo sancionados pelo Estado — haviam brotado por toda a União Soviética. Esses grupos representavam a resposta da sociedade a diversas preocupações,

variando de ecologia, renovação urbana, atividades sociais, grupos de música jovem e de preservação de monumentos históricos e religiosos, a assuntos mais politicamente sensíveis, tais como debates históricos, temas pertinentes à legalidade, à filosofia, preocupações lingüísticas nacionais, atividades religiosas, crônica de prisões políticas e discordância político-ideológica. Embora o maior número estivesse concentrado em Moscou, em Leningrado e nas principais capitais das repúblicas soviéticas, cidades menores — apesar do controle político inevitavelmente mais rígido — também viram tais manifestações de espontaneidade social.

O partido governante reagiu de forma ambivalente a esse novo desenvolvimento. Aqueles mais comprometidos com o conceito de reestruturação de Gorbachev, incluindo também sua ênfase em liberar pressões sociais espontâneas a partir de baixo, tendiam a ser positivos e mesmo a apoiar. Assim, no programa "alta prioridade" da Rádio de Moscou de 13 de fevereiro de 1988, importantes comentaristas soviéticos endossaram o aparecimento de tais grupos como evidência da democratização da vida soviética e como uma reação natural à estagnação estupidificante da era de Brejnev. Um endosso ainda mais forte apareceu no órgão oficial do partido para a juventude soviética, *Komsomolskaia Pravda*, em 11 de dezembro de 1987. Em uma detalhada análise estatística, o artigo demonstrava que a maioria dessas iniciativas eram construtivas, dedicadas ao aperfeiçoamento da vida soviética e refletiam uma reação positiva por parte da geração mais jovem à decadência e burocratização progressiva da organização da juventude oficial e monopolista, o Komsomol. Ainda mais impressionantes eram algumas das estatísticas que se referiam ao efeito de esses novos grupos disporem de uma participação relativamente estável e extensiva.

Mas, do ponto de vista do partido governante, nem todos dos novos grupos informais eram tão benignos. Uma parte deles enfocava diretamente temas políticos e, desse modo, começava a colocar desafios políticos e ideológicos. Além disso, alguns grupos empreenderam publicar revistas quase clandestinas para avançar seja nas causas específicas de direitos humanos seja naquelas religiosas e nacionais. E isto colidia ainda mais diretamente com o conceito leninista do partido do monopólio político sobre todos os meios de comunicação de massas.

Em adição ao desafio político e ideológico do que poderia ser chamado a esquerda democrática, um desafio ao partido também se originou da direita nacionalista. Outro grupo novo e extremamente ativo, *Pamyat* (ou memória), ostensivamente dedicado à recuperação da história russa genuína, tomou a liderança nessa frente. Com seus membros jovens vestidos em camisas negras (!), ornadas com o selo do histórico sino do Kremlin, o grupo encenava demonstrações públicas, organizava palestras e, em geral, proclamava que a história russa havia sido desviada de seu verdadeiro curso pelas influências "maçônicas-

sionistas" que haviam permeado o marxismo. Com o apelo do desvanecimento da ideologia oficial, *Pamyat* estava alimentando diretamente — e, do ponto de vista do partido, de forma perigosa — os nascentes sentimentos nacionalistas das massas da Grande Rússia.

Nesse contexto, Gorbachev e a liderança soviética defrontaram-se com o dilema de encontrar um caminho de capitalizar o ativismo social que se intensificava, de maneira a avançar a causa da *perestroika*, mas sem colocar em risco seu controle político efetivo. Isto exigia alguma ginástica ideológica, assim como um compromisso político. O acadêmico soviético tentou resolver a primeira tarefa no *Pravda* de 3 de março de 1988. Ele escreveu que "não foi há tanto tempo que a unidade sócio-política e ideológica de nossa sociedade era tratada de um modo supersimplificado. Era afirmado que a unidade e mesmo a identidade de interesses iria emergir quase automaticamente com a eliminação da propriedade privada e da exploração. Mas tudo é mais complexo na realidade... as contradições e as divergências de interesses não são removidas. Classes, grupos sociais e estratos e também nações de grupos étnicos com suas próprias tradições têm seus interesses específicos". Ele estava argumentando no sentido de que o partido tinha que aceitar a participação de grupos não-antagônicos como normal e mesmo desejável.

Participação política do povo comum enaltecida, mas não a fundamental liberdade de escolha, foi a solução que Gorbachev ofereceu na Conferência Especial do Partido. Ele propôs, assim, que o papel dos bastante formais sovietes locais fosse promovido. Estes passam a representar os povos soviéticos dentro do sistema político, mas, na verdade, servem como fachada para o governo do partido. Ele afirmou que "nem uma única questão concernente ao Estado, à economia ou ao tecido social pode ser decidida se dos sovietes se passa por cima". Também propôs a criação de uma nova estrutura governamental, o Congresso dos Deputados do Povo da URSS, composto de delegados eleitos pelos distritos territoriais e organizações civis. Este iria reunir-se uma vez por ano e elegeria por voto secreto um novo parlamento bicameral, o qual iria, por sua vez, selecionar o presidente e o *presidium* da União Soviética — cargos aos quais também seria dado poder real na administração da economia, política externa e segurança nacional do país. Ao mesmo tempo, Gorbachev enfatizou a necessidade de reforçar o papel da lei dentro do sistema soviético e limitar o exercício do poder arbitrário.

Não obstante, a questão de onde traçar a linha entre a espontaneidade social aceitável e a dissidência política intolerável permanecia sem solução. Traçar uma linha rígida demais em relação a esta última iria sufocar a primeira, ferindo desse modo a causa da reestruturação; tolerância demais para a primeira iria encorajar a última, em detrimento do monopólio de poder do partido. Assim, em última instância, a ques-

tão política subjacente e central no processo da *demokratizatsiia* era o papel apropriado do próprio partido.

O papel do partido. Neste tema, duas questões eram críticas. Primeira, até que ponto deveria o próprio partido ser democratizado? Segunda, até que grau deveria a democratização da sociedade afetar o papel do partido em exercer diretamente o poder? Inerente à discussão — mas sem jamais ser explicitamente levantada — não estava apenas a questão de quão longe o partido deveria avançar na própria desestalinização, mas também o tema muito mais sensível ao grau que mesmo a noção leninista da estrita regimentação interna do partido e da completa subordinação da sociedade deveriam ser revistas.

Sobre o último ponto, Gorbachev insinuou uma flexibilidade considerável: ''Com freqüência demais o socialismo foi compreendido como um esquema teórico *a priori*, dividindo a sociedade naqueles que dão as instruções e naqueles que as executam. Tenho horror desta compreensão supersimplificada, mecanicamente diretiva do socialismo...'' Na Conferência Especial do Partido, Gorbachev afirmou que ''deve haver uma demarcação estrita das funções do partido e dos corpos estatais, em conformidade com a concepção de Lenin do Partido Comunista como a vanguarda política da sociedade e o papel do Estado soviético como um instrumento de governo pelo povo''. É duvidoso, entretanto, que os outros principais líderes do partido estivessem preparados a ir tão longe e Ligachev, particularmente, foi enfático em reafirmar o princípio do papel central e de liderança do partido.

Não obstante, no início do processo da reforma, parecia existir um consenso entre a liderança quanto à necessidade de reviver uma iniciativa maior dentro das organizações do partido e estimular uma competição aumentada através de um processo cuidadosamente controlado de eleições competitivas para postos subordinados. Isto levou à introdução de algumas disputas eleitorais limitadas, mesmo por voto secreto, para os postos de secretários do partido de nível mais baixo, e a uma ênfase maior na rotação mais freqüente nos quadros burocráticos do partido. Na Conferência Especial do Partido, com a aceitação de propostas feitas por Gorbachev de que a permanência nos postos mais altos fosse limitada a um número fixo de anos e de que os papéis do partido e do Estado fossem separados, os sovietes essencialmente juntaram-se em retórica com as ações executadas pelos chineses um ano antes.

Ainda mais radical e controversa em suas implicações era a aparência fugidia de uma discussão entre alguns acadêmicos soviéticos sobre a possível utilidade de estabelecer algumas novas organizações políticas, de modo a proporcionar uma representação social mais extensiva. Referiram-se, nesse contexto, especificamente à experiência dos Estados comunistas do Leste europeu, onde as assim chamadas Frentes Nacionais ou Populares haviam servido como uma coalizão de par-

tidos dominados pelo comunismo, mas nominalmente não-comunistas, que alegavam representar os interesses do campesinato e da *intelligentsia*. Em um informe público para correspondentes estrangeiros sobre a história do governo de partido único na União Soviética, que foi organizado pelo Ministério do Exterior Soviético a 25 de fevereiro de 1988, dois acadêmicos soviéticos não foram, de maneira surpreendente, hostis à idéia de experimentar algo similar para essas frentes nacionais, com um deles observando (de acordo com a TASS) que na URSS "teoricamente era possível, embora apenas sob a condição de que outros partidos iriam ter plataformas exprimindo os interesses de diferentes setores da sociedade soviética".

O próprio fato de que o tema de novas organizações políticas em crescimento fosse colocado era por si só notável. Refletia o fato de que os esforços de infundir alguma vida nas estruturas moribundas do sistema político soviético eram dinâmicos em natureza e estavam destinados a afetar, em última instância, a posição e o papel do partido em si mesmo. Já então, demandas de democratização política levaram a apelos por uma mistura mais extensiva de membros e não-membros do partido em reuniões conjuntas e na discussão de temas nacionais. A exclusividade política inerente aos membros do partido estava, desse modo, sendo violada. Para os funcionários entrincheirados da *nomenklatura* do partido, esfiapar a linha fronteiriça entre membros e não-membros, assim como abrir as portas a novas formas de participação política, inevitavelmente colocava a ameaça de uma redefinição revisionista da posição muito especial que o partido havia sustentado desde 1917 na vida soviética.

Ideologia, religião e cultura. O dilema do partido era mais visível na área das crenças. O que deveria ser imposto a partir do alto e até que ponto os valores pessoais, estética e convicções deveriam ser um domínio privativo, não sujeito ao controle do partido? Esses temas, aparentemente resolvidos de uma vez por todas por Lenin e Stalin, estavam agora agitando a comunidade intelectual e deixando perplexos os ideólogos do partido.

O edifício ideológico do sistema estava, dessa forma, com profundos problemas. Não apenas os desenvolvimentos práticos em economia, sociedade e política estavam apontando opostamente a verdades há muito afirmadas, mas também o controle ideológico do partido sobre o sistema de valores da sociedade estava sob ameaça. A ditadura do proletariado, exercida por um partido monopolista, em uma sociedade doutrinariamente uniforme, com um sistema de planejamento altamente centralizado, baseado na mais alta prioridade para a indústria pesada e com uma agricultura coletivizada, estava sendo abalada por discussões públicas, apontando em todos os casos de encontro às práticas estabelecidas e ideologicamente santificadas. Para complicar o assunto, o setor cultural do país rebelava-se abertamente contra a doutrina estabelecida, e mesmo a religião estava ameaçando retornar.

Um fermento maciço a favor da *glasnost* veio à tona rapidamente no setor cultural, gerando intensa acrimônia e mesmo revelações políticas nas várias organizações literárias e culturais ao redor das quais a vida intelectual soviética está estruturada. Disputas abertas pelo domínio sobre os conselhos editoriais, sobre os comitês executivos dos sindicatos dos escritores ou cineastas e sobre os principais teatros irromperam, já em 1987, nas fases iniciais da reestruturação de Gorbachev. Escritos há muito suprimidos eram saudados e republicados, embora *Sovetskaia Kultura* revelasse, a 22 de março de 1988, que cerca de seis mil títulos de obras soviéticas ainda se encontravam na lista banida. Além disso, condenações doutrinárias anteriores foram repudiadas, sendo emitidos convites a importantes figuras culturais no exílio para retornarem à pátria.

Na explosão inicial de entusiasmo, os proponentes da *glasnost* realmente ampla e em sua essência desinibida foram bem-sucedidos em assumir várias publicações culturais e em conquistar uma posição dominante nas artes dramáticas. A partir desses pontos privilegiados, foram capazes de lançar campanhas e produzir obras (tais como o muito aclamado filme *Arrependimento*) que desacreditavam o stalinismo e mobilizavam apoio para as mudanças sociais e políticas desejadas. Foram menos bem-sucedidos no centralmente importante Sindicato de Escritores da URSS, há muito objeto especial da atenção dos ideólogos do partido, onde a liderança estabelecida conseguiu (com o encorajamento do aparato do partido central) rechaçar tentativas de instalar uma lista de candidatos reformistas. Mas, mesmo aqui, o próprio fato de que tal disputa poderia sequer ocorrer gerou explosões de livre expressão danosas em suas críticas da realidade soviética.

A *intelligentsia* criativa foi certamente a fonte do mais entusiástico apoio às reformas de Gorbachev e abraçou-o como a um de seus próprios. Isso ocorreu também porque os líderes mais cautelosamente reformistas do partido desde muito cedo lutaram para conter o fermento ideológico na comunidade intelectual. Eles patrocinaram o que, na verdade, era um contra-ataque, no qual o deputado de Gorbachev, Yegor Ligachev, o então secretário do partido, diretamente envolvido em assuntos ideológico-culturais, assumiu a liderança. Ligachev insistiu publicamente em que a comunidade criativa projetasse maior "otimismo social" e exigiu em mais do que uma ocasião — em linguagem bastante familiar — que eles projetassem não uma "verdade unilateral", mas "a verdade plena" sobre as realizações socialistas. Seus partidários foram ainda mais longe, comparando o ataque da *glasnost* contra a ortodoxia à invasão alemã em 1941 e acusando, em *Literaturnaia Rossiya*, de 17 de março de 1987, que "especuladores, mediocridades e pessoas muito suspeitas" estavam por trás disso.

Um aspecto importante desses debates era a quebra da uniformidade institucional do sistema soviético. À medida que a campanha pe-

la reestruturação reunia impulso, alguns órgãos de imprensa soviéticos tornaram-se eles mesmos protagonistas ativos, propagando e praticando a *glasnost* até o fim, enquanto outros reagiam de um modo notavelmente frio. Revistas como *Novy Mir* e *Ogonyok*, e jornais como *Moscow News* e mesmo *Pravda* e *Literaturnaia Gazeta* ficaram bastante ousados em seu apoio pela mudança extensiva, enquanto órgãos tais como o diário moscovita *Sovetskaia Rossiya* e o jornal militar *Krasnaia Zvezda* demonstravam frieza e defendiam até certo ponto o passado stalinista. Uma quebra particularmente notável e muito explícita da unanimidade costumeira dos meios de comunicação de massa soviéticos ocorreu no início de 1988, quando *Sovetskaia Rossiya* publicou, a 13 de março, uma inspirada defesa do stalinismo e *Pravda* denunciou o texto, a 5 de abril, como um manifesto anti-*perestroika*. Tal diversidade institucional, chocante para os tradicionalistas soviéticos, era em si mesma um desenvolvimento novo e um rompimento significativo com as normas totalitárias.

Essa nova diversidade provocou reações amargas dos oficiais do partido de mente mais tradicional. Ligachev expressou seus sentimentos quando denunciou, em uma incomum explosão pública, durante a Conferência Especial do Partido, um importante jornal de Moscou por suas alegadas distorções. Provocando muitos aplausos espontâneos dos funcionários reunidos, ele gritou: "Estamos nos alimentando de sucedâneo do jornal, de um jornal tão bem conceituado... eu gostaria de chamá-lo de outra coisa... como o *Moskovskiye Novosti.*"

O fermento maciço nas artes criativas e nos meios de comunicação de massa refletia a crise mais básica da própria ideologia oficial. Essa ideologia nem podia lidar com as complexidades da vida moderna nem proporcionar um recipiente para uma criatividade que correspondia às condições sociais existentes e aos novos anseios sociais. Para tornar as coisas ainda mais difíceis para os guardiães da verdade oficial, os debates que haviam irrompido revelaram o vazio espiritual da União Soviética contemporânea. A ênfase oficial a valores materiais, que o sistema era realmente incapaz de gratificar, mas aos quais declarava ter satisfeito plenamente, contribuía para esse vazio e para o cinismo generalizado. O panorama moral do país veio assim a ser definido — alguns escritores soviéticos agora declaravam abertamente — pelo carreirismo, assim como pela implacabilidade política e policial, uma condição espiritualmente depravada.

Essa era uma acusação particularmente grave, considerando o grau com que o partido, durante anos, afirmara que sua tutela marxista-leninista da sociedade havia sido bem-sucedida em produzir um novo homem soviético caracterizado pelos mais altos padrões de moralidade socialista. O *Pravda* de 14 de fevereiro de 1987 publicou um artigo notavelmente incisivo de Chingiz Aitmotov, autor do muito discutido romance *O Bloco do Executor*, que havia sido condenado como "à

procura de Deus ou excessivamente religioso pelos devotos da ortodoxia do partido. Ele declarou categoricamente que setenta anos de poder soviético tinham de fato conseguido extirpar os valores cristãos, mas haviam falhado em substituí-los por qualquer coisa positiva. Acusou que a sociedade soviética era destituída do conceito de "compaixão" e dominada pela visão de que "alcançar o sucesso na vida era possível graças à crueldade, parasitismo, patifarias dúbias no comércio ou no setor de serviços, ou, em última instância, no serviço exterior. Dessa maneira [nossos] conceitos de justiça social estão sendo deformados".

Outro conceituado escritor soviético, Daniil Granin, enfocou os mesmos temas na *Literaturnaia Gazeta* de 18 de março de 1988. Notou o caráter cruel da sociedade soviética, a ausência de qualquer espírito de piedade no seu sistema de valores e ligou as origens daquela condição à extraordinária brutalidade com a qual a coletivização havia sido imposta às massas rurais soviéticas. "A compaixão estava faltando não por acidente", escreveu. "Nos anos difíceis das repressões em massa, as pessoas não tinham permissão de ajudar seus seres semelhantes, seus vizinhos, as famílias dos maltratados. Os filhos dos acusados e deportados não podiam ser abrigados. As pessoas eram obrigadas a elogiar publicamente veredictos severos. Mesmo a simpatia pelos aprisionados era proibida. Sentimentos parecidos com compaixão eram tratados como suspeitos, mesmo com criminosos... A compaixão poderia realmente intrometer-se com a ilegalidade e crueldade, com o aprisionamento, as denúncias, a violação da lei, espancamentos, liquidação. Nos anos de 1930 e 1940, esta concepção desapareceu de nosso vocabulário e daí por diante deixou de ser usada."

Os guardiães dos dogmas do partido — os doutrinadores profissionais do comitê central —, vários veteranos aposentados do NKVD-KGB, e funcionários da *nomenklatura* do partido devem ter ficado aborrecidos ao lerem tais palavras. Para todos eles, qualquer discussão do fracasso moral do comunismo tinha que colocar não apenas um desafio ideológico, mas também uma ameaça potencial à estrutura de poder existente. E, neste aspecto, suas preocupações eram provavelmente justificadas, pois o despertar desta nova e crescente consciência de podridão moral abriu as portas para um renascimento da religião.

O vácuo moral existente e o senso de história nacional que voltava a despertar entre os grão-russos ajudava a reavivar seus interesses na ortodoxia russa e seu papel na vida nacional. Esse era um desenvolvimento importante, no tocante ao fato de que a Igreja Ortodoxa russa havia se mostrado de início relativamente fácil de se suprimir para os líderes soviéticos, em grande parte, por causa de sua submissão tradicional ao poder do Estado. Como resultado, o ateísmo oficial parecia ter feito progresso substancial, especialmente nos centros urbanos, com a religião organizada restrita a apenas umas poucas igrejas remanes-

centes e em grande parte relegadas a observâncias familiares privadas. Em contraste, as práticas religiosas entre os menos numerosos católicos soviéticos, que estavam concentrados predominantemente na Lituânia e na Ucrânia Ocidental, e entre os muçulmanos da Ásia Central soviética, continuavam a resistir. Para eles, tal observância representava — além do aspecto espiritual — uma forma de resistência nacional à dominação russa assim como à soviética.

Nesse estágio, seria prematuro falar de um ressurgimento importante da fé ortodoxa russa e incorreto pensar em sua Igreja como de qualquer maneira colocando um desafio ao partido (como tem sido muito dramaticamente o caso com a Igreja Católica Romana na vizinha Polônia dominada pelo comunismo). A Igreja ortodoxa como instituição permaneceu firme sob o controle do partido, com efetiva penetração política e mesmo da polícia secreta em seu clero. Mas a ortodoxia russa, como uma crença cristã generalizada, começava a fazer uma volta perceptível como a única fonte disponível de inspiração moral e como a genuína expressão nacional de valores culturais mais duradouros. Naquele sentido, representava uma resposta profundamente arraigada ao terreno estéril cultural e espiritual em que o comunismo soviético se havia tornado.

O fato de que em 1988 se comemorava o milésimo aniversário da conversão ao Cristianismo do antigo Rus — o equivalente geográfico atual da Ucrânia — fortaleceu essa tendência. A celebração do jubileu redespertou o interesse público na religião e em seu papel na história russa. Entre a *intelligentsia* cresceu a moda de usar emblemas religiosos e também empenhar-se na restauração artística das igrejas há muito abandonadas e dessacralizadas. Para o crescente número de intelectuais russos, a religião, deste modo, estava "*in*" e a ideologia agora "*out*".

Não foram apenas os membros da *intelligentsia* russa que sucumbiram ao impulso da religião. Simbólica da renovação espiritual que se espalhava foi a notável conversão à fé ortodoxa russa — pouco noticiada no exterior, mas muito discutida em Moscou — de Georgi Malenkov, um dos carrascos mais leais de Stalin durante os anos sangrentos dos grandes expurgos. Ele passou seus anos derradeiros em uma devotada participação em um coro religioso, insistiu e recebeu um sepultamento cristão por ocasião de sua morte em 1987. Seja o que for o que os inimigos do stalinismo possam ter pensado de Malenkov, este ato pelo sucessor escolhido de Stalin dramatizou em si mesmo o malogro da propagação do ateísmo pelo partido.

Na Conferência Especial do Partido em 1988, Gorbachev reconheceu e aparentemente aceitou o renascimento religioso na União Soviética. Ele disse: "Não ocultamos nossa atitude em relação ao aspecto religioso como sendo não-materialista e não-científica. Mas isto não é razão para uma atitude desrespeitosa para a inclinação espiritual do

crente, ainda menos para aplicar pressão administrativa para afirmar pontos de vista materialistas." Desta maneira, Gorbachev assinalou implicitamente o fracasso da coação ao ateísmo — a religião do partido — e assegurou um *status* mais respeitoso para a genuína religião.

História (ou stalinismo). No coração de cada um desses temas altamente divisórios achava-se a questão do stalinismo. Quase todo debate levava, em última instância, a questões politicamente sensíveis, concernentes à relevância contemporânea do sistema stalinista, a amargos debates sobre a extensão na qual o passado deveria ser plenamente ventilado, e ao tema ainda muito embaraçoso da culpabilidade individual (e não apenas de Stalin) pelos piores crimes do stalinismo.

O tema do stalinismo criou um sério dilema para a liderança e seu sistema político. Por um lado, para mover as reformas para diante, era necessário superar não apenas a inércia burocrática, mas a resistência das instituições e tradições stalinistas. Reestruturar implicava repúdio de modos há muito estabelecidos de fazer as coisas e muitos desses haviam sido institucionalizados durante o quarto de século dominado pela brutal reconstrução da sociedade soviética por Stalin. Por outro lado, uma rejeição completa de uma parcela tão grande do passado ameaçava desencadear emoções acumuladas e lembranças há muito suprimidas, minando assim as fundações sobre as quais o governo do partido se apoiava.

Não é de admirar então que a liderança contemporizava e agonizava. Na afirmação oficial do stalinismo, pronunciada com a autoridade do próprio Politburo, por ocasião do 70º aniversário da Revolução Bolchevique, Gorbachev condenou Stalin e o stalinismo em termos insofismáveis e cortantes, mas evitou qualquer particularidade dramática, falando pessoalmente dos "milhares" de vítimas de Stalin. Durante a Conferência Especial do Partido, Gorbachev continuou nessa abordagem restrita, observando apenas que "é um fato — e temos de admiti-lo hoje — que, em certo estágio, o sistema político estabelecido como resultado da Revolução de Outubro sofreu séria deformação". Outros líderes da cúpula, notadamente Ligachev, defenderam uma apreciação equilibrada do passado, na qual a exposição dos males passados não viesse a obliterar a memória das alegadas realizações. Mas uma vez que as portas à rejeição daquela época haviam sido abertas, era impossível conter o extravasamento do pesar, a inundação de lembranças, as relembranças de brutalidades indizíveis e — mais perigosamente — os pedidos por algum esforço de restituição e mesmo talvez de retribuição.

A imprensa e as publicações soviéticas ficaram saturadas de relatos, com freqüência extraordinariamente dolorosos e emocionantes, de sofrimento individual e coletivo. Alguns dramatizavam a degradação que o terror maciço e finalmente impensado infligia a pessoas muito simples e humildes. Outros proporcionavam relatos altamente personali-

zados das circunstâncias, rodeando a queda dos outrora poderosos, muitos dos quais, na época, desapareciam sem deixar traço, mergulhando suas famílias em inesperado ostracismo social, exílio ou mesmo a morte. Por exemplo, tanto a mulher como o filho do executado Marechal Tukhatcheviski também foram mortos. Outros ainda lidavam com as dimensões mais amplas e as conseqüências da tirania stalinista, tais como a destruição física de literalmente milhares de camponeses ucranianos ou de muitos dos corpos de oficiais soviéticos (contribuindo assim para as derrotas soviéticas iniciais na invasão nazista de 1941).

De forma surpreendente, alguns temas ainda permaneceram tabu. A imprensa oficial soviética evitava qualquer discussão profunda sobre a extinção stalinista de povos não-russos. O esmagamento das aspirações nacionais ucranianas ou lituanas após a Segunda Guerra Mundial, assim como as deportações maciças das Repúblicas bálticas (em seguida à sua anexação em 1940 e novamente depois de sua reocupação em 1944-45), foram discutidos apenas em generalidades. Isto também foi verdade quanto à expulsão e recolonização forçada na Sibéria de cerca de 1,5 milhão de poloneses, arrancados com extrema brutalidade, no auge do inverno de 1940, da metade da Polônia obtida pela União Soviética no pacto Hitler-Stalin de 1939. Os meios de comunicação soviéticos permaneceram silenciosos em relação aos quinze mil oficiais poloneses tomados como prisioneiros em 1939 e assassinados um por um em total segredo nas florestas de Katyń e outros lugares, na primavera de 1940. Assim o stalinismo como asseveração do imperialismo da Grande Rússia ainda desfrutava de certa indulgência.

Não obstante, a exposição dos crimes domésticos de Stalin inevitavelmente levantou três outros temas, cada um realmente controverso. O primeiro deles foi colocado abertamente e com crescente intensidade; o segundo foi debatido a portas fechadas no santuário interno do partido; e o terceiro nunca foi abertamente articulado, mas estava implícito na busca da verdade histórica.

O primeiro pertencia à culpabilidade individual. Era apenas Stalin o responsável por seus delitos? Isto era crível, dada a sua escala historicamente sem precedentes? Caso não, então o que dizer de seus cúmplices e carrascos? Para dizer a verdade, seus assessores imediatos estavam todos mortos, mas muitos dos executores, torturadores, interrogadores, guardas de campos de concentração e mesmo comandantes certamente ainda estavam vivos. Um jovem major do NKVD, que podia ter 25 anos de idade quando torturou seus prisioneiros durante o Grande Terror do final da década de 1930, teria agora 75 anos; os oficiais e homens que executaram pessoalmente os oficiais poloneses nas florestas de Katyń teriam agora seus setenta anos. Os torturadores do MVD das vítimas presas nos expurgos anti-semitas, assim como na malha mais ampla de terror do final da década de 40, estariam agora entrando na casa dos sessenta.

Era impossível revelar os crimes de Stalin sem o tema mais amplo da culpabilidade terminando por vir à tona. Em 1987, isto ocorreu. Diversos escritores soviéticos levantaram explicitamente a questão dos cúmplices de Stalin. L.G. Ionin, escrevendo na publicação sociológica soviética *Sotsiologicheskie Issledovaniia* (nº 3, 1987), não apenas utilizou o conceito ocidental de totalitarismo para analisar a natureza do fenômeno stalinista, como até mesmo traçou uma analogia deliberada com o nazismo, usando o termo alemão *Schuldfrage* (isto é, a questão da culpa), ao colocar a questão da culpa de outros. O assunto também surgiu na imprensa de massa. A 26 de dezembro de 1987, *Izvestia* citou um leitor que escreveu que muitos "perseguidores ainda devem estar vivos... Não posso evitar de pensar que eles estão rindo diante de suas publicações".

A TV soviética também abordou o tema. Em um programa de 22 de junho de 1988, dedicado aos delitos de Stalin, notou que alguns antigos torturadores acham-se "em um bom emprego", acrescentando:

> E, assim, uma questão lógica se levanta: por que existe um estatuto de limitação para esses terríveis crimes, como para alguém que, por exemplo, rouba uma bolsa ou dá uma surra em seu vizinho em uma briga de bêbados? Não há estatuto de limitação para criminosos de guerra ou para alta traição, então por que existe um para traidores que fuzilaram seu próprio povo, que torturaram pessoas soviéticas honestas? Como pode o estatuto de limitação ser mantido para eles? Eles não são traidores da pátria?

Em uma tentativa óbvia de conseguir um equilíbrio neste tema sensível, a revista semanal de circulação em massa *Nedelya* publicou, no início de fevereiro de 1988, um longo artigo de um proeminente erudito soviético especificamente enfocando sobre a questão da culpabilidade. Ele exonerou "muitos chekistas" como "comunistas, leninistas irrepreensivelmente honestos", afirmou que "um número ainda maior de pessoas que serviram em unidades e subunidades do NKVD-KGB não tiveram absolutamente qualquer envolvimento direto com as repressões", mas traçou o contraste com investigadores, interrogadores, guardas e informantes individuais que partilhavam da responsabilidade moral pelo stalinismo. Mas não estava preparado para ir além disso, sem dúvida deixando muitas vítimas sobreviventes com um sentimento de frustração.

Enquanto o tema permanecia em aberto, não era provável ser ativamente perseguido. Isto foi assim, não apenas porque a liderança política não desejava agravar as divisões que os debates sobre o stalinismo estavam fazendo vir à tona e porque um número ainda significativo de funcionários e cidadãos soviéticos eram devotados a Stalin, mas também porque a sociedade, em geral, estava confusa sobre os fatos reais

e ambivalentes em sua atitude. Podia-se ter presumido que a juventude soviética estaria inclinada a ser mais crítica em relação a Stalin, embora uma pesquisa soviética, alegadamente conduzida entre estudantes no interior das universidades e escolas superiores do partido, tenha indicado, de acordo com a TASS, a 24 de janeiro de 1988, que apenas 8% sentiam ter conhecimento suficiente do passado, enquanto 72% davam uma importância variável a Stalin pessoalmente, 3% aprovavam-no e 18% condenavam suas políticas.

A ambivalência social e não apenas a reticência oficial indicavam que o tema do stalinismo iria continuar a roer a consciência soviética, mas sem uma resolução decisiva e uma rejeição clara e total. Isto, por sua vez, estava destinado não apenas a complicar o processo de reestruturação, mas também a prevenir o comunismo contra limpar-se completamente do estigma moral stalinista.

A segunda questão política e ideologicamente sensível referia-se às implicações da reabilitação de algumas das vítimas bolcheviques mais proeminentes de Stalin. O julgamento dos expurgos de 1936 até 1938 resultou na execução da liderança leninista sobrevivente inteira, na maioria em que Stalin não confiava e de alguns dos quais discordava ideologicamente. Que essas figuras-líderes haviam sido injusta e mesmo ilegalmente assassinadas não era mais contestado. Sua reabilitação legal e restauração histórica, em um ritual horrível e macabro que pode ser descrito como a única circulação póstuma soviética da elite, teve lugar. Mas a reabilitação de suas visões obviamente perturbou a liderança do partido, uma vez que poderia abalar o consenso ideológico já extenuado deste. De acordo com isto, o Kremlin lutou para traçar uma linha entre uma reabilitação legal completa e uma parcial doutrinária, frustrando ainda mais, desta maneira, os esforços de desestalinização plena e gerando ressentimentos abertos dos parentes sobreviventes das vítimas.

A terceira questão não mencionada em relação ao stalinismo tinha implicações de alcance ainda mais amplo: o relacionamento entre o leninismo e o stalinismo. *O Arquipélago Gulag*, de Soljenitsin, estabeleceu conclusivamente que as raízes do terror stalinista repousavam no leninismo e de maneira específica na abordagem de Lenin em relação à reconstrução social forçada. Entretanto, para reter mesmo uma semelhança de legitimidade histórica, a liderança soviética teve de traçar uma linha firme entre o perverso Stalin e o impecável Lenin. Enquanto a questão da culpabilidade de Lenin pelo stalinismo era colocada muito timidamente na imprensa soviética antes da Conferência Especial do Partido, estava claro que qualquer exploração oficial do stalinismo tinha de ser detida antes que o repúdio pleno de seus crimes levasse a uma exploração igualmente plena de suas causas reais — assegurando, dessa forma, que o fantasma do stalinismo irá continuar a deixar perplexo o futuro soviético.

Problemas nacionais internos. Stalin parecia ter fechado a questão nacional de uma vez por todas — em grande parte assassinando todos os líderes não-russos de inclinações independentes. No entanto, mesmo o repúdio parcial ao stalinismo revelou que a questão permanecia potencialmente o mais inquietante de todos os dilemas políticos domésticos. Tendo esmagado todas as manifestações de independência ou mesmo apenas de desejo por autonomia entre os não-russos soviéticos, Stalin criou uma semelhança superficial de harmonia étnica, dominada por proclamações ritualizadas de respeito e afeição pelo "grande irmão" russo. Mesmo a maioria dos observadores ocidentais da União Soviética tendeu a aceitar a noção de que seu problema "nacional" havia sido resolvido. Sintomático desta inclinação era a aceitação no Ocidente da terminologia soviética, de acordo com a qual apenas os grão-russos eram descritos como "nação", enquanto todos os não-russos — que efetivamente somam cerca de 50% da população soviética — eram designados meramente como "nacionalidades".

A fachada da unidade nacional soviética trincou-se rapidamente, um vez que a *glasnost* estendeu-se ao tema do próprio stalinismo. Aspirações nacionais reprimidas e antagonismos nacionais emergiram com rapidez entre as várias nações verdadeiramente históricas da União Soviética, desmentindo desse modo a afirmação de que essas nacionalidades haviam submergido em um senso mais amplo de nacionalismo soviético. Entre janeiro de 1987 e meados de 1988, cerca de trezentos distúrbios nacionais — alguns deles em escala maciça — ocorreram em nove das quinze repúblicas soviéticas não-russas. Variaram desde reuniões de massas, envolvendo dezenas e mesmo centenas de milhares de participantes excitados, ao derramamento intercomunal de sangue, resultando em inúmeras mortes.

As queixas das nações não-russas eram canalizadas em duas principais direções: (1) verticalmente, contra a dominação centralizada pelos "grão-russos" em Moscou; e (2) horizontalmente, através da expressão mais aberta de conflitos de interesses entre as nações não russas. Alguns daqueles que se ressentiam do controle grão-russo visavam de início a uma correção de injustiça passada, como foi o caso dos tártaros da Criméia, que foram recolonizados à força por Stalin em 1944-45 de sua cálida península no mar Negro para as distantes Ásia Central e Sibéria. Outros, como os intelectuais ucranianos ou bielorussos, erguiam a voz contra a russificação de suas linguagens e culturas. Outros ainda, como os asiáticos centrais muçulmanos, se tornaram mais incisivos em sua busca de uma maior autonomia religiosa assim como cultural. Alguns foram ainda mais longe, como o caso dos lituanos, letões e estonianos que — após quatro décadas de repressão — irromperam em maciças manifestações de rua contra sua forçada incorporação à União Soviética, em 1940.

A exsudação de sentimento patriótico foi especialmente explosiva

nos países bálticos. Aparentemente esmagados pelo stalinismo, os lituanos, letões e estonianos nunca perderam seu sentido de identidade distintiva, que tem mais em comum com a democrática Escandinávia do que com a Rússia soviética. A *glasnost* de Gorbachev desencadeou esses sentimentos, e os mesmos expressaram-se inicialmente no desfraldar maciço das bandeiras nacionais há muito proibidas e nos hinos nacionais há longo tempo banidos, cantados em massa, em grandes manifestações públicas, nas quais mesmo alguns antigos guerrilheiros anti-soviéticos apareceram como principais oradores. Alguns funcionários da cúpula do Partido Báltico também foram varridos pela euforia, advogando publicamente um *status* político novo e promovido para essas "repúblicas soviéticas" e a transformação da controlada economia de Moscou em "zonas de economia livre" (uma idéia também endossada pelo economista de Gorbachev, Abel Aganbegian), muito semelhantes às regiões costeiras especiais chinesas designadas à livre empresa e ao investimento estrangeiro. As Frentes Populares bálticas que emergiam espontaneamente, tendo formulado planos ambiciosos de autonomia genuína e quase soberania para seus países, representam também o início de uma estrutura política que poderia se tornar uma rival do Partido Comunista governante. Pedidos formais de soberania nacional genuína eram apenas uma questão de tempo, se a *glasnost* continuasse.

Entrementes, denúncias públicas do stalinismo serviam como uma cortina para sentimentos anti-russos diretos ainda muito perigosos de se expressar abertamente. Assim, em *Literaturna Ukraina*, a 18 de fevereiro de 1988, um escritor ucraniano, Oleksa Musienko, pôde denunciar Stalin publicamente como um monstro por assassinar a elite política e intelectual da Ucrânia durante os expurgos e por precipitar deliberadamente a fome em massa do campesinato ucraniano, sem ter que apontar o dedo diretamente para os grão-russos. Os bálticos puderam fazer comícios tanto no outono de 1987 como na primavera de 1988 para honrar as vítimas de deportações stalinistas e pressionar por mais direitos sem terem que denunciar diretamente a opressão grã-russa. Os tártaros podiam fazer manifestações pelo direito de retornarem a seus lares como maneira de expressar sua rejeição ao exílio que lhes fora imposto tão brutalmente. Os muçulmanos da Ásia Central puderam organizar peregrinações aparentemente religiosas aos túmulos de seus mulás mortos por resistirem à repressão de suas regiões por Stalin, e de companheiros fuzilados por se recusarem a servir no Exército Vermelho na Segunda Guerra Mundial. Outros puderam mesmo usar o fato de Gorbachev ter substituído seu próprio sátrapa local por um grão-russo como uma desculpa para fazer manifestações contra o controle central, como aconteceu bastante violentamente durante vários dias no final de 1986 em Alma-Ata, capital do Casaquistão. Todas essas manifestações nacionalistas partilhavam do desejo comum de afrouxar,

talvez, em última instância, até mesmo cortar os laços impostos de cima pelos grão-russos de Moscou.

A religião como base para a auto-afirmação nacional era particularmente importante no caso da Ásia Central, com seus 45 a 50 milhões de muçulmanos. Após anos de proclamação que o domínio da "superstição" havia sido cortado, a imprensa soviética confessou, em 1987 e 1988, que o Islã estava preparando um renascimento significativo, que atividades religiosas clandestinas estavam por aflorar e que a guerra no Afeganistão reacendera um sentimento de identidade muçulmana. Diziam até que funcionários comunistas nas regiões muçulmanas participavam discretamente de cerimônias religiosas, identificando-se aos poucos com os costumes locais e as tradições nacionais. Em *Literaturnaia Gazeta* de 20 de maio de 1987, um autor queixava-se de que, em Tashkent, no "centro especializado de comunicações da república — onde, incidentalmente, trabalham pessoas comparativamente educadas — textos 'estranhos' começaram a aparecer no quadro de avisos praticamente todos os dias, convidando seus colegas a vários eventos religiosos", e o secretário do Komsomol local convidava as pessoas "para uma reunião memorial com uma leitura de orações do Corão".

Conflitos nacionais horizontais colocavam uma ameaça similarmente grave de rompimento. Nenhuma paixão fora esquecida entre certas nações não-russas, particularmente no Cáucaso. Os historicamente antigos georgianos, armênios, azerbaijanos e vários outros povos menores mantiveram rixas seculares envolvendo conflitos religiosos e territoriais. Com a região representando um mosaico de religiões e seitas cristãs e islâmicas — complicado pela intricada miscigenação de populações étnicas — uma violenta hostilidade permaneceu latente durante os anos da uniformidade stalinista, que explodiu brutal e letalmente na luta armênio-azerbaijana, no início de 1988, pela cessão da região Nagorno-Karabakh, povoada de armênios, ao Azerbaijão, pressagiando conflitos nacionais e religiosos ainda maiores no futuro. Inúmeros foram mortos, Erevan, a capital da Armênia, esteve por dias dominada por multidões crescentes, elevando-se a centenas de milhares, e o Kremlin foi forçado à ingrata tarefa de mediar as paixões nacionalistas exaltadas de armênios e azerbaijanos.

As políticas de Gorbachev permitiram que todos esses problemas emergissem. A razão é extremamente simples. Era impossível pregar e sequer praticar modestamente a *glasnost* e *demokratizatsiia* sem a expressão aberta das queixas nacionais. O legado do passado stalinista era amargo demais e as lembranças do abuso grão-russo muito recentes para que os intelectuais e estudantes deixassem de aproveitar as oportunidades que a *glasnost* agora proporcionava. O próprio Gorbachev admitiu que mesmo os conflitos horizontais tendiam a tornar-se rejeições verticais do governo grão-russo, notando, em 19 de julho de 1988,

que, no embate armênio-azerbaijano, "as paixões estão até certo ponto fugindo ao controle. Estão aparecendo *slogans* de caráter anti-socialista, anti-soviético e anti-russo". Além disso, mesmo a modesta descentralização econômica serviu para reforçar as pressões locais por um controle mais direto, fundindo mas também complicando, desse modo, a busca da reforma econômica com o tema nacional muito mais explosivo.

Mesmo os líderes bem-intencionados do Kremlin foram provavelmente tomados de surpresa por esses desenvolvimentos. A julgar pelas análises do problema nacional publicado em Moscou após estes afloramentos nacionalistas, o centro parecia ter sido cegado por sua própria propaganda e chegado realmente a acreditar que o problema nacional não mais existia. As reações assim se estendiam desde as denúncias raivosas de *Izvestia* de 9 de fevereiro de 1988, dos "sabotadores ideológicos" na Lituânia, que, diziam, encaravam os comunistas como "traidores dos interesses nacionais", à análise mais perplexa do próprio Gorbachev, feita na onda da violência de Alma-Ata, propondo que o problema nacional não fosse mais visto em termos simplistas, "reminiscentes às vezes mais dos brindes de cumprimentos do que dos sérios estudos científicos". O problema nacional, praticamente adormecido desde a década de 30, havia assim voltado à tona — dessa vez tanto como a mais importante conseqüência da tentativa da *perestroika* e potencialmente como o desafio mais grave a ela.

As três fontes dinâmicas remanescentes da desunião doméstica pertenciam aos negócios exteriores. Tendiam a envolver um círculo menor de disputantes, confinados em grande parte à elite da diplomacia soviética. Não obstante, um debate sobre temas de política externa era também uma novidade espantosa no sistema soviético, testemunhando seja a notável difusão da *demokratizatsiia*, ou mais provavelmente, a perda progressiva do controle centralizado pelo funcionalismo do partido.

A guerra no Afeganistão. Este tema de política externa produziu gradualmente o mais amplo debate público. Embora de início os objetivos da guerra não fossem questionados de público, as baixas crescentes geraram um ressentimento cada vez maior contra os esforços do Kremlin em manter a guerra afastada da consciência do povo. Sepultamentos secretos, referências inócuas ao "dever proletário internacionalista" nas lápides dos caídos, nenhum tratamento especial para os veteranos de retorno ou mesmo os inválidos — para não falar de discretas transferências para os filhos de oficiais seniores — tudo alimentava uma amargura que não poderia ser indefinidamente ignorada, em especial no contexto da campanha mais ampla da *glasnost*.

Ao final, todas essas queixas foram ventiladas, mesmo as mais politicamente sensíveis. Por exemplo, no *Pravda* de 25 de novembro de 1987, o partido oferecia uma explicação, embora fraca, pela preferên-

cia dada aos filhos dos politicamente poderosos: "Estamos enviando os melhores ao Afeganistão, aqueles em condições excelentes. Estranho como possa parecer, os filhos dos oficiais da liderança são, com muita freqüência, fisicamente despreparados para o serviço no Exército." Enquanto isto deve ter simplesmente enraivecido os pais de qualquer jovem inutilizado ou morto na guerra, foi significativo que em 1987 todos esses assuntos tenham irrompido na imprensa, transformando assim a guerra em mais um assunto público causador de dissensão.

Com o tempo, tais queixas, em grande parte pessoais, levaram um público politicamente mais significativo a questionar a própria sabedoria da decisão do Kremlin em lançar a invasão. Havia rumores em Moscou de que Brejnev e seus sábios camaradas estavam verdadeiramente embriagados quando publicaram a ordem final para invadir. Críticas abertas à política externa vigente simplesmente não tiveram precedentes na história soviética recente. No entanto, na *Literaturnaia Gazeta* de 16 de março de 1988, o acadêmico O. Bogomolov, um renomado especialista soviético em assuntos exteriores, fez a notável revelação de que, três semanas após o ataque, o Instituto de Economia do Sistema Socialista Mundial da Academia de Ciências da URSS enviou à liderança do partido uma análise da "natureza fútil e danosa desta ação". Outro especialista soviético em assuntos exteriores, A. Bovin, argumentou na Rádio de Moscou, a 22 de maio de 1988, que daí para a frente "o envio de forças armadas soviéticas para o exterior, a fim de tomar parte em atividades de combate só pode ser realizado após discussão nos mais altos órgãos legislativos do país e com a concordância destes".

Pode-se apenas conjecturar que a decisão final de retirar as forças soviéticas resultou em parte de pressões domésticas, embora o Exército e a polícia secreta soviéticos, é muito provável, ficassem profundamente perturbados pelas implicações de longo alcance de tal reconhecimento implícito da derrota. Dessa forma, o debate sobre o Afeganistão provavelmente irá permanecer latente mesmo após o término das formas mais diretas de envolvimento soviético, particularmente se a derrota estimular mais auto-afirmação nacional, seja na Europa Oriental ou mesmo no interior da União Soviética.

Política externa e de defesa. Embora o debate sobre a política externa tenha tido lugar, em grande parte, no âmbito de vários institutos especializados, a propensão era de questionar hipóteses passadas e pedir "novo pensamento" (que o principal sovietologista francês, Michel Tatu, descreveu de forma zombeteira como uma alternativa a "não pensar" no passado). A maior afirmativa da abordagem revisionista foi proporcionada por um dos principais crentes do cérebro de Gorbachev, Ye. Primakov, que em um importante artigo intitulado "A nova filosofia da política externa", no *Pravda* de 9 de julho de 1987, pediu a rejeição da noção de que a coexistência pacífica representava

apenas um período de respiração, estimulava o abandono da exportação da revolução como uma faceta da política soviética e salientava a nova realidade da interdependência global. Os mesmos temas foram depois mais desenvolvidos com mais amplitude no próprio livro de Gor bachev, enquanto, no reino militar, os estrategistas soviéticos começaram a desenvolver o tema de uma "doutrina defensiva" como ponto de partida para um relacionamento estratégico mais estável com o Ocidente. Em todos esses pontos, o contraste entre esses pontos de vista e as políticas soviéticas recentes era impressionante.

O bloco soviético e o movimento comunista mundial. Na celebra ção do 70º aniversário da Revolução Bolchevique, em Moscou, Gorbachev sublinhou a igualdade nominal de todos os partidos comunistas e rejeitou explicitamente qualquer pretensão de um papel especial de liderança pelo partido soviético — uma importante diferença doutrinária em relação às afirmativas passadas de Moscou de que seus interesses deveriam ser guia para os comunistas do mundo inteiro. Enquanto a doutrina de Brejnev não era oficialmente repudiada, Gorbachev confidenciou que ela não seria aplicada para inibir mudanças graduais na Europa Oriental, o que, por sua vez, levou alguns europeus orientais a afirmar que a ocupação da Tchecoslováquia em 1968 nunca teria ocorrido com Gorbachev no poder. Embora a validade desta afirmativa nunca pudesse ser testada, o efeito foi encorajar os europeus orientais que pressionavam por mudanças bastante além do ritmo da reestruturação soviética. Para alguns líderes soviéticos, a posição de Gorbachev ficou, sem dúvida, problemática. Qualquer instabilidade de importância na Europa Oriental estava assim passível de gerar debates ainda mais aguçados no Kremlin sobre o tema de sua política externa.

Todos esses debates entrelaçados criaram um efeito dinâmico. A busca de renovação econômica gerou pressões para a democratização, que, por sua vez, ameaçou o monopólio do partido sobre o poder e crenças formais, abrindo assim as portas para os apelos competitivos da religião e do nacionalismo e colocando mesmo o perigo de uma desunião prolongada e talvez até de intensificação. O fato de que esses debates estavam realmente ocorrendo, e de que não mais se confinavam aos santuários internos do partido, era particularmente significativo por três razões:

Primeira, representava uma quebra notável das normas políticas estabelecidas. O totalitarismo soviético havia envolvido por várias décadas a regulamentação da sociedade em um estado de ortodoxia despolitizada e evidente unanimidade política. A nova realidade da disputa social e política colocava-se em forte contraste com o conformismo silencioso do stalinismo dominante desde 1928, pelo menos.

Segunda, colocava em perigo a integridade da doutrina marxista leninista e potencialmente mesmo a unidade da União Soviética. Um

debate intelectual aberto, baseado na assimilação de novas percepções científicas e categorias filosóficas, era inerentemente incompatível com uma doutrina que via a si mesma como um sistema fechado, contendo respostas cientificamente corretas para todos os dilemas sociais. Além disso, a não ser que os debates emergentes a respeito de um grande número de temas sensíveis fossem ou canalizados de alguma forma para uma moldura de pluralismo institucionalizado ou reprimidos, poderiam gerar uma escalada dinâmica, ameaçando ao final a própria integridade da União Soviética.

Terceira, desacreditava o comunismo soviético especificamente e, por conseqüência, o comunismo em geral. As revelações relativas aos crimes do passado e as críticas do desempenho presente e passado confirmaram quase tudo que muitos estudiosos ocidentais haviam escrito previamente sobre o stalinismo, pelo que haviam com freqüência sido repudiados na imprensa soviética como "inveterados propagandistas anticomunistas". Com efeito, os relatos detalhados pungentes e realmente dolorosos dos sofrimentos infligidos a seres humanos inocentes surgidos na imprensa soviética foram ainda mais devastadores em suas implicações ideológicas do que muito do que havia escrito no exterior. Similarmente, os debates fizeram vir à tona dados adicionais relativos a malogros correntes e recentes na economia e sociedade soviéticas, confirmando assim as afirmações ocidentais mais críticas do desempenho comunista geral.

Capítulo

7

Um Comunismo em Evolução ou Decadência?

O verdadeiro tema para o futuro não é se Gorbachev irá durar, se terá sucesso ou fracassará. O verdadeiro tema é se o comunismo soviético está evoluindo para um sistema mais permissivo e economicamente inovador, ou se está decaindo ou mesmo se fragmentando. Afinal, Gorbachev poderia ser removido do poder ou morrer em circunstâncias ambíguas. No entanto, algumas de suas reformas poderiam continuar, embora de um modo mais cauteloso. Como ele poderia permanecer nominalmente no poder — dada a sua popularidade no exterior, ainda podendo ser útil ao Kremlin em lugar de Gromyko, como o chefe de Estado — mas com suas políticas em grande parte abandonadas. Por fim, ele próprio poderia diminuir o ritmo ou mesmo acelerar suas políticas para salvaguardar seu poder, mesmo enquanto dispensando seus rivais — como Ligachev — do ofício.

A questão-chave é se o sistema soviético pode evoluir com sucesso para um organismo mais pluralista, que gere maior criatividade social e econômica e, dessa maneira, faça a União Soviética mais verdadeiramente competitiva no cenário mundial. Dessa resposta dependem não apenas o destino da União Soviética como uma potência importante, mas também as perspectivas para o comunismo de um modo mais geral. O turbilhão atual poderia talvez ser um sinal de tal mudança, mas

também poderia ser o primeiro estágio na fragmentação progressiva do próprio sistema.

Esse sistema vem ao longo dos anos sendo chamado de totalitário não apenas porque a sociedade era coercitivamente subordinada ao sistema político, mas também porque essa sociedade foi violentamente remodelada de acordo com um plano ideológico. Uma condição de ortodoxia despolitizada foi criada dessa maneira, a vida política genuína cessou de existir e um consenso silencioso parecia refletir total unanimidade social. A política tornou-se a reserva e a prerrogativa apenas dos principais líderes.

Um abandono evolutivo das características totalitárias do sistema iria assim exigir a institucionalização gradual de uma moldura política mais pluralista que permitisse à sociedade assumir um papel mais ativo e mesmo que alguma vida genuinamente política se tornasse uma faceta da existência social normal. A resposta última à questão da probabilidade de tal evolução depende da possibilidade de dois dilemas aparentemente irreconciliáveis, inerentes à corrente realidade soviética, poderem ser superados: primeiro, pode a revitalização econômica ser alcançada sem uma redefinição verdadeiramente básica do papel do Partido Comunista na administração social? Segundo, a descentralização econômica, assim como a exigida contração concomitante no papel central de governo do partido, podem ser realizadas sem um reforço maciço do poder dos não-russos, ao ponto de tal descentralização tornar-se, por fim, equivalente ao desmantelamento gradual da União Soviética?

A liderança do partido soviético reconheceu, em meados de 1988, a primazia da reforma política sobre a econômica. A resolução do partido afirmava explicitamente que "a prioridade máxima deve ser dada hoje a uma reforma fundamental do sistema político". Mas, como o *Pravda* reconheceu literalmente três dias depois, a 7 de julho, "os processos de democratização — tanto no nível central como no local — estiveram até aqui progredindo lentamente". A *nomenklatura* do partido não sofreu restrições por causa de reformas econômicas, nem as mudanças políticas propostas por Gorbachev em relação ao papel apropriado do partido foram institucionalizadas. As evocações constantes do centralismo do legado leninista parecem reafirmar a determinação do partido em reter seu lugar especial e sua posse monopolista do poder, sendo isto economicamente funcional ou não.

A questão, portanto, consiste em se a reforma econômica pode ser bem-sucedida se o partido estiver relutante em retrair-se. A resposta parece ser negativa. A genuína introdução de um mecanismo de mercado, a emergência de uma estrutura de preços baseada em oferta e procura, a promoção de um fluxo livre de trabalho, o aparecimento de uma classe administrativa predisposta a assumir riscos e com acesso a capital para investimento e o não tolhimento da agricultura são to-

das precondições necessárias ao genuíno sucesso econômico. Mas exigem também uma diminuição significativa do papel do partido exatamente nos tipos de modos que os *apparatchiki* soviéticos estão relutantes em tolerar. A imensa brecha entre a *glasnost* e a *perestroika* está arraigada nessa condição. Está destinada, dessa forma, a alimentar desapontamentos destrutivos.

Além do mais, está faltando genuína receptividade social às reformas necessárias. Antigos hábitos e a inércia colocam obstáculos maciços às mudanças. As massas são, no melhor dos casos, céticas e largamente preocupadas com as conseqüências imediatas da *perestroika*. Os trabalhadores internalizaram as piores feições do igualitarismo e são suspeitos em relação a reformas designadas a premiar o desempenho. A tradição camponesa foi destruída. Os administradores temem responsabilidade maior e falta-lhes o impulso empreendedor. Os funcionários preferem o centralismo. A história russa e a realidade soviética conspiram portanto contra a reestruturação.

Acrescentando os dilemas da *perestroika*, encontra-se o problema nacional. As taxas de crescimento da população têm sido significativamente mais altas entre os não-russos, em especial os centro-asiáticos, cujos números aumentaram entre 1959 e 1979 em quase 72% em contraste com uma taxa de crescimento de cerca de 19% para os eslavos soviéticos. Assim, em pouco tempo os não-russos irão constituir a maioria do povo soviético. No entanto, os grão-russos dominantes manejam, efetivamente, o poder político exclusivo no centro com uma representação bastante simbólica para os não-russos. Os russos em geral desfrutam de um acesso mais fácil às posições de elite por todo o Estado soviético, e o Politburo é nos dias atuais completamente dominado pelos grão-russos. A política lingüística do Estado também favorece o idioma russo com, por exemplo, 14 livros publicados em russo em 1986 para cada russo vivendo na União Soviética, mas com apenas 2,4 em linguagem nativa para cada não-russo. Além disso, a política econômica do Kremlin favorece o investimento de capital e desenvolvimento nas partes russas do país.

A descentralização genuína iria, de maneira inevitável, alimentar exigências de correção dessas desigualdades. Entretanto, o controle central russo está tão profundamente encravado nos arranjos existentes, que o corretivo necessário iria exigir um levante maciço. Com efeito, existe um círculo vicioso. A forma de reformas alimenta ressentimentos nacionais, mas as reformas provavelmente alimentariam um apetite ainda maior por mais poder entre os não-russos. Atitudes separatistas, em especial entre os bálticos e os muçulmanos soviéticos, estes últimos estimulados pelo ressurgimento mundial do Islã e encorajados pelo fracasso militar soviético no Afeganistão, poderiam assim, colocar, por fim, uma ameaça real à unidade do Estado soviético.

Um ponto-chave a observar será o crescente nacionalismo dentro

da Ucrânia soviética, com sua população de cinqüenta milhões e grandes recursos naturais. Tanto em Kiev como em Lvov a atividade política, religiosa e cultural ucraniana quase clandestina tem aumentado, tirando vantagem das aberturas criadas pela *glasnost*. Seu impulso tem sido enfatizar o dano infligido à Ucrânia por políticas do passado e o imperativo nacional de resistir à maior russificação. A maioria dos ucranianos, certos ou errados, culpam Moscou — e assim, por inferência, os russos — pelo desastre de Chernobil, que encaram como a segunda pior calamidade (após a fome da década de 1930) infligida contra a sua nação pelos governantes do Kremlin. Se os ressentimentos lingüísticos e culturais do povo ucraniano, já expressos abertamente e com bastante veemência mesmo nos meios de comunicação ucranianos oficiais, se desenvolverem em aspirações separatistas apoiadas por uma porção significativa da população ucraniana, o problema nacional se terá transformado na crise de sobrevivência da União Soviética.

Uma prelibação de coisas por vir foi proporcionada pelo relato publicado no *Komsomolskaia Pravda* de Moscou, a 10 de julho de 1988, sobre um comício de massa na cidade de Lvov. Organizado ostensivamente para conservar monumentos históricos, o comício — "com muitos milhares de pessoas — rapidamente se transformou em uma maciça manifestação nacionalista. Sua liderança foi assumida por ativistas nacionalistas, e exigências políticas emocionalmente carregadas dominaram a noite. O jornal russo denunciou os oradores ucranianos do comício como "rebaixando-se a um frenesi impróprio de um homem, cidadão e patriota".

O problema nacional é claramente o calcanhar-de-aquiles da *perestroika*. Por ocasião da primavera de 1988, os meios de comunicação de massa soviéticos admitiam que o problema nacional estava longe de ser resolvido. Ao mesmo tempo, a crescente consciência dos grão-russos de sentimentos nacionais antimoscovitas tem estado inibindo ainda mais as chances de genuína descentralização, que poderia, talvez, promover uma evolução construtiva do sistema. Essa consciência tem reforçado o quinhão investido dos grão-russos no exercício continuado do governo central por eles, mesmo ao preço de ineficiência econômica.

Para descentralizar uma economia de propriedade estatal, é preciso descentralizar o sistema político também; mas descentralizar o sistema político de um império multinacional significa conceder poder a nações previamente subordinadas. De acordo com isso, para ser bem-sucedida economicamente, a *perestroika* deve envolver a reestruturação da "União" Soviética em uma confederação genuína, encerrando assim o governo moscovita. Com efeito, isto é a mesma coisa que a dissolução do império. É duvidoso que a elite política russa estivesse preparada para trocar a perda efetiva de seu poder imperial pelos benefícios da descentralização econômica.

Um emergente revide grão-russo contra a *demokratizatsiia*, com

base em que esta estava alimentando nacionalismos não-russos, foi notado com alarme pelo *Moscow News*, um jornal que abertamente apoiava as reformas de Gorbachev. Este relatou, a 13 de abril de 1988, que "muitas pessoas acreditam que problemas internacionais agravaram-se, subitamente, pelo processo de democratização de nossa sociedade. Forças sinistras, conservadoras, já reprovam as forças da renovação por terem 'afrouxado os parafusos', registrando meticulosamente em seu 'rol da sabedoria' tudo o que é trazido à superfície pela *glasnost* e que, em sua opinião, 'mina o sistema' ". De acordo com o jornal do Partido Comunista Italiano, *L'Unità*, em 23 de maio de 1988, o texto original do ataque violento à *perestroika*, que havia sido publicado anteriormente naquele ano na *Sovetskaia Rossiya*, continha uma passagem que mesmo aquele órgão ortodoxo preferiu omitir: "O maior perigo... é constituído pelo nacionalismo escandaloso de nações insignificantes, tais como os tártaros da Criméia e judeus do tipo sionistas cujas ações são deliberadamente voltadas a destruir a amizade entre os povos soviéticos."

Tais temores dos grão-russos de conflitos nacionalistas crescentes, impedindo as necessárias reformas, realçam a probabilidade de que a perspectiva real para o comunismo soviético é a de uma decadência debilitante e não uma evolução construtiva. Um sucesso verdadeiramente renovador — que resulte em uma sociedade soviética criativa, inovadora e auto-energizante — poderia ocorrer apenas através da diluição da doutrina, da dispersão do poder do partido e da gradual emancipação dos não-russos do controle centralizado por Moscou. É altamente improvável que a liderança do partido e a elite governante, não importa quanto ansiosas por uma revivificação econômica, estejam preparadas a arriscar-se a ir politicamente tão longe.

Tem-se o direito, portanto, de duvidar que o sucesso genuíno — que pode ser chamado Opção Um — esteja reservado para a *perestroika* de Gorbachev. Outras opções devem, portanto, ser consideradas. Estas poderiam incluir:

Opção 2: Turbulência prolongada, mas inconclusiva.

Opção 3: Estagnação renovada, à medida que a *perestroika* perde o vapor.

Opção 4: Um golpe político regressivo e repressivo em reação à opção 2 ou 3.

Opção 5: Fragmentação da União Soviética, como conseqüência de alguma combinação das acima citadas.

Destas opções, a alternativa mais provável para os vários anos vindouros parece ser a opção 2, mas com uma alta probabilidade de que a *perestroika* perca gradualmente parte de seu impulso em face de obs-

táculos internos. Os distúrbios domésticos crescentes ou mesmo a estagnação renovada poderiam, por sua vez, provocar alguns esforços renovados em benefício de uma disciplina social e política intensificada. A última hipótese poderia levar mesmo a uma ditadura militar, em especial se o partido provar ser complacente demais e incompetente, seja na promoção da mudança ou na manutenção da ordem. Tal virada dos eventos iria danificar seriamente as perspectivas históricas do comunismo. A estagnação econômica e a tecnológica iriam retardar ainda mais a União Soviética em sua corrida com a América. A repressão significaria um desrespeito internacional renovado a um regime que ainda não chegou realmente a termos com seu passado stalinista recente.

Em qualquer caso, será extremamente difícil colocar o gênio da positividade social de volta na garrafa totalitária, agora que a sociedade soviética teve uma lufada de debates abertos e se tornou, em geral, menos imune às comunicações e idéias estrangeiras. A *intelligentsia* soviética, intoxicada com a *glasnost*, com toda certeza, iria ressentir-se com intensa amargura de qualquer repressão reacionária. Aí então, inerente ao malogro do sistema político em evoluir ou em qualquer esforço para reprimir a sociedade, reside a maior possibilidade de crescente inquietação política e mesmo, no final das contas, da fragmentação sistêmica. Para usar um pouco de terminologia marxista, a linha básica é que uma "superestrutura" política totalitária não pode coexistir por muito tempo com uma "base" social que deixa de estar sujeita a seu controle total.

Não intencionalmente — mas "objetivamente" para usar outro termo marxista — as políticas de Gorbachev estão, portanto, contribuindo para o crescimento de uma situação potencialmente revolucionária. Suas reformas estão criando componentes para a mudança. Estão desencadeando esperanças já quase destinadas ao fracasso. Criam transtornos que, nesse meio-tempo, estão realmente piorando a qualidade de vida da pessoa média. Também estão reduzindo o nível de temor político — mesmo considerando-se que surgem a partir do nível de frustração social. Tal combinação é inerentemente explosiva.

Em resposta às dificuldades emergentes, são prováveis novas concessões e mudanças desesperadas — talvez mesmo reformas dramáticas na agricultura ou atos simbólicos, tais como receber de volta, com boas-vindas, Aleksandr Soljenitsin. Entretanto, a confusão institucional e a desilusão social não serão provavelmente aliviadas desta maneira. Ao contrário, tais passos provavelmente irão maximizar a crise política emergente. O fato de que o fracasso da reforma econômica compeliu Gorbachev a conferir a mais alta prioridade à mudança política ajudou a sublinhar a proposição historicamente revolucionária — que Gorbachev não poderia afirmar de forma explícita — de que a falha última do sistema soviético é o seu legado leninista.

Todavia, desfazer deste legado — dado que não existem atualmen-

te alternativas doutrinárias ou organizacionais — poderia deixar à solta forças poderosas que são inerentes à deterioração, frustração e antagonismos cumulativos da vida soviética contemporânea. A busca continuada da *perestroika* poderia efetivamente intensificar tais contradições, porque as reformas exigidas provavelmente irão privar os trabalhadores soviéticos dos principais benefícios de que têm desfrutado sob o sistema soviético existente — isto é, segurança de emprego e salários estáveis independentemente de desempenho —, sem lhes garantir quaisquer vantagens correspondentes. O proletariado urbano é a classe passível de ser mais adversamente afetada pelas conseqüências sociais de curto prazo da reestruturação — tais como inflação, habitação mais cara (com os aluguéis congelados desde 1928!) e provavelmente também desemprego — e, em algum ponto, provavelmente irá fazer seus ressentimentos serem sentidos. Por conseqüência, uma inquietação esporádica e revolucionária poderia surgir dos trabalhadores soviéticos politicamente mais espertos, que irão levar a sério os *slogans* socialistas da democracia dos trabalhadores e que poderiam também ficar infectados pelo exemplo do Solidariedade dos trabalhadores poloneses.

Os cada vez mais intensos conflitos nacionais e religiosos ou aspirações separatistas entre os não-russos, amargados pela continuada dominação de Moscou, também são passíveis de contribuir para o potencial da fragmentação sistêmica. A União Soviética não pode fugir à era do nacionalismo, e inerente à desunião que agora está se manifestando é a emergência de sentimentos nacionais inerentemente conflitantes. A busca de maior autonomia econômica local já está de forma inevitável indo de encontro a pedidos de alguns não-russos por uma maior autonomia política, senão por independência genuína. Estes pedidos provavelmente serão disfarçados de início em *slogans* socialistas e democráticos, mas o seu volume último será letal à União Soviética. Não será fácil ao Kremlin lidar com tais aspirações sem algum recurso à coerção.

Uma quebra progressiva da ordem poderia levar, por fim, a um golpe de centro, empreendido pelos militares, com apoio do KGB. A liderança de tal golpe iria com a maior probabilidade vir de uma coalizão de funcionários não-russos descontentes, temerosos burocratas do partido central e oficiais enraivecidos do KGB, determinados a restaurar a "unidade nacional" disciplinada, mais em nome do nacionalismo russo do que do socialismo soviético. Poderiam alegar legitimidade histórica para tal ação, apelando para o patriotismo e evocando o imperativo da disciplina em face do caos doméstico. O comunismo como ideologia seria, desse modo, ainda mais desacreditado.

Em resumo, o dilema fatal do sistema comunista na União Soviética é o de que o seu sucesso econômico pode ser comprado apenas ao custo da estabilidade política, enquanto sua estabilidade política apenas pode ser sustentada ao custo do fracasso econômico.

PARTE III

Rejeição Orgânica

Um único fato crucial é a chave para a compreensão do futuro do comunismo na Europa Oriental: o marxismo-leninismo é uma doutrina estrangeira imposta à região por um poder imperial, cujo governo é culturalmente repugnante aos povos dominados. Como resultado, um processo de rejeição orgânica do comunismo pelas sociedades da Europa Oriental — um fenômeno similar à rejeição de um órgão transplantado pelo corpo humano — está a caminho. Este processo está se originando de uma contestação entre forças nacionais buscando caminho para libertar sua sociedade dos dogmas de Moscou e tentativas soviéticas de desenvolver novas maneiras de reter o controle último sobre o destino da região.

Embora o marxismo tenha sido inicialmente concebido na Europa Ocidental, sua adaptação à despótica cultura oriental russa brutalizou sua orientação inicialmente humanística. Quando Stalin impôs à força o comunismo de estilo soviético aos países da Europa Oriental, transplantou o marxismo-leninismo-stalinismo a sociedades que se identificavam em grande parte com a herança cultural religiosa e intelectual da Europa Ocidental. Como resultado, o império soviético na Europa Oriental é quase único na história imperial: a mão dominante *não* é vista pelos povos submetidos como culturalmente superior.

A superioridade cultural, mesmo se relutante e secretamente reconhecida pelos dominados, foi um fator crítico na habilidade dos impérios romano,britânico ou francês em perdurarem por tanto tempo. Em contraste, o império soviético é visto na Europa Oriental — correta ou incorretamente — como uma subjugação regressiva por uma nação culturalmente inferior. Assim, mesmo quarenta anos após a imposição do domínio soviético por Stalin, as sociedades do Leste europeu virão a irritar-se com seus regimes comunistas.

Por algum tempo, entretanto, a ideologia comunista conseguiu compensar essa condição. Mesmo se a maioria dos europeus orientais considerasse a dominação russa como um retrocesso cultural, muitos acreditavam que a doutrina comunista tinha o potencial para uma modernização e industrialização mais rápida. Uma vez que a União Soviética era na época considerada o modelo do comunismo na prática, a ideologia serviu para justificar não apenas a imitação da União So-

viética, mas a aceitação — como uma necessidade histórica positiva — da dominação pelo Kremlin.

Dessa forma, o fracasso do modelo soviético tem conseqüências potencialmente devastadoras para o domínio imperial soviético. Acelera o desgaste da doutrina comunista como o laço unificador do império. Também intensifica o ressentimento contra a dominação externa, vista, cada vez mais, como a fonte do crescente retardamento social e cultural da região. Impõe a Moscou a necessidade de fortalecer o império por meio de novas amarras. Estas, por sua vez, estão estimulando mais hostilidade nacional contra o controle central do Kremlin.

Nos anos recentes, o Kremlin lutou para forjar novos laços militares e econômicos com a Europa Oriental. Reforçou seu controle sobre o Pacto de Varsóvia pelo aumento de subordinação dos vários exércitos nacionais ao alto comando soviético. Ao mesmo tempo, para aumentar a renovação da economia soviética, Gorbachev estabeleceu uma recompensa especial na extração de capital, nova tecnologia e mesmo trabalho especializado da Europa Oriental. Estas iniciativas foram também uma resposta ao reconhecimento crescente em Moscou de que a força de amarração da ideologia estava se desvanecendo, que o nacionalismo na Europa Oriental estava se erguendo e que a União Soviética tinha perdido muito de seu prestígio histórico.

Como resultado, dois puxões conflitantes estão distendendo o tecido do império soviético na Europa Oriental. Por um lado, um processo de auto-emancipação do controle ideológico soviético ameaça diluir — ou mesmo quebrar — os laços imperiais. Por outro lado, os esforços patrocinados pelos soviéticos para intensificar a integração militar-econômica procuram enfrentar essa dinâmica centrífuga. O primeiro portanto envolve a rejeição orgânica do comunismo por grande parte da Europa Oriental. O segundo impõe esforços em aumentar a dependência da Europa Oriental para seu bem-estar econômico e sua segurança territorial da boa vontade e decisões do Kremlin.

Capítulo

8

Transplante e Transmutação Ideológica

Czesław Miłosz, em seu celebrado volume, *A Mente Cativa*, revelou de forma dramática como era forte de início o efeito da doutrina marxista-leninista mesmo sobre os europeus orientais não-comunistas esmagados por Hitler e então "libertados" por Stalin. Um sentido de poder irresistível irradiava-se do regime stalinista. Ao mesmo tempo, o Ocidente democrático demonstrava um sentimento de indiferença pelo destino da Europa do Leste. Combinado com o escopo monumental do experimento social empreendido na União Soviética, isto criou cumulativamente um sentimento de inevitabilidade histórica da sovietização da região. O destino parecia ditar uma postura de aceitação e mesmo de conversão.

O fanatismo fervente entre os verdadeiros crentes — a recém-estabelecida elite do poder comunista — achava-se em um padrão até mesmo mais alto. Eles viam a si mesmos como cavalgando a onda da história. Uma exclamação extática ao comitê central do partido polonês governante, em julho de 1948, por parte de um de seus líderes stalinistas mais fervorosos, Mieczyslaw Moczar, captou perfeitamente o sentimento prevalecente entre os fiéis disciplinados: "Para nós, homens do partido, a União Soviética é nossa Mãe Pátria, e nossas fronteiras atuais não posso definir, hoje além de Berlim, e amanhã em Gibraltar."

Além disso, houve confessadamente alguns fatos positivos tangíveis para a região na transformação comunista inicial. Não foi, portanto, de modo algum, uma questão de atração ideológica abstrata. A Europa Oriental emergiu da guerra devastada e agudamente consciente de seu relativo retardamento em comparação tanto com a Europa Ocidental mais avançada industrialmente, quanto com a Rússia stalinista recém-industrializada. As elites comunistas impostas pelos sovietes fizeram o seu objetivo central combinar reformas sociais desejáveis, particularmente a muito necessária redistribuição da terra aos camponeses, com rápida industrialização. Estabeleceram o objetivo de igualar em duas décadas e então ultrapassar em produção de indústria pesada as economias mais avançadas da Europa Ocidental. Com efeito, taxas rápidas de crescimento industrial durante o período inicial foram alcançadas por algum tempo.

A primeira década de governo comunista na Europa Oriental foi também a época da rápida promoção social para os socialmente em desvantagem. Isto era assim especialmente nos países menos avançados, tais como Romênia e Bulgária, mas também em uma extensão menor, na Polônia e na Hungria. Todos tinham grandes números de pobres rurais, assim como alguns trabalhadores industriais altamente radicalizados que estavam dispostos e mesmo ansiosos a identificarem-se com um novo regime. Para eles, o estabelecimento do governo comunista abriu as portas ao rápido avanço através de maiores oportunidades educacionais, como também nas novas instituições de poder, notadamente a polícia e as militares. Em uma extensão menor, isto também foi verdadeiro em relação à Tchecoslováquia e Alemanha Oriental, embora nestes países a classe trabalhadora industrial proporcionasse a fonte mais abundante de recrutamento para o regime revolucionário. No período inicial da construção comunista, os novos governantes eram capazes de explorar também o entusiasmo de alguns segmentos da comunidade intelectual cativada pela noção de planejamento social patrocinada pelo Estado e pela visão pseudocientífica do comunismo. A nova ordem também mobilizou, nos primeiros anos, o apoio de muitos jovens atraídos pela visão de uma nova era, por grandiosos projetos urbanos industriais e pelos objetivos humanitários da reforma social. A noção de construir uma ordem social nova e justa sobre as ruínas do passado era genuinamente atraente aos traumatizados da Segunda Guerra Mundial que buscavam algum sentido firme e mais idealista de direção histórica.

Embora altamente dependentes do poder soviético, os novos regimes comunistas do Leste europeu não estavam sem algum apoio social autêntico. Em uma ampla generalização, pode ser dito que o comunismo desfrutou de início do mais doméstico apoio na Tchecoslováquia e na Bulgária e mínimo na Polônia. Nos primeiros, fortes movimentos comunistas já existiam antes do advento do poder militar soviético, jun-

tamente com uma considerável afinidade tradicional com os russos. Na Polônia, a resistência nacional à sovietização era forte e persistente.

Enquanto os comunistas desfrutavam de algum apoio, em lugar nenhum tiveram o apoio da maioria. De fato, durante essa fase inicial, os novos governantes preocupavam-se em esmagar e também eliminar qualquer alternativa política doméstica. O conceito da luta de classes, reforçado pela doutrina "dialética" de Stalin de que a luta, na verdade, se intensifica com o crescente sucesso na construção do socialismo, era usado para justificar a prolongada aplicação do terror do tipo stalinista por toda a região. Particularmente violentos foram os anos 1948-53, durante os quais a Europa Oriental foi submetida a uma sovietização muito intensa. Os regimes comunistas executaram dezenas de milhares, aprisionaram centenas de milhares, encenaram julgamentos espetaculares e praticaram a intimidação em massa.

O terror stalinista não era apenas cruel, mas também, às vezes, esquisito. Em 1986, um autor alemão, Hans-Henning Paetzke, publicou um livro intitulado *Andersdenkende in Ungarn*, contendo entrevistas com várias figuras do movimento dissidente húngaro. Uma dessas era Laszlo Rajk, filho do líder do partido comunista do mesmo nome que foi preso em meados de 1949, torturado, forçado a confessar ter sido um espião sionista e enforcado mais tarde naquele ano. O relato do filho sobre seu próprio destino ilustra dramaticamente as perversões pessoais e burocráticas do terror como política social.

O jovem Rajk tinha apenas quatro meses de idade quando seu pai foi preso. Sua mãe e avó também foram presas, sendo o bebê "confiscado" pelo Estado e colocado em um lar adotivo. Este estava cheio de outros filhos de prisioneiros políticos. Quando Rajk pai foi enforcado, sua mãe foi sentenciada a uma longa pena de prisão, mas a família não foi informada do que aconteceu a ela. Não se sabia se estava viva, e as autoridades não respondiam a quaisquer indagações. A irmã da mãe continuou a apelar em favor do menino, mas não havia respostas, apesar de longas horas de espera em vários gabinetes de polícia. Os apelos eram recebidos com hostilidade e silêncio.

Um dia, após a morte de Stalin, a tia recebeu notícias da polícia secreta de que em uma data designada e hora marcada deveria postarse em certa esquina de Budapeste. Um carro oficial ali se deteve, e um menino de quatro anos foi empurrado para fora. O carro então partiu em velocidade. A tia, ainda não sabendo o que acontecera à mãe, adotou o menino e descobriu no processo que seu nome, o mesmo do pai condenado, havia sido trocado por um totalmente diferente. Isto havia sido feito, de acordo com documentos oficiais, "a seu próprio pedido", numa época em que tinha apenas quatro meses de idade. Com efeito, a criança não tinha qualquer idéia de sua identidade e a descobriu apenas alguns anos depois, quando sua mãe verdadeira foi finalmente libertada da prisão.

Sem se deter muito no imensurável sofrimento humano, algumas poucas estatísticas ajudam a evocar a escala do terror envolvido na sovietização da Europa Oriental. Na Hungria, com uma população de cerca de seis milhões entre 1950 e 1953, cerca de 387 mil alegados opositores políticos — ou mais de 5% de todos os húngaros — foram aprisionados, de acordo com a cuidadosa contagem proporcionada por Paul Lendvai em *Das Eigenwillige Ungarn* (1987). Em seguida à repressão do levante húngaro de 1956, o regime Kádár, instalado pelos soviéticos, executou cerca de dois a quatro mil opositores políticos. Durante a Primavera de Praga, em 1968, o próprio regime comunista iniciou um exame de seu passado, fazendo assim emergir algumas estatísticas impressionantes: em 1951, na Tchecoslováquia relativamente cordata, mais de cem mil pessoas (incluindo mais de 6.100 sacerdotes, monges e freiras) foram encarceradas em campos de concentração, enquanto sangrentos expurgos no interior do partido resultaram na execução dos próprios 278 principais líderes do partido. Na Polônia, o esmagamento da resistência armada ao governo comunista resultou em cerca de 45 mil mortes, seguidas por cinco mil execuções prováveis de vários adversários políticos. A isto deve ser acrescentado um número desconhecido — mas certamente de dezenas de milhares — dos que foram deportados para campos de concentração soviéticos e nunca regressaram.

O regime comunista polonês estava particularmente determinado a pisotear todos os sinais e símbolos de liderança política independente. Com a ajuda ativa dos conselheiros da polícia secreta soviética, o regime comunista polonês concentrou muita violência nos líderes sobreviventes da clandestinidade antinazista, especialmente antigos comandantes e oficiais do Exército Doméstico, a maior organização clandestina da Segunda Guerra Mundial. Eram submetidos à brutalidade e seus julgamentos públicos visavam a estigmatizá-los como "colaboradores" nazistas. Durante os prolongados e freqüentemente violentos interrogatórios para extrair confissões, alguns eram embrulhados em recortes de suásticas feitos com jornais, outros eram deliberadamente mantidos em celas da morte com criminosos de guerra nazistas.

Através desta violência maciça e organizada, os líderes comunistas tiveram sucesso na imposição do novo sistema totalitário do tipo soviético na Europa Oriental. Esmagaram as sociedades existentes e assim tornaram possível a criação de uma nova ordem social e política. Mas seria um engano ver no terror organizado a característica definidora das realidades mundanas do dia-a-dia da vida sob um sistema totalitário. Um terror intenso e difundido foi usado tanto como meio de reconstrução social, como um instrumento definitivo de perpetuação do sistema. Mas, uma vez estabelecido, aquele sistema ficou caracterizado acima de tudo por uma burocratização intensa e mesquinha

de todos os aspectos da vida normal. Este era o caso cujo grau e maneira um observador superficial do Ocidente pluralista e democrático não podia compreender.

No *East European Reporter* (volume 2, nº 3, 1987), um dissidente político tcheco, Vaclav Havel, resumiu melhor do que muitos a essência do sistema comunista que emergiu do uso sistemático e implacável do terror: "O totalitarismo é algo que uma pessoa precisa experimentar em primeira mão. É algo invisível a distância. (...) Em nosso sistema, a violência é mais espiritual do que física. Em outras palavras, escondida, coberta. A vida aqui parece bastante normal aos de fora. Você pode ver as pessoas caminhando pelas ruas, conversando alegremente, saindo às compras — superficialmente nada parece errado e não há sinais de massacres. A violência de nosso sistema jamais será vista por um turista ou visitante."

Havel continuou assinalando que, para experimentar a opressão real do sistema, os ocidentais teriam de viver sob ele, estar continuamente "à mercê da burocracia todo-poderosa, de modo que para cada pequena coisa tenham que abordar algum funcionário ou outro. Eles iriam observar a destruição gradual do espírito humano, da dignidade humana básica... as pessoas passam suas vidas em um estado de permanente humilhação. Estas são as feições do sistema totalitário, que nem podem ser filmadas por câmeras de televisão nem facilmente explicadas a visitantes. Para serem vistas devem ser experimentadas".

A imposição do sistema de tipo soviético à Europa Oriental fez nascer uma nova classe dirigente, aquela que devia tudo ao comunismo, em geral, ao poder soviético, em particular. Além disso, quanto menos apoio essa classe desfrutava, tanto mais tendia a identificar-se com a União Soviética, sua patrocinadora e protetora. Moscou podia contar com a fidelidade, na verdade servilismo, daqueles que dependiam tão diretamente do Kremlin para sua própria sobrevivência. O interesse pessoal, assim como a ideologia, criou assim um apertado laço de lealdade e dependência, com Stalin bem fixado ao ápice de uma disciplinada pirâmide de poder.

Mas a evidente coesão externa do bloco soviético obscurecia a fragilidade interna subjacente dos novos regimes. Essa fragilidade veio à tona pouco tempo depois da morte de Stalin. No início dos anos 1950, o brilho da miragem da grande supersimplificação do marxismo-leninismo já começava a dissolver-se ante a crua realidade. O limitado entusiasmo inicial pelo comunismo havia murchado, em grande parte à medida que a consciência insinuante da recuperação muito mais rápida da Europa Ocidental alimentava desilusão e ressentimentos. Além disso, o repentino desaparecimento de Stalin, em 1953, privou a liderança soviética de uma personalidade magnificente e intimidante.

Assim que as divisões políticas se desenvolveram no seio da liderança do Kremlin, e assim que os líderes soviéticos começaram a reme-

xer com o legado stalinista, as crises pipocaram na Europa Oriental. O conseqüente levante na Alemanha Oriental, em 1953, seguido da maciça instabilidade política na Polônia e da violência em larga escala na Hungria, em 1956, teriam certamente causado o colapso do comunismo em toda a Europa Oriental, não fosse a intervenção militar direta. Mesmo em um país inicialmente tão bem predisposto em relação a Moscou como a Tchecoslováquia, a experiência com o sistema de estilo soviético foi uma decepção total. A Primavera de Praga, de 1968, também esmagada pelas armas soviéticas, demonstrou a relutância persistente do povo em aceitar como permanente um sistema político e sócio-econômico tão explicitamente derivado de uma tradição estrangeira. A ocupação militar soviética, por sua vez, dramatizava ainda mais a condição de continuada dependência e o *status* de marionetes dos regimes comunistas do Leste europeu.

Não é de surpreender que o descontentamento se acentuasse no punhado de Estados que mantinham laços culturais mais profundos com a Europa Ocidental: Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Hungria e Polônia. Para estes, a sovietização significava um rompimento profundo tanto com seu passado político como cultural. Por algum tempo, mesmo a história e a tradição podem ser reprimidas e desviadas da superfície da vida social. Uma doutrina geopolítica baseada na dominação através de um poder avassalador, tal como a doutrina de Brejnev, pode definir os limites exteriores da discordância, criando a ilusão de estabilidade e mesmo forçando a aparência externa de resignação. Por algum tempo também, a vida cultural pode assumir formas internas e obediência doutrinária, e mesmo as aspirações nacionais podem ser caladas. Por baixo, entretanto, tudo, ressentimento, frustração e esperança, continua a fermentar, esperando por uma oportunidade de reafirmar-se.

As bem-sucedidas intervenções militares soviéticas ensinaram aos europeus do Leste que um desafio direto à primazia soviética e seus sistemas comunistas não irá funcionar. O Ocidente não irá ajudá-los. Suas apavoradas elites comunistas irão apelar por ajuda soviética. E os governantes imperiais soviéticos irão usar da força para prevalecer. Daí, modos mais indiretos e mais pacientes teriam que ser aplicados. A transformação teria que vir de dentro, assumir formas essencialmente pacíficas e ocorrer gradualmente. Em certo sentido, uma estratégia de clandestinidade histórica teria que ser perseguida com persistência. Para ser bem-sucedida, teria que envolver a cooptação de ao menos uma parcela da classe dominante e envolver alguma coordenação informal com proponentes da mudança em países próximos da Europa Oriental. Também teria que tirar vantagens de divisões favoráveis no seio da liderança soviética.

A determinação de Moscou em usar as armas, se necessário, para manter o poder comunista na Europa Oriental teve um outro efeito

inesperado. Isso obviamente tranqüiliza mesmo as mais fracas elites comunistas, como as da Polônia, já que o Kremlin não permitirá que povos ressentidos se levantem com sucesso contra elas. Isto, bastante naturalmente, servia para aumentar o senso de segurança pessoal e política dos comunistas nativos. Ao mesmo tempo, a intensificação da segurança da elite teve o efeito paradoxal de estreitar a brecha entre tais elites e seus povos. Proporcionando um sentido forçado de destino partilhado entre governantes e governados, essas elites tornaram-se mais suscetíveis ao apelo das aspirações nacionais profundamente sentidas. Ao entrincheirar-se mais politicamente e sentir-se mais confiante historicamente, a classe governante comunista passo a passo tornou-se menos servil em termos nacionais.

Além disso, o período stalinista foi curto demais para revolver totalmente as sociedades da Europa Oriental, para apagar seu sentido de identidade cultural e nacional, para destruir suas tradições políticas específicas. Com o tempo, mas em graus variáveis, um senso de distinção veio à tona de forma crescente — e em detrimento do controle soviético. Na Alemanha Oriental, este enfocou-se no aumento da busca de contatos humanos mais próximos com o resto da Alemanha. Na Romênia, envolveu a emergência de uma ditadura raivosamente nacionalista e altamente pessoal, reminiscente, em muitas maneiras, da Guarda de Ferro fascista romena de antes da guerra. Na Hungria, enfocou-se o esforço enérgico de promover um sistema econômico mais descentralizado e em uma quieta abertura de contatos sócio-culturais com a vizinha Áustria. Mesmo na superleal Bulgária, assumiu a forma de um ambicioso programa para desenvolver um papel econômico distinto e altamente especializado. Apenas na deprimida Tchecoslováquia, em seguida à ocupação soviética de 1968, a quieta resignação pareceu prevalecer durante os anos de Brejnev.

Capítulo

9

A Auto-emancipação da Sociedade Polonesa

A maior mudança e o maior desafio ao continuado controle soviético e também às marcas registradas distintas do sistema do tipo soviético tiveram lugar, não surpreendentemente, na Polônia. Este é, afinal, o maior e mais homogêneo etnicamente dos Estados do Leste europeu sob domínio soviético. Sua história moderna foi definida, em grande parte, em termos de oposição à dominação russa. Sua religião católica romana, que destaca a Polônia de seus vizinhos imediatos e inimigos tradicionais, serve para reforçar o sentido de nacionalismo e o imbui de um conteúdo doutrinário diretamente diferente do comunismo. Quase tudo na sociedade e na história polonesa conspira contra um sistema comunista imposto a Varsóvia por Moscou.

A palavra *conspira* não é apenas um floreio literário. Ela descreve de modo acurado a postura polonesa contemporânea em relação ao sistema comunista dominante na Polônia e quanto ao relacionamento individual imposto pela Rússia. A submissão de 125 anos da Polônia por seus vizinhos arraigou profundamente a tradição de resistência conspiratória na psique nacional. Para resistir a partilhas repetidas e preservar sua identidade nacional, os poloneses tiveram que aprender a praticar uma vida nacional internalizada, conspirando quietamente entre eles próprios para fugir às tentativas, com freqüência brutais, de piso-

tear todos os sinais de consciência nacional. O fato de, durante o século XIX, os russos terem aplicado as mais severas repressões condicionou os poloneses para uma resistência mais sustentada no século XX — a uma doutrina não apenas estranha às suas tradições e religião, mas forçosamente imposta à sua sociedade por aqueles mesmos russos.

Algum sentimento anti-russo permeava até mesmo a servil elite governante polonesa durante os piores anos do stalinismo. No início da década de 1980, uma influente jornalista polonesa, Teresa Toranska, empreendeu uma série de profundas entrevistas com os últimos membros sobreviventes (e na época bastante idosos) da liderança stalinista polonesa do verdadeiro topo. Publicadas inicialmente como um volume clandestino, intitulado apropriadamente *Oni* (ou *Eles*), as entrevistas revelam até que ponto mesmo esse grupo de stalinistas dedicados abrigava ressentimentos profundamente arraigados contra Moscou. Eles não apenas retrataram um ao outro como tendo sido vassalos de Moscou, como também se acusaram mutuamente de terem servido como agentes diretos no NKVD (e posteriormente o KGB), enquanto posavam individualmente para Toranska como tendo sido os *salvadores*-chave da Polônia da incorporação direta à União Soviética.

Mais importante, a força resistente do sentimento nacional possibilitou à Polônia preservar através da era stalinista algumas ilhas de grande valor em autonomia e autenticidade nacionais. A Igreja Católica foi a mais importante. Alguma autonomia intelectual também foi preservada, embora em uma extensão muito mais limitada. Após 1956, o campesinato foi libertado dos esforços opressivos de impor a coletivização de estilo soviético à agricultura polonesa. O alcance do controle político e doutrinário sobre a sociedade pelo Estado foi, dessa forma, significativamente reduzido.

O espontâneo esforço social de inculcar nos jovens a história da resistência clandestina polonesa durante a Segunda Guerra Mundial, tanto contra invasores nazistas quanto soviéticos, teve um papel importante também. Quanto mais o regime comunista difamava essa resistência, mais atraentes se tornavam suas tradições e sacrifícios à jovem geração do pós-guerra. Isto ajudou a sustentar grandes bolsões de resistência conspiratória passiva e quieta à comutação espiritual. Essa resistência passiva manteve aberta a opção de tentar algum dia uma auto-emancipação mais ambiciosa da sociedade.

Esse dia amanheceu na década de 1970. Nessa época, o desencanto com o sistema existente se tornara generalizado. Mesmo os estratos sociais originalmente simpáticos a algumas das reformas sociais patrocinadas pelos comunistas haviam passado a encarar tanto a União Soviética como o regime na Polônia como freios do progresso social. Os intelectuais estavam profundamente insatisfeitos e totalmente reorientados em direção ao Ocidente. A ambição de cada estudioso aspirante ou artista criativo era passar algum tempo no Ocidente, com a

União Soviética vista como um provinciano lugar atrasado. Intercâmbios culturais e acadêmicos patrocinados pelos americanos, notadamente os desenvolvidos durante muitos anos pela Fundação Ford, tiveram um impacto importante, desfazendo duas décadas de esforços patrocinados pelo regime para ligar a cultura polonesa com a de seu vizinho oriental. A juventude polonesa havia esquecido há muito sua paixão inicial (e, em qualquer caso, bastante parcial e breve) pela noção de construir uma nova sociedade, e estava agudamente consciente disto e atraída pelo novo estilo de vida no Ocidente, seu progresso tecnológico e experimentação cultural. O campesinato emancipado era quase totalmente católico e tradicional em suas perspectivas.

A maior mudança na atitude política ocorreu na classe trabalhadora industrial. Embora numericamente fraca na Polônia agrária de antes da guerra, esta tinha uma rica tradição sindicalista, em geral de orientação socialista. O Partido Socialista Polonês (PSP) estivera à frente da luta pelo renascimento nacional da Polônia e desempenhara um importante papel na clandestinidade da Segunda Guerra Mundial. Após a guerra, os comunistas esmagaram o partido, e seus remanescentes foram amalgamados no novo partido governante, totalmente dominado pelos comunistas de Moscou. Esse partido governante efetuou então a industrialização de pós-guerra do país, criando assim uma nova classe industrial pós-camponesa de primeira geração, mais suscetível à mobilização ideológica e organizacional comunista. Vale notar, por exemplo, que a rebelião dos trabalhadores de 1956, em Poznan, que precipitou em Varsóvia a emergência de um regime comunista menos servil sob Wladyslav Gomulka, foi empreendida pelos trabalhadores mais velhos, mais tradicionais e mais politicamente conscientes, porém com menos ressonância entre o novo proletariado industrial de primeira geração.

Nos anos 70, dois dos envolvimentos centralmente importantes alteraram de forma drástica a situação: primeiro, o novo proletariado industrial desenvolveu uma consciência política própria, muito mais aparentada à anterior tradição socialista polonesa, mas também imbuída (por causa de suas origens camponesas recentes) de um forte espírito religioso. Segundo, havia forjado novos elos com a *intelligentsia* anticomunista politicamente ativa, de orientação socialdemocrata. Essa era uma coalizão poderosa, capaz de articular um programa alternativo (graças, principalmente, aos intelectuais) e de gerar pressão política (graças, em grande parte, aos trabalhadores recém-motivados politicamente). Além disso, um braço protetor e encorajador estava estendido pela poderosa Igreja Católica, liderada até a década de 1980 por um primaz universalmente respeitado, cardeal Wyszynski, a quem mesmo os líderes comunistas prestavam um respeito relutante.

Essas correntes sociais obtiveram uma ponta-de-lança simbolicamente importante através do aparecimento de um líder trabalhista ge-

nuinamente carismático, Lech Walesa. Sua história pessoal e maturação política foi um microcosmo dessas tendências mais amplas. Nascido em uma família camponesa, criado num ambiente profundamente religioso, transformou-se em trabalhador das docas, em Gdansk, durante a industrialização do pós-guerra da Polônia. Desgostoso com a continuada pobreza do proletariado urbano, convertido ao anticomu nismo pelos privilégios e abuso do poder pelo funcionalismo autocentrado do partido, politizado pelo sangrento confronto entre os trabalhadores das docas e a polícia no início da década de 1970 e por fim assistido por um grupo de ativistas políticos e intelectuais, Walesa tornou-se o líder e o símbolo do movimento que galvanizou a Polônia e ganhou reconhecimento universal.

O nome daquele movimento, *Solidarność*, ou Solidariedade, também assumiu grande importância simbólica. A essência do governo totalitário é a eliminação de qualquer vida política autônoma e a atomização da sociedade. O objetivo é certificar-se de que cada indivíduo seja deixado sozinho para enfrentar o sistema como um todo, sentindo-se isolado e com freqüência desorientado em sua oposição interna, porém nunca expressa publicamente. O Solidariedade trazia a mensagem inteiramente oposta. Assinalava uma nova realidade de consciência partilhada, e confiança coletiva e de uma aliança entre diferentes estratos ou classes sociais. Confrontava o regime comunista em uma frente ampla: ideologicamente através de sua confiança na religião e através de sua ênfase na democracia e intenso compromisso com o patriotismo; organizacionalmente através de sua estrutura nacional e através de sua aliança com os intelectuais, os jovens e especialmente com a Igreja.

O Solidariedade também capitalizou os fracassos tangíveis do sistema comunista. Os líderes comunistas do país, tendo pedido emprestado, durante o início da década de 1970, cerca de trinta bilhões de dólares do Ocidente, simplesmente desperdiçaram, através da inépcia e da corrupção, aquela maciça injeção de capital, que poderia ter sido usada para revitalizar a economia. A resultante crise econômica necessitava de medidas de austeridade que não apenas inflamavam a inquietude dos trabalhadores, mas também destruíam qualquer respeito social latente pelos governantes comunistas do país. O comunismo não mais representava o avanço social para qualquer classe social importante.

Os camponeses desprezavam o regime por causa do amargo encontro com a coletivização, e por isso nem sequer lhe davam crédito pela reforma agrária de meados da década de 1940. As massas urbanas sofriam de forma atroz com a continuada falta de habitação, serviços deficientes, filas intermináveis mesmo para os essenciais mais simples da vida e escalada dos preços da alimentação. Mesmo o sistema educacional não mais servia como uma fonte de promoção social, há muito um ponto de orgulho especial por parte dos comunistas, que

gostavam de compará-lo com a situação de antes da guerra na Polônia. Um estudo apresentado em uma conferência da Associação Sociológica Polonesa e dado a público na publicação clandestina *Wola*, a 1º de junho de 1987, documentou essa estagnação:

> Uma comparação dos trabalhadores de antes da guerra e do pós-guerra, apresentada por Jerzy Krezlewski, um sociólogo do Poznan, causou profunda impressão... Ele apresentou dados numéricos precisos provando que (...) apesar do "socialismo atual existente", os trabalhadores da República Popular da Polônia estão no mesmo nível, ou mais baixo, dos trabalhadores poloneses do período entre guerras. O que é pior, a situação dos trabalhadores poloneses é a pior da Europa no presente, sendo comparável à situação dos trabalhadores dos países do Terceiro Mundo. A informação de que embora tenha havido alguma melhoria no acesso dos filhos dos trabalhadores às universidades do Estado (antes da guerra, 25% dos estudantes, correntemente 31%), o maior progresso nesse assunto foi alcançado por universidades católicas, onde a maioria dos estudantes vem de famílias de trabalhadores. Isto foi recebido com surpresa.

A consciência partilhada de privação e politização e um sentido de mais ampla solidariedade social só puderam ser destruídos pela imposição da lei marcial, em dezembro de 1981. Nessa época, uma nova consciência nacional havia sido forjada, integrando no panorama das massas as próprias tradições e mesmo memórias históricas que o regime patrocinado pelos soviéticos havia lutado por trinta anos para erradicar. A restauração da autêntica personalidade nacional tornou-se o legado duradouro do período mais promissor da existência aberta do Solidariedade e teve o efeito de transformar o panorama político da Polônia.

O Solidariedade precipitou assim a auto-emancipação espiritual do país, embora a moldura política preexistente continuasse por causa da lei marcial. Não obstante, essa moldura política, apesar da continuidade institucional formal, foi, daí por diante, preenchida de uma substância diferente. A lei marcial era capaz de destruir e suprimir os aspectos organizacionais superficiais do Solidariedade, mas não podia prevenir a emergência de uma política alternativa *de fato* e o renascimento associado da genuína vida política na Polônia — mesmo se essa nova vida operasse parcialmente sob a superfície oficial.

Capítulo

10

Da Solidariedade Social ao Pluralismo Político

O renascimento da vida política representou uma derrota esmagadora para o comunismo na Polônia. Significava a anulação de várias décadas de emulação da experiência soviética. Significava nada menos que o fim da fase totalitária na história do regime comunista polonês.

O regime comunista ainda governava e até exercia um monopólio de poder, porém não era mais capaz de monopolizar a vida política no país. Essa vida adquiriu uma autenticidade própria e uma existência independente do controle político comunista. Manifestava-se de uma variedade de modos, abrangendo desde atividades realmente conspiratórias a debates políticos semi-abertos, clubes e manifestações. A imposição da lei marcial, em dezembro de 1981, foi o catalisador crítico: precipitou o surgimento de uma enxurrada de publicações clandestinas, que — de acordo com uma lista de fontes clandestinas — produziu, entre o final de 1981 e o final de 1987, cerca de quinhentos jornais e publicações clandestinos e cerca de 2.400 livros e panfletos. Também estimulou a formação de um maior número de agrupamentos políticos conspiratórios, abrangendo desde a esquerda socialdemocrata aos católicos mais conservadores e até à ala direita ultranacionalista.

A imprensa clandestina não era meramente anticomunista e antitotalitária. Articulava de forma crescente programas abrangentes e con-

cretos de reformas políticas econômicas e sociais, preparados por bem organizados grupos e comissões de estudo. Com efeito, em matéria de temas críticos, tais como a devastação ecológica do país, o atraso da agricultura polonesa ou a administração do setor industrial, os pensadores do setor político autônomo da Polônia tinham mais a oferecer do que o regime. Isso foi devido, em grande medida, ao fato de que, em meados da década de 1980, com o comunismo desacreditado e o regime polonês amplamente percebido como uma cópia incompetente do sistema soviético, tornou-se mais respeitável na comunidade de especialistas e intelectuais colaborar com iniciativas independentes, e mesmo clandestinas, do que com o governo.

A revivescência da vida política também significou a volta à tona das variantes tradicionais da cena política pré-comunista. Inicialmente, as mais ativas e visíveis eram os ramos socialdemocratas do próprio regime. Desapontados ativistas ex-comunistas, mesmo alguns que outrora foram ativos como stalinistas fanáticos, voltavam-se cada vez mais para a socialdemocracia como remédio para os males e injustiças existentes. Eles podiam absorver as ricas tradições do Partido Socialista Polonês anterior à guerra e seus remanescentes físicos, ressuscitando uma alternativa socialista ao *status quo*. Sua orientação quase marxista tendia a conferir-lhes certa legitimidade limitada, mesmo aos olhos da burocracia comunista menos dogmática. O sucesso da esquerda democrática na organização do Comitê de Defesa dos Trabalhadores (CDT), apesar da periódica perturbação pela polícia, foi o ponto de partida para a aliança dos intelectuais com os trabalhadores. Isto, por sua vez, produziu o surgimento historicamente decisivo do *Solidarność*. Também pavimentou o caminho para o ressurgimento de outras orientações políticas que haviam sido brutalmente reprimidas durante a fase stalinista. Essas incluíam grupos baseados nas perspectivas do líder polonês do pré-guerra, marechal Józef Piłsudski, com sua ênfase central na independência nacional e na colaboração contra Moscou com nações não-russas subjugadas, como Ucrânia, Lituânia e Bielo-Rússia; nos ensinamentos do teórico conservador e intensamente nacionalista de antes da guerra, Roman Dmovski, que favorecia uma Polônia etnicamente homogênea e católica, aliada com a Rússia e contra a Alemanha; no legado do fundador do movimento camponês polonês, Wincenty Witos, que salientava o papel-chave de um campesinato independente e proprietário dc terras na vida política do país.

Esses grupamentos políticos modificaram e atualizaram seus programas para se enquadrar com as circunstâncias do tempo, e seria uma supersimplificação do novo mosaico político definir o fenômeno em termos de um simples ressurgimento do passado. Os conservadores, por exemplo, citavam os alegados sucessos econômicos da administração Reagan e do governo Thatcher em sua defesa da livre empresa como a única solução para a crise econômica crescente da Polônia. Outros

apontavam para a Suécia como modelo relevante de social-democracia alegadamente bem-sucedida. E todos absorviam apoio dos ensinamentos do papa polonês e internalizavam sua doutrina católica social, em especial sua ênfase na centralidade do "personalismo" para seus programas.

Animados debates doutrinários não eram mais do que uma manifestação do renascimento de uma vida política genuinamente nacional. Debates acerca de como reconquistar o controle sobre o destino nacional eram igualmente de amplo alcance. Alguns favoreciam a mudança evolucionária, pragmática e progressiva, incluindo mesmo alguma medida de colaboração com o regime existente, desde que o regime estivesse disposto a respeitar a autonomia social e permitir sindicatos livres de trabalhadores. Lech Walesa simbolizava essa abordagem.

Outros argumentavam que nada, a não ser o colapso do regime, permitiria as reformas necessárias e que uma confrontação renovada era inevitável. Para evitar uma intervenção militar soviética, alguns enfatizavam a necessidade de forjar uma frente comum dos europeus orientais subjugados. Para este fim, procuraram ativamente forjar uma coalizão regional de movimentos de oposição do Leste europeu. Outros ainda argumentavam que as dificuldades soviéticas internas evitavam a ação soviética direta, que o regime comunista não podia evoluir e que as preparações, portanto, deviam ser feitas para fazer cair o regime. Na Silésia polonesa esse ponto de vista tinha apoio especialmente forte e era proposto por uma organização de rígida disciplina e profundamente conspiratória, apropriadamente chamada Solidariedade Lutadora.

Mas, fossem quais fossem as inclinações políticas, a nostalgia da verdadeira independência impregnava o diálogo político autônomo emergente. Isso foi reconhecido até mesmo pela imprensa comunista oficial polonesa. O *Rzeczywistość* de Varsóvia, a 31 de janeiro de 1988, resumiu esse anseio nacional com notável franqueza:

> A Polônia não tem sua política própria e é impossível para ela ter políticas autônomas. Essa visão parece muito popular em nossa sociedade. (...) Há uma convicção bastante abrangente de que somos dependentes de nosso vizinho oriental e que esse vizinho determina a política polonesa, que assim deixa de ser polonesa e torna-se uma mera extensão em função da política soviética. Pode-se dizer que essa visão, mantida principalmente pela oposição, sendo uma visão favorita deles, penetrou bastante profundamente a consciência nacional. É acompanhada por suspiros nostálgicos e lembranças do período entre guerras, quando a Segunda República tinha alegadamente sua própria política independente, sem qualquer intervenção externa.

O renascimento da vida política polonesa teve uma outra conseqüência também importante: significava o renascimento de uma elite políti-

ca alternativa, potencialmente capaz de substituir, algum dia, os governantes comunistas existentes. Esse também era um desenvolvimento de amplo alcance, desfazendo uma característica central não apenas do stalinismo, mas também do leninismo. Em meados da década de 1980, a Polônia não era mais um terreno político estéril, com apenas os comunistas representando um estrato social politicamente articulado. Os comunistas, graças ao apoio soviético, permaneciam no poder. Mas não mais monopolizavam o pensamento político, a vida política ou — na mente de muitos — o futuro político do país.

Além disso, os comunistas poloneses estavam eles próprios passando por uma transformação. O regime era encabeçado por um militar de carreira de passado modestamente aristocrático, que, embora um comunista evidentemente dedicado, no discurso e nas maneiras transmitia alguma impressão superficial de continuidade com o passado do país. Nesse aspecto, Wojciech Jaruzelski diferia significativamente dos primeiros líderes comunistas da Polônia do pós-guerra, que eram manifestamente de uma formação doutrinária ou mesmo étnica estrangeira e que alardeavam seu servilismo em relação a Moscou. Para competir pela lealdade política no panorama de uma competição política de fato emergente, o regime do general tinha que relaxar consideravelmente sua própria censura da imprensa e dos livros. De outro modo, as publicações clandestinas teriam florescido ainda mais. Mas o preço foi um debate mais aberto sobre os temas nacionais, sobre assuntos previamente tabu, provocando uma diluição ainda maior da própria ideologia oficial.

Com efeito, em meados da década de 1980, não era claro quanto da ideologia permanecia intacta. O stalinismo estava total e mesmo oficialmente desacreditado. Apenas uma lealdade de boca ainda estava sendo dedicada ao leninismo, em especial em quaisquer eventos comemorativos em conjunto com os russos. Porém a substância da doutrina do partido governante estava se tornando não apenas vaga, mas também, em alguns aspectos, de forma crescente, reminiscente do socialismo polonês mais tradicional.

Bastante revelador e típico desta tendência foi um artigo publicado em meados de 1987 pelo órgão ideológico oficial do Partido Comunista Polonês, *Nowe Drogi* (n.º 6, 1987). Embora elaborado por um obscuro teórico do partido, submetia a interpretação leninista ortodoxa do socialismo a uma crítica destruidora, e a revista reservou-lhe um espaço considerável. Começava notando que as mudanças em andamento na Polônia estavam criando "uma irreprimível impressão de que o cânone básico dos princípios sobre os quais nossa presente conduta social e econômica foi baseada está sendo colocado em questão". *Nowe Drogi* afirmou então que era necessário reexaminar nesse contexto as suposições básicas sobre as quais o sistema existente estava construído, ou seja, que o socialismo iria "produzir formas mais elevadas

de vida social (...) abolir a exploração do homem pelo homem, eliminar a exploração pelo capital estrangeiro (...) acabar com a injustiça social (...) eliminar as pragas sociais — desemprego, educação limitada, ausência de cuidados médicos, carência de habitação (...) assegurar a vitória do racionalismo sobre todas as formas de irracionalismo". A publicação do partido colocava então a questão: "O que pode ser dito sobre este programa após quarenta anos de implementação?"

A réplica do órgão ideológico do próprio partido foi brutalmente franca: "Infelizmente é difícil dizer 'sim' a essas questões." Mais que isso, continuava reconhecendo que as políticas correntes do governo comunista implicam "de muitos modos (...) um retorno às formas que foram previamente condenadas". A propriedade privada estava sendo restaurada, o capital estrangeiro sendo convidado, mecanismos de mercado estavam sendo introduzidos, as rendas sendo diferenciadas, o desemprego era para ser tolerado, a religião estava sendo favorecida. "Significa isto", combatia a publicação, "que estamos nos afastando do socialismo ao fazer mudanças como essas?"

A resposta era uma prolongada defesa pela reforma do sistema — incluindo todos os passos acima — em nome da eficiência, maior iniciativa e genuína justiça social. Mesmo o ateísmo oficial devia ser rejeitado porque "o aspecto moral da religião tem um número suficiente de pontos em comum com o socialismo para manter uma visão religiosa do mundo sendo considerada favorável ao socialismo". Desse modo, "não há razão para que o socialismo combata ativamente a visão religiosa do mundo". A publicação continuava repudiando o papel do "Estado onipotente" e insistindo na iniciativa a partir de baixo. Os conflitos sociais deveriam ser resolvidos por negociações e compromissos, e para prevenir o domínio por interesses mais poderosos "é necessário criar um sistema de instituições e regulamentos" (isto é, pluralismo).

De acordo com o autorizado *Nowe Drogi*, aqueles que se opõem a essas mudanças têm uma compreensão "muito vulgar" do socialismo e o igualam à preservação da "atual estrutura de poder de uma forma inalterada". Além disso, a publicação afirmava que tais funcionários do partido "pensam e procedem desse modo, como se a essência do socialismo fosse o exercício do poder e não o propósito para o qual o poder é exercido". *Nowe Drogi* concluía: "Atitudes desse tipo privam o poder de todos os seus outros aspectos significativos, e os meios tornam-se o fim." Seria difícil perguntar por uma denúncia mais sucinta do legado leninista ou uma descrição mais perniciosa da verdadeira motivação dos atuais governantes comunistas.

Não deveria ser nenhuma surpresa, entretanto, que outro porta-voz polonês tenha advogado no principal diário de Varsóvia, *Zycie Warszawy*, em 22 e 23 de agosto de 1987, o cruzamento do pensamento social marxista e católico, e expressado satisfação diante do uso cres-

centemente difundido do conceito de "personalismo socialista" na Polônia, adaptando assim à doutrina oficial um princípio dos ensinamentos do papa. Mesmo se planejadas em grande parte por motivos táticos, num país com avassaladora aliança com o catolicismo, reforçadas por sentimentos especiais de lealdade a um papa conterrâneo, tais afirmações corroíam inevitavelmente a orientação materialista e ateísta da doutrina, reforçando ao mesmo tempo o apelo da mais importante instituição concorrente, a Igreja Católica Romana.

O exame de consciência público, tanto pelos meios de comunicação de massa do partido como de seus ideólogos, refletiu — mas também estimulou — a crescente diluição da doutrina marxista-leninista na Polônia. Essa diluição colocou mesmo a até então remota possibilidade de uma transformação evolucionária do próprio partido. Com efeito, ao contrário do partido soviético, o movimento comunista governante polonês, cada vez mais assoberbado por uma sociedade politicamente desperta e historicamente autoconsciente, parecia ir se tornando vulnerável a um processo lento mas por fim decisivo de metamorfose política em formas mais compatíveis com a cultura política polonesa tradicional. Para dizer a verdade, tal processo sofria resistência. O funcionalismo do partido governante permanecia determinado a agarrar-se ao poder. Uma maneira de fazê-lo era esmagar de forma periódica os movimentos de reforma que ameaçavam seu poder, para então adotar, como suas próprias, importantes porções dos programas de reforma. Isto funcionou na década de 1950, de 1960 e de 1970 — embora cada onda de reformas desbastasse alguma porção do edifício stalinista original. Como resultado deste progressivo atrito do sistema leninista-stalinista, na Polônia de meados de 1980 as necessárias reformas ameaçavam tanto os remanescentes do stalinismo como até mesmo a verdadeira essência do próprio leninismo: a combinação de dogma com arregimentação organizacional.

O alcance das reformas necessárias, entretanto, era agora maciço. A economia necessitava de descentralização. A vida política precisava do pluralismo formal, a sociedade necessitava de oportunidade máxima para auto-expressão criativa individual. Jaruzelski e sua liderança encaravam portanto um dilema muito mais agudo do que o enfrentado antes por qualquer de seus antecessores. Gomulka e, mais tarde, Edward Gierek ainda puderam lutar para salvar a estrutura comunista, fazendo algumas importantes concessões enquanto se agarravam às engrenagens do poder: descoletivização, mas ainda a retenção de controle político geral sobre a economia; a acomodação com a Igreja, mas ainda a censura oficial mais o monopólio sobre os meios de comunicação de massa; até mesmo a tolerância por alguma oposição política, mas ainda firme domínio sobre os meios de coerção.

Em contraste, Jaruzelski encarava uma escolha muito mais inflexível: ou a continuada estagnação sócio-econômica, com o risco de uma

definitiva explosão política, ou uma pluralização política e econômica de amplo alcance com suas conseqüências inevitavelmente deletérias para o monopólio comunista do poder. Após o entusiasmo gerado pela era do Solidariedade e a subseqüente polarização gerada pela lei marcial, as reformas parciais não mais podiam ser suficientes. Ao mesmo tempo, não havia muito espaço de respiração deixado no sistema comunista para implementar meias medidas. Por algum tempo após a imposição da lei marcial, a apatia social e a fadiga política deram uma trégua ao regime comunista polonês e superficialmente seu poder até parecia seguro. Mas os problemas sócio-econômicos básicos do país se haviam agravado nesse ínterim, e as escolhas foram definidas com maior rigidez.

Para reviver a economia, a introdução do mecanismo de mercado era necessária. E mesmo os conselheiros econômicos profissionais de Jaruzelski confessavam isso. Mas esse passo não podia ser separado de um pluralismo político aumentado. A aceitação de uma vida política aberta, baseada no princípio do diálogo e contestação, era necessária para o progresso econômico. Essa vida já existia por si própria, por causa da auto-emancipação da sociedade, mas lhe faltava a institucionalização e a aceitação formal pelo regime. Transformar em *de jure* o que já existia *de facto* exigia um salto fatal para a mudança sistêmica qualitativa, um salto que os funcionários do governo naturalmente temiam.

O medo comunista do pluralismo político não era meramente uma questão de condicionamento ideológico. Era motivado ainda mais pelo temor da perda de privilégios. Em um país europeu de tamanho médio, com 39 milhões de pessoas — das quais, de acordo com numerosas pesquisas, no máximo, apenas 10% são simpatizantes do regime — a avassaladora proporção das posições sociais de responsabilidade permaneceu reservada quase exclusivamente para membros do partido. De acordo com o semanário oficial, *Polityka*, de 14 de maio de 1988, novecentos mil do 1,2 milhão de postos administrativos eram ocupados por membros do partido, o que — como a própria publicação afirmava — "significa que quase 50% dos membros do partido, que totaliza pouco acima de dois milhões de membros, estão encarregados de outras pessoas". Em 1986, notou o semanário, 444 pessoas foram indicadas para as posições administrativas mais altas e entre aquelas, 94,3% eram membros do partido. Dois terços dos reitores universitários da Polônia, 4/5 de seus diretores de escolas e 3/4 dos diretores de serviços de saúde também eram membros do partido.

As crescentes demandas sociais por autêntico pluralismo político colocavam uma ameaça a um privilégio tão encravado. A resposta do partido encurralado à crescente arrogância da sociedade foi promover a noção do "pluralismo socialista". Consciente de sua fraqueza política e de seu isolamento social, mas evidentemente não mais pressiona-

da pelo Kremlin para engajar-se apenas na repressão e também ansiosa para obter alívio econômico ocidental, a equipe de Jaruzelski embarcou, com evidente relutância e muita hesitação, em um programa de concessões políticas. Criou um conselho consultivo, composto principalmente de figuras de fora do partido com reputação de independência intelectual. O conselho podia ventilar (embora não corrigir diretamente) uma variedade de queixas sociais. A censura foi levantada de um grande número de assuntos previamente considerados tabu. A oposição política teve permissão de exprimir seus pontos de vista, embora não pelos canais oficiais. Clubes independentes e grupos de discussão brotaram, contribuindo para uma revivescência maior da genuína vida política. Periódicas manifestações contra o governo eram vez por outra toleradas, talvez como válvulas de escape para a frustração social. A situação econômica em decomposição também deu origem, em meados de 1988, a intensas discussões entre porta-vozes do governo e representantes da Igreja Católica, assim como líderes do apenas parcialmente submerso *Solidarność*, com vistas à possível formação de uma coalizão nacional "anticrise" ou "pró-reforma".

Essas concessões refletiam a fraqueza do regime, seu fracasso econômico e sua desorientação ideológica. O partido governante, refugiando-se no *slogan* "pluralismo socialista" reconheceu que os dias do monopólio de poder leninista e da repressão stalinista de toda a vida política se haviam ido para sempre. Mas o "pluralismo socialista" que o partido agora oferecia estava ainda muito distante do "pluralismo democrático" que a sociedade auto-emancipada estava agora exigindo: a sociedade buscava não apenas o direito de criticar e oferecer sugestões ao partido governante, mas o direito de partilhar das decisões políticas e, por fim, mesmo o direito de fazer escolhas políticas básicas.

A diferença entre "pluralismo socialista" e "pluralismo democrático" era portanto fundamental. A participação no poder era o objetivo central, e tal era o abismo que dividia o leninismo da socialdemocracia. Em algum momento durante os anos vindouros, o ponto de virada chegará. Entrementes, quer excluindo um colapso dramático do regime, o que quase certamente provocaria uma intervenção soviética, quer uma súbita adoção de uma política de repressão maciça pelo regime, o que provavelmente levaria a uma rebelião popular e, por sua vez, a uma intervenção soviética, a perspectiva mais provável para o comunismo na Polônia é o continuado atrito de suas características impostas pelo estrangeiro e sua progressiva "colonização" política. Com o stalinismo já oficialmente repudiado, com lealdade apenas de boca sendo prestada pelo regime ao leninismo e com o continuado atrito nas feições soviéticas do sistema polonês, a brecha entre a Polônia e seu modelo original soviético irá provavelmente tornar-se ainda mais ampla. Com efeito, é cada vez mais uma questão de tem-

po até que o sistema comunista na Polônia seja verdadeiramente comunista apenas no nível político superior.

Os comunistas — outrora eles próprios revolucionários, mas agora governantes — foram assim derrotados no primeiro estágio do processo revolucionário dirigido contra seu governo. Esse estágio foi certa vez bem definido pelo teórico marxista italiano Antonio Gramsci como envolvendo a batalha de idéias. A fase seguinte de acordo com ele envolve montar cerco ao próprio Estado. É aqui que o fracasso econômico comunista se tornou a "quinta coluna" secreta das forças do pluralismo democrático. Esse fracasso ajudou a desmoralizar o funcionalismo comunista, a alienar as massas e mesmo isolar, cada vez mais, a mais alta liderança política. Isto significa que, aos poucos, e sem dúvida com relutância, a liderança comunista polonesa terá que ceder, parte por parte, seu monopólio de poder político ou ser defrontada em algum ponto pela violência revolucionária que tudo consome.

Capítulo

11

A Emergente Inquietação Regional

Um novo desenvolvimento tornou a perspectiva, quer do gradual desgaste do governo comunista, quer de um levante revolucionário contra ele, crescentemente preocupante para o Kremlin: muitos ativistas não-comunistas na Polônia cada vez mais procuravam ligar a causa da emancipação da Polônia com a de seus vizinhos do Leste europeu. As tentativas de reformas de Gorbachev facilitaram tais esforços mais fáceis e deram mesmo a plataforma necessária aos ativistas. Estes podiam apontar a ausência de reformas em alguns dos países vizinhos do Leste europeu, para não falar das repúblicas soviéticas da Lituânia e da Ucrânia (onde a influência político-cultural polonesa irradiava-se com facilidade), como evidência de rigidez anti-socialista e relutância por parte dos líderes comunistas locais de emular o exemplo soviético.

O flerte de Gorbachev com o revisionismo e sua conversa indefinida sobre os direitos soberanos de todos os estados comunistas também dissipavam parte do medo previamente inspirado pela repressão soviética da Primavera de Praga. Existem alguns paralelos notáveis, neste aspecto, entre o impacto da súbita legitimação da heresia de Tito por Khrushchev sobre a Europa Oriental stalinista, em meados da década de 1950, com o flerte de Gorbachev com idéias previamente associadas a reformadores não-ortodoxos do Leste europeu. Não haveria

dúvida de que a *perestroika* não apenas inspirou maior esperança na Europa Oriental, mas proporcionou à oposição uma conveniente legitimação tática.

Nesse contexto, os poloneses assumiram a liderança na produção de uma coalizão mais ampla de oponentes democráticos da Europa Oriental aos sistemas de tipo soviético existentes. Dada a autoemancipação da sociedade polonesa, podiam congregar-se, organizar-se e mover-se com mais facilidade do que os seus colegas dissidentes mais policiados dos estados vizinhos. Para os outros europeus do Leste, qualquer atividade do tipo envolvia riscos e custos mais altos do que para os poloneses, cujos sacrifícios anteriores haviam conquistado para eles uma medida de tolerância oficial. Além disso, os poloneses tinham uma tradição mais desenvolvida de atividades conspiratórias e, dada a sua história, uma propensão natural a pensar em termos regionais como ponto estratégico de partida para resistir à dominação soviética (e, anteriormente, russa).

Em 1986, a oposição polonesa chegou mesmo a lançar uma publicação especial dedicada à promoção da *oposição regional* ao governo comunista: *Nowa Koalicja* (A Nova Coalizão). Sua capa, simbolicamente, referia-se não apenas a Varsóvia, Praga, Bratislava, Budapeste, Bucareste e Sófia — todas capitais da Europa Oriental —, mas também a Kiev, Minsk, Vilnius, Riga e Tallinn — todas capitais de Repúblicas soviéticas adjacentes com potencial para separatismo nacional. Em 1987, uma reunião conjunta de opositores proeminentes da Polônia e Tchecoslováquia foi realizada em uma localidade fronteiriça secreta nas montanhas Tatra, durante o 19º aniversário da invasão soviética da Tchecoslováquia. Os participantes publicaram um comunicado exigindo direitos humanos básicos e enviaram uma mensagem especial de solidariedade ao acadêmico soviético Andrei Sakharov, há muito o símbolo da dissidência soviética. O grupo também saudava as reformas de Gorbachev na União Soviética e citava-as como uma justificação para mudanças de maior alcance na Europa Oriental.

O cumprimento ritualístico à *perestroika* de Gorbachev era inapto para tranqüilizar os líderes soviéticos. Para eles, os desenvolvimentos na Polônia, sem dúvida, eram ameaçadores o suficiente, sem a maior agravação de uma coalizão mais ampla da Europa Oriental contra o domínio soviético. Enquanto o Kremlin se dispõe com relutância a acomodar-se a uma maior autonomia polonesa, como dolorosa alternativa à repressão sangrenta (e internacionalmente cara), a liderança soviética mal pode tolerar a difusão do contágio polonês para os estados vizinhos do Leste europeu. Essa perspectiva colocaria nada menos que um perigo mortal à coesão do próprio império soviético.

No entanto, o contágio continuou a espalhar-se. No início de 1988, em empreendimentos ainda mais ousados, as primeiras afirmações conjuntas da oposição democrática da Polônia, Hungria, Tchecoslováquia

e Alemanha Oriental foram feitas, pedindo a democratização de seus países. Na primeira instância, estavam anexas trezentas assinaturas; na segunda ocasião, 438 pessoas assinaram, incluindo algumas da Iugoslávia e mesmo da União Soviética. Esses eventos não tinham precedentes e representavam uma brecha psicológica e histórica. Era a primeira vez, desde a imposição da hegemonia regional por Stalin, que uma oposição conjunta da Europa O iental ao governo soviético fora capaz de aglutinar-se e expressar-se abertamente.

Isto foi seguido pela elaboração de uma declaração conjunta tcheco-polonesa, assinada abertamente por 26 representantes dos grupos oposicionistas poloneses e tchecos, na ocasião do 20º aniversário da invasão soviética da Tchecoslováquia. Exigia uma revisão do Pacto de Varsóvia, de modo que o direito à soberania dos Estados individuais fosse plenamente respeitado. Nesse sentido, também afirmava "que os documentos relacionados às intervenções soviéticas, em Berlim em junho de 1953, na Hungria em 1956, na Tchecoslováquia em 1968 e a ameaça de intervenção na Polônia em 1980 e 1981; às prisões em massa dos cidadãos poloneses em 1939 e 1941, e em 1944 e 1948, ao massacre de Katyn em 1940, ao assassinato de Imre Nagy e várias centenas de seus correligionários; às atividades do Cominform, e aos assassinatos em massa pelas cortes tchecas em 1948 e 1956, devem ser publicados".

O dilema de Moscou na busca de uma *perestroika* interna soviética era assim complicado pelo desafio colocado pelas dramáticas mudanças que ocorriam principalmente na Polônia, mas também em grande parte da Europa Oriental. Formular uma resposta não era tarefa fácil. Em adição aos impulsos nacionais potencialmente explosivos, uma crescente crise econômica regional ajudava a impelir essas mudanças políticas. Aquela crise, arraigada em muitas das mesmas causas da dificuldade da própria União Soviética, diminuiu a eficácia de uma resposta baseada em simples repressão policial. Colocar as pessoas na prisão não aumentaria o PIB e poderia mesmo provocar a centelha para uma explosão regional. Dessa forma, os líderes soviéticos e suas réplicas no Leste europeu tinham de exercitar a cautela.

Nesse meio-tempo, as dificuldades econômicas da Europa Oriental tendiam a crescer, intensificando assim a inquietação política. Com exceção do regime da Alemanha Oriental, pesadamente subsidiado (beneficiário de um pacote anual de ajuda multibilionária em dólares da Alemanha Ocidental), nenhum dos regimes impostos pelos soviéticos da região podia ser descrito como um sucesso sócio-econômico. Todas as suas economias tinham um desempenho mais pobre do que suas duplicatas aproximadas do Ocidente. Alguns, notadamente a Romênia e a Polônia, chegavam a ser fracassos econômicos abismais, com a situação, no caso romeno, tornada duplamente ruim pela emergência de um ditador altamente corrupto, que provocou um culto da personali-

dade comparável apenas ao de Enver Hoxha na Albânia ou Kim Il Sung na Coréia do Norte.

A sombria condição e o futuro ainda mais sombrio das economias comunistas da região foram resumidos em termos incisivos em uma pesquisa do *New York Times* de 20 de dezembro de 1987, a qual concluía que "enquanto os países recém-industrializados no Terceiro Mundo estão construindo fábricas com a mais avançada tecnologia, a Europa Oriental vai se tornando cada vez mais um museu do início da era industrial. (...) A Europa Oriental está rapidamente se tornando parte do Terceiro Mundo — e muitos países do Terceiro Mundo a estão ultrapassando economicamente. (...) Cingapura, uma cidade-estado asiática, com apenas dois milhões de residentes, exporta 20% mais de maquinaria para o Ocidente do que toda a Europa Oriental"

Juntas, a deterioração econômica regional, a progressiva auto-emancipação da sociedade polonesa e as lutas sobre a *perestroika* na União Soviética desencadeavam forças contraditórias, mas essencialmente desestabilizadoras na Europa Oriental. Fora da continuada deferência a Moscou, os líderes de cada capital faziam elogios verbais às reformas de Gorbachev. Isso, entretanto, tinha os indesejáveis efeitos não apenas de legitimar pressões internas por reformas importantes, como, de forma indireta, também de até mesmo sancionar o exemplo polonês, em especial por causa dos fortes laços pessoais entre Gorbachev e Jaruzelski. Em conseqüência, todos os regimes da região viam-se sob uma pressão aumentada para tentarem por si mesmos, de modo a encontrar alguma solução nativa para os crescentes problemas econômicos ou para alcançar um novo equilíbrio sócio-político interno.

Embora a tendência geral das reformas estivesse afastada do modelo tradicional soviético — com efeito, a reforma tornava-se mais e mais sinônimo de des-sovietização —, as reações políticas específicas dos partidos governantes variavam grandemente. A Bulgária e a Alemanha Oriental eram capazes de seguir a linha de Moscou de modo bastante próximo, dada a sua relativa estabilidade econômica e arregimentação social muito efetiva. Com efeito, a RDA havia ela própria se tornado um modelo para os reformadores soviéticos politicamente mais cautelosos, enquanto na Bulgária a *perestroika* soviética desencadeou uma enxurrada de inovações inconseqüentes no setor econômico, nominalmente modeladas a partir das idéias de Gorbachev, mas com o líder búlgaro Todor Zhivkov salientando após a Conferência Especial do Partido Soviético, em junho de 1988, que as mudanças políticas propostas por Gorbachev tinham "excepcional importância para a União Soviética".

Uma situação econômica mais difícil atormentava a Hungria, a Tchecoslováquia e em especial a Romênia. A reforma econômica húngara, essencialmente um compromisso parcial entre a doutrina estatista e o mercado livre limitado, incorreu em sérias dificuldades, que

coincidiram com o fato político da sucessão a János Kádár, o líder incontestável do país desde 1956. Com a Hungria apanhada na terra do nunca, entre a necessidade admitida da continuada descentralização econômica e o interesse do partido governante na continuação do controle político centralizado, as reformas econômicas rateavam e até mesmo começaram a azedar. A dívida externa crescia e a atividade econômica afrouxava. Surgiram a inflação e o desemprego, dando origem a uma crescente inquietação social, enquanto a corrupção no seio da elite burocrática atingia proporções maciças.

Essas tensões entre as dimensões políticas e econômicas da vida húngara inevitavelmente complicaram a procura de remédios econômicos aceitáveis, desencadeando uma intensa luta entre doutrinários e tecnocratas. A tendência geral, entretanto, continuava a apontar na direção da descentralização adicional, da maior expansão de mecanismo de mercado, da adoção de impostos pessoais e esforços intensificados para desenvolver empreendimentos conjuntos com o capital estrangeiro, tudo resultando na maior diluição da versão soviética do socialismo. De modo semelhante ao da Polônia, a ideologia soviética estava particularmente desacreditada entre as massas, com quarenta anos de intensa doutrinação, tendo dado origem a um tipo particular de amnésia política, bem ilustrada pelas reveladoras entrevistas conduzidas pela Rádio da Hungria, na ocasião das celebrações de 1º de maio de 1985.

As entrevistas foram conduzidas ao acaso na praça principal de Budapeste, a praça Karl Marx, com os passantes sendo interpelados sobre quem fora Marx. As respostas, como transmitidas, foram como segue:

Primeiro passante: "Oh, não me pergunte tais coisas."
Rádio de Budapeste: "Nem mesmo umas poucas palavras?"
Primeiro passante: "Eu preferia que não, está certo?"
Rádio de Budapeste: "Por que não?"
Primeiro passante: "A verdade é que não tenho tempo de estudar essas coisas."
Rádio de Budapeste: "Mas certamente deve ter ouvido algo a seu respeito na escola."
Primeiro passante: "Eu faltava muito."
Segundo passante: "Ele era um filósofo soviético; Engels era seu amigo. O que mais posso dizer? Ele morreu numa idade avançada."
Terceiro passante: "Naturalmente, um político. E ele foi, você sabe, qual era seu nome... Lenin, Lenin, as obras de Lenin... bem, ele as traduziu para o húngaro."
Quarto passante: "Era obrigatório estudá-lo de modo que soubéssemos."
Rádio de Budapeste: "Então, que tal algumas palavras?"
Quarto passante: "Vamos, não me submeta a um exame dos meus

estudos de oitava série. Era então que tínhamos que saber. Era alemão. Era um político e... acredito que foi executado."

Na Tchecoslováquia, temas adormecidos desde 1968, e aparentemente resolvidos de uma vez por todas pela invasão soviética, foram reabertos em parte pelo próprio Gorbachev. Durante sua visita a Praga no início de 1987, Gennadi Guerasimov, seu porta-voz, deu uma resposta altamente reveladora quando solicitado em uma conferência pública de imprensa a apontar a principal diferença entre Gorbachev e Alexander Dubček, o líder da Primavera de Praga de 1968. Sua resposta tinha apenas duas palavras: "Dezenove anos." Dessa forma, sugeria que Dubček meramente havia sido historicamente prematuro, mas não de fato um revisionista sedicioso. A possibilidade de que o regime de Gorbachev pudesse reconsiderar a validade da intervenção soviética em 1968, com uma noção abertamente mencionada pelos seus correligionários durante a celebração de Moscou, em 1987, do 70º aniversário da Revolução Bolchevique, sem dúvida tinha um impacto congelante e perturbador sobre os líderes comunistas tchecos que haviam sido colocados no poder por aquela intervenção.

Muito pior estava a Romênia. Sua economia deteriorada estava quase em pé de guerra, com racionamento de alimentos, ausência de calefação e eletricidade no inverno e praticamente nenhum bem de consumo. O regime refugiou-se em virulento nacionalismo, salientando a qualidade cultural única da nação romena e das contribuições alegadamente seminais de seu líder ao socialismo mundial. O culto da personalidade do ditador do país, Nicolae Ceauşescu, assumiu dimensões verdadeiramente estupidificantes. Ele era louvado com freqüência na imprensa romena. Por exemplo, o diário do partido, *Scinteia*, em julho de 1988, aclamava-o como "o herói entre os heróis da nação, eminente lutador, patriota e pensador revolucionário, personalidade proeminente da Internacional Comunista e do movimento dos trabalhadores, herói da paz e símbolo da luta pela defesa da independência e soberania das nações e pelo estabelecimento de uma nova ordem mundial", que sozinho fizera "o nome da Romênia [ser] pronunciado com admiração e respeito em toda a parte".

O regime romeno também se permitia fortes doses de repressão contra suas minorias étnicas, notavelmente os vários milhões de húngaros vivendo na Transilvânia romena. Em um empreendimento extraordinariamente brutal, Ceauşescu levou a cabo a amalgamação forçada de milhares de aldeias habitadas por húngaros da Transilvânia em cidades agrícolas padronizadas, achando que isto iria adiantar sua entrada no estágio do comunismo pleno. Essa recolonização forçada, que impeliu muitos transilvânios a fugirem para a Hungria, provocou, não surpreendentemente, fortes protestos de Budapeste. Os dois regimes comunistas, então, procuraram mobilizar a opinião pública

através do apelo do nacionalismo tradicional, resultando daí que as relações húngaro-romenas pioraram precipitadamente.

Com efeito, em meados da década de 1980, o internacionalismo marxista estava morto na Europa Oriental. O nacionalismo tradicional era dominante. Os búlgaros, por exemplo, empreendiam abertamente uma perseguição chauvinista contra sua minoria turca. Os poloneses e alemães orientais empenhavam-se em uma disputa aberta sobre fronteiras marítimas. Os húngaros e romenos lançavam mútuas acusações públicas a respeito do antigo assunto da Transilvânia. Os tchecos e os eslovacos argumentavam sobre a dotação apropriada dos recursos econômicos para o desenvolvimento interno. Apenas sobre o tema dos russos, os poloneses, os tchecos, os húngaros e os romenos estavam inclinados a partilhar uma perspectiva similar!

Mas a vida política aberta e normal continuava ausente da Europa Oriental. Fora da Polônia, a dissidência permanecia confinada a grupos relativamente pequenos, a ocasionais publicações clandestinas, a periódicas declarações de protesto. Mas o potencial para a súbita revivescência de tal vida estava claramente aumentando, buscando legitimidade ideológica na campanha da *glasnost* de Gorbachev, encorajado pelo que estivera transpirando na Polônia e facilitado por novos meios de comunicações, assim como pelo crescente acesso ao Ocidente, que os regimes comunistas tinham de aceitar devido à necessidade econômica. É quase uma certeza que, em algum ponto do futuro relativamente próximo, devido a alguma importante rebelião econômica ou política, a política como expressão das autênticas aspirações sociais pela democracia multipartidária irá retornar à vida da Europa Oriental. A subordinação da sociedade ao Estado do tipo soviético, com sua castração política deliberada da sociedade, está aos poucos chegando a um fim.

Embora não se igualando em alcance ou intensidade à autoemancipação da sociedade polonesa, o renascimento da vida política avançou o máximo na Hungria. A vida política estava começando a mover-se no Danúbio. Em 1987, a oposição política húngara estava se tornando uma realidade estabelecida, suficientemente confiante para promover reuniões semipúblicas e mesmo algumas manifestações em Budapeste. Os oposicionistas haviam conseguido manter discussões informais e dar voz a exigências por um diálogo aberto com o governo. Publicações clandestinas também começaram a proliferar. Além disso, mesmo nos níveis superiores do regime comunista, vozes se erguiam sobre o tema de que o *status* de oposição política deveria ser formalmente regularizado. Imre Pozsgay, o cabeça da organização tutelar do regime, a Frente Patriótica do Povo — que era vista por muitos como o líder de cúpula de mente mais liberal da Hungria —, chegou ao ponto de sugerir, no final de 1987, que a ditadura de partido único atual deveria ser vista como um arranjo "transicional".

Em um aspecto importante, esse desenvolvimento diferia politicamente da Polônia: muito do ímpeto para essa renovação política vinha dos líderes mais inteligentes do próprio partido governante. Mais sofisticados e mais seguros politicamente do que suas cópias polonesas mais isoladas nacionalmente, e fortemente empenhados em manobrar pela sucessão, estavam dispostos a admitir, em público, que o regime existente precisava ser alterado, que algumas formas de pluralismo eram inevitáveis e que "o papel de liderança do partido" tinha de ser redefinido. Reconheciam que os dias de Kádár estavam contados e manobravam intensamente para determinar seu sucessor. A competição aberta entre eles não apenas interagia com as pressões sociais de baixo, mas também contribuía para o ressurgimento de um diálogo político não mais confinado apenas à mais alta liderança do partido.

Desse modo, a mudança política na Hungria, ao contrário da Polônia, foi levada a um grau significativo por impulsos revisionistas de cima para baixo. A liderança política comunista do país, determinada a apropriar-se das crescentes pressões sociais por mais reformas básicas, movimentou-se decisivamente, em maio de 1988, para renovar-se e assim reconquistar o firme controle sobre o ritmo e a direção das mudanças seguintes. Os líderes do partido tiveram sucesso em substituir János Kádár por Karoly Grosz, um enérgico líder muito mais jovem, cujo conservadorismo ideológico prévio era uma segurança para os funcionários do partido de que as reformas não escapariam do controle, do mesmo modo que sua relativa juventude proporcionava uma garantia de maior dinamismo de inovação.

Uma sacudida simultânea do Politburo, que concedeu à orientação reformista uma clara maioria, foi ainda mais importante. Foi significativo que Pozsgay, visto por muitos como o definitivo líder de uma Hungria mais genuinamente democratizante, recebeu uma cadeira no corpo da cúpula do partido. Mas o real momento da verdade para a nova liderança chegará apenas quando as dificuldades econômicas internas inerentes à mudança de uma economia controlada pelo Estado para uma baseada no mercado começarem a interagir com as demandas crescentes do pluralismo político. Nesse ponto, as exigências para um sistema genuinamente multipartidário — que eram cada vez mais discutidas abertamente em Budapeste — irão colidir de frente com o desejo dos funcionários do partido, talvez incluindo até mesmo os reformistas, de reter a sua posse do poder. Assim, o povo húngaro, embora de maneira mais sutil e menos turbulenta do que a da auto-emancipação da sociedade polonesa, poderia proporcionar um dos primeiros testes da ainda muito incerta capacidade do leninismo para morrer pacificamente.

Houve ecos de ribombos na Tchecoslováquia e também na Romênia, apesar de controles policiais muito mais firmes. Na Romênia, distúrbios de trabalhadores irromperam em larga escala no início de 1988.

Na Tchecoslováquia, Dubček, que desde 1968 havia sido destinado à morte política, quebrou seu silêncio em janeiro de 1988, através de uma entrevista bastante ousada para o órgão do Partido Comunista Italiano, *L'Unità*. Traçando paralelos explícitos entre suas próprias políticas de 1968 e aquelas atualmente perseguidas por Gorbachev, Dubček condenou tanto a intervenção soviética como as políticas doutrinárias rígidas buscadas em seguida por seus sucessores instalados pelos soviéticos. Embora a Praga oficial denunciasse seus pontos de vista, os líderes ortodoxos do partido tcheco não poderiam ficar muito tranqüilizados pelos comentários feitos quase simultaneamente no órgão do Partido Comunista Japonês, *Akahata*, por um acadêmico soviético partidário da *perestroika* de Gorbachev, de que a intervenção soviética na Tchecoslováquia havia sido um erro. Além disso, o simples fato de que Dubček se sentia ousado o bastante para exprimir publicamente sua continuada fidelidade aos objetivos da Primavera de Praga, significava que a Tchecoslováquia iria também, dentro de pouco tempo, experimentar um renascimento político.

O provável trajeto de qualquer vida política renovada na Europa Oriental foi delineado pelas pesquisas de opinião pública feitas entre viajantes da Europa Oriental para o Ocidente pela Rádio Europa Livre. Apesar de tais pesquisas tenderem a enfocar aqueles que tinham permissão oficial para viajar e que planejavam voltar, estas indicaram quase uniformemente que o comunismo tinha o apoio comprometido de no máximo apenas cerca de 15% da população, com um número um pouco mais baixo na Polônia e um pouco mais alto na Bulgária. A grande maioria dos entrevistados identificava-se com partidos políticos de tipo essencialmente da Europa Ocidental, de orientação socialdemocrata, democrata cristã ou liberal. No final da década de 1970, a socialdemocracia ainda tendia a exercer considerável atração. Mas, em meados da década de 1980, um forte aumento na atração de uma economia explicitamente de mercado livre, a qual era encarada por um número crescente de pessoas como mais bem-sucedida do que o socialismo, promoveu o aumento de interesse em alguma forma de liberalismo conservador.

Essas pesquisas também confirmaram o enorme impacto da revolução nas comunicações de massa sobre as atitudes políticas. Além da Rádio Europa Livre, os meios de comunicação de massa comunista tinham que competir com a maciça disseminação dos videocassetes e com a divulgação através destes de filmes não-censurados, discussões políticas e plataformas dissidentes. Com o número de videocassetes disponíveis aos europeus orientais aumentando com rapidez e apesar dos esforços oficiais de impor certas restrições, o controle comunista tradicional sobre as comunicações de massa domésticas se desintegrava. Em 1988, o *Relatório da Liberdade do Rádio — Rádio Europa Livre*, em 20 de janeiro de 1988, estimou que havia aproximadamente um mi-

lhão de videocassetes na Polônia, trezentos mil na Hungria, 150 mil na Tchecoslováquia e cinqüenta mil na ainda rigidamente controlada Bulgária. Essa volta à tona da política progressiva, embora desigual, estava intimamente relacionada à revivescência do sentido de uma identidade européia distinta, histórica e, em especial, culturalmente *central* — não-oriental. Na Tchecoslováquia, onde a vida política autêntica era reprimida com mais rigor do que na Polônia ou mesmo na Hungria, a ênfase em uma identidade cultural regional distinta também representava um substituto para a autoconfiança política mais direta. Vale notar que, em sua entrevista, Dubček afirmou claramente que ao falar em Europa "não é coincidência que eu não use os termos 'Ocidente' e 'Oriente'. (...) Por causa de sua localização geográfica, suas tradições e suas experiências, a Tchecoslováquia pertence à Europa Central". Além disso, a auto-identificação histórica, particularmente dos tchecos, húngaros e poloneses, com uma identidade regional *centro-européia* envolvia um repúdio à noção patrocinada pelos soviéticos de uma cultura "socialista" partilhada. A significação disto não deve ser subestimada, dadas as várias décadas de esforço do Kremlin de inculcar a noção de uma comunidade cultural partilhada, tendo Moscou como epicentro.

Além da rejeição de Moscou como um centro cultural radiante, um conteúdo positivo também animava a noção de uma comunidade européia, uma realidade prenhe de valores regionais. Esta pressagiava a emergência de uma comunidade cultural mais ampla, algo reminiscente do antigo império austro-húngaro do conceito cultural do século XIX de uma "Mitteleuropa". Sugeria a noção de que "Europa" não era uma entidade claramente dividida em duas entidades — uma Europa Ocidental e uma Europa Oriental, cada uma submetida a um poder extra-europeu —, mas uma comunidade cultural histórica com camadas superpostas mas também distintas em experiência, valores e cultura partilhados. Inerente a esta perspectiva está a visão de uma Europa futura, na qual a Europa Ocidental poderia então interagir natural ou "organicamente", por assim dizer, com uma Europa Central autônoma, talvez mesmo neutra. Tal Europa Central mais distinta poderia, por sua vez, ter maiores ligações e conexões próprias com a *verdadeira* Europa Oriental — os Estados bálticos, a Ucrânia e a própria Rússia européia que a Europa Ocidental jamais poderia desenvolver.

A importância histórica desta tendência cultural é, portanto, revolucionária. Ligada ao renascimento progressivo da genuína política interna no interior dos Estados individuais da Europa do Leste (ou Central), ela pressagia nada menos que a perspectiva do desgaste da divisão existente da Europa em dois blocos separados. Tal desgaste iria permitir o ressurgimento de sistemas mais autênticos da Europa Oriental, baseados em tradições domésticas e não em doutrinas impostas de fora. Da mesma forma, a rejeição orgânica de uma doutrina

estrangeira por uma região que estava se sentindo novamente como uma Europa Central e não Oriental, é o ponto de partida para a definitiva dissolução do último império multinacional remanescente no globo.

Capítulo

12

Entrincheiramento Imperial

"A situação em diversos países de persuasão socialista permanece instável e é suscetível de regressão", notou Aleksandr Bovin, um correligionário chegado a Gorbachev, no *Izvestia* de 11 de julho de 1987. Essa admissão bastante ímpar da fraqueza básica por parte dos regimes que Moscou havia instalado mais de quarenta anos atrás por um importante comentarista soviético, assinalava o crescente reconhecimento do Kremlin de que a homogeneidade institucional e ideológica imposta pelos soviéticos não poderia mais ser mantida. Como resultado, a estratégia regional soviética tinha que mudar da afirmação da ideologia para a defesa do império como tal.

Três principais dimensões da estratégia exigida pela defesa imperial ficaram claramente discerníveis no final da década de 1980. Todas envolviam a continuidade — nenhuma era um rompimento violento com o passado —, mas juntas destinavam-se a reforçar as amarras doutrinárias formalísticas com laços de interesse genuíno e tangível. O primeiro elemento envolvia uma ênfase intensificada na coordenação militar e em interesses geopolíticos comuns; o segundo salientava a cooperação e integração econômica intensificada; e o terceiro colocava ênfase especial no objetivo conjunto das elites do partido na retenção de seu poder e privilégios, mas em um panorama de maior tolerância para a diversidade doméstica. Juntos, esperava Moscou, esses três feixes produziriam uma fórmula capaz de anular a pressão de emancipação

da política e cultura cada vez mais autênticas da Europa Oriental.

A dimensão geopolítica era especialmente importante para a preservação de um relacionamento imperial com a Polônia e, em uma proporção menor, com a Tchecoslováquia. Os dois países continuavam preocupados com suas futuras relações com a Alemanha e com alguma forma de associação política positiva com uma Rússia poderosa (de qualquer formação ideológica), o que era para eles uma fonte necessária de tranqüilização contra quaisquer aspirações territoriais potenciais alemãs. Por sua vez, para Moscou, essas preocupações nacionais básicas proporcionavam um útil substituto para os desvanecentes laços ideológicos, servindo também para justificar a continuada existência e mesmo o reforço do Pacto de Varsóvia — que, de outra forma, mesmo os governantes desses países poderiam encarar como uma infringência imperial de sua soberania.

De acordo com isso, no final da década de 1970 e início da de 1980, os esforços soviéticos de reforçar a integração por trás do bloco se intensificaram. Apesar da forte oposição romena e também de algumas reservas evidentes entre os militares poloneses, Moscou foi bem-sucedida em impor um novo arranjo de comando para o Pacto. Isto possibilitou ao alto comando soviético assumir o controle direto dos vários exércitos nacionais do Pacto ao redor do início de um ataque à OTAN, mesmo sem o conhecimento prévio das autoridades políticas do Leste europeu. Impressionantes detalhes desse arranjo imposto por Moscou chegaram ao conhecimento do Ocidente no início da década de 1980 como resultado da deserção do coronel polonês Ryszard Kuklinski. O enrijecido sistema de comando, assim como outras medidas destinadas a intensificar a integração militar, eram parte da política muito deliberada do Kremlin de reforçar o Pacto de Varsóvia como instrumento principal da subordinação político-militar da região ao controle soviético.

Essa ênfase aumentada em laços político-militares reforçados, destinada a compensar a vitalidade desfalecente das amarras ideológicas, foi igualada por esforços grandemente intensificados de expandir o alcance da integração econômica dos Estados comunistas do Leste europeu com a União Soviética. Em adição à cooperação existente de Estado para Estado, os líderes soviéticos lançaram, em meados da década de 1980, uma série de iniciativas para desenvolver a cooperação direta entre ramos da indústria e mesmo entre firmas individuais. Tal cooperação direta, empreendida fora do controle nacional local, estimulou temores na Europa Oriental de que a iniciativa representava ainda um outro desígnio soviético para obter controle maior sobre a economia da região. Essas preocupações dificilmente poderiam ser mitigadas pelo interesse abertamente afirmado de Gorbachev em estimular os investimentos da Europa Oriental na economia soviética, ou pela ênfase colocada por Moscou em usar as conexões da Europa Oriental com

o Ocidente para obter acesso à mais recente tecnologia ocidental para a União Soviética.

Para muitos europeus orientais, a pressão soviética por laços econômicos mais próximos e mais integrados representa ainda uma outra fase do prolongado processo de sovietização de sua sociedade. Tendo sido compelidos não apenas a imitar o modelo soviético de industrialização, como também a adotar o tipo soviético de organização industrial, a nova ênfase em laços laterais e em investimentos conjuntos coloca o perigo real de maior isolamento da Europa do Leste em relação ao resto do continente, impedindo assim o processo de sua auto-emancipação evolucionária. A perspectiva de ter de partilhar o atraso tecnológico de Moscou, que uma união assim mais próxima com a União Soviética implica claramente, é de igual modo terrível.

Nesse aspecto, uma entrevista do embaixador soviético, Vladimir Brovikov, à rádio polonesa, a 31 de outubro de 1987, foi bastante reveladora. Após saudar o "novo ímpeto de cooperação" gerado por acordos laterais ao nível do ramo industrial entre empreendimentos soviéticos e poloneses, e observando que várias centenas de empresas já estavam envolvidas, o embaixador soviético continuou deplorando os "muitos problemas", "dificuldades" e "timidez" que impediram a expansão de tais laços. Continuou afirmando que sua embaixada "agiu energicamente para superar as barreiras nessa esfera", confirmando assim relatos de relutância polonesa.

Por último, porém não menos importante, do ponto de vista soviético, um importante benefício potencial desses esforços para intensificar a "interdependência" era tornar as elites dos partidos do Leste europeu mais diretamente dependentes do bem-estar econômico da União Soviética. Não é provavelmente um acidente que os esforços soviéticos para desenvolver relações econômicas mais estreitas tenham avançado mais com a Polônia, o país que, de fato, demonstrava o maior empenho em alcançar a autodeterminação. Em abril de 1987, Gorbachev e Jaruzelski assinaram uma declaração conjunta de cooperação em ideologia, ciência e cultura entre os dois partidos governantes, o primeiro de sua espécie na esfera soviética. Pode-se presumir que aqui os interesses de Gorbachev e Jaruzelski se sobrepunham, pois o último deve ter reconhecido uma eventual ameaça ao seu poder e ao de sua elite no progressivo ressurgimento de uma vida política na Polônia baseada em uma sociedade cada vez mais auto-emancipada. Isso ajudaria a explicar a evidente ansiedade com a qual o regime de Jaruzelski correspondeu aos esforços de Gorbachev em intensificar os laços econômicos e mesmo ideológicos com a União Soviética.

Laços econômicos mais firmes que geram laços de interesse especial, e ligações militares mais rígidas, que se baseiam em preocupações geopolíticas partilhadas, deviam assim servir como compensação para o inevitável aparecimento de uma crescente adversidade ideológica e

sistêmica na região. Essa adversidade, Moscou veio finalmente a perceber, não podia ser esmagada, e os esforços para impor uma homogeneidade doutrinária, baseados em uma imitação impensada da experiência soviética, estavam se revelando contraproducentes, estimulando uma rejeição orgânica mais intensa do modelo soviético. Foi por isso que, no 70º aniversário da Revolução, o líder soviético renunciou de modo formal a qualquer desejo de ditar como o socialismo deveria ser construído dentro de panoramas especificamente nacionais. Mas essa renúncia, por sua vez, tornou ainda mais importante que Moscou forjasse elos alternativos de unidade, sob pena do resultado ser a dissolução acelerada do império soviético.

Um fato inegável era que a *perestroika* de Gorbachev permitia o surgimento de tendências que inevitavelmente afrouxavam os laços de controle e dependência. Sua conversa de "um lar comum europeu" — destinada a desviar da América atenção dos europeus ocidentais — teve o efeito involuntário de também legitimar o desvio da Europa Oriental na direção da Europa Ocidental em unificação, erodindo ainda mais dessa maneira o edifício imperial soviético. Tudo isso aguçou o conflito entre o desejo subjetivo de emancipação da região e sua continuada subordinação objetiva. O resultado poderia ser um prolongado processo de decadência, de desesperança pontilhada de periódicas explosões de inquietação e de crescente instabilidade. A região necessita claramente e deseja grandemente uma transição ordenada do socialismo do tipo estatal soviético para alguma forma de Estado assistencial democrático multipartidário. Aspira ainda mais ser parte de uma Europa maior, verdadeiramente democrática e pluralista, da qual se sinta uma parte integrante.

Entretanto, suas elites político-econômicas não podem guiar uma evolução nessa direção, porque sabem que o sucesso iria torná-las socialmente obsoletas e historicamente dispensáveis. Isto explica a reticência mesmo da liderança húngara, cujo regime hoje é provavelmente o mais voltado para reformas da Europa Oriental. Aí reside a causa da continuada atração dos governantes comunistas assustados por uma integração mais íntima com a União Soviética e da conseqüente tragédia latente — o perigo explosivo — da condição do Leste europeu.

Em última análise, a inabilidade de promover uma evolução pacífica e proporcionar a genuína participação social em decisões políticas básicas, incluindo a partilha final do poder, provaria a ruína do comunismo na Europa Oriental. Colocando de maneira simples, os povos da região vêem agora seus sistemas comunistas principalmente como o obstáculo central ao seu próprio bem-estar e ao progresso social em geral. Com efeito, o sentimento predominante em grandes fatias de seu público é hoje o de um consenso potencialmente revolucionário de que existe uma falha fatal nos sistemas impostos pelos soviéticos na Europa Oriental.

Essa falha fatal é o monopólio do poder pelo partido comunista, e sua causa principal é o domínio soviético. Quarenta anos após a imposição do comunismo à Europa Oriental, a eliminação de ambos está sendo agora largamente vista como a precondição necessária ao renascimento social.

PARTE IV

Comunismo Comercial

A reforma do comunismo chinês está provavelmente destinada a ser bem-sucedida. Esse sucesso irá beneficiar a China, mas será também custoso tanto para a ortodoxia ideológica do comunismo, como para a homogeneidade política do comunismo chinês. Resumindo, ao contrário da rejeição orgânica pela Europa Oriental, o comunismo na China defronta-se com a perspectiva da absorção orgânica pelas resistentes tradições e valores do país.

No curso das próximas várias décadas, uma China mais moderna e mais poderosa provavelmente se tornará um importante jogador político e econômico no cenário mundial. No processo de dirigir esse renascimento histórico da China, os governantes comunistas do país estão eles próprios experimentando uma significativa redefinição de seu *ethos* orientador. Sua aparência dominante e mesmo seu vocabulário político estão se tornando menos característicos de um partido revolucionário, afirmando ser o representante da ditadura do proletariado e mais do que um partido em modernização da ditadura da classe comercial emergente da China patrocinada pelo Estado.

Para dizer a verdade, os comunistas chineses nunca foram realmente um partido proletário. Em lugar disso, a maior parte de sua liderança política era composta de estudantes radicais inicialmente descontentes, que se tornaram revolucionários marxistas. Esses ativistas visionários manifestaram então os mutuamente reforçados ressentimentos nacionalistas, agrários e urbanos de uma China desperta porém denegrida em uma triunfante revolução ideológica. Realizaram essa revolução sob a bandeira de um partido comunista proletário, dedicado à tarefa de reconstruir a China através de um programa estrondoso de industrialização, de início — em especial no início da década de 1950 —, modelado, em grande parte, pela experiência soviética. Duas décadas mais tarde, em resposta a repetidos retrocessos domésticos, a geração seguinte de chefes do partido — embora ainda liderada por um sobrevivente da geração revolucionária original, Deng Xiaoping — dirigiu o partido para uma abordagem diferente. Uma vasta abertura para o mundo exterior — que previa o definitivo envolvimento ativo da China naquele mundo como um significativo parceiro comercial — transformou-se no meio de alcançar a modernização social.

A trajetória histórica do comunismo chinês, dessa forma, difere bastante do comunismo na Europa Oriental ou na União Soviética. Diferentemente do da Europa Oriental, o comunismo chinês é, em grande parte, domesticamente desenvolvido. Não foi importado do exterior nem imposto por qualquer força externa. Os líderes comunistas chineses, na maioria dos casos, não eram sequer treinados por Moscou. As principais figuras da revolução cresceram entre as fileiras. Algumas, como Mao Tsé-tung e o general Chu-té, eram estudantes radicais que subiram para posições de comando de um exército revolucionário de base agrária. Outros, como Chu En-lai e Deng Xiaoping, obtiveram sua primeira exposição séria à doutrina marxista como estudantes na Europa Ocidental, notadamente na França, antes de se envolverem mais diretamente em atividades revolucionárias domésticas. Todos partilharam da unificadora experiência da Longa Marcha legendária do Exército Vermelho chinês.

O exemplo da Revolução Bolchevique de 1917 foi de importância inspirativa para os jovens líderes chineses — mas eles não o encaravam como um modelo restritivo. As condições da China e sua história diferiam tão profundamente das da Rússia, que os líderes chineses se sentiram justificados ao redefinirem a doutrina marxista-leninista às suas circunstâncias especiais. Mais importante, como os legatários da antiga civilização da China, eles tinham a autoconfiança intelectual e cultural para entalharem sua própria experiência revolucionária e elaborarem sua própria estratégia. Mesmo após a vitória soviética na Segunda Guerra Mundial, quando o prestígio pessoal de Stalin atingiu seu ápice, os líderes chineses estavam realmente preparados para desprezar seu conselho estratégico — que era de buscar uma vitória revolucionária não imediata, mas apenas por estágios — e prosseguiram com um ataque revolucionário em todas as frentes. Seu triunfo final, em 1949, intensificou ainda mais seu sentimento de identidade separada e sua confiança política, em agudo contraste com a experiência de seus camaradas do Leste europeu, subservientes aos soviéticos.

Ao contrário de seus camaradas no bloco soviético, os comunistas chineses podiam relacionar sua ideologia com mais eficiência e bastante diretamente à própria história da China. O apelo ideológico derivava não apenas de conflitos sociais, tais como a fome agrária pela terra e os ressentimentos urbanos contra a exploração industrial, mas também dos profundos sentimentos de patriotismo injuriado, produzidos por uma humilhação nacional de um século e infligidos à China por imperialistas ocidentais, que foram mais tarde incendiados pela invasão japonesa. A extraordinária história da China afundou para o seu nadir no século XIX e estimulou entre muitos chineses culturalmente orgulhosos os mais intensos sentimentos de indignação tanto contra os odiados estrangeiros, como contra seus próprios governantes impotentes e decadentes. Dessa forma o soerguimento do nacionalis-

mo moderno e o apelo de uma doutrina de renovação social radical coincidiram historicamente na China. O comunismo chinês foi capaz de fundi-los em uma fórmula, na qual o patriotismo historicamente consciente e o comunismo não eram proposições mutuamente excludentes. De fato, para muitos chineses, a vitória comunista representou ao mesmo tempo uma emancipacão nacionalista da odiada dominação estrangeira. Na Europa Oriental, dominada pelos soviéticos, onde para muitos o comunismo significava a submissão ao poder estrangeiro, isso não ocorria de modo algum. Mesmo na União Soviética, a mistura parcial de comunismo e nacionalismo teve lugar apenas nos dias de provação da guerra contra os alemães.

Como resultado dessa fusão de nacionalismo e comunismo, os líderes revolucionários chineses, que se empenhavam em construir uma sociedade comunista, estavam bastante naturalmente inclinados a inspirar-se em suas próprias tradições culturais e sociais, sem olhar por sobre o ombro para a experiência soviética ou procurar antecipar a reação soviética. A fase chinesa de imitar a União Soviética teve assim uma vida bem curta. Pelos primeiros poucos anos após a vitória revolucionária e em um panorama de intensa animosidade contra os hostis Estados Unidos, a afinidade ideológica com a União Soviética expressava-se através de admiração espontânea — e não forçada — por coisas soviéticas e pela imitação da industrialização inicial dirigida pelo Estado na União Soviética.

Em retrospecto, foram notáveis a brevidade dessa fase e entusiasmo com a qual os comunistas chineses se voltaram para absorver de suas próprias tradições e valores na tentativa de renovar a China. Uma vez ocorrida essa virada, a imersão dos líderes comunistas chineses em sua genuína identidade nacional tinha que produzir uma significativa redefinição do próprio comunismo chinês. A cultura desenvolvida da China — com sua filosofia confucionista distinta, com sua tradição única da classe de mandarins servidores do Estado, e com suas avançadas habilidades comerciais — simplesmente representava uma força poderosa demais para não exercer uma importante influência formativa.

Capítulo

13

As Três Tentativas de Marcha Acelerada da China

O comunismo no poder é o terceiro esforço importante da China, no século XX, de superar seu atraso e acabar com sua humilhação nacional. Uma vez no poder, o comunismo também alterou de modo dramático seu curso por três vezes, ao tentar criar uma China nova e mais moderna. Em cada fase sucessiva, a política comunista chinesa tornou-se menos e menos dominada pelos preceitos de uma ideologia partilhada em comum com os outros Estados comunistas, notadamente a União Soviética, e mais e mais influenciada pelas adaptações daquela doutrina às condições específicas, tradições estabelecidas e necessidades nacionais mais pragmaticamente definidas da China.

Poucos ocidentais podem avaliar plenamente a brecha que se desenvolveu, no decorrer do século XIX, entre o sentimento chinês de sua própria civilização única, independente e (para eles) culturalmente superior, e a consciência chinesa de sua fraqueza, face às humilhações, com freqüência, deliberadamente infligidas a eles pelos poderes europeus intrusos. Uma panóplia de tratados, convenções e arranjos extraterritoriais impostos à China, durante o século XIX, tornou tangível não apenas o *status* inferior da China como Estado, mas também o *status* inferior dos chineses como povo. Essa degradação colidia com o sentimento chinês de que seu passado — mesmo seu passado relati-

vamente recente — havia sido, ao mesmo tempo, culturalmente mais rico e até politicamente mais poderoso do que os de seus arrogantes intrusos.

De fato, o acentuado declínio econômico e político da China era relativamente recente. Mesmo no século XVII, a renda nacional *per capita* do chinês médio era, *grosso modo,* comparável à do britânico médio. Além disso, tão recentemente quanto 1860, a China colocava-se em segundo lugar no mundo em termos de produção manufaturada. De acordo com *The Rise and Fall of the Great Powers*, de Paul Kennedy, as indústrias chinesas produziam 19,7% dos bens manufaturados do mundo — uma fatia apenas ligeiramente ultrapassada pelos 19,9% da Grã-Bretanha e consideravelmente à frente de todos os outros concorrentes. Na verdade, no início do século XX, a China era o líder manufatureiro inconteste no mundo, responsável por cerca de um terço da produção do globo e superando em muito qualquer outra nação. Esses fatos refutam a difundida percepção ocidental da China como um império estagnado e decadente, uma vítima pronta para os europeus mais enérgicos e empreendedores. Ajudam também a iluminar a intensidade do ressentimento chinês contra o Ocidente e a impaciência com a qual os chineses procuravam eliminar a brecha e, dessa maneira, *restaurar* a China à sua preeminência histórica.

Como resultado, esse século foi testemunha de três importantes explosões de intenso esforço chinês para redespertar, reordenar e reenergizar seu país. Nenhuma delas pode ser vista como um fenômeno histórico isolado e compartimentado. Cada uma foi ao mesmo tempo precedida e seguida por eventos que eram parte de uma cadeia mais ampla de causalidade histórica, conduzida pelo crescente ressentimento chinês de sua condição degradada. Mas esses eventos podem ser convenientemente personalizados em termos da liderança exercida pelas três proeminentes figuras revolucionárias chinesas desse século: Sun Yat-sen, Chiang Kai-shek e Mao Tsé-tung.

Cada um deles obtinha força política do nacionalismo crescente, em especial o dos estudantes, assim como dos ressentimentos cada vez mais intensos dos pobres chineses. Cada um deles emprestou idéias políticas do mundo exterior para forjar tanto um movimento como uma doutrina destinados a restaurar a China à grandeza. A revolução republicana de Sun Yat-sen, em 1911, representou uma tentativa precoce de adaptar às condições chinesas noções essencialmente ocidentais de constitucionalismo, republicanismo e nacionalismo, influenciadas, em parte, também pela aparentemente bem-sucedida imitação japonesa das realizações industriais e organizacionais do Ocidente. Os esforços de Sun coincidiram com as agonias convulsivas do antigo sistema imperial da China, e isso deu-lhes sua oportunidade histórica, embora os remanescentes culturais e políticos do passado se demonstrassem, por fim, elásticos demais para que seu esforço tivesse sucesso.

Após um período de inquietação, um de seus discípulos, que veio a dominar as duas décadas subseqüentes do turbilhão da China, ergueu o estandarte da renovação. A revolução de Chiang foi também uma tentativa de adaptar noções de modernidades ocidentais às condições chinesas mais turbulentas, embora, nessa segunda tentativa, a mistura diferisse bastante. O nacionalismo justapunha-se ao marxismo como o sentimento unificador, embora o próprio Chiang tivesse recebido treinamento soviético e tivesse, em certa época, colaborado com os emergentes ativistas comunistas chineses na luta por uma nova China. Essa colaboração terminou, em 1927, com o colapso da assim chamada Frente Unida, que iniciou 22 anos de luta quase ininterrupta com os comunistas. Chiang atribuiu ênfase central à organização militar como o meio de superar a debilitante fragmentação política da China. Ele criou um único partido monopolístico, o Kuomingtang, que se assemelhava ao partido comunista na União Soviética e aos países fascistas na Europa, para exprimir um novo senso de unidade nacional. A conversão do próprio Chiang ao cristianismo, combinada com sua ênfase nas tradições da China e seu aparente culto do estilo mandarim, sublinharam ainda mais a complexa interação de antigas raízes domésticas e novos impulsos externos na luta pela renovação da China.

Como Sun, Chiang também fracassou em traduzir os ressentimentos contra o passado em uma fórmula de sucesso para moldar o futuro. A guerra com os japoneses elevou-o inicialmente a símbolo de resistência nacional, mas posteriormente minou tanto sua força como seu apelo. Foi incapaz de superar as pragas malignas gêmeas dos senhores da guerra e da corrupção dentro de seu próprio movimento, enquanto sua própria estrela patriótica aos poucos perdia o brilho. Os tropeços de Chiang permitiram o surgimento de uma fórmula alternativa de mudança, que mobilizou de forma mais dramática as frustrações nacionais e sociais da China contemporânea, definindo-as em termos doutrinários mais explícitos, e que as baseou em uma organização política mais eficiente e disciplinada. O movimento comunista e o Exército Vermelho comunista, que haviam sido liderados desde a Longa Marcha de meados da década de 1930 pelo líder marxista doméstico Mao Tsé-tung, provaram ser ideológica e organizacionalmente superiores na luta decisiva pelo controle sobre a forma histórica e conteúdo filosófico do grande despertar da China após a Segunda Guerra Mundial.

O novo líder, um marxista convicto mas também um inovador no reino da teoria revolucionária, adaptou criativamente as noções de uma revolução proletária ao panorama agrário da China. Ativo desde a década de 1920 no incipiente movimento marxista chinês, Mao adquirira estatura suficiente, na década de 1940, para formular uma doutrina revolucionária chinesa independente. Com efeito, quando o 7º Congresso do Partido Comunista Chinês realizou sua convenção no quartel-

general do Exército Vermelho, em Yenan, ao final da primavera de 1945 — cerca de quatro anos antes da vitória final do comunismo na China — suas contribuições ideológicas foram saudadas como "o pensamento de Mao Tsé-tung" e foram elevadas ao *status* de princípio orientador do partido como extensão do marxismo-leninismo-stalinismo. Esse ato testemunhou não apenas a considerável arrogância intelectual de Mao, mas também a autoconfiança política dos chineses.

Entretanto, como a busca de seus dois predecessores neste século pela renovação da China, Mao era um chinês patriótico, embebido na história de seu país. Como os historiadores da China moderna notaram, um de seus heróis era o primeiro imperador Tsin, que unificou a China em 221 a.C. A admiração de Mao por ele sem dúvida relacionava-se à percepção de que a falta de unidade da China contemporânea contribuía diretamente para seu declínio. Os historiadores também notaram que certas afinidades impressionantes existiam entre as noções comunistas chinesas de um governo dominante e reformista e a ênfase da dinastia Tsin sobre a disciplina e governo permanente por uma classe mandarim moral e espiritualmente superior, imbuída de uma filosofia explícita.

Inicialmente, entretanto, a nova ordem não apenas prevaleceu sobre a antiga, como também dominou o pensamento dos programas da nova liderança nacional chinesa. A doutrina comunista e a experiência comunista anterior da União Soviética proporcionavam o ponto de partida para os esforços iniciais de refazer a China. Com o tempo e a progressiva percepção do fracasso do modelo comunista ortodoxo, a fórmula que misturava a nova doutrina com a sabedoria da experiência própria da China começou a emergir e definir um programa menos dogmático para atingir o renascimento pleno do país. No contexto do despertar social e nacional da China, a vitória de Mao sobre Chiang levou a três tentativas comunistas maciças — duas das quais foram extremamente caras — para apagar a brecha histórica que se havia aberto tão largamente para desvantagem da China durante o século anterior.

O primeiro esforço — que culminou com o assim chamado Grande Salto para a Frente — deveu-se, em grande parte, à combinação de doutrina e da disponibilidade de ajuda soviética. Uma vez que os comunistas haviam consolidado seu poder através do país, após sua vitória final em 1949, o país embarcou — acompanhando a fé da grande supersimplificação nos benefícios socialmente miraculosos da indústria pesada — em um ambicioso programa de industrialização. Para esse fim, a ajuda e as técnicas soviéticas deveriam ser assimiladas o mais rapidamente possível, em um impulso de muitas maneiras reminiscentes dos primeiros planos qüinqüenais de Stalin. Os conselheiros soviéticos invadiram o país, os estudantes chineses partiram em bandos para as universidades soviéticas, e as realizações soviéticas eram louvadas na imprensa chinesa. Mas os líderes chineses estavam impacientes e não

dispostos a aceitar a noção de que seu desenvolvimento tinha que passar por vários estágios históricos na longa estrada para o socialismo. Sua impaciência doutrinária e a inclinação a não se apoiarem meramente na experiência soviética culminaram com o programa de choque enunciado em uma incomum segunda sessão do 8º Congresso do Partido, em maio de 1958, tanto para coletivizar a agricultura chinesa como para industrializar a economia.

Admitidamente, para justificar esse salto dramático para a era industrial de um país que, de acordo tanto com a doutrina oficial como com as estatísticas objetivas, era ainda predominantemente uma atrasada sociedade agrária, Mao necessitava de uma nova formulação ideológica. Nunca se constrangendo em remendar sua doutrina, em setembro de 1956 a liderança comunista chinesa proclamou, de modo arbitrário, durante a sessão inicial do 8º Congresso do Partido, o primeiro realizado desde a vitória de 1949, que a China já havia entrado no "estágio avançado" da construção do socialismo. Com a realização dos objetivos grandiosos do Grande Salto para a Frente, a China estaria então prestes a entrar no estágio do verdadeiro comunismo. Simbólicos do papel da amarga recordação nacional da dominação imperial estrangeira, os objetivos da China foram definidos não apenas em termos do dogma marxista, mas também em termos de igualar e então ultrapassar a capacidade industrial da Grã-Bretanha, o país que havia sido o único rival da China em produção industrial apenas um século antes — e que também infligira as piores humilhações à China.

O esforço fanático e verdadeiramente brutal de reestruturar o campesinato chinês nas assim chamadas Comunas do Povo produziu uma calamidade de enormes proporções. Literalmente, milhões de camponeses — por algumas estimativas, 27 milhões — morreram nos seguidos deslocamentos, violência e fome. A China se saiu pouco melhor no setor industrial e a situação econômica piorou com a emergente ruptura nas relações sino-soviéticas, que ao final da década de 1950 conduziram a um verdadeiro término de toda a assistência soviética. Isso provocou grandes rupturas nos projetos industriais em andamento; especialmente quando os técnicos soviéticos partiram de forma abrupta; as peças de reposição soviéticas se tornaram indisponíveis, e o setor industrial chinês foi deixado inteiramente por sua própria conta. O desempenho econômico geral era simplesmente desanimador, com o Grande Salto para a Frente degenerando em uma calamidade historicamente regressiva. De acordo com *The Chinese Economy* de G. C. Chow, entre 1958 e 1962 a produção agrícola na verdade caiu em 28%, a indústria leve em 21% e a indústria pesada em 23%.

A fantasia acerca do futuro logo cedeu lugar à paranóia sobre o presente. O fracasso dolorosamente sentido do Grande Salto contribuiu para a segunda fase ainda mais dramática na tripla tentativa do comunismo chinês para refazer a China. De meados da década de 1960

em diante, Mao perseguiu um programa de deliberada inspiração, quase anarquista, eufemisticamente chamado A Revolução Cultural. Um paroxismo de violência dominou a China, com o agora idoso e crescentemente incapacitado Mao instigando seus subordinados para se destruírem uns aos outros em um processo que pretendia a renovação revolucionária. A experiência soviética era agora explicitamente denunciada e vista como colaboradora do revisionismo contra-revolucionário. A pureza revolucionária devia ser revivida através de lutas internas tanto contra o funcionalismo governante, como contra as tradições passadas.

Como resultado, de 1966 a meados da década de 1970, a China experimentou uma série de expurgos brutais, assassinatos em massa de centenas de milhares de funcionários do partido e líderes militares (entre eles algumas das mais respeitadas figuras da Longa Marcha e da Revolução Chinesa), e o aprisionamento ou exílio para campos de trabalhos forçados de vários milhões. Embora os números precisos jamais venham a ser conhecidos, esse período foi de muitas maneiras comparável aos piores anos do terror e dos expurgos stalinistas. A violência, embora bastante estimulada por Mao e vários de seus associados, era alimentada também pelas lutas que se intensificavam pela sucessão política, no decorrer das quais pelo menos dois dos possíveis herdeiros de Mao foram fisicamente liquidados.

Foram necessários vários anos de pacientes manobras pelo sutil associado de Mao, Chu En-lai, e a gradual reabilitação de alguns dos antigos principais líderes sobreviventes, tais como Deng Xiaoping, para que a dinâmica destrutiva da Revolução Cultural fosse posta sob controle. Com a morte de Mao, em setembro de 1976, o processo de normalização finalmente ganhou impulso. Mas, mesmo então, mais cinco anos tinham que se passar antes que o poder ficasse firmemente consolidado nas mãos de Deng. Apenas por ocasião do 12º Congresso do Partido, em setembro de 1982, os seus principais rivais foram removidos do poder, comprometendo assim, firmemente, a China a uma nova abordagem na busca da impalpável meta da recuperação nacional e do prestígio internacional. Anunciado no final da década de 1970 e descrito como "as quatro modernizações" — na agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa — o novo programa que foi colocado em prática, passo a passo, durante os vários anos que se seguiram, postulou uma abertura bastante pragmática para o mundo ocidental e uma disposição crescentemente evidente de adulterar a ortodoxia ideológica em casa.

Esse novo curso também correspondeu à mudança fundamental na posição internacional da China: não apenas as relações plenas com os Estados Unidos foram restauradas ao final de 1978, como também um amplo relacionamento econômico e político, estimulado por temores partilhados do expansionismo soviético, começara a emergir, junto com o rápido crescimento do comércio sino-japonês. A mudança

nas relações externas da China contribuiu para o abandono da visão dogmática de um mundo inevitavelmente destinado a sofrer uma guerra nuclear e para a adoção de princípios novos e mais flexíveis orientando o crescente envolvimento da China no comércio e diplomacia internacionais. O programa de reforma emergente deveria tornar-se, de fato, o equivalente da China à restauração Meiji do Japão, que tão dramaticamente mergulhou o Japão no mundo moderno.

Capítulo

14

O Conflito Político e o Nascimento da Reforma

O novo programa nasceu no contexto de uma amarga luta pelo poder, e amargas lutas pelo poder definiram sua substância. Foram necessários aproximadamente dez anos de escaramuças políticas continuadas para que a figura dominante emergente na China, Deng Xiaoping, forjasse e impusesse um projeto abrangente para um curso dramaticamente alterado visando ao desenvolvimento da China. Como ocorrera antes na União Soviética, no decorrer das titânicas lutas entre Stalin e Trotski, a ideologia terminou sendo remodelada, em grande escala, pelas fantasias do conflito pessoal bem como político. No decorrer da década de 1930, Mao havia redefinido o marxismo-leninismo para imprimir ênfase prioritária ao radicalismo camponês como fonte de energia revolucionária; Deng iria agora redefinir o socialismo, de modo a intensificar a produtividade individual econômica e comercial.

O arranjo político inicial após a morte de Mao, em 1976, envolveu uma espécie de poder dual. A continuidade com Mao foi aparentemente assegurada pela tomada da direção governamental por seu protegido mais jovem, Hua Guofeng, enquanto a restauração da normalidade e o abandono da Revolução Cultural foram assinalados pela tomada da direção *de facto* do partido por uma das mais proeminentes vítimas daquela revolução, Deng Xiaoping. Formalmente, Deng pa-

recia estar proclamando sua fidelidade aos ensinamentos de Mao. Em 1979, ele declarou que todo cidadão chinês tinha que se atar aos "quatro princípios": o caminho socialista, a ditadura do proletariado, a liderança do partido e o marxismo-leninismo, e o pensamento de Mao Tsé-tung. Na prática, entretanto, sob o disfarce da proclamada continuidade, Deng embarcou em uma revisão deliberada da linha estabelecida do partido, no curso da qual tinha que superar uma série de obstáculos políticos verdadeiramente importantes.

Esses obstáculos variavam da estagnação de gerações através da ortodoxia política e ideológica à verdadeira oposição aberta dentro e fora do partido — cada um dos quais complicava o processo de moldar e impor uma abordagem alternativa para a entrada da China no mundo moderno. O fator gerador estava arraigado na natureza geriátrica da alta liderança chinesa pós-Mao. Embora Hua, o mais alto líder nominal, fosse relativamente jovem pelos padrões chineses prevalecentes, a alta liderança era composta principalmente de contemporâneos de Mao, muitos dos quais não estavam preparados para submeter-se a Deng, seja pessoal seja doutrinariamente. Além disso, e bastante naturalmente, a maioria desses veteranos via com a maior suspeita não apenas os esforços de Deng de formular uma nova abordagem, mas também seus estridentes pedidos por um rejuvenescimento dos principais quadros em si.

Essas considerações interagiam com fatores políticos e ideológicos. Embora o programa de reformas de Deng emergisse apenas gradualmente, sua defesa inicial das "quatro modernizações" era ideologicamente ambígua, porque nem postulava grandes alterações no papel do partido, nem questionava explicitamente a continuada necessidade da ditadura do proletariado. Mas os líderes comunistas chineses de mente mais tradicionalmente orientada tinham que se sentir inquietos com a urgência colocada na rápida modernização, baseada em grande escala em uma abertura para o Ocidente. Em seu conteúdo, mesmo essas primeiras propostas implicavam claramente na intensificação progressiva de considerações administrativas e o atrito do papel especial do partido e eram, com bastante evidência, não-orientadas por suposições doutrinariamente ortodoxas com relação à construção socialista.

Para complicar as coisas ainda mais, a oposição aberta à ditadura comunista estabelecida veio à tona subitamente — uma oposição encorajada e acirrada até pelos movimentos de reforma a princípio modestos de Deng. O ativismo estudantil, em dramático contraste com os dias da Revolução Cultural, assumiu agora uma tendência democrática ocidental decididamente anti*establishment* e doutrinariamente subversiva. Mesmo tão cedo quanto 1978, esta se manifestava dramaticamente através das manifestações de massa e através de cartazes no famoso "muro da democracia", não distante da Cidade Proibida de Pequim. Um *slogan* colocado por um dos líderes estudantis, Wei Jings-

heng, captou a mensagem central dos manifestantes: "Sem democracia, nenhuma modernização!" Mas Deng não era um liberal de gabinete. Isso ficou amplamente evidente, quando os pedidos de Wei por essa "quinta modernização" lhe renderam dezenove anos na prisão.

A cautela política e a convicção ideológica ditaram a resposta de Deng. A cautela exigia o mais claro repúdio de qualquer simpatia pelos futuros estudantes democratizadores, porque qualquer coisa a menos iria unir a liderança e o funcionalismo do partido contra as reformas desejadas. Tais reformas, afinal, eram destinadas a restaurar a normalidade para o partido governante na onda das desordens maciças da década precedente, assim como fazer avançar a modernização do país. Essa convicção se refletia na determinação de manter o controle sobre o processo da reforma *a partir de cima*, para evitar que esta se tornasse um levante espontâneo que pudesse no final ameaçar novamente a primazia do partido. Para Deng, a reforma não significava a abdicação de poder seja por ele próprio, seja por seu partido.

Ao invés do impulsivo romantismo revolucionário de Mao, Deng procurava perseguir a reforma no ambiente de estabilidade e continuidade, tornando assim possível um programa de longo prazo para a renovação sócio-econômica da China. Isso exigia não apenas o rejuvenescimento da liderança, mas também uma sucessão ordenada do próprio Deng. De outra maneira, o partido poderia novamente ter sido mergulhado no tipo de desordens que nas duas décadas precedentes haviam danificado tanto o país e devastado sua liderança. Mas para assegurar uma transição ordenada, o principal líder tinha antes que consolidar seu poder, extirpar quaisquer rivais existentes ou potenciais, estabelecer o curso firmemente, assim como designar e depois entrincheirar seus sucessores. Essa foi a agenda central de Deng desde o início da década de 1980.

Ele perseguiu essa agenda através de vários estágios difíceis, com notável perseverança apesar de alguns contratempos sérios. Em 1982, foi bem-sucedido em remover formalmente Hua Guofeng do poder, em expulsar os remanescentes mais radicais do círculo imediato de Mao — o assim chamado Bando dos Quatro, entre os quais estava a viúva de Mao, todos sentenciados a longas penas de prisão por sua culpabilidade criminal nas brutalidades da Revolução Cultural — e em fazer avançar sua própria equipe escolhida de sucessores mais jovens. Em uma importante ação formal, o 12º Congresso do Partido, em setembro de 1982, confirmou sua escolha de Hu Yaobang como o próximo líder do partido e do Zhao Ziyang como cabeça do governo. Ao nível do poder, Deng havia alcançado uma ruptura significativa. Mas o tema da doutrina e do programa permanecia. Durante os vários anos seguintes, intensos debates internos continuaram e, ao final, causaram uma nova crise política. Nesses debates, Hu evoluiu de endossante relativamente cauteloso de reformas limitadas — com o seu discurso de

abertura ao 12º Congresso do Partido, em 1982, não abrindo muito terreno novo — a ponta-de-lança líder não apenas de abrangente reforma econômica, como também do argumento muito mais controvertido de que reformas *políticas* básicas deviam acompanhar as mudanças econômicas. Em sua visão, a reforma econômica, confinada apenas à economia, iria tropeçar. Desenvolveu esse argumento — que está no coração das perspectivas de reforma de todos os estados comunistas — tanto em público como, de um modo significativamente mais aguçado, de forma privada.

No verão de 1986, Hu manteve uma longa sessão particular e então recebeu para um jantar reservado um antigo funcionário de alto nível dos EUA. (Incidentalmente, esse jantar, realizado no Grande Salão do Povo, foi em si mesmo simbólico do novo espírito: em vez do tradicional cardápio chinês, o funcionário, que por acaso era este autor, foi tratado com o melhor da *nouvelle cuisine* e vinhos franceses!) Em um discurso de cinco horas, Hu desdobrou suas visões sobre as necessárias reformas econômicas e políticas na China. Falou com extraordinária franqueza, sem se apoiar em um único pedaço de papel e empregou conceitos que não fluem normalmente dos lábios dos altos líderes comunistas. Afirmou bastante diretamente que o sistema político existente tinha que ser reestruturado, embora fosse levar algum tempo para que a alta liderança elaborasse os documentos básicos definindo as mudanças exigidas. Não obstante, afirmou que na China coisas demais eram controladas a partir de cima, que o sistema existente de controle central era rígido e estereotipado demais e que, portanto, uma descentralização substancial era necessária. Acrescentou que o difundido excesso de pessoal no partido central e nos departamentos de governo — com várias centenas de milhares de funcionários espremidos em 107 vitais departamentos separados — aumentavam o problema. Resumindo, a máquina estatal necessitava urgentemente de drástica remodelação.

Hu reconheceu que a mudança política exigia a introdução da regra da lei. Referia-se especificamente à importância de regras objetivas e fixas que se aplicassem a todos. Sem tais regras, a tomada arbitrária e caprichosa de decisões poderia aparecer com conseqüências negativas para o desenvolvimento social. Relacionava essa necessidade ao desejo de separar mais definidamente os papéis do partido e do Estado, criticando o excessivo engajamento do partido na administração direta. Além disso, continuava argumentando que seria desejável estimular maior participação política em debates públicos sobre políticas, intensificando o alcance da participação no processo político dos "partidos" não-comunistas da China — os equivalentes chineses aos partidos controlados pelos comunistas da Europa Oriental, que alegadamente representavam os interesses especiais "não-antagônicos" dos camponeses e da *intelligentsia*. Esses grupos, de acordo com Hu,

correntemente eram submetidos à excessiva direção comunista.

Hu também demonstrou impressionante flexibilidade em sua discussão da natureza e papel da ideologia oficial. Definiu como o cerne do marxismo o método de analisar o mundo e compreender seus problemas, assim como proporcionar direção para o erguimento de uma nova sociedade. Elaborando essa definição bastante vaga de uma doutrina que tradicionalmente sempre salientou o centralismo de várias proposições dogmáticas, disse que o próprio marxismo estava no processo de desenvolvimento e que tinha de ser validado através de realizações tangíveis. Seu pragmatismo doutrinário foi indicado pela observação de que, ao recrutar novos membros no interior, o partido daí por diante iria procurar aqueles que, através de sua iniciativa, poderiam liderar os outros para a prosperidade, mesmo se inevitavelmente algumas pessoas venham a se tornar ricas antes de outras.

Por trás de todos os seus comentários havia uma curiosa ambigüidade. O objetivo de seu argumento, que expôs bastante explicitamente e com considerável animação, era o de que mudanças políticas básicas eram necessárias e que tinham que ocorrer paralelamente às mudanças econômicas que a liderança do partido preparava para adotar na perseguição das "quatro modernizações". Uma vez que o amplo impulso do emergente programa econômico apontava na direção da descentralização extensiva, seguia-se que a mudança política teria que envolver uma dispersão igualmente substancial de poder político concentrado. Ele não foi hesitante nem ambivalente sobre esses pontos. Além disso, mostrou uma especial mentalidade aberta quando ao sensível tema da ideologia, definindo o marxismo em termos amplos e sem a lista usual de imperativos leninistas.

No entanto, quando a discussão chegou à questão do papel do partido, os efeitos combinados do interesse político adquirido, do condicionamento ideológico e da tendência especial de todos os líderes comunistas de perceberem a si próprios, em última instância, como os únicos intérpretes corretos da complexa realidade ao seu redor, recapearam a tediosa afirmação de que o papel governante do partido tinha que continuar, como iria "o centralismo democrático", a deliberadamente incorreta designação de Lenin para a obediência irrefletida. Isso, por sua vez, significava que o dilema final da mudança — ou seja, onde traçar o limite apropriado entre as reformas econômicas e políticas — permanecia sem solução.

Outros líderes chineses da cúpula, a maioria dos quais assumindo posições menos inovadoras do que Hu, estavam ainda mais perplexos e incomodados em relação a esse assunto centralmente importante e verdadeiramente complexo. As rivalidades pessoais, sem dúvida, também tinham um papel continuado nos debates internos sobre um programa emergente de reforma. A escolha de Hu por Deng como seu principal sucessor presumivelmente não foi aclamada por unanimida-

de nas mais altas fileiras do partido, como se evidenciou na reação da liderança aos tumultos estudantis em larga escala que voltaram a irromper em dezembro de 1986. Várias centenas de milhares saíram em manifestação nas principais cidades da China, exigindo maior liberdade, pressionando por reformas democráticas e, de modo geral, desafiando a pretensão do partido quanto a um monopólio sobre o programa de reformas. Em uma reação reflexiva, a liderança do partido reprimiu com energia esses levantes, liderados em muitos casos pelos filhos do funcionalismo do partido. Ao mesmo tempo, os mais idosos do partido fizeram petição pessoal a Deng para o afastamento de Hu, culpando-o, ao menos em parte, pela recente turbulência e por uma excessiva inclinação ao revisionismo político e ideológico.

A remoção de Hu reabriu o tema da sucessão e manteve em aberto a questão da estratégia geral da reforma. Deng confrontou novamente a necessidade de se estabelecer o rumo e assegurar continuidade política depois que sair de cena. Foi necessária grande parte do ano de 1987 para Deng atingir um novo equilíbrio, designar uma nova equipe de sucessão, codificar mais compreensivelmente o programa de reformas e completar o processo de extirpar oponentes mais idosos ou céticos remanescentes. Em janeiro, Deng cedeu à pressão — e talvez ele próprio se tivesse tornado meio intranqüilo quanto à tendência de seu sucessor por inovações políticas de ponta-de-lança — e o afastamento de Hu foi anunciado. Durante a primavera e o verão, prolongadas negociações tiveram lugar entre os líderes da cúpula. No outono de 1987, uma nova equipe estava pronta para ser formalmente instalada: Zhao havia sido mudado para assumir o partido, enquanto Li Peng, um líder do partido mais jovem, que fora protegido do falecido Chu En-lai e a quem Chu tratava como filho adotivo, foi designado a tornarse o novo chefe do governo.

Os dois homens representavam claramente a ala reformista, embora o funcionalismo do partido não pudesse ver qualquer deles como ameaça aos seus interesses vitais. Ambos identificavam-se com a visão de Deng de que a modernização interna tinha que ser acompanhada de uma abertura externa para o mundo e ambos consideravam que algumas mudanças políticas cuidadosamente calibradas deviam acompanhar as reformas econômicas mais ambiciosas. Ambos, entretanto, também partilhavam da visão de Deng de que a dissensão política doméstica não teria permissão de ultrapassar a reforma econômica e que a primeira deveria ser suprimida, de forma que a última pudesse continuar sob firme direção da cúpula.

Zhao divulgou a afirmação abrangente da abordagem geral chinesa à reforma diante do 13º Congresso do Partido, em Pequim, ao final de outubro de 1987. Após resumir as várias reformas empreendidas desde o final da década de 1970, ele as integrou em uma visão mais ampla do futuro e procurou dar um significado ideológico coerente às

iniciativas prévias e planos futuros. O congresso também instalou formalmente uma nova liderança do partido, com predomínio de escolhas de Deng, produzindo assim o há muito desejado rejuvenescimento drástico da cúpula do partido. O compromisso da liderança com a reforma era ilustrado pelo fato de que Hu, longe de entrar para a obscuridade política, permaneceu no Politburo e era proeminentemente visível como parte da liderança durante os trâmites do congresso.

Assim, o congresso fincou um marco importante na história chinesa pós-Mao. Daqui por diante, o conflito interno não mais se centrava na primazia de Deng ou na conveniência de reformas abrangentes, mas principalmente em como perseguir melhor a estratégia de reforma. Em verdade, essa questão poderia — e em algum ponto provavelmente iria — progredir para um desentendimento mais amplo sobre política, em particular na ocorrência de uma nova luta sucessória. Os *rounds* futuros, entretanto, serão travados pelos sucessores de Deng e no panorama de um programa de reformas em andamento e verdadeiramente ambicioso.

Capítulo

15

Estratégia da Reforma e Flexibilidade Ideológica

Lutas prolongadas e intensas pelo poder serviram como catalisadores para a mudança ideológica. No panorama de uma liderança firme e claramente estabelecida, o sistema comunista tende a enrijecer sua orientação doutrinária. O conservadorismo burocrático e a ortodoxia dogmática tendem a reforçar-se mutuamente com o dogma legitimando o poder estabelecido e o poder protegendo o dogma estabelecido. Mas, uma vez que a China não experimentou nem os 25 anos de stalinismo entrincheirado sob Stalin, nem os vinte anos de stalinismo estagnado sob Brejnev, a ideologia da China não se congelou como a da União Soviética. As próprias políticas de Mao envolveram várias reversões drásticas, enquanto seu posterior declínio físico precipitou as quase duas décadas de estabilidade política, pontuadas por uma luta assassina pela sucessão.

No cenário de um agudo conflito pelo poder — que, em última análise, significa nada menos do que uma luta desesperada pela sobrevivência pessoal, dado o caráter letal da política no seio do sistema comunista — a ideologia tende a ficar subordinada às leis da selva, a transformar-se em um instrumento de conflito e, portanto, a ser periodicamente reinterpretada para manter-se com os expedientes do poder. Tudo isso, por sua vez, serve para abrir aos poucos a porta para

os outros critérios, mais pragmáticos. As concessões doutrinárias podem ser crescentemente dirigidas também por considerações econômicas tão mundanas quanto a produtividade e a eficiência. No processo, a doutrina fica diluída.

Como foi notado, um processo de reforma com vários ziguezagues esteve reunindo impulso desde o final da década de 1970 e culminou com o 13º Congresso do Partido, em 1987. Um evento de importância histórica, o congresso proporcionou o cenário para três desenvolvimentos críticos. Primeiro, foi o fórum para uma abrangente reafirmação do compromisso da China com um desenvolvimento decrescentemente doutrinário e com uma avaliação das realizações das reformas implementadas no curso dos esforços de Deng para consolidar seu poder. Segundo, produziu uma planta detalhada das futuras reformas econômicas e *políticas* da China. Terceiro, naquele contexto, articulou uma importante nova formulação ideológica destinada a justificar o caráter de longo prazo da doutrinariamente flexível renovação da China.

No final de 1987, as reformas chinesas iniciais já tinham um significativo registro do caminho trilhado. A realização mais impressionante, e inicialmente a mais ousada inovação doutrinária, havia ocorrido na agricultura. Esta tinha que dar aos líderes chineses motivo de satisfação e fé no curso da ação. Iniciado no plenário do comitê central, em dezembro de 1978, a progressiva descoletivização ou descomunização da agricultura chinesa havia estimulado um dramático aumento na produtividade. Com efeito, após vários anos, a China foi transformada de um importador de alimentos em um verdadeiro exportador — em agudo contraste com seu vizinho comunista do norte, que, mesmo sob Gorbachev, permaneceu congelado em seu compromisso com seu perdulário sistema coletivista.

Mas essa reforma carregava profundas conseqüências ideológicas. Significava que a avassaladora maioria do povo chinês havia deixado de viver em uma estrutura comunista moldada por impulsos ideológicos. Ao contrário, com o poder de controlar sua terra através de arrendamento de longo termo e vender seus produtos livremente em um mercado aberto com preços determinados pelas leis da demanda e oferta, a sociedade rural vivia agora econômica e culturalmente em um ambiente fundamentalmente diferente das noções comunistas convencionais. Esse rompimento com o passado envolvia um inevitável afrouxamento *de facto* do controle direto do partido sobre grande parte da população chinesa — embora com grande vantagem para a economia da China. O controle político centralizado contraía-se, portanto, enquanto o poder econômico geral da China se expandia.

Outra folha de figueira ideológica para a descomunização da agricultura da China foi planejada através do arranjo de "arrendar" a terra aos camponeses em lugar de ceder a propriedade. No sentido formal,

os camponeses ainda não eram proprietários de terras, mas arrendatários do solo publicamente possuído. Na realidade, entretanto, receberam o controle total sobre a produção. Além disso, em 1987, os funcionários chineses estavam dando a entender que novos passos seriam dados para legalizar o direito de comprar e vender tais "arrendamentos", restaurando assim, efetivamente, o direito da propriedade privada. Sua inclinação a fazer tais reformas, tanto permanentes como de amplo alcance, era sem dúvida impelida pelo sucesso econômico evidente das reformas. De acordo com *China Facts and Figures Annual, 1986*, de J. L. Scherer, a produção agrícola bruta cresceu em 9% em 1978, 11% em 1982 e 14,5% em 1984, mesmo enquanto a agricultura soviética se estagnava. Além disso, esse renascimento agrícola estimulou o crescimento na produção da indústria rural chinesa, que cresceu em impressionantes 400% entre 1981 e 1986, e mais 36% apenas em 1987.

As mudanças em outros domínios estiveram em andamento, da mesma forma, desde o final da década de 1970. De modo geral, estas também davam motivos de satisfação, embora com alguns sinais de aviso potencialmente sérios no horizonte. Ao embarcar nas reformas agrícolas, a liderança do partido também traçara um ambicioso novo programa industrial, de modo a alcançar a "segunda modernização" de Deng. De acordo com o diário do partido, *Renmin Ribao*, de 9 de março de 1978, seu objetivo proclamado era "aproximar, igualar ou superar" a produção industrial dos "mais desenvolvidos países capitalistas". Mas Deng e seus partidários logo perceberam que esse objetivo era exageradamente ambicioso. Com a eliminação de Hua Guofeng da liderança, em 1982, Deng reduziu a escala dos grandiosos programas de industrialização, especialmente na indústria pesada. Ainda em um outro desvio ideologicamente significativo dos imperativos doutrinários do passado, ele determinou maior prioridade à indústria mais leve, assim como à indústria rural já prosperando.

Os animadores resultados dessas amplas mudanças de prioridades impeliram, por sua vez, a "Decisão do Comitê Central do Partido Comunista da China sobre a Reforma da Estrutura Econômica" de 20 de outubro de 1984. Esta representava tanto a formalização dos passos já dados, como também outro impulso à frente na progressiva desideologização do sistema chinês. Definida como proporcionando "o único caminho para a prosperidade de toda a sociedade", a decisão era curta em doutrina e longa em mudanças especificamente necessárias. Afirmava categoricamente que desde que "nenhuma instituição estatal pode conhecer a situação plenamente e lidar com tudo em tempo hábil", era agora oportuno e apropriado para "o empreendimento (...) [ser] tornado uma entidade econômica relativamente independente". Essa independência deveria ser expressa na contratação e demissão de pessoal, na procura dos suprimentos neces-

necessários, no estabelecimento de salários e preços e — dentro da estrutura do plano nacional geral e sujeita à taxação pelo Estado — no reinvestimento de lucros e no estabelecimento de metas específicas.

Essa reforma foi acompanhada por uma abertura para microempresas de propriedade privada, especialmente no setor de consumo. A iniciativa privada foi declarada como econômica e socialmente funcional para preencher as muitas brechas inevitavelmente deixadas pelas empresas estatais ainda sujeitas ao plano econômico geral do Estado e menos orientadas para uma satisfação correspondente de necessidades dos consumidores. Uma vez que tal abertura foi criada, a inclinação cultural da sociedade chinesa para a iniciativa empresarial logo se manifestou. De acordo com um relatório da CIA, submetido ao Congresso dos EUA em abril de 1988, trezentas mil de tais empresas, assim como vinte milhões de empreendimentos individuais ou familiares, haviam brotado em 1987.

Como Deng afirmou em 1978, as reformas no setor rural e as mudanças que se desdobravam no setor industrial seriam perseguidas no contexto de uma abertura ampla para o mundo, notadamente para o avançado mundo ocidental. Deng e seus correligionários viam essa abertura como necessária, tanto por motivos estratégicos como econômicos. As relações políticas estratégicas com os Estados Unidos foram deliberadamente expandidas, não obstante o continuado desacordo a respeito de Formosa. As relações econômicas com os Estados Unidos cresciam com ímpeto ainda maior, e mais ainda com o vizinho Japão. Para aumentar essa expansão, em mais um exemplo de flexibilidade ideológica, os líderes chineses estabeleceram, no início da década de 1980, várias assim chamadas zonas econômicas especiais nas regiões costeiras da China, especificamente Shenzhen, Shantou, Zhuhai e Xiamen. A presença estrangeira e a atividade econômica nessas regiões eram para ser atraídas através de um conjunto ideologicamente revolucionário de atrativos e direitos especiais, criando, na realidade, uma série de ilhas capitalistas no interior da economia chinesa.

O objetivo de Deng era incrementar o comércio mundial da China. Os líderes chineses chegaram a reconhecer, com uma acuidade muito mais pronunciada do que a de suas contrapartes soviéticas, que o comércio internacional seria a locomotiva do desenvolvimento interno e que esta tem sido uma importante fonte de ímpeto para as notáveis taxas de crescimento atingidas em décadas recentes por vários vizinhos da China na costa do Pacífico. Mas para desenvolver esse comércio, a China tinha que ser tornada economicamente atraente, e Deng buscou fazê-lo através das zonas especiais, junto com as reformas domésticas. Novamente aqueles que lamentavam a perda da pureza doutrinária podiam alegrar-se, ao menos, pelos resultados tangíveis. Em meados da década de 1980, a região costeira da China experimentava uma extraordinária explosão em crescimento econômico e produtividade, com

suas cidades passando por uma renovação visível e impressionante. Desde 1978, o PIB da China dobrou. Seu comércio exterior cresceu em cerca de 15% por ano, desde 1982. Em 1987, as exportações chinesas deslancharam em 25% e o comércio exterior da China atingiu o respeitável nível de oitenta bilhões de dólares, quadruplicando o nível de 1978.

Ao mesmo tempo, a disposição da China em permitir que um número relativamente grande de seus estudantes mais capazes — e, em muitos casos, politicamente mais bem conectados — fosse estudar no exterior não era apenas simbólica da abertura para o mundo, mas também significativa tanto em suas conseqüências doutrinárias como práticas. O resultado foi uma perda inevitável do controle ideológico direto, concedida — embora com alguma relutância oficial e tensões ocasionais — de modo a ganhar os benefícios da tecnologia e ciência mais avançadas do Ocidente. Mais notável, nesse aspecto, foi o fato de que a maior parte desses estudantes foi enviada aos Estados Unidos, o antigo inimigo ideológico. Estima-se que em 1987 cerca de 27 mil estudantes chineses estudavam nas universidades americanas, em contraste com um número relativamente pequeno da União Soviética. A Universidade de Harvard relatou, em 1988, que a Universidade de Pequim havia se tornado uma das dez principais escolas que alimentam no mundo os programas graduados de Harvard. O ritmo dessas mudanças, sua flexibilidade ideológica e o dilema de acomodar ao mesmo tempo um Estado e um setor privado dentro de uma economia crescentemente complexa produziram, como era de se esperar, tensões e dificuldades. O 13º Congresso do Partido exigiu assim que os líderes chineses não apenas registrassem o que havia sido alcançado, mas também encarassem os problemas criados pela reforma. Essas dificuldades confrontaram os líderes chineses com a necessidade de decidir se deviam retrancar-se ou mergulhar para diante com reformas ainda mais ambiciosas, sob pena do programa de mudanças afrouxar, empacar e então estagnar. Escolheram a última opção. O congresso proporcionou assim a plataforma não apenas para a definição das necessárias novas mudanças, mas também para a articulação de uma importante justificação ideológica para as abrangentes reformas da China.

Vários sinais de alarme atestavam para o fato de que tais reformas não eram indolores. Na agricultura, a descomunização produziu uma maciça proliferação de pequenas fazendas domésticas, alcançando o número de 180 milhões. Após uma arrancada inicial na produtividade, seu espaço excessivamente pequeno tornou inexeqüível a capitalização em economias. Como resultado, novos aumentos significativos nos desempenhos agrícolas ficaram improváveis. Claramente, alguma forma de amalgamação teria de ser encorajada. Além disso, o afrouxamento dos controles centrais sobre as cotas de produção e venda haviam impelido muitos camponeses a se voltarem para safras mais lucrativas em dinheiro do que o cultivo de grãos. A resultante es-

piral de preços compeliu as autoridades chinesas a aumentar substancialmente os subsídios proporcionados aos consumidores urbanos, de modo a compensar a inflação crescente.

A corrupção também ia se tornando um problema crescente. Impelida pela súbita abertura à livre empresa e à intromissão do capital estrangeiro, em particular nas novas zonas econômicas especiais, a tentação de enriquecimento rápido mostrou-se irresistível para muitos funcionários chineses. Relatos da imprensa chinesa citaram incidentes, nos quais os funcionários custaram milhões de dólares ao Estado — e em um caso, acima de um bilhão de dólares — através de contrabando, fraudes e especulação aberta. As propinas para obter acesso a bens ou materiais escassos, tanto ao nível dos produtores como dos consumidores, tornaram-se um problema penetrante. O abuso do poder político e o favoritismo na dotação de recursos econômicos, tais como o combustível, também se difundiram. Tudo isso impeliu os líderes do partido a lançarem uma campanha, em janeiro de 1986, buscando a "retificação do estilo do partido". Mas enquanto os recursos são distribuídos não apenas pelo mercado, mas também pelo Estado e pelo aparato do partido, esses tipos de corrupção provavelmente irão continuar.

Último mas não menos importante, a coexistência de uma economia baseada em preços estabelecidos de forma central e arbitrária com uma economia orientada pelo mercado criou um maciça confusão para os planejadores chineses, para os crescentemente independentes administradores das indústrias estatais, para os novos empresários privados emergentes, para os homens de negócios estrangeiros. A confusão no sistema do estabelecimento de preços foi a fonte de importantes bloqueios na economia e também contribuiu para pressões inflacionárias potencialmente perigosas. Como tirar a China desse quebra-cabeça provavelmente continuará sendo o principal dilema econômico, assim como doutrinário, com que se defrontam — e que provavelmente também se dividem — os líderes chineses.

Problemas políticos também vieram à tona. De início, dilemas inevitáveis surgiram como resultado da descentralização econômica em um panorama político centralizado. Enquanto a primeira juntava impulso, estava destinada a colidir com o último. Os líderes chineses tinham que escolher entre se comprometerem com a descentralização ou afrouxarem no controle político. As concessões na frente política significavam inevitavelmente uma nova contração no papel administrativo do partido. Segundo e relacionado ao primeiro problema, um papel mais restritivo para o partido possibilitou uma dissidência política mais aberta. A saliência desse problema foi intensificada pelo surgimento dessa dissidência entre estudantes e intelectuais. Para os líderes do partido, as intoleráveis demandas por maior liberalização política — que se intensificaram no final da década de 1980 — foram

os dolorosos acompanhamentos das mudanças econômicas toleradas.

Para crédito da liderança chinesa, eles não reagiram encarando esses problemas como confirmação de seus piores — e ideologicamente inspirados — temores do contágio capitalista. Em vez disso, como resultado de sua determinação e confiança, reconheceram essas dificuldades como conseqüências inevitáveis de um processo de reformas desdobrando-se com sucesso. Concordantemente, o 13º Congresso do Partido — dominado pelos sucessores escolhidos por Deng e a nova geração de líderes da cúpula — não se abateu. Simbolicamente, a liderança chinesa apareceu em diversos ternos de elegante corte ocidental (ao contrário de suas contrapartes no Politburo soviético, que parecem servidas por alfaiates coletivos) e comportaram-se com a imprensa estrangeira como bem-sucedidos empresários da costa do Pacífico. De modo substancial, o congresso foi além da reafirmação do compromisso da liderança com a renovação e enfocou-se em termos concretos sobre as necessárias mudanças econômicas e políticas futuras.

No reino econômico, o secretário-geral Zhao Ziyang afirmou de maneira ousada que, no início da década de 1990, apenas cerca de 30% da economia chinesa estariam sujeitos ao planejamento central. O investimento estrangeiro seria ainda mais estimulado pela adoção deliberada do que poderia ser chamado de estratégia costeira. Isso iria envolver um problema de um desenvolvimento seletivamente acelerado das províncias marítimas da China, habitadas por cerca de duzentos milhões de pessoas. Essa parte da China iria juntar-se, antecipando-se ao resto do país, à nova esfera de prosperidade da costa do Pacífico e o faria na base de criar um maior alcance tanto para a livre empresa doméstica como para o capital estrangeiro. Para encorajar este último, até mesmo a terra seria posta à disposição para compra estrangeira.

O discurso de Zhao e as propostas subseqüentes mais detalhadas indicavam claramente que o setor industrial doméstico seria submetido não apenas a uma maior descentralização, mas também à expansão de seu componente privado. O jornal oficial do partido, *Renmin Ribao*, em 28 de junho de 1988, rejeitou categoricamente qualquer noção de que o crescimento da empresa privada tivesse sido excessivo, argumentando "não ser verdadeiro que as empresas privadas estão se desenvolvendo rápido demais em nosso país ou que sejam excessivas em número". O jornal projetou também que, ao final, a empresa privada deveria ser responsável por cerca de 10% da produção industrial da China. Aos administradores de fábrica seria concedido o poder de retenção de lucros e para uso em investimentos, assim como para bônus de incentivo. Uma lei de falência seria introduzida, enquanto o pessoal da burocracia estatal seria drasticamente reduzido em 20%. Na agricultura, o foco estaria no fomento ao cultivo em escala mais ampla, porém ainda privada. Mas em uma área — reforma dos preços

— os líderes chineses hesitaram. Isso refletia tanto dificuldades econômicas práticas como sensibilidade ideológica especial. Afora uma preocupação sobre uma inflação galopante potencial, a liderança continuava desconfiada de um descongelamento abrangente. Isso, por sua vez, significava que o tema da reforma de preços continuaria a surpreender e talvez mesmo a dividir os responsáveis pelas decisões na China.

Talvez ainda mais importante do que as reformas econômicas fosse a evidente inclinação dos novos líderes chineses ao se referirem ao tema da mudança política. Em seu relatório programático, cujo título "Avanço ao Longo da Estrada do Socialismo com Características Chinesas" colocava ênfase especial na qualidade única da China, Zhao reconhecia que "o aprofundamento da reforma da estrutura econômica em andamento torna a reforma da estrutura política crescentemente urgente". Tendo reconhecido a conexão entre as dimensões econômicas e políticas da renovação, ele continuou afirmando que "a chave para reformar a estrutura política é a separação do partido e do governo", uma importante conclusão que Gorbachev e os reformadores soviéticos anunciaram publicamente apenas um ano depois. Em seu discurso, Zhao delineou os passos necessários para mover as coisas naquela direção, colocando ênfase especial na necessidade de desenvolver um serviço público imparcial, profissional e altamente treinado, a ser escolhido na base de exames competitivos e cujos padrões de carreira seriam determinados inteiramente por seu desempenho profissional em vez de critérios políticos e ideológicos. Com esse serviço civil, reminiscente talvez de uma classe de mandarins, o funcionalismo do partido seria separado do envolvimento direto na administração, mas permaneceria encarregado de energizar o sistema e de proporcionar os laços necessários entre a política e a opinião pública.

Na verdade, embora esses passos indicassem um sério reconhecimento do elo causal recíproco entre as reformas econômicas efetivas e maior flexibilidade política, ainda eram um tanto distantes demais de qualquer coisa mesmo remotamente aproximada a uma democracia pluralista do estilo ocidental. No melhor dos casos, eram um passo modesto que se afastava da tradicional concentração do poder em todos os níveis nas mãos do partido governante e um passo na direção do sistema político baseado em regras de procedimento estabelecidas e administrado por um serviço público guiado por padrões objetivos de conduta. Nesse sentido, os atributos mais arbitrários e coercitivos do sistema político seriam vistos como um recuo, embora Zhao afirmasse de modo explícito que "nós nunca iremos (...) introduzir um sistema ocidental de separação dos três poderes e de diferentes partidos governando o país em turnos".

Para legitimar o compromisso da China com um programa de longo prazo de desenvolvimento baseado em uma economia crescentemente mista e perseguido em um panorama no qual o partido comanda mas

não administra diretamente, os líderes chineses formularam um conceito ideológico especial: "o estágio primário do socialismo". Os afastamentos do marxismo-leninismo ortodoxo eram justificados pela referência ao caráter não-desenvolvido das forças de produção e à qualidade única da condição histórica da China. Zhao definiu a extensão esperada desse "estágio primário" com alguma especificidade:

> Não estamos na situação visualizada pelos fundadores do marxismo. (...) Assim não podemos seguir cegamente o que os livros dizem, nem podemos imitar mecanicamente o exemplo de outros países. Antes, partindo das condições atuais da China e integrando os princípios básicos do marxismo com essas condições, precisamos encontrar um meio de construir o socialismo com características chinesas através da prática. Irão passar ao menos cem anos desde a década de 1950, quando a transformação socialista da propriedade privada dos meios de produção for basicamente completada, até o tempo em que a modernização socialista estará realizada em sua parte principal, e todos esses anos pertencem ao estágio primário do socialismo.

Embora delineada em algumas afirmações anteriores por Hu Yaobang, a adoção formal do conceito de "estágio primário" proporcionou um contraste dramático às afirmações ideologicamente ambiciosas da década de 1950. Naquela época, a linha do partido afirmava que a China já estava bem avançada ao longo da estrada para o socialismo e construindo o socialismo na base dos princípios marxistas-leninistas universalmente válidos, que haviam sido ainda mais enriquecidos pelo pensamento de Mao Tsé-tung. A nova formulação de Zhao foi obviamente destinada a justificar tanto as mudanças pragmáticas em implementação, como a necessidade de um prolongado período de crescimento econômico não-socialista.

Com efeito, a modernização da China iria se basear na assimilação, a longo prazo, por sua economia de elementos capitalistas, tais como o mecanismo de mercado, propriedade privada, o investimento estrangeiro, capital de risco, desemprego e falência, assim como a agricultura privada. Além disso, uma grande parte da China iria desenvolver-se à frente do resto do país, através de uma assimilação comercial crescente para o mundo exterior. Tudo isso deveria ser coordenado por um serviço civil neutro e supervisionado pelo partido governante, com o último, de alguma maneira, assegurando que o processo iria, ao final, levar a China para o estágio do socialismo avançado e, ainda mais tarde, do comunismo.

De fato, ao propagar o conceito de "estágio primário do socialismo", Zhao criou uma fórmula ideológica bastante isenta de conteúdo ideológico. Isso foi presumivelmente intencional. A ausência de substância doutrinária maximizava a flexibilidade tática, embora a fórmula antevisse claramente um processo de longo prazo, para durar diversas

gerações, de desenvolvimento quase capitalista. Entretanto, essa falta de amarras ideológicas trazia importantes conseqüências potenciais. Tal fase prolongada de desenvolvimento inevitavelmente iria alimentar sua própria dinâmica econômica e política. Essas poderiam remodelar o contexto objetivo no seio do qual o partido exercia o poder, mesmo se, em um nível subjetivo, o partido pudesse sentir que não estava fazendo assim deliberadamente. Como resultado, iriam surgir inevitáveis questões sobre como o partido poderia ater-se ao poder e justificar seu controle, especialmente se a sociedade e economia chinesa fossem, de modo crescente, remodeladas pela dinâmica daquele desenvolvimento quase capitalista.

Assim, as dificuldades ideológicas estão destinadas a crescer. O conceito tradicional da ditadura do proletariado — com um partido governante auto-indicado representando o proletariado — é, ao longo do tempo, simplesmente incompatível com as formas economicamente maleáveis apresentadas pelos líderes chineses e com suas noções de um Estado administrado por uma burocracia estatal não-dogmática, profissional, funcionalmente orientada. Presumivelmente antecipando esse dilema doutrinário, os líderes chineses substituíram casualmente, no 13º Congresso do Partido, a expressão "ditadura do proletariado" por "a ditadura democrática do povo" — palavras inteiramente despidas do conteúdo de classe específico da antes sagrada fórmula marxista-leninista. Finalmente, sua ênfase suprema na qualidade única nacional como determinante da doutrina — não simplesmente nas margens, mas no cerne do dogma — constituía uma zombaria de quaisquer preceitos universalmente válidos relativos aos processos e substâncias da construção socialista.

No entanto, as reformas chinesas exigem esse tipo de elasticidade doutrinária na definição do socialismo. Pouco tempo após o congresso, Hu Qili, um dos jovens líderes elevados a uma posição proeminente por aquele congresso, demonstrou exatamente até que ponto as palavras podiam ser distendidas. Dirigindo-se aos propagandistas do partido e procurando dar-lhes orientação sobre a nova linha geral do partido, ele raciocinou com autoridade que "qualquer benefício ao desenvolvimento das forças produtivas é requerido ou permitido pelo socialismo, e qualquer coisa que não beneficie esse desenvolvimento é contrária ao socialismo científico". Não é surpreendente que essa ginástica ideológica tenha aberto as portas para uma infusão muito mais ampla das novas idéias na China. Especialmente nos círculos de pensamento de Pequim, essa intromissão gerou um fascínio especial pelos teóricos da sociedade pós-industrial, como Daniel Bell, das conseqüências sociais das novas tecnologias de informação, como Ilya Prigogine, e da definição do futuro, como Alvin Toffler. Para um crescente número de pensadores chineses, essas perspectivas ocidentais tinham mais a oferecer em relação à substância real e dire-

ção do "estágio primário" do que "os livros" do marxismo-leninismo que as próprias palavras de Zhao estavam ajudando a deslegitimar.

Tudo isso, inevitavelmente, colocava uma questão-chave: quando a flexibilidade ideológica se transforma em diluição doutrinária? Que a resposta poderia ser "em não muito tempo" estava simbolicamente implícito pelo anúncio em Pequim em — entre todos os dias — 1º de maio de 1988, da saída de circulação da publicação teórica do partido, *Bandeira Vermelha* ou *Hong-qi*. Antes a principal fonte de orientação doutrinária, a revista se tornara, em anos recentes, a plataforma de visões conservadoras, dogmaticamente anti-reformista. Uma nova publicação — a receber como título a frase de Deng Xiaoping, *Shishi qiushi* ou *Procure a Verdade nos Fatos* — iria tomar seu lugar. Esse fato, em particular, falava por si mesmo.

Capítulo

16

A Real Revolução Cultural

O tom e o teor do 13º Congresso do Partido indicaram que a maioria da liderança chinesa e especialmente seus membros mais jovens não se preocupavam muito com belezas doutrinárias. Sua principal preocupação era que a China se desenvolvesse com eficiência, firmeza e na base da mais ampla exposição possível e assimilação da mais recente tecnologia e ciência ocidentais. Esse deveria ser o propósito primário e a justificação central para seu próprio exercício do poder.

Poucos dias depois que Zhao se dirigiu ao congresso de Pequim, Gorbachev também fez uma importante colocação programática à elite do partido soviético, que se havia reunido para uma comemoração festiva do 70º aniversário da Revolução Bolchevique. Seu discurso, que culminava muitos meses de debates e preparação, buscava, ao mesmo tempo, resumir o que já havia sido realizado e o que ainda havia por ser feito na luta pela *perestroika*. Juntos, os discursos de Zhao e Gorbachev proporcionaram algumas comparações sugestivas relativas ao ritmo, natureza e escopo das reformas procuradas por um e outro, enquanto se ocupavam com as conseqüências práticas do malogro da doutrina comunista.

Tanto no nível do dogma como da prática, os chineses estavam adiante dos soviéticos na busca da renovação e modernização social. Comparado ao ousado compromisso de Zhao com um "estágio primário do socialismo" pragmático e de longo prazo, Gorbachev ofere

cia um caso ideologicamente tépido. Não proporcionava nem uma definição ideológica claramente estabelecida da significação de seus esforços, nem uma moldura de tempo compreensível para o período de vida da *perestroika*. Em termos doutrinariamente vagos, definiu a reestruturação como "um estágio específico no avanço para diante de nossa sociedade. E para responder à questão leninista sobre do que e para o que estamos passando, deve ser dito com bastante clareza: estamos conferindo novas qualidades ao socialismo — um segundo vento, como dizem". Era duvidoso que muita orientação de longo prazo pudesse derivar de formulações tão ilusórias.

Gorbachev também demonstrou de início menos disposição a inovar na área do papel do próprio partido. Embora defendesse a democratização, especialmente a nível do soviete (ou conselho), a fim de intensificar o autogoverno, e padrões legais mais objetivos, ele completou essas admoestações com uma inequívoca reafirmação do papel central do partido: "O tempo exige que, nas novas condições, também, o partido deva continuar à frente da renovação revolucionária. (...) O crescente papel do partido é um processo lógico." Ao contrário dos chineses, a liderança soviética em 1987 ainda relutava em considerar a retirada do partido do negócio da administração. Nem estava pronta, em 1987, para igualar a decisão chinesa politicamente crítica de limitar o principal líder do partido (e também primeiro-ministro) para um máximo de dois períodos de cinco anos de serviço.

Levou aproximadamente um ano — assim como talvez o poder do exemplo chinês — para que os soviéticos os seguissem. Os meios de comunicação soviéticos, durante 1987 e 1988, deram uma cobertura detalhada e crescentemente simpática às reformas chinesas. Pode-se apenas presumir que os líderes soviéticos não estavam indiferentes à possibilidade de que a China se poderia mostrar tanto mais inovadora como bem-sucedida. Em qualquer caso, no verão de 1988, o partido soviético, estimulado por Gorbachev, adotou finalmente limites similares de permanência em serviço para os altos funcionários e também aprovou propostas para retirar o partido da administração do governo local.

O ritmo soviético mais lento — apesar das inclinações revisionistas de Gorbachev — sem dúvida constituiu mais uma expressão da orientação coletiva da alta liderança soviética do que das próprias inclinações de Gorbachev. Mas esse período de tempo era o que importava politicamente. Ele definiu os contrastes entre as abordagens soviéticas e chinesas. Um jornalista soviético que apoiava Gorbachev, Fedor Burlatskiy, captou a essência dessa diferença, especialmente em termos da abordagem em relação à ideologia, quando sumariou na *Literaturnaia Gazeta*, a 20 de abril de 1988, as reações de uma audiência soviética às suas impressões de uma viagem à China:

> Não faz muito tempo, após meu regresso da China, tive uma oportunidade de falar sobre as reformas ali. Especificamente, sobre o modo como os contratos familiares eram ali usados com sucesso para resolver o problema da alimentação, para aumentar a produção de grãos em mais de um terço em cinco-seis anos, e triplicar a qualidade dos padrões de vida dos camponeses. De repente, um venerável professor tomou a palavra. Isto é o que ele disse, literalmente: "Tudo isso está certo. Mas qual foi o preço que teve de ser pago por isso? O preço que teve de ser pago foi um recuo do socialismo e um empréstimo de métodos capitalistas. Não é um preço alto demais para pagar pelo crescimento econômico?"

Esse tipo de argumento, sem dúvida, foi ouvido também na cúpula da liderança soviética. Representava o maior obstáculo às reformas mais doutrinariamente ambiciosas. Como resultado, os chineses eram mais ousados não apenas no que dizia respeito à ideologia, mas também à prática. Suas reformas foram mais longe do que as da União Soviética. Isso era especialmente verdade na agricultura. Mas era também o caso na indústria urbana e rural, no comércio exterior, no investimento estrangeiro, nos bens de consumo e na empresa privada. Na China, os camponeses, efetivamente, podiam possuir sua terra. Milhares de negócios de propriedade inteiramente estrangeira receberam permissão de operar nas zonas econômicas especiais. O setor de serviços testemunhou uma proliferação de empresas privadas. Uma importante mudança em direção à produção de itens de consumo foi encorajada, em parte através de oficinas rurais e pequenas fábricas. Último mas não menos importante, ao contrário da União Soviética, a China realizou cortes significativos no tamanho do exército e nos gastos com a defesa. Em todos esses setores, as mudanças na China eram mais tangíveis do que na União Soviética.

Além disso, a receptividade social a essas mudanças também era mais evidente na China. De fato, essa receptividade social é a principal razão pela qual a China provavelmente terá sucesso, enquanto a União Soviética talvez irá tropeçar. Ao contrário do campesinato soviético, os camponeses da China não foram removidos. Dessa forma, puderam reagir às novas oportunidades com maior produção. Diferentemente dos russos, o povo chinês tem talento para os negócios. Diferentemente da Rússia, a China, antes do comunismo, jamais teve um Estado que dominou ou abafou a vida econômica independente. Com uma tradição comercial mais profundamente arraigada e socialmente espalhada do que na Rússia, a China desfruta de melhores perspectivas não apenas para uma revivescência comercial dentro do país, mas também para um significativo crescimento de seu papel no comércio mundial. Por fim, a China é predominantemente habitada por um povo, os *Han*, enquanto a União Soviética é um amálgama forçado de muitas nações. Uma China descentralizada continuará sendo uma

China; uma União Soviética descentralizada, com a maior das probabilidades, se tornaria uma União Soviética desmantelada.

Como resultado de seu senso de direção mais claro e confiantemente definido, a liderança chinesa adotou um curso de ação, no qual a *perestroika* precedeu a *glasnost*, enquanto na União Soviética não apenas a *glasnost* veio antes da *perestroika*, como também houve mais debates sobre a reforma do que efetiva implementação da mesma. Concordantemente, amadurecidos observadores do cenário chinês estavam inclinados a avaliar as perspectivas de novas mudanças em termos relativamente otimistas. Seu consenso era de que a China tinha uma chance razoável de sustentar altas taxas de crescimento, mais ou menos durante a próxima década, a não ser no caso de alguma calamidade natural ou desastre político inerentemente imprevisível. Em conseqüência, por volta do ano 2010, a economia geral da China (embora certamente não a sua produção *per capita*) poderia mesmo ultrapassar a da União Soviética, um desenvolvimento prenhe de importância ideológica assim como política.

Qualquer projeção para o futuro deve ainda ser passível de possíveis descontinuidades e perigos. Reveses políticos assim como econômicos poderiam afetar adversamente essas perspectivas de outro modo prometedoras. Vários espectros devem estar assombrando o perspicaz Deng. Lutas pela sucessão poderiam novamente dividir a liderança. Discordâncias sobre os efeitos sociais e econômicos da estratégia costeira poderiam intensificar conflitos sobre política. O comunismo comercial poderia degenerar em comunismo corrupto, com a corrupção inicialmente contaminando e desmoralizando o funcionalismo do partido e então finalmente impelindo uma reação repressiva e politicamente centralizadora. No meio tempo, a inflação poderia voltar as massas urbanas contra o regime, enquanto o crescente pluralismo econômico poderia alimentar a escalada da inquietação civil e crescentes exigências por mais democracia.

As rivalidades de poder precipitaram, no passado, importantes mudanças de política. Isso poderia acontecer novamente. É longe de estar certo que Deng teve sucesso em entrincheirar plenamente seus dois sucessores escolhidos. Uma vez que tenha saído de cena, o poder deles poderia ser desafiado ou os eventos poderiam empurrá-los, ou a um deles, em outras direções. Dado o alcance ambicioso e muito complexo do programa de reformas, escolhas difíceis e diferenças de política irão inevitavelmente vir à tona, à medida que as reformas encontrarem dificuldades práticas. Essas, por sua vez, são passíveis de interagir com rivalidades pessoais e acentuar os conflitos políticos resultantes.

Um possível e importante tema de contenção pertence à assim chamada estratégia costeira da modernização da China. Evidentemente favorecido por Zhao, este visualiza um processo inevitavelmente desuniforme de desenvolvimento, com as regiões costeiras agindo co-

mo a locomotiva do crescimento e desenvolvendo-se no processo com muito mais rapidez do que o resto do país. Com efeito, os duzentos milhões de chineses das regiões costeiras têm a primazia em juntar-se aos países não-comunistas modernos e prósperos da orla do Pacífico. Os proponentes da estratégia calcularam e alimentaram esperanças de que o resto da China se beneficiasse, ao final dos subsídios tecnológicos e econômicos, dessa estratégia.

Outros líderes chineses estavam menos otimistas — e até viam perigos nessa estratégia. Seu próprio sucesso iria acentuar as diferenças sócio-econômicas no interior do país, impelir a flexibilidade ideológica além dos limites toleráveis ao encorajar valores predominantemente capitalistas e repudiar por completo a tradição igualitária tão profundamente encravada no conceito do socialismo. *The Beijing Review* (25 de abril-1º de maio, 1988) relatou que alguns funcionários do partido estavam "temerosos de que a estratégia retarde o desenvolvimento das áreas do interior" e salientaram o perigo de que o interior da China "irá escorregar ainda mais para trás enquanto as áreas costeiras se desenvolvem". Em adição, a emancipação econômica da costa poderia também precipitar uma espiral inflacionária ainda mais severa do que aquela já estimulada pelas reformas em andamento, impondo assim novas privações à população urbana e talvez até mesmo causando descontentamento público. O novo primeiro-ministro da China, Li Peng, advogou em protocolo um maior cuidado na perseguição das reformas, com ênfase especial na continuada necessidade de controle de preços, e endossou a estratégia costeira em termos mais restritos do que seus colegas.

A inflação é provavelmente a maior ameaça às reformas em andamento. Todo o esforço comunista na experimentação com adoção parcial do mecanismo de mercado — seja anteriormente na Iugoslávia, mais recentemente na Hungria ou, nos últimos tempos, na China — tendeu a desencadear espirais inflacionárias. Estas se deviam ao fato de que ao remover os controles, além de desencadear o dinamismo econômico, também tende a revelar brechas significativas no funcionamento da economia comunista, precipitando um excesso de procura sobre a oferta, porém sem a elasticidade de resposta inerente a uma verdadeira economia de mercado. O temor da insatisfação dos trabalhadores por causa da inflação inspirou alguns segundos pensamentos, mesmo entre os líderes comunistas voltados para as reformas em todos os países comunistas que brincaram com elas.

Futuros conflitos de política, de acordo com estudiosos tão proeminentes da China contemporânea quanto Michel Oksenberg e Harry Harding, têm possibilidade de ocorrer não entre reformadores e anti-reformadores, mas, antes, entre reformadores ambiciosos que são orientados, em grande parte, por imperativos econômicos pragmáticos e reformadores cautelosos que temem que a dinâmica econômica possa

impelir complicações políticas e ideológicas. Se a economia prosperar, como parece provável, o processo de subordinar a ideologia ao pragmatismo econômico irá continuar. Em caso contrário, como poderia acontecer, algum retrancamento no contexto de renovadas lutas pelo poder torna-se provável. Mas mesmo, então, o amplo compromisso com a mudança é passível de continuar, com altas perspectivas de que a China irá sustentar, nos anos à frente, taxas de crescimento acima daquelas da União Soviética.

Um problema ainda mais complicado pode surgir no domínio político institucional. A China moveu-se para diante com sua reestruturação, em grande parte, na base de uma iniciativa do alto. De modo diferente da liderança soviética sob Gorbachev, os líderes chineses pouco se esforçaram para gerar a partir de baixo uma campanha pública de "democratização" como um meio de apoiar os esforços de cima para baixo. Em vez disso, eles se anteciparam reconhecendo explicitamente que as mudanças políticas terão de ser paralelas às mudanças econômicas e sugerindo como isso poderia ocorrer, especialmente através da separação do partido da administração do Estado. Isso possibilitou à liderança chinesa, com o poder mais firmemente mantido nas mãos de Deng, controlar o processo e empurrá-lo para diante. Em muitos aspectos, o que Deng conseguiu fazer é mais sugestivo da noção de Ligachev da *perestroika* imposta do alto, do que do uso da *glasnost* por Gorbachev como catalisador para a *perestroika*.

Surge, entretanto, a questão de se as ações de Deng no reino político irão se demonstrar suficientes. O programa econômico da China é verdadeiramente ambicioso. A abertura da China para o mundo, em particular em suas regiões costeiras, é ampla, e a interação com o mundo exterior está se expandindo rapidamente. Sob essas circunstâncias, as pressões por genuína liberalização política e depois por verdadeira democratização estão destinadas a aumentar. Os sintomas desse processo já estão proliferando e provavelmente se tornarão mais visíveis. O papel do partido, seu controle sobre as comunicações de massa e seu monopólio na elaboração da política são todos passíveis de sofrerem desafio. Ao mesmo tempo, a dissensão política será mais difícil de reprimir no panorama das mudanças econômicas congênitas para um maior pluralismo social e econômico e, desse modo, também inevitavelmente político.

Importantes problemas político-institucionais virão portanto à tona no futuro. Estes podem tornar-se mais agudos se o programa econômico vacilar. Isso poderia proporcionar matéria-prima adicional para recriminações políticas e ideológicas mútuas entre os líderes da cúpula. Mas se a renovação econômica permanecer relativamente bem-sucedida, como agora parece provável, isso alimentará pressões de baixo por maior democracia, porque esses impulsos estão inerentes na substância das reformas econômicas em andamento. Em algum ponto, quase

certamente dentro de uma ou duas décadas, os líderes comunistas chineses terão que enfrentar o fato de que o pluralismo sócio-econômico produtivamente criativo é incompatível com o sistema de governo de partido único que rejeita o pluralismo político.

Essa incompatibilidade poderia colocar um problema de sérias dimensões. Uma breve comparação das reformas políticas publicamente recomendadas por Fang Lizhi, um físico saudado como o Sakharov da China, e aquelas oficialmente defendidas por Zhao ilustra a brecha dramática entre a idéia comunista de "democratização" e as idéias ocidentais de pluralismo genuíno e soberania popular. Em seu discurso diante do 13º Congresso do Partido, Zhao endossou claramente a noção de Deng em colocar a reforma econômica antes da reforma política. Fang, por outro lado, reverteu essa ordem de prioridade. "Sem democracia", disse ele, "não pode haver desenvolvimento".

Em termos de substância, a democratização de Zhao envolvia a separação do partido e do Estado, a descentralização do poder, a modernização da burocracia e um enriquecimento dos padrões legais, mas não incluía um papel genuíno para o povo na seleção de seus líderes ou na formulação da política geral. Ele defendeu "um canal para as exigências e a voz das massas para alcançarem constantemente os níveis superiores" e por uma política de "consulta social e conversação" regulares. Também endossou o conceito de permitir que múltiplos candidatos concorram a posições eletivas a nível local, embora os procedimentos de nomeação evidentemente permanecessem nos domínios do partido e o alcance de tais eleições fosse restrito. Ao mesmo tempo, denunciou aqueles que advogavam a "democracia burguesa" — a palavra de código do marxismo-leninismo para as eleições livres através do voto secreto.

Enquanto isso, Fang e seus seguidores defendiam uma democratização genuína no sentido ocidental do termo. Num discurso em uma universidade de Xangai, publicado no *China Spring Digest* de março-abril de 1987, declarou que "a ocidentalização completa é o único caminho para modernizar" e enfatizou a dimensão política de tais reformas. "Limpar nossas mentes de todo dogma marxista é o primeiro passo", disse ele. Então argumentou que qualquer conceito válido de democracia tinha de ser baseado nos direitos humanos:

> Não faz muito tempo, pedíamos por [uma] democracia não muito diferente do relaxamento de restrições. Entretanto, é importante notar que a democracia é muito diferente do relaxamento de restrições. O componente crítico da agenda democrática é direitos humanos, um tema sensível em nosso país. Os direitos humanos são privilégios fundamentais que as pessoas têm desde o nascimento, tais como direito de pensar e serem educadas, o direito de casar-se e assim por diante. Mas nós, chineses, consideramos esses direitos perigosos. Os direitos

> humanos são universais e concretos, porém, no presente, amontoamos a liberdade, a igualdade e a fraternidade juntamente com o capitalismo e criticamos todos nos mesmos termos. Se somos o país democrático que dizemos ser, esses direitos deveriam ser mais fortes que em qualquer outra parte, porém, atualmente, não passam de uma idéia abstrata.

Após denunciar qualquer conceito de democratização que implicasse "algo desempenhado por superiores sobre inferiores" e que não envolvesse a prestação de contas dos líderes políticos para com o povo, ele tomou como alvo as reformas políticas de Pequim: "Nosso governo não nos dá uma democracia afrouxando um pouco nossas amarras. Ele nos dá apenas a liberdade suficiente para nos contorcermos." A questão da liberdade política ainda está, portanto, para ser enfrentada pelos líderes chineses, e está destinada a ser um tema desestabilizador.

Neste meio tempo, a reconstrução e modernização da China comunista irá continuar a transformar tanto o país como seu tipo de comunismo. Diferentemente das fases drásticas dos programas comunistas anteriores, as reformas de hoje estão, em geral, mais de acordo com as tradições culturais do país. De modo diferente da *perestroika* de Gorbachev, eles não remam contra a corrente do condicionamento histórico. São também uma expressão de autoconfiança cultural — uma qualidade distintivamente chinesa — e isso permite à China enviar trinta mil de seus melhores jovens para estudar no estrangeiro sem temores paranóicos de contaminação ideológica. Ao contrário dos russos, os chineses se vêem não apenas como uma nação, mas também como uma civilização, não são orientados por complexos de inferioridade fracamente suprimidos na direção do ocidente. Isso lhes permite ver seu próprio atraso tecnológico como uma condição meramente temporária em uma civilização de cinco mil anos de idade e culturalmente superior. O *know-how* estrangeiro pode, dessa forma, ser assimilado sem precipitar profundas ansiedades culturais ou ideológicas e sem a compulsão à postura de esconder as deficiências temporárias da China.

Dois fatores adicionais e também peculiarmente chineses irão ajudar o programa de reforma. Primeiro, a mudança dentro da China para um comunismo menos centralizado, menos coletivista e menos burocrático, que busca revitalizar o comércio exterior e os empreendimentos, poderá explorar uma importante vantagem externa: os quarenta milhões de chineses que vivem no exterior. Muitos são ricos e estão empenhados nos tipos de atividades que as reformas internas buscam nutrir. A maioria retém uma ligação especial com a China e já está reagindo positivamente às oportunidades de ajudar na construção de uma China mais moderna. Com efeito, nas regiões costeiras designadas para uma presença estrangeira especial, o capital de chineses do

exterior já está fazendo sentir sua presença. Esse capital de investimento inclui, de acordo com conhecidos financistas de Hong Kong, a quantia de cerca de quinze bilhões de dólares e talvez ainda mais, silenciosamente investidos nas indústrias chinesas de importação por capitalistas chineses de Formosa. É preciso admitir que o governo comunista em Pequim simplesmente escolheu ficar ideologicamente de mente aberta em relação a esse assunto!

Segundo, a devolução de Hong Kong à China, em 1997, reforçará ainda mais o impulso da mudança. Embora Hong Kong vá experimentar muitas complicações no processo de reintegração a uma China maior e ainda comunista, o impacto de Hong Kong sobre a China inevitavelmente servirá para aumentar as forças de mudança. Irá aumentar a presença comercial global da China e introduzir nela um pessoal financeiro e comercial extraordinariamente habilidoso, de classe mundial. Isso só poderá reforçar os impulsos não-ideológicos na feitura da política econômica.

A devolução de Hong Kong à China terá assim importante significado econômico. Dentro de uma década, a China estará absorvendo uma cidade capitalista pequena, porém vital e extremamente rica, com um PIB atual de cerca de quarenta bilhões de dólares, um comércio mundial de mais de sessenta bilhões de dólares (ou cerca de dois terços do comércio exterior da China), uma valiosa infra-estrutura comercial-industrial e turística e uma grande comunidade de negócios de língua chinesa assim como estrangeira. Mesmo considerando a possibilidade de impulsos ideológicos residuais levarem Pequim a tentar conter o impacto de Hong Kong, o puro egoísmo irá ditar políticas que, de modo geral, preservem o papel especial de Hong Kong como um centro comercial e financeiro, com suas influências e valores então irradiando-se não apenas para a região marítima da China, mas para o país em geral.

O governo chinês terá uma razão adicional para ser tolerante em seu tratamento com Hong Kong: sua preocupação com o futuro de Formosa. A paixão chinesa pela reunificação origina-se dos ressentimentos residuais sobre o domínio estrangeiro passado e é inerente ao senso de nacionalidade chinês, que permanece forte e sincero e é orientado mais pelo nacionalismo do que pelo comunismo. Os líderes comunistas chineses devem reconhecer que uma interferência ideologicamente motivada com a prosperidade de Hong Kong — além de ferir a China — iria criar um novo obstáculo a qualquer futura assimilação de Formosa em um arranjo maior e cooperativo com a porção continental. Para realizar uma reunião através da conciliação, Deng advogou abertamente a possibilidade de uma solução baseada na fórmula de "um Estado, dois sistemas", que significaria que Formosa poderia preservar seu altamente bem-sucedido sistema sócio-econômico de livre empresa, mesmo no contexto de uma reunificação maleável. Como a China

irá manejar Hong Kong servirá assim como uma lição objetiva para Formosa. Isso faz duplamente importante que Hong Kong prospere e floresça após a unificação com a China. Inevitavelmente, isso também significa que o impacto de Hong Kong sobre a China não pode ser arbitrariamente contido.

Resumindo, a existência de uma rica classe capitalista chinesa no exterior, que sente afinidade com a China e com a perspectiva da absorção de Hong Kong pela China, proporciona um reforço verdadeiramente poderoso e um estímulo maior para as mudanças pelas quais a China está passando. Não há nada de análogo na corrente situação soviética. Os líderes reformistas chineses estão destinados a obter sustentação política dessas circunstâncias favoráveis, específicas da situação chinesa.

A crescente compatibilidade do cada vez mais diluído comunismo com as tradições culturais e nacionais do país também é importante na área de valores, menos facilmente definida. Esses são especialmente importantes em um país em que uma filosofia pública de considerável sofisticação e profundidade desempenhou, por muitos séculos, um importante papel de integração. É impossível examinar uma história abrangente da China — tal como o volume recém-publicado, *The Cambridge History of China*, editado por J. K. Fairbank e Denis Twitchett — sem se ficar impressionado pelo grau ao qual a sociedade chinesa foi permeada e regulada por princípios profundamente arraigados no sistema confucionista tanto de pensamento como de regras. É a consciência notavelmente internalizada desses princípios e a extensão da imersão do povo neles que torna a sociedade chinesa tão diferente da maioria das outras, onde tradições, hábitos e valores tendem a ser menos explícitos, menos definidos e menos sistematizados intelectualmente. Se os líderes comunistas chineses tiverem sucesso em seu curso atual, poderão produzir a verdadeira revolução cultural na China: a fusão dos valores tradicionais de seu povo com os imperativos culturais da modernidade. Os primeiros salientaram há muito as noções confucionistas das leis naturais, da motivação altamente ponderada e da educação no mandarinato oficial; cooperação social, harmonia e hierarquia na atividade econômica, e de respeito pela idade e ancestrais. Os últimos atribuem um prêmio à inovação, criatividade, comunicação, eficiência e tomada de riscos. Ambos também colocam um elevado valor na motivação individual como a locomotiva da mudança, removendo assim a coloração de vício do lucro comercial. Um futuro líder chinês, mesmo um que se autodenomine comunista, poderia muito bem endossar o clássico confucionista que Roderick MacFarquhar, estudioso da China da Universidade de Harvard, gosta de citar: "Possuir virtudes, dará ao governante o povo. Possuir o povo, dar-lhe-á o território. Possuir o território, dar-lhe-á sua riqueza. Possuindo a riqueza, ele terá os recursos para os gastos. A virtude é a raiz, a riqueza é o resultado".

Sob Mao, uma colisão de frente ocorreu entre o comunismo e esses valores mais tradicionais. Com o Estado agindo não como o tradicional protetor paternalista da sociedade mas como seu destruidor, o anterior Grande Salto para a Frente e a Revolução Cultural tornaram-se desastres irremediáveis. Em contraste, com a crescente complementaridade entre os programas pragmáticos de Deng para o futuro e os valores mais profundamente encravados do passado, as reformas de hoje preconizam um amanhã melhor para a China. O resultado terá profundas implicações tanto para a China como para o comunismo. A China irá juntar-se às fileiras de frente dos poderes mundiais, e dessa maneira irá reclamar para si própria seu *status* prévio. No processo, entretanto, irá redefinir a substância de seu comunismo, com o ideal simbólico não mais representado por um trabalhador industrial labutando em uma fundição de aço de propriedade do Estado, mas um empreendedor comercial de alta tecnologia competindo ativamente no mercado internacional da orla do Pacífico.

A diluição ideológica será o preço de tal sucesso. A China moderna pode entrar no século XXI ainda governada pelo comunismo, mas não será uma China comunizada.

PARTE V

Práxis Desacreditada

Fermentando na União Soviética, repudiado na Europa Oriental e cada vez mais comercializado na China, o comunismo tornou-se uma ideologia globalmente desacreditada. A "práxis" marxista-leninista — a unidade da teoria e da ação — não mais suscita respeito, nem mesmo entre membros do partido, como um guia universalmente válido para a reconstrução social. Como resultado, as perspectivas para o avanço internacional do comunismo caíram de forma dramática.

Por todo o mundo, as pessoas igualam agora o comunismo de estilo soviético com desenvolvimento entravado. Essa percepção é dominante em ambas as partes da Europa, no Extremo Oriente, no Sudeste da Ásia e na América do Norte. Também estão começando a clarear as perspectivas dos líderes de opinião na América Latina e na África. Nas partes mais desenvolvidas do mundo, incluindo os assim chamados países recém-industrializados, poucos vêem no comunismo um programa relevante para o futuro. Num mundo em desenvolvimento, as deficiências do modelo de desenvolvimento soviético são graficamente demonstradas pelo destino dos vários países que o escolheram. Mesmo o desempenho melhorado da China não consegue compensar essa percepção do malogro comunista, porque os sucessos econômicos mais recentes da China foram realizados, em grande parte, por afastamentos muito evidentes da antiga "práxis" comunista.

O novo consenso global representa uma mudança de época e traz devastadoras conseqüências para o comunismo mundial. O comunismo hoje é atraente primariamente àqueles que, frustrados por sua condição desprivilegiada ou repressão étnica, vêem nele um atalho para o poder político. Pobreza, atraso e hostilidade étnica proporcionam os ambientes mais férteis para o seu apelo. Mas a noção de que o comunismo, uma vez no poder, significa estagnação e desperdício é uma reversão dramática das visões preponderantes tão recentes quanto duas meras décadas atrás. Envolve uma alteração maciça em atitudes políticas relativas à questão crítica do relacionamento próprio do indivíduo para com a sociedade e da sociedade para com o estado. Em última análise, portanto, a mudança na percepção global é de filosofia fundamental e de aparência básica — e não apenas de estilo ou aliança política. É histórico por natureza.

O declínio no significado ideológico e no interesse político do comunismo contemporâneo foi, de forma pungente, ilustrado por uma obscura reunião em Praga, em meados de abril de 1988. Esta juntou representantes de 93 partidos comunistas ou pró-comunistas de todo o mundo para observar o 30º aniversário do último órgão comunista internacional patrocinado pelos soviéticos, a *World Marxist Review*, e para consultar, em conjunto, sobre o estado da doutrina marxista. A própria obscuridade da reunião foi simbólica. Alguns anos antes, tal reunião teria despertado grande atenção dos meios de comunicação de massa de todo o mundo. No entanto, passou despercebida nos meios de comunicação ocidentais e recebeu apenas algumas notícias breves e perfunctórias na imprensa comunista.

A *World Marxist Review* representava tudo o que foi deixado dos dias mais inebriantes do Comintern, a organização central da Internacional Comunista, localizada durante duas décadas e meia em Moscou, ou mesmo de seu sucessor do pós-guerra, mais limitado, o Cominform, estabelecido por Stalin para supervisionar o trabalho dos partidos comunistas recentemente empossados para o governo no Leste europeu. Mas esse legado latente tornou o trabalho da *Review* ainda mais importante para Moscou, pois representava aquele último instrumento formal para coordenar posições doutrinárias e também para atualizar a doutrina comum em tempos de mudança. De acordo com isso, Anatoli Dobrinin, que era secretário do comitê central soviético e importante conselheiro de política externa de Gorbachev, encabeçava a delegação soviética. As delegações dos estados do Leste europeu dominado pelos soviéticos eram de nível igualmente alto.

A reunião em si, entretanto, foi basicamente um fiasco. Os debates doutrinários foram tépidos, indiferentes e grandemente formais. Dobrinin gastou muito de seu tempo propagando a nova política externa de Gorbachev, enquanto, em temas doutrinários, sua principal contribuição foi prever a aproximação da queda do proletariado como base para o poder comunista. Como citado, pela televisão de Praga, a 15 de abril de 1988, Dobrinin disse que "uma nova revolução tecnológica está começando e exige o domínio da tecnologia de computadores e robôs. Assim, gostemos ou não, queiramos ou não, temos de reestruturar também a classe trabalhadora". Foi menos claro sobre quais eram as implicações disso para o alegado partido do proletariado, mas postulou que uma outra implicação da revolução científica era que "todos os interesses humanos têm prioridade" sobre interesses de classe. De sua afirmativa, ele extraiu a implicação de que a paz global era um valor mais alto mesmo do que uma revolução socialista, uma noção que poderia não ser tão atraente para os partidos mais frustrados e radicais aspirando subir ao poder. Uma vez que Dobrinin definiu a paz, principalmente em termos das relações EUA—URSS, o peso algo fa-

miliar de sua mensagem — apesar das referências à nova revolução científica — era o de que o processo revolucionário devia ser subordinado aos interesses da União Soviética. Talvez o aspecto mais revelador da conferência tenha sido proporcionado por aqueles que não compareceram. O Partido Comunista Chinês, como tem sido o caso por diversos anos, ignorou por completo todo o empreendimento, enquanto o mais influente partido comunista do mundo não no governo, o Partido Comunista Italiano, nas palavras do relatório oficial, "enviou uma carta ao editor da *World Marxist Review*, notificando-o sobre sua decisão de cortar suas relações com a publicação". O secretário Dobrinin foi deixado a se divertir com suas contrapartes do Leste europeu e com representantes de organizações tão díspares quanto o Partido Comunista da Arábia Saudita, os comunistas da ala esquerda da Suécia, o Partido Comunista de Luxemburgo, o Partido da Independência e Trabalho do Senegal, o Partido Comunista do Nepal e assim por diante.

Mesmo os delegados soviéticos devem ter sentido que o evento assinalou um novo estágio na séria deterioração da condição global da unidade comunista da teoria e prática. A teoria comunista estava se fragmentando, enquanto a prática comunista era agora amplamente vista como um malogro. Involuntariamente, a reunião simbolizou assim uma quebra em todo o mundo da subordinação disciplinada dos partidos comunistas ao controle de Moscou. Também deixou claro o desaparecimento da uniformidade doutrinária, o desvanecimento mais amplo do apelo popular do comunismo e o conseqüente e evidente declínio na vitalidade política do movimento. Tudo isso augurava a aproximação do final do comunismo como um significativo fenômeno mundial.

Capítulo

17

Do Comintern Revolucionário à Convenção Anual

Na década de 1980, o revolucionário Comintern não passava de uma lembrança distante, mas uma memória que se colocava em heróico contraste com a convenção anual dos funcionários comunistas idosos ou, no melhor dos casos, de meia-idade, e simpatizantes que agora se reúnem anualmente em Moscou, por ocasião do aniversário da Revolução Bolchevique, em novembro. Quando a primeira sessão do Comintern realizou sua convenção em Moscou, em março de 1919, cerca de um ano após a tomada do poder pelos bolcheviques, o ar estava prenhe de expectativas revolucionárias, apesar da guerra civil ainda em curso na Rússia. Os participantes eram revolucionários genuínos, forjados pelo combate e por prisões. Sua disposição era otimista. O fermento crescia na Europa Central, particularmente na derrotada e desmoralizada Alemanha, uma avançada sociedade industrial, que parecia historicamente madura para a extirpação, de modo muito semelhante ao do diagnóstico da história do comunismo. As expectativas revolucionárias pareciam a ponto de serem preenchidas, e a nova organização — a Internacional Comunista — foi instalada para unir e orientar o processo revolucionário mundial.

As expectativas cresceram ainda mais na época da segunda reunião do Comintern, no verão de 1920. O novo Exército Vermelho, que

havia, em grande parte, vencido a guerra civil, agora estacionava junto aos portões de Varsóvia, e a estrada para o coração da Europa parecia estar por abrir-se. Quase ao mesmo tempo, um congresso de povos orientais foi reunido na soviética Baku para erguer alto o estandarte da guerra revolucionária contra o colonialismo, lançando assim uma ofensiva em duas frentes, contra o mundo capitalista e colonial em evidente desintegração. A oratória chamejante dos mais resplandecentes líderes comunistas, tais como Trotski e Zinoviev, dominava a atmosfera das reuniões e sua eloqüência reforçava o sentimento de que a vitória internacional do comunismo não era apenas inevitável como historicamente iminente.

O otimismo revolucionário bolchevique era palpável. Na primeira edição do periódico do Comintern, Zinoviev profetizara: "Dentro de um ano a Europa terá esquecido a luta pelo comunismo, porque toda a Europa será comunista." Durante a abertura do segundo congresso, havia protegido seu otimismo apenas ligeiramente: "Talvez nos tenhamos deixado levar; provavelmente, na realidade, serão necessários não um, mas dois ou três anos até que toda a Europa seja uma república soviética." Ao apresentar um manifesto do Comintern no congresso, Trostki proclamou: "Em diferentes países a luta está passando por estágios diferentes. Mas se trata da luta final. (...) É toda abrangente e irresistível. Ela difunde, reforça e purifica a si mesma, e está eliminando todo o lixo antigo. Não irá se deter antes de trazer o governo do proletariado mundial." Mesmo Lenin juntou-se à euforia, dizendo a alguns visitantes franceses: "Sim, os soviéticos estão em Varsóvia. Em breve, a Alemanha será nossa, a Hungria reconquistada; os Bálcãs irão revoltar-se contra o capitalismo; a Itália irá tremer. A Europa burguesa está se rachando a cada giro do furacão."

Sua confiante retórica, entretanto, mal escondia os esforços mais mundanos e politicamente sérios dos recém-instalados líderes bolchevistas soviéticos, liderados por Lenin, de obter o controle efetivo sobre o movimento marxista mundial. Com efeito, o Politburo russo controlou desde o início o comitê executivo do Comintern e insistiu que a admissão para o Comintern exigia que os partidos da ala esquerda adotassem 21 condições restritivas. Como resultado, Moscou excluiu uma variedade de grupos socialdemocratas e pacifistas que eram simpáticos aos bolcheviques, mas menos predispostos aos conceitos de disciplina bolcheviques e transformaram o Comintern em uma organização arregimentada e sectária.

Quando a Polônia derrotou o Exército Vermelho em avanço, na batalha de Varsóvia, em agosto de 1920, e quando o fermento revolucionário na Alemanha e em outras partes diminuiu, o Kremlin foi forçado a reafirmar as perspectivas mais imediatas do comunismo. Lenin e os outros líderes bolcheviques ficaram necessariamente mais preocupados com a consolidação de seu poder doméstico, primeiro através

do Novo Plano Econômico, e mais tarde através da decisão de Stalin de construir o socialismo na Rússia de forma independente de qualquer conexão direta com o processo revolucionário mundial. Essas decisões contribuíram inevitavelmente para uma maior sovietização do Comintern. Este se tornou cada vez mais um órgão do partido soviético governante, intimamente conectado com o aparato da polícia secreta e do serviço de informações e dominado no topo pelos representantes escolhidos por Lenin e mais tarde por Stalin.

Stalin não tinha dúvidas a respeito. Já em 1927, em uma afirmação catequista, ele estabeleceu o padrão absolutamente correto para cada comunista verdadeiro. Stalin determinou que "Ele é um revolucionário que, sem reservas, incondicionalmente, abertamente e com conhecimento (...) está pronto a proteger e defender a URSS, pois a URSS é o primeiro Estado proletário revolucionário no mundo, que está construindo o socialismo. É um internacionalista que, sem reservas, sem titubeios, sem impor condições, está pronto a defender a URSS, porque a URSS é a base do movimento revolucionário no mundo inteiro".

Apesar da forçada afirmativa de controle soviético e apesar do desvanecimento das expectativas revolucionárias imediatas, o Comintern ainda permaneceu, durante a década de 1930 e a Segunda Guerra Mundial, para muitos comunistas não-russos, como um repositório de suas esperanças comunistas e o foco de sua lealdade política. Dirigido durante a era stalinista pelo colorido revolucionário búlgaro Georgi Dimitrov e por sua contraparte soviética Dimitri Manuilski, a organização se tornou uma escola para o desenvolvimento de um novo quadro de líderes, totalmente disciplinados e inteiramente stalinistas em aparência. Quando esses discípulos stalinistas substituíram muitos dos comunistas estrangeiros de mente mais independente, aos quais Stalin executara durante os grandes expurgos da década de 1930, o Comintern tornou-se, ao mesmo tempo, o quartel-general e a academia de treinamento para a liderança comunista que Stalin colocou no poder na Europa Centro-Oriental após 1945. Alguns foram lançados de pára-quedas na Europa Oriental, durante a guerra, com instruções soviéticas, e outros chegaram na esteira de um vitorioso exército soviético.

Paradoxalmente, esse efetivo controle soviético sobre o movimento comunista, assim como o desejo de aplacar os aliados anglo-saxões, tornou o Comintern dispensável. Em 1943, Stalin aboliu-o ostensivamente. Declarou-se ao mundo — e os ingênuos acreditaram — que a União Soviética não mais controlava o movimento comunista internacional. Entretanto, a operação centralizada em Moscou continuou a ser dirigida por Dimitrov e Manuilski durante a guerra, após a qual o próprio Dimitrov se tornou o novo governante da Bulgária. Seus vários subordinados de Moscou, tais como o agente Boleslaw Bierut, do NKVD, e os funcionários do Comintern Klement Gottwald, Matyas Rakosi e Walter Ulbricht, tornaram-se os chefes dos países governa-

havia, em grande parte, vencido a guerra civil, agora estacionava junto aos portões de Varsóvia, e a estrada para o coração da Europa parecia estar por abrir-se. Quase ao mesmo tempo, um congresso de povos orientais foi reunido na soviética Baku para erguer alto o estandarte da guerra revolucionária contra o colonialismo, lançando assim uma ofensiva em duas frentes, contra o mundo capitalista e colonial em evidente desintegração. A oratória chamejante dos mais resplandecentes líderes comunistas, tais como Trotski e Zinoviev, dominava a atmosfera das reuniões e sua eloqüência reforçava o sentimento de que a vitória internacional do comunismo não era apenas inevitável como historicamente iminente.

O otimismo revolucionário bolchevique era palpável. Na primeira edição do periódico do Comintern, Zinoviev profetizara: "Dentro de um ano a Europa terá esquecido a luta pelo comunismo, porque toda a Europa será comunista." Durante a abertura do segundo congresso, havia protegido seu otimismo apenas ligeiramente: "Talvez nos tenhamos deixado levar; provavelmente, na realidade, serão necessários não um, mas dois ou três anos até que toda a Europa seja uma república soviética." Ao apresentar um manifesto do Comintern no congresso, Trostki proclamou: "Em diferentes países a luta está passando por estágios diferentes. Mas se trata da luta final. (...) É toda abrangente e irresistível. Ela difunde, reforça e purifica a si mesma, e está eliminando todo o lixo antigo. Não irá se deter antes de trazer o governo do proletariado mundial." Mesmo Lenin juntou-se à euforia, dizendo a alguns visitantes franceses: "Sim, os soviéticos estão em Varsóvia. Em breve, a Alemanha será nossa, a Hungria reconquistada; os Bálcãs irão revoltar-se contra o capitalismo; a Itália irá tremer. A Europa burguesa está se rachando a cada giro do furacão."

Sua confiante retórica, entretanto, mal escondia os esforços mais mundanos e politicamente sérios dos recém-instalados líderes bolchevistas soviéticos, liderados por Lenin, de obter o controle efetivo sobre o movimento marxista mundial. Com efeito, o Politburo russo controlou desde o início o comitê executivo do Comintern e insistiu que a admissão para o Comintern exigia que os partidos da ala esquerda adotassem 21 condições restritivas. Como resultado, Moscou excluiu uma variedade de grupos socialdemocratas e pacifistas que eram simpáticos aos bolcheviques, mas menos predispostos aos conceitos de disciplina bolcheviques e transformaram o Comintern em uma organização arregimentada e sectária.

Quando a Polônia derrotou o Exército Vermelho em avanço, na batalha de Varsóvia, em agosto de 1920, e quando o fermento revolucionário na Alemanha e em outras partes diminuiu, o Kremlin foi forçado a reafirmar as perspectivas mais imediatas do comunismo. Lenin e os outros líderes bolcheviques ficaram necessariamente mais preocupados com a consolidação de seu poder doméstico, primeiro através

do Novo Plano Econômico, e mais tarde através da decisão de Stalin de construir o socialismo na Rússia de forma independente de qualquer conexão direta com o processo revolucionário mundial. Essas decisões contribuíram inevitavelmente para uma maior sovietização do Comintern. Este se tornou cada vez mais um órgão do partido soviético governante, intimamente conectado com o aparato da polícia secreta e do serviço de informações e dominado no topo pelos representantes escolhidos por Lenin e mais tarde por Stalin.

Stalin não tinha dúvidas a respeito. Já em 1927, em uma afirmação catequista, ele estabeleceu o padrão absolutamente correto para cada comunista verdadeiro. Stalin determinou que "Ele é um revolucionário que, sem reservas, incondicionalmente, abertamente e com conhecimento (...) está pronto a proteger e defender a URSS, pois a URSS é o primeiro Estado proletário revolucionário no mundo, que está construindo o socialismo. É um internacionalista que, sem reservas, sem titubeios, sem impor condições, está pronto a defender a URSS, porque a URSS é a base do movimento revolucionário no mundo inteiro".

Apesar da forçada afirmativa de controle soviético e apesar do desvanecimento das expectativas revolucionárias imediatas, o Comintern ainda permaneceu, durante a década de 1930 e a Segunda Guerra Mundial, para muitos comunistas não-russos, como um repositório de suas esperanças comunistas e o foco de sua lealdade política. Dirigido durante a era stalinista pelo colorido revolucionário búlgaro Georgi Dimitrov e por sua contraparte soviética Dimitri Manuilski, a organização se tornou uma escola para o desenvolvimento de um novo quadro de líderes, totalmente disciplinados e inteiramente stalinistas em aparência. Quando esses discípulos stalinistas substituíram muitos dos comunistas estrangeiros de mente mais independente, aos quais Stalin executara durante os grandes expurgos da década de 1930, o Comintern tornou-se, ao mesmo tempo, o quartel-general e a academia de treinamento para a liderança comunista que Stalin colocou no poder na Europa Centro-Oriental após 1945. Alguns foram lançados de pára-quedas na Europa Oriental, durante a guerra, com instruções soviéticas, e outros chegaram na esteira de um vitorioso exército soviético.

Paradoxalmente, esse efetivo controle soviético sobre o movimento comunista, assim como o desejo de aplacar os aliados anglo-saxões, tornou o Comintern dispensável. Em 1943, Stalin aboliu-o ostensivamente. Declarou-se ao mundo — e os ingênuos acreditaram — que a União Soviética não mais controlava o movimento comunista internacional. Entretanto, a operação centralizada em Moscou continuou a ser dirigida por Dimitrov e Manuilski durante a guerra, após a qual o próprio Dimitrov se tornou o novo governante da Bulgária. Seus vários subordinados de Moscou, tais como o agente Boleslaw Bierut, do NKVD, e os funcionários do Comintern Klement Gottwald, Matyas Rakosi e Walter Ulbricht, tornaram-se os chefes dos países governa-

dos pelos comunistas, respectivamente, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria e Alemanha Oriental.

Enquanto a guerra fria esquentava, Stalin mexeu-se para recriar, em uma base mais estreita, um instrumento mais formal de controle soviético internacional. Em 1947, ele criou o Escritório Comunista de Informações ou Cominform. Seu foco especial era a consolidação e integração na esfera soviética dos novos partidos comunistas no poder, assim como a elaboração de uma estratégia conjunta para os mais importantes partidos comunistas da Europa Ocidental, como o francês e o italiano. Alguns líderes soviéticos aparentemente tinham esperanças de que esses partidos poderiam não apenas ser capazes de acelerar o desengajamento da América do continente, mas também de chegar ao poder eles próprios. A revolução vitoriosa da China também contribuiu para um breve redespertar das expectativas revolucionárias, com a bandeira vermelha agora flutuando sobre mais de um bilhão de pessoas.

Vários fatores contribuíram para o período relativamente curto de vida do Cominform. Este foi abolido em 1956, três anos após a morte de Stalin, em parte porque nenhum de seus sucessores conseguia igualar o prestígio pessoal dos ditadores comunistas que tiveram sucesso em conquistar o poder por si mesmos, tais como Mao na China ou Tito na Iugoslávia. Tito havia afirmado sua independência mesmo em relação a Stalin, já no final da década de 1940, enquanto as diferenças de Mao com o Kremlin estavam no processo tanto de se aguçarem como de virem à tona. Em 1956, os chineses assinalaram claramente seu apoio às aspirações de autonomia dos líderes comunistas poloneses e húngaros e pressionaram os líderes soviéticos pós-Stalin a diluir — senão diretamente abandonar — seus reclamos à liderança formal do movimento mundial. Tiveram apoio do líder do eleitoralmente mais bem-sucedido partido comunista da Europa Ocidental, Palmiro Togliatti, da Itália, que cunhou o atraente termo de "policentrismo" como alternativa ao centralismo stalinista.

O desejo soviético de sanar a brecha com a Iugoslávia, evitar uma ruptura com a China, reter o partido italiano em suas fileiras e reduzir as tensões com líderes, como Wladyslav Gomulka na Polônia, levou a uma série de concessões graduais mas ainda relutantes. Além de abolir o Cominform, Moscou reconheceu, em 1956, os direitos dos partidos governantes adaptarem a experiência soviética na construção do socialismo às suas próprias condições nacionais específicas, embora o Kremlin ainda inserisse a admoestação de que a experiência soviética tinha validade universal. Em qualquer caso, essas concessões foram feitas de má vontade, sob pressão.

Refletindo a relutância soviética em abandonar inteiramente sua liderança centralista, Khrushchev decidiu realizar em Moscou, em 1957, uma grande conferência de todos os partidos comunistas. Ele desejava

reacender um senso maior de unidade no seio do movimento mundial e também revitalizar o controle soviético sobre ele. No decorrer de um discurso pronunciado em 11 de julho de 1957, aos muito indolentes líderes comunistas tchecos, o líder soviético explicou seus objetivos muito abertamente: "O que desejamos? Desejamos unidade, fileiras cerradas e forças reunidas. Reconhecemos caminhos diferentes, camaradas, mas entre os caminhos diferentes há um caminho geral, e os outros são, como vocês sabem, um grande rio com tributários. No mesmo caminho há peculiaridades específicas, mas há apenas um caminho, o caminho marxista-leninista."

Pela perspectiva soviética, a conferência foi, no melhor dos casos, um sucesso misto. Foi o último evento importante que reuniu não apenas os líderes pró-soviéticos ou controlados pelos soviéticos e quase todos os partidos comunistas governantes e não-governantes, como também os chineses. Os chineses, na época, estavam embarcando em seu dogmaticamente motivado Grande Salto para a Frente e, com sua ajuda, os soviéticos foram bem-sucedidos em obter a aprovação da conferência (embora com a abstenção dos iugoslavos) para a condenação do revisionismo. A reunião não aceitou, entretanto, a proposta soviética de uma condenação direta "daqueles que salientam as peculiaridades nacionais de cada país marchando em direção ao socialismo" como "profundamente estranhos ao marxismo-leninismo". Em vez disso, adotou uma fórmula de compromisso que enfatizava "a correção do princípio da teoria marxista-leninista de que o processo da revolução socialista e a construção do socialismo são governados por um número de leis básicas aplicáveis em todos os países que embarcam na trilha socialista", enquanto também acrescentava prontamente que "essas leis são manifestadas por toda parte ao lado de uma grande variedade de feições nacionais e tradições historicamente formadas, que sem dúvida deviam ser levadas em conta".

Vários exemplos dramáticos que se seguiram à reunião de 1957 — que foi, com efeito, o último suspiro tanto da supremacia soviética como da preponderância leninista-stalinista no comunismo internacional — sublinharam e aceleraram a desintegração histórica da unidade comunista dominada pelos soviéticos. Na década de 1960, a divisão sino-soviética, motivada a princípio por diferenças ideológicas e então alimentada pela emergência de antagonismos nacionalistas profundamente arraigados, veio à tona. A intervenção militar soviética na Tchecoslováquia, em 1968, provocou uma condenação generalizada mesmo dos partidos comunistas, enquanto o pronunciamento da doutrina de Brejnev desacreditava ainda mais quaisquer esforços soviéticos de promoção da unidade comunista internacional. Não foi surpresa que o surgimento do movimento Solidariedade na Polônia, no final da década de 1970, tenha sido recebido com manifestações abertas de apoio do Partido Comunista Italiano e alguns outros.

Os esforços soviéticos subseqüentes em promover uma reunião similar do movimento comunista mundial e usá-la para estabelecer uma linha geral definida por Moscou foram portanto improdutivos. O último esforço para fazê-lo, em 1981, foi notado por seu vazio político e ideológico. Passo a passo, os próprios líderes soviéticos vieram a perceber que nada, mesmo remotamente reminiscente do Comintern e do Cominform, poderia ser ressuscitado no panorama existente de diversidade ideológica com essa diversidade intensificada pelos fortes antagonismos entre os vários partidos nacionais. Simplesmente não havia predisposição entre os partidos dos comunistas do mundo para aceitar as iniciativas soviéticas destinadas a restaurar a unidade política e ideológica, muito menos um desejo de que qualquer organização patrocinada pelos soviéticos a institucionalizasse.

O melhor que o Kremlin podia fazer agora era usar sua celebração anual da Revolução Bolchevique para realizar, de fato, uma convenção dos burocratas comunistas no governo, de funcionários comunistas internacionais e de vários simpatizantes da esquerda que se reuniriam em uma saudação grandemente ritualística aos seus sonhos revolucionários em desvanecimento. As reuniões eram principalmente uma mistura de *slogans* ideológicos, de conchavos de bastidores com os anfitriões do Kremlin a respeito dos níveis dos subsídios financeiros soviéticos e de paradas de gala, recepções oficiais, noites no balé e entretenimento personalizado proporcionado por anfitriões especialistas do KGB. Essas reuniões semelhantes a convenções contrastavam de modo dramático com o puritanismo revolucionário, o fervor doutrinário e o sentimento de camaradagem nos primeiros e mais antigos dias da Internacional Comunista, quando o Comintern estava tramando ativamente uma estratégia revolucionária verdadeira, mesmo impondo a "linha geral" do Kremlin a seus disciplinados agentes internacionais.

A quebra da disciplina e o afrouxamento da moral foram relacionados diretamente ao desgaste da atração da própria União Soviética como um modelo de socialismo para os marxistas radicais do mundo. As desinibidas admissões soviéticas de fracasso sócio-econômico, que sob a *glasnost* de Gorbachev se tornaram uma verdadeira enxurrada de condenações auto-acusatórias, reforçaram a visão já existente e amplamente partilhada de que muito do que havia transpirado na União Soviética, durante a era comunista, fora um desastre cruel e perdulário. A denúncia da experiência soviética não podia mais ser igualada pela propaganda anticomunista hostil. As publicações e os porta-vozes soviéticos estavam competindo entre si para expor uma multiplicidade de deficiências presentes e em fazer vir à tona crimes passados.

Os porta-vozes soviéticos admitiram francamente a queda resultante na atração da União Soviética mesmo para os comunistas do mundo. Escrevendo no *Izvestia*, de circulação maciça, a 11 de julho de 1987,

o comentarista Aleksandr Bovin afirmou abertamente que as "reversões, contradições, crises e estagnação" internas haviam desacreditado o modelo soviético, outrora projetado por Moscou e visto por muitos no estrangeiro como merecedor de emulação. Cerca de vinte anos antes, o sistema soviético ainda era considerado uma alternativa séria à "coca-colonização" americana do mundo, com importantes intelectuais ocidentais de esquerda, como Jean-Paul Sartre, contrastando o puritanismo e idealismo soviéticos ao alegado materialismo crasso do rival transatlântico. Os próprios líderes soviéticos daquela época transbordavam de otimismo, com Khrushchev distribuindo conselhos gratuitamente, durante suas viagens pelo Terceiro Mundo, sobre como melhor imitar o impulso soviético para a rápida industrialização e modernização.

Vinte anos depois, o panorama urbano soviético estava salpicado com feições da americanização tardia, tais como o logotipo da Pepsi ou o arco da McDonald's. Estes proporcionavam um testemunho mudo à aceitação soviética tácita do *status* de uma imitação inferior e pálida do sistema consumidor americano muito mais avançado — embora outrora tão ridicularizado. Apesar dos sonoros pronunciamentos ideológicos no sentido de que a *perestroika* iria construir um sistema socialista mais saudável e mais criativo, seu impacto social mais tangível envolvia a adoção visível de técnicas e mesmo alguns modos culturais do previamente denunciado rival. Assim era impossível evitar um impacto desmoralizador sobre os remanescentes dos fiéis que ainda se reúnem uma vez por ano, em Moscou, para o ritual de renovação de compromisso.

O fracasso da União Soviética como modelo social relevante foi um golpe extremamente sério ao movimento comunista mundial. Isso explica a procura desesperada por um foco alternativo de admiração. Por algum tempo, a China parecia o candidato principal, com sua aparente pureza idealística e dedicação total. Mas essa imagem se desvaneceu com as corrupções da Revolução Cultural, com a exposição de Mao Tsé-tung como um assassino de massas em uma escala ao menos tão grande quanto a de Stalin e especialmente com a expansão do alcance da cooperação cultural econômica e política sino-americana. Sob tais circunstâncias, o comunismo em evolução e ocasionalmente corrupto da China dificilmente poderia ser visto como um modelo para uma revolução social.

Os remanescentes dos crentes verdadeiros flertaram também por algum tempo com o Vietnã ou Cuba, mas nenhum destes se demonstrou capaz de gerar um atrativo global. As brutalidades pós-vitória e o fracasso econômico desacreditavam Hanói, enquanto a ditadura pessoal de Fidel Castro tinha um sabor demasiado fascista, além de depender tanto dos donativos soviéticos que não conseguia oferecer um exemplo independentemente atraente. Depois que os sandinistas assu-

miram o poder, a Nicarágua tornou-se o mais recente refúgio dos ansiosos fiéis marxistas. Mas um movimento aspirando a uma relevância global dificilmente poderia citar como seu modelo social viável e geralmente aplicável uma sociedade rural relativamente primitiva e bastante caótica de três milhões de pessoas. Na busca de um modelo relevante, não existia nenhum substituto para o sistema soviético — um fato que ampliava a significação de seu fracasso como o farol do comunismo mundial. Desse modo, a sectária convenção anual no Kremlin proporcionou o triste epitáfio para um movimento que outrora se auto-intitulava orgulhosamente de Internacional Comunista. Seus procedimentos ritualizados eram os remanescentes desgastados de sua "práxis" revolucionária, outrora alardeada universalmente válida.

Capítulo

18

Irrelevância Política no Mundo Desenvolvido

Em teoria, o comunismo deveria ter sido extremamente bem-sucedido no mundo desenvolvido. De acordo com a clássica doutrina marxista, a revolução socialista deveria ter tido lugar em países desenvolvidos como a conseqüência historicamente inevitável da crise do capitalismo no seio da sociedade industrializada. Tão recentemente quanto 1961, o partido soviético estava proclamando, em seu programa recém-adotado, que o ''inevitável processo de decomposição engolfou o capitalismo de alto a baixo'' e que ''a crise geral do capitalismo'' estava a caminho.

A proclamação soviética era explícita e detalhada. Afirmava que:

> A crise geral do capitalismo encontra expressão no seguinte: a contínua deserção de novos países do capitalismo; um enfraquecimento da posição do imperialismo na competição econômica com o socialismo; a desintegração do sistema colonial imperialista; o agravamento das contradições do imperialismo com o desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado e o crescimento do militarismo; a intensificação da instabilidade interna e decadência da economia capitalista manifesta na crescente inabilidade do capitalismo em usar plenamente as forças produtivas — taxas baixas de crescimento de

> produção, crises periódicas, fracasso constante em utilizar a capacidade de produção e desemprego crônico — a crescente luta entre o trabalho e o capital; a aguda intensificação das contradições da economia capitalista mundial; a intensificação sem precedentes de reação política em todas as frentes; a rejeição das liberdades e do *establishment* burguês em diversos países de regimes fascistas tirânicos e a profunda crise na política e ideologia burguesa.

Não apenas esse diagnóstico estava errado, como, ao final do século XX, uma proposição ainda mais severa ficou evidente: quanto mais avançada a sociedade, menos politicamente relevante seu partido político. Esta é a surpresa central do confronto do comunismo com a história. Enquanto falhou onde se esperava que tivesse sucesso, foi bem-sucedido — mas apenas em termos de tomar o poder político — onde, de acordo com a doutrina, as condições eram consideradas historicamente prematuras para seu sucesso. Esse paradoxo serviu, em última análise, para privar o comunismo de sua vantagem central: o sentimento de que estava cavalgando a onda da história, que representava o futuro e que seu inevitável triunfo era equivalente ao progresso humano. Em vez disso, o fracasso sistêmico do comunismo dentro da União Soviética socialmente retardada e sua crescente irrelevância para os dilemas sócio-econômicos do mundo muito mais avançado assinalaram sua obsolescência doutrinária.

O século XX, portanto, não se tornou o século do comunismo. Sua grande supersimplificação não conseguiu abranger todas as complexidades da estrutura social da sociedade avançada. Essa estrutura não correspondia à visão antiquada de Marx do centralismo do proletariado industrial. Nem podia a doutrina proporcionar qualquer orientação significativa para políticas sociais que tinham de assimilar as inovações criativas da ultraciência e ultratecnologia. Além disso, a deturpação do marxismo pelas contribuições de Lenin ou Stalin reduziram a doutrina a uma justificação estéril do poder arbitrário e ditatorial, inibindo ainda mais sua capacidade de adaptar-se a circunstâncias em mutação. No panorama democrático do Ocidente, onde as escolhas eram feitas na base do debate aberto, o comunismo não pôde suportar a exposição de sua irrelevância manifesta à modernidade.

Tardiamente, mesmo os porta-vozes soviéticos chegaram a perceber esse eclipse do comunismo no século XX. Escrevendo para a publicação filosófica soviética oficial *Voprosy Filosofii*, em meados de 1987, B. Plimak, um estudioso do Instituto do Movimento Internacional dos Trabalhadores de Moscou, colocou-o bastante corretamente: "Mesmo até certo ponto recentemente, os comunistas acreditavam que o século XX seria o século do triunfo mundial do socialismo (...) esse objetivo está recuando para um futuro distante. A verdade é que subestimamos a capacidade do capitalismo de adaptar-se a novas condi-

ções (...) superestimamos a capacidade com a qual o socialismo poderia se espalhar." Ele foi apoiado ainda com mais veemência pelo anteriormente citado comentarista soviético, Bovin, que abandonou qualquer pretensão de otimismo histórico ao declarar categoricamente: "A perspectiva de transformações socialistas em países capitalistas desenvolvidos recuou indefinidamente."

E assim foi. Na América do Norte, o comunismo não é sequer um movimento político, mas uma seita minúscula e aberrante, despercebida no processo político, seja dos Estados Unidos ou do Canadá. Há poucas razões para esperar-se que essa condição mude. Com efeito, mesmo durante os dias da Grande Depressão, quando o sistema capitalista se afundou na crise e o sentimento público de sua inadequação chegou a um pico, o movimento comunista não conseguiu gerar muito apoio público. A resposta criativa do sistema existente, através do *New Deal* dos Estados Unidos e através de seu equivalente no Canadá, não apenas se antecipou e desarmou o atrativo social do comunismo, como a opinião pública sentiu instintivamente que as prescrições marxistas-leninistas não eram relevantes a sociedades à frente da inovação tecnológica. Igualmente instrutiva, e historicamente desanimadora para o comunismo, é a decepcionante condição do comunismo no Japão. Como o país que se encontra mais longe, após a América, em deixar para trás a era industrial e entrar para a nova idade tecnotrônica, o comunismo deveria ter ali deixado sua marca a esta altura. De fato, o comunismo deveria ter tido uma grande chance de sucesso no Japão. O país foi devastado no curso de uma guerra conduzida durante o estágio inicial de seu desenvolvimento. Sua recuperação pós-guerra reviveu uma vasta classe trabalhadora urbana. Seu conflito com a América deveria ter deixado um resíduo de antagonismo nacional suscetível à exploração ideológica. Por último, mas não menos importante, a alergia japonesa taticamente vantajosa — e historicamente compreensível — a armamentos nucleares proporcionava uma soberba oportunidade para a mobilização do sentimento nacional pelo Partido Comunista Japonês.

Apesar dessas vantagens objetivas e subjetivas, a força eleitoral do Partido Comunista Japonês não excedeu em todo o período do pós-guerra o nível de aproximadamente 10%. Atingiu esse patamar pela primeira vez na eleição de 1949 para a câmara baixa. Apesar de algum sucesso no recrutamento formal de membros pagando mensalidades — cujo número cresceu de cerca de 87 mil em 1961 para cerca de 465 mil em 1985 —, seu apoio eleitoral relativamente limitado permaneceu estacionário desde então. Seu ponto alto foi alcançado em 1972 com 10,9% da votação, enquanto na disputa mais recente de 1986 para a Casa de Representantes sua parcela caiu para 8,8%.

Além disso, esse total insignificante foi atingido através de intensos esforços para identificar o comunismo japonês com nacionalismo,

não apenas apelando para o antiamericanismo como também colocando uma enorme pressão na independência do Partido Comunista Japonês, tanto dos comunistas soviéticos como dos chineses. Os dois últimos foram explicitamente acusados pelos comunistas japoneses de perseguir o "hegemonismo" e, em certo ponto, o partido japonês chegou mesmo a romper as relações formais com cada um deles. Para cultivar apoio doméstico, os comunistas japoneses renunciaram em alta voz às tradições ditatoriais dos partidos governantes soviético e chinês e procuraram, em vez disso, identificar-se com a socialdemocracia e o pacifismo de estilo ocidental. Com efeito, compraram sua parcela de 10% de apoio popular ao custo da unidade doutrinária comunista, enquanto as denúncias da União Soviética e China reforçaram a imagem popular do comunismo como um fracasso sistêmico.

Para grande irritação dos soviéticos, os comunistas japoneses chegaram mesmo a abraçar a exigência nacionalista da restituição ao Japão das ilhas do norte mantidas desde a Segunda Guerra Mundial pela União Soviética. Além disso, os comunistas japoneses foram ainda mais longe do que o governo conservador japonês, exigindo a restituição não apenas das quatro ilhas mais próximas a Hokkaido, mas também da cadeia inteira das ilhas Kurilas, que foi formalmente cedida à União Soviética no Tratado de Paz de San Francisco. Em palavras rudes e deliberadamente nacionalistas, o órgão oficial do partido, *Akahata*, afirmou, em 26 de maio de 1986, que essas ilhas "eram historicamente territórios japoneses", que a posse delas pelos soviéticos ia "contra os princípios do socialismo científico" e que sua "restituição imediata" era necessária "em conformidade com a justiça internacional".

Uma mensagem mais profunda e talvez até mesmo mais perturbadora era inerente ao fracasso do comunismo no Japão do que a oportunidade perdida de capitalizar a devastação de tempo de guerra e as inevitáveis complicações no relacionamento americano-japonês. O Japão, de um modo muito semelhante à América, estava, na década de 1970, à frente da modernização global, pioneiro não apenas na inovação científica e tecnológica, como também, como uma extensão inevitável daquela dinâmica, em desenvolvimento social. Estava fazendo assim com base nos princípios relativos à propriedade privada, à livre empresa, ao pluralismo político e à administração corporativa que condensavam de muitas maneiras as mais severas condenações marxistas do capitalismo. O sistema do Japão não apenas estava sendo bem-sucedido economicamente e mantendo um grau muito alto de apoio popular, como também estabelecendo claramente um exemplo de inovação, que mesmo os líderes comunistas soviéticos ou chineses agora citavam como de muitas maneiras merecedor de emulação. Isso tinha que ser doutrinariamente perturbador, pois carregava a mensagem subliminar de que o comunismo se tornara anacrônico.

Se o fracasso do comunismo nos Estados Unidos e no Japão pode

ser considerado como tendo sido historicamente perturbador aos ideologicamente comprometidos, seu fracasso na Europa Ocidental deve ter sido ainda mais irritante doutrinariamente. De acordo com os dogmas marxistas, o comunismo deveria ter sido um sucesso político na região onde suas teorias foram originadas e alimentadas e onde a teoria previa condições historicamente maduras para o triunfo da revolução marxista. Os crentes verdadeiros podiam talvez racionalizar o malogro nos Estados Unidos e no Japão como resultado das circunstâncias alegadamente únicas e por esta razão doutrinariamente inaplicáveis desses dois países. Podiam atribuir à revolução prematura na Rússia a estratégia bolchevique de partir o elo mais fraco na cadeia do imperialismo — um sucesso que foi então historicamente consolidado pela determinação de Stalin em construir "o socialismo em um país". Ainda assim, a construção da sociedade socialista deveria ter ocorrido primeiro na Europa Ocidental, o exemplo clássico da industrialização capitalista e a vitrine das contradições inevitáveis e fatais do capitalismo.

Em vez disso, ao final do século XX, o comunismo na Europa Ocidental está se tornando, de modo bastante literal, não apenas obsoleto como programa social como também irrelevante politicamente. Isto é verdade mesmo nos países onde, na onda da Segunda Guerra Mundial, o comunismo deveria ter tido uma segunda oportunidade, uma erupção de vitalidade e uma chance renovada de chegar ao poder. Na Itália, na França e na Península Ibérica, a polarização doutrinária gerada pelas lutas contra a direita fascista deveria ter beneficiado o partido mais militante da esquerda. Em cada um desses países, o inacabado processo de industrialização capitalista favorecia a emergência de um proletariado com crescente consciência de classe, politicamente atraído pelo exemplo da União Soviética. Em cada um desses países, a classe intelectual estava alienada do *status quo*, tentada pelo antiamericanismo cultural, inclinada por fim a flertar com o marxismo e, em muitos casos, mesmo a abraçá-lo com entusiasmo intelectual. O local, as condições e o tempo eram doutrinariamente perfeitos.

Entretanto, o registro político foi outra vez de fracasso. Na Itália, o partido comunista (PCI) emergiu da guerra com um prestígio bastante alto e tornou-se o segundo maior partido, comandando em seu ponto alto mais de um terço do voto popular. Em meados da década de 1970, parecia pronto, se não a assumir o poder diretamente, ao menos a partilhá-lo através de uma coalizão com alguns dos partidos não-comunistas. O PCI personificava o novo fenômeno do eurocomunismo — uma versão mais refinada e moderada do comunismo, ideológica e politicamente sofisticada para assumir o poder em condições sociais e econômicas mais maduras.

Mas isso não aconteceu. Em vez disso, a progressiva transformação da sociedade italiana, gerada pelo crescimento firme da economia

italiana, e o crescimento relacionado do prestígio internacional da Itália e de sua autoconfiança contribuíram para o declínio da extrema esquerda. A sorte do partido atingiu um patamar razoável e gradualmente começou a se desvanecer. De um pico de 34,4% dos votos obtidos nas eleições gerais de 1976, o apoio do partido declinou gradualmente a 26,6% nas eleições gerais de 1987 e para 21,9% nas eleições municipais de 1988. Ainda mais sugestivo de suas perspectivas sombrias era o fato de que, em meados da década de 1980, não conseguiu atrair grande número de pessoas jovens. Entre a juventude, a proporção que se juntava ao PCI era apenas a metade daquela da população como um todo. Com efeito, não menos que 21% de seus membros eram aposentados. Além disso, 40% dos membros se originavam do tradicional setor industrial, em uma época em que o setor de serviços da Itália passava por uma importante expansão. Dessa maneira, o partido representava o passado da Itália.

Para aumentar o problema, havia o fato de que o partido fora capaz de obter esse respeitável embora declinante apoio popular em grande parte graças ao repúdio não disfarçado de muito do que o comunismo de estilo soviético viera a representar e advogar. O declínio político do partido teria, sem dúvida, sido muito mais rápido, se ele não se tivesse engajado em suas condenações altamente divulgadas do stalinismo, da invasão da Tchecoslováquia e mesmo dos dogmas leninistas de Moscou, enquanto, ao mesmo tempo, estendia apoio público ao movimento polonês Solidariedade e a outras atividades dissidentes na esfera soviética.

Efetivamente, o comunismo italiano evitou a morte política, embora tenha falhado em prevenir seu declínio político, adotando cada vez mais a postura e a doutrina da outrora condenada social-democracia. Adquiriu a sobrevivência política ao custo da heresia doutrinária. Não apenas abandonou o stalinismo através de sua defesa do "policentrismo" e suas condenações às intrusões soviéticas na Tchecoslováquia e no Afeganistão, como também se desviou crescentemente das noções leninistas da disciplina interna estrita e da homogeneidade doutrinária. Assim, o Partido Comunista Italiano sobreviveu ao custo da unidade comunista mais ampla — condenando publicamente o experimento soviético como um malogro histórico, enquanto abraçava política e ideologicamente o revisionismo.

Ao contrário do partido italiano, os infortúnios do Partido Comunista Francês (PCF) estão arraigados, em amplo grau, em sua inflexibilidade tática e doutrinária. Ele permaneceu tanto stalinista como leninista e pagou um alto preço político. O partido francês, como o italiano, estava postado no limiar do sucesso político imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. Uma vez que os deslocamentos de tempo de guerra aumentaram as tensões sócio-econômicas da industrialização algo atrasada da França, o atrativo comunista ficou certa-

mente intensificado. Com efeito, em 1948, o partido mantinha-se como a única maior força política unificada na França, aparentemente pronta para assumir o poder, quer através de um confronto, quer de uma vitória eleitoral.

Em vez disso, os anos recentes assistiram ao declínio precipitado do PCF para uma condição de marginalidade política e irrelevância doutrinária. Superado em manobras políticas da esquerda pelos ressurgentes socialistas francesses e com o centro-direita francês beneficiando-se do crescimento econômico e tecnológico do país, os comunistas franceses acharam-se crescentemente vistos pelo eleitorado como irrelevantes para suas preocupações sociais. Nas eleições parlamentares de 1973 e 1978, o PCF obteve 21,1% e 20,5% dos votos respectivamente. Na votação presidencial de 1981, atraiu 16,1% do eleitorado. Nas eleições parlamentares de 1986, sua parcela caiu para 9,8%. E na disputa presidencial de 1988 atraiu meros 6,8% do total de votos dados.

Há pouca razão para esperar que o Partido Comunista Francês reconquiste sua preeminência anterior. Seu quadro formal de membros declinou drasticamente, assim como as listas de associados dos sindicatos dominados pelos comunistas. A reestruturação da economia francesa além das indústrias pesadas podou as áreas de força tradicional do PCF. Nas áreas economicamente dinâmicas, as perdas do partido foram as maiores, enquanto as regiões economicamente ossificadas da França permanecem como seu último reduto. Além disso, enfocando-se na tradicional classe trabalhadora industrial como ator histórico central, o PCF minou seu próprio atrativo para o resto da sociedade francesa, que, durante a última década e meia, tem passado por uma modernização excepcionalmente rápida. A perspectiva mais perturbadora é a baixa estima que os jovens eleitores franceses têm pelo PCF, com apenas 3% preferindo-o a todas as outras alternativas.

O colapso da mística comunista entre os intelectuais franceses contribuiu para o declínio geral do apelo do marxismo na França. Outrora escola dominante de pensamento na academia, nos salões franceses e na intelectualmente vibrante Rive Gauche parisiense, o marxismo do final da década de 1970 chegara a ser visto por aqueles que moldam as correntes do pensamento francês como, em grande parte, *passé* e banal. Seu lugar tem sido tomado por uma fascinação pelas implicações para a sociedade de novas técnicas de comunicações e dos processos não apenas da democracia pluralista, como mesmo da livre empresa. Os socialistas franceses marcaram seus ganhos eleitorais adaptando-se com habilidade a essa tendência. Em contraste, os comunistas franceses pareciam ainda agarrados ao antiquado stalinismo e leninismo. Em um país em que o intelecto tem uma posição política especial, o descrédito do comunismo como um instrumento intelectualmente inovador da história foi especialmente custoso. Na França de meados da década de 1980, não era mais moda socialmente ou respeitável intelectualmente ser um comunista.

A terceira área da Europa Ocidental onde um partido comunista também teve outrora uma séria oportunidade de chegar ao poder foi a Península Ibérica. Tanto na Espanha como em Portugal, a combinação de atraso social e a decadência interna de seus regimes quase fascistas pareciam oferecer o panorama mais fértil para a emergência do poder comunista. Com efeito, as condições pareciam quase destinadas a se encaixarem na clássica fórmula marxista: industrialização incipiente, primitivas classes dirigentes capitalistas, elites políticas reacionárias de direita, intensa desigualdade e privação social — assim como proletariados industriais emergentes e que ganhavam autoconsciência política, orientados por partidos comunistas experientes e disciplinados, enrijecidos por suas lutas clandestinas. O sucesso político na França e na Itália deveria ter sido acompanhado por triunfos políticos na Espanha e em Portugal. No entanto, o comunismo não se deu melhor ali.

A amarga luta contra o regime neofascista de Franco havia conquistado para o Partido Comunista Espanhol (PCE) não apenas um amplo apoio internacional e doméstico, como também permitiu que o partido montasse uma eficiente organização clandestina. Quando o regime de Franco se desvaneceu do cenário e a transição para a democracia estava a caminho, o Partido Comunista Espanhol estava bem posicionado para tornar-se o principal beneficiário da mudança política. Em vez disso, uma vez que veio à tona para a luz do dia da renovada política eleitoral, o PCE prontamente se dividiu em facções rivais, refletindo as rachaduras doutrinárias mais amplas no movimento comunista internacional. Sua facção dominante tentou competir com os socialdemocratas espanhóis, deixando cair o leninismo de sua plataforma e procurando combinar sua continuada adesão ao marxismo com um compromisso explícito com a democracia.

O povo espanhol, entretanto, permaneceu cético, em especial porque as lembranças do terror comunista durante a Guerra Civil Espanhola permaneciam relativamente frescas. Além disso, os esforços do PCE de identificar-se como o partido da esquerda democrática trabalharam em vantagem dos socialistas espanhóis, que não podiam ser superados em sua adesão à democracia. Como resultado, entre meados da década de 1970 e meados da de 1980, o voto socialista subiu de cerca de 30% para cerca de 45%, enquanto o voto comunista declinou de cerca de 10% a menos de 5%. A exemplo de seus camaradas na Itália e França, os comunistas espanhóis também se marginalizaram como força política.

Um destino similar aconteceu aos comunistas portugueses. Como na Espanha, a princípio parecia que os comunistas portugueses destinavam-se a ter sucesso. O fim da ditadura de Salazar havia permitido o advento da instabilidade política em Portugal, que levou alguns observadores ocidentais, em meados da década de 1970, ao ponto de

descartar Portugal como causa perdida. O sucessor socialista de Salazar, Mário Soares, era amplamente descrito como "Kerenski" de Portugal, fadado a ser engolido pelo crescente caos social, do qual os comunistas destinavam-se a extrair benefícios políticos. Em vez disso, os socialistas portugueses, beneficiando-se do apoio ativo de seus camaradas da Europa Ocidental, puderam aos poucos antecipar-se ao apelo comunista, isolar os comunistas portugueses como fanáticos doutrinários, reduzir seu apoio nas áreas rurais por oportunas reformas agrárias e, ao final da década de 1970, conter o atrativo comunista na marca exatamente abaixo de 20% dos votos e então empurrá-lo para baixo dos 12% em meados da década de 1980.

Tanto na Espanha como em Portugal, a entrada enquanto democracias plenas para a comunidade européia também acendeu um genuíno senso de otimismo histórico entre não apenas as elites intelectuais e de negócios, como também entre as massas. Isso criou a sensação de que uma nova era de oportunidades e modernização rápida estava à mão, e esse novo espírito também trabalhou para privar a doutrina comunista de grande parte de seu atrativo popular. Cada vez mais, nesses países, o comunismo não era visto nem como relevante para os dilemas sociais existentes, nem como fonte de orientação para lidar com os problemas emergentes do futuro.

Por toda parte na Europa avançada, o comunismo se tornou ainda menos relevante política e doutrinariamente. Na Grã-Bretanha, desapareceu, em grande parte, com os registros do partido listando apenas dez mil membros. Sua revista, *Marxism Today*, foi capaz de obter certo grau de respeitabilidade intelectual, denunciando regularmente o "socialismo ossificado" e engajando-se em sérias discussões de noções outrora heréticas, tais como "socialismo de mercado" e "competitividade internacional". Na Escandinávia e Alemanha Ocidental, o comunismo não é mais um fator político sequer digno de nota. Como na América, é apenas uma seita pequena e aberrante. Em toda Europa não-comunista, dos 22 partidos comunistas legais, apenas nove receberam mais de 5% dos votos nas mais recentes eleições e apenas cinco, mais de 10%.

No continente onde o marxismo se originou, o movimento comunista é hoje simplesmente uma relíquia do primeiro encontro daquele continente com a industrialização e uma vítima do apelo difundido da democracia pluralista.

Capítulo

19

Fracasso Sócio-econômico nos Países em Desenvolvimento

Embora tenha tido mais sucesso em obter poder político em vários países subdesenvolvidos, o comunismo provou ser um fracasso sistêmico em todos eles. As políticas sócio-econômicas moldadas à semelhança da União Soviética não produziram o desenvolvimento e a modernização desejados. Durante a última década, esses fracassos repetidos deram origem a uma desilusão mais ampla no Terceiro Mundo, não apenas com o exemplo soviético, mas com a própria doutrina comunista.

Inicialmente, pareceu que a onda anticolonial do pós-guerra poderia ser dominada pela práxis marxista, criando uma dinâmica irresistível no Terceiro Mundo na direção do comunismo liderado pelos soviéticos. Essa era certamente a expectativa de Khrushchev durante o final da década de 1950 e início da de 1960. A União Soviética parecia estar na marcha histórica, esperando ultrapassar em breve os Estados Unidos na competição econômica, enquanto sua experiência na "construção do socialismo" estava sendo louvada como universalmente aplicável. Khrushchev proclamou esta mensagem com grande fervor para platéias apreciativas na Indonésia, Índia e vários países africanos.

Durante essa fase de otimismo histórico do comunismo, os líderes soviéticos também revisaram sua noção tradicional do mundo dividido em dois campos hostis, o isolado campo socialista — liderado pela

União Soviética — e o agressivo campo imperialista — liderado pelos Estados Unidos — com o último dominando efetiva, direta e indiretamente as zonas menos desenvolvidas do mundo. Aceitando a descolonização como um novo e importante desenvolvimento histórico e afirmando que o ímpeto maior para a mesma viera da doutrina leninista e do apoio proporcionado pelo União Soviética, Khrushchev apresentava o argumento de que os países recém-libertados representavam agora uma "zona de paz" que por si mesma poderia fazer uma transição relativamente rápida para o socialismo. A União Soviética iria ajudar no processo com garantias de assistência militar e econômica, com amigável orientação ideológica baseada na experiência soviética e evitando que os imperialistas obstruíssem a inevitável progressão em direção ao socialismo pleno. O resultado final seria um campo capitalista isolado.

Embora inicialmente nenhum dos líderes dos novos Estados que Khrushchev estava cortejando aceitasse formalmente os preceitos do marxismo-leninismo e embora nenhum proclamasse seus regimes como se dirigindo para o comunismo, o socialismo como modo desejado de organização sócio-econômica recebeu considerável apoio durante a primeira fase pós-colonial de condição independente de Estado. De maneiras diferentes, os novos governos de países importantes, tais como a Índia ou Indonésia, e dos novos Estados africanos, adotaram alguma forma de socialismo de Estado como norma, embora em todos os casos insistindo que o estavam mesclando com suas próprias culturas nacionais específicas. O líder do novo Estado da Guiné, na África Ocidental, Sékou Touré, respondendo a Khrushchev, expressou esse sentimento ao afirmar: "O marxismo que serviu para mobilizar as populações africanas, e em particular a classe trabalhadora, foi amputado daquelas de suas características que não correspondem às realidades africanas."

Não obstante, os novos líderes consideraram útil o apoio soviético e estavam inclinados a flertar com as doutrinas propagadas pelos soviéticos, especialmente por motivos políticos. Eram particularmente atraídos pelas técnicas leninistas de tomada e manutenção de poder, e o conceito de um partido governante disciplinado e hierárquico era especialmente atraente à nova geração de governantes interessada em perpetuar sua autoridade pessoal. Eles perceberam rapidamente que a abordagem militarizada do leninismo à política servia bem suas necessidades, enquanto alguma adaptação da ideologia soviética também iria fortalecer seu poder, proporcionando uma legitimação histórica — isto é, o desenvolvimento rápido através do socialismo — para seu governo não-democrático.

A conveniência política reforçava assim a preferência intelectualmente em moda por alguma forma de socialismo como base para a construção nacional e como atalho para a modernidade. Mas a moda não

durou muito tempo e o apelo soviético demonstrou ser bastante transitório. Em dois novos países importantes, a Índia e a Indonésia, os líderes soviéticos investiram muito tempo e esforço, porém as circunstâncias políticas nativas anteciparam-se efetivamente ao apelo comunista. Na Índia, o Partido do Congresso, apesar de todas as suas deficiências e seu flerte com as idéias socialistas de Harold Laske e da London School of Economics, manteve as instituições parlamentares e permaneceu comprometido com um sistema econômico misto. Na Indonésia, a impaciência revolucionária do Partido Comunista Indonésio precipitou, em 1965, uma colisão armada com o exército, resultando na liquidação física total do comunismo indonésio.

Por algum tempo, a África e a América Latina pareciam mais promissoras para a adoção de programas comunistas. Na África, as tendências radicais eram naturalmente intensificadas pelo racismo inerente da experiência colonial, e na África Meridional, pela realidade do racismo institucionalizado na própria África do Sul. Ao mesmo tempo, a identidade nacional mais fraca e menos homogênea dos povos recém-libertados intensificava a importância de uma doutrina unificadora para as novas lideranças políticas. O apelo da grande supersimplificação marxista era inevitavelmente mais forte em países que desejavam muito dar grandes saltos para a modernidade, mas que careciam de tradições intelectuais e culturais fortes para formularem suas visões históricas. Último, mas não menos importante, já que a maioria dos países africanos era menor do que a Índia ou a Indonésia, a perspectiva de assistência econômica soviética, mesmo limitada, parecia mais decisivamente importante.

Na década de 1970, vários países africanos abraçaram assim o marxismo como sua doutrina e proclamaram-se engajados na tarefa de construir o socialismo. Seis — Angola, Moçambique, Madagáscar, Congo, Benin e Etiópia — chegaram mesmo ao ponto de adotar o marxismo-leninismo como sua moldura orientadora e afirmaram sua fidelidade às linhas gerais da experiência soviética na construção do socialismo. Nove outros — Argélia, Líbia, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné, São Tomé e Príncipe, Zâmbia, Tanzânia e as Seychelles — tornaram-se regimes socialistas autodeclarados, embora salientando a centralidade de suas próprias condições nacionais na implementação de fato dos objetivos socialistas e evitando qualquer identificação explícita com o leninismo. Todos eles, entretanto, elevavam o Estado como órgão central da mudança sócio-econômica e organizavam o poder político ao redor de um único partido dominante e militarizado.

A realidade se demonstrou dura, entretanto, tanto para as esperanças socialistas nativas um tanto ingênuas, como para as expectativas soviéticas. Os níveis da ajuda econômica soviética eram inadequados para influenciar decisivamente o desenvolvimento econômico interno. A má administração local, a corrupção e os deslocamentos causados

pela ruptura repentina de relações econômicas com os antigos poderes coloniais produziram na maioria desses países fracassos econômicos de ampla escala. Os mais ricos, como a Líbia, ou aqueles com uma tradição política mais desenvolvida, como a Argélia, moveram-se rapidamente rumo à definição de programas mais nativos de desenvolvimento social. A Argélia, por exemplo, retomou um relacionamento econômico mais cooperativo com o poder colonial antes dominante, a França. Outros simplesmente estagnaram, enquanto alguns, notadamente Angola e Moçambique, foram ainda mais devastados por conflitos tribais e políticos, nos quais um lado convidava a assistência do bloco oriental e o outro recebia ajudas sul-africanas.

Resumindo, o registro comunista na África envolveu limitado sucesso político, atravancado por malogros sistêmicos demonstráveis. A fome na Etiópia foi inegavelmente tornada pior pela incompetência e implacabilidade do regime "socialista", que usava até a fome como meio de esmagar a oposição interna. No país vizinho da costa leste africana, Tanzânia, a estagnação econômica contrastava negativamente com o relativo progresso feito pelo adjacente Quênia, que adotara uma trilha de desenvolvimento econômico muito menos doutrinariamente determinada. A produção agrícola do Quênia havia crescido a uma taxa quatro vezes maior do que a da Tanzânia, onde programas agrícolas comunais resultaram em um fracasso maciço. De 1980 a 1985, o PIB do Quênia cresceu em uma taxa média anual de 3,1%, enquanto a da Tanzânia cresceu em apenas 0,8% cada ano. Durante o mesmo período, a produção industrial do Quênia subiu 2,0% anualmente, enquanto a da Tanzânia caía 4,5% ao ano. O Quênia também surgiu na frente em indicadores sociais, tais como mortalidade infantil, cuidados com a saúde e educação. Na costa oeste, um dos últimos atos do presidente Sékou Touré, da Guiné, antes de sua morte, foi visitar, em 1980, o presidente dos Estados Unidos, a fim de solicitar não apenas assistência econômica, mas também orientação no desenvolvimento econômico, enquanto denunciava, com eloqüência, como mal orientada sua própria confiança anterior nos soviéticos ao procurar construir um Estado socialista africano.

Mais geralmente, na década de 1980 a própria noção de desenvolvimento socialista, uma idéia com a qual a União Soviética poderia se identificar e, dessa forma, se beneficiar politicamente, estava cada vez mais desacreditada em grande parte do Terceiro Mundo. A Ásia liderava em desenvolvimento econômico, mas de um modo demonstravelmente não-socialista. Aqueles países que tomaram a trilha comunista — Vietnã, Laos e Camboja — representaram exemplos espetaculares de fracassos sócio-econômicos. Apesar de dois bilhões de dólares de ajuda econômica soviética a cada ano, o Vietnã não consegue produzir alimentação suficiente para alimentar seu próprio povo, com a produção de arroz caindo efetivamente por dois anos

sucessivos. Hanói, ao pedir assistência estrangeira, afirmou que quatro milhões de pessoas estavam agora "próximas à inanição". Sua taxa de inflação estava em 700%. O governo deixou de pagar quase toda sua dívida externa de três bilhões de dólares, enquanto as reservas de câmbio no exterior caíam a meros vinte milhões de dólares. Hoje, muitos do "povo dos barcos" do Vietnã, que costumavam fugir principalmente por medo de perseguição política ou étnica, saem para o mar por motivos puramente econômicos. Enquanto isso, a vizinha Tailândia, não-comunista, está desfrutando de uma explosão econômica. Com uma taxa de crescimento média anual do PIB de cerca de 5%, na década de 1980, e com um aumento de 9% projetado para 1988, os tailandeses superaram facilmente todas as outras nações do Sudeste Asiático e posicionaram-se de modo a juntar-se às fileiras dos países recém-industrializados na década de 1990.

Na África, as ilhas remanescentes de compromisso socialista estavam ou se estagnando ou procurando desembaraçar-se de seu compromisso socialista. A tendência para a privatização ganhava impulso em quase todos os países africanos que outrora haviam embarcado na estrada sovieticamente orientada em direção ao socialismo de Estado. Após um quarto de século de independência, muitos países "socialistas" no mundo em desenvolvimento estavam mais pobres em termos de produto nacional bruto *per capita* do que haviam estado no início.

O recuo na África das noções de desenvolvimento influenciadas pelos soviéticos ocorreu em uma ampla frente. No pequeno São Tomé e Príncipe, um dos primeiros atos oficiais ao alcançar a independência, em 1975, foi a nacionalização do recurso econômico vital do país, suas plantações de cacau. Uma década depois, seu presidente treinado na Alemanha Oriental anunciava o desejo do governo de vender as plantações agora improdutivas a proprietários privados. A Tanzânia seguia o mesmo caminho nas indústrias manufatureiras e de turismo e estava afrouxando suas rédeas na agricultura. Em Angola, companhias estatais perdulárias estavam por ser vendidas a licitantes privados, e anúncios similares foram feitos, durante 1986-88, pelos regimes de Benin, Congo e Gana, assim como os de alguns dos Estados africanos de outro modo menos inclinados pelo socialismo. Com efeito, o perigo crescente era de que alguns dos Estados africanos, queimados por sua experimentação com a economia do estilo soviético, estavam agora mais do que inclinados a encontrar uma rápida salvação no método oposto.

O fracasso do comunismo na África causou um impacto inevitável na política soviética. A política de Moscou tornou-se passo a passo mais seletiva e geoestratégica, menos motivada doutrinariamente e menos enfocada na assistência econômica. Já durante a década de 1970, a União Soviética começou a reduzir drasticamente sua ajuda econômica aos Estados socialistas africanos em perspectiva, concentrando-se, em vez disso, em alvos-chave de oportunidade estratégica — tais

como Angola e Etiópia —, que estavam relacionados mais à competição geopolítica com os Estados Unidos do que a uma expectativa mais ampla de um triunfo ideológico continental. Esses dois países, entretanto, pagaram um alto preço mantendo os objetos continuados de atenção soviética, a Etiópia extenuada como um dos países mais pobres do mundo (com um PIB de apenas 110 dólares) e Angola dilacerada por uma guerra civil sustentada por um contingente militar cubano de cinqüenta mil homens financiados e aprovisionados pela União Soviética.

A tendência soviética à seletividade geopolítica continuou e acelerou-se durante a década de 1980. A preocupação soviética com reformas domésticas coincidiu com o pessimismo histórico soviético crescente em relação às perspectivas de curto prazo para o comunismo mundial. Como resultado, em meados da década de 1980, os especialistas soviéticos na África encorajavam seus clientes a resolver seus problemas econômicos integrando-se com mercados mundiais e atraindo o investimento estrangeiro, sinalizando claramente com isso que o Kremlin não estava disposto a segurar suas contas de desenvolvimento. O encontro da África com o comunismo alimentou assim a desilusão mútua.

A experiência comunista na América Latina também se revelou decepcionante do ponto de vista da práxis marxista. Nem na teoria nem na prática, a situação evoluiu da maneira que os comunistas soviéticos ou latino-americanos poderiam ter esperado. Para dizer a verdade, do ponto de vista estratégico, as vitórias comunistas em Cuba, no final da década de 1950, e na Nicarágua, no final da década de 1970, representaram importantes avanços. Uma posição comunista foi estabelecida e sustentada no hemisfério ocidental. Que o poder imperialista preponderante da região se demonstrasse impotente diante desse desafio foi inegavelmente um desenvolvimento historicamente significativo. Demonstrou que os regimes apoiados pelos soviéticos podiam ser estabelecidos sob o próprio nariz do Estado capitalista mais poderoso do mundo, servindo potencialmente como o posto avançado do comunismo na busca mais ampla de uma transformação revolucionária do continente latino-americano como um todo.

Essa transformação revolucionária parecia garantida tanto pelas circunstâncias específicas da região, notadamente por seu difícil relacionamento com o vizinho do norte economicamente dominante como pela adequação evidente da clássica doutrina marxista às condições sócio-econômicas da região. Embora quaisquer generalizações abrangentes relativas a um continente grande e altamente variado requeiram muitas qualificações, em termos gerais, a América Latina contemporânea se aproxima das condições que inicialmente deram origem à análise marxista. Sua economia rural baseou-se em um sistema bastante feudal, com os proprietários de enormes latifúndios apoiando-se no

trabalho de camponeses sem terra, e em alguns casos de índios freqüentemente semi-alfabetizados e maltratados. Seus centros urbanos rapidamente expandidos contêm pesadas concentrações de camponeses deslocados, desempregados ou subempregados, classes médias emergentes e que se tornam mais agressivas politicamente, e elites burocrático-militares socialmente parasitárias, mas com freqüência donas do poder político. Seu desenvolvimento econômico tem sido bastante desigual, contendo, em alguns casos, exemplos de rápida inovação industrial e tecnológica, ao lado de setores rurais extremamente primitivos e incultos. Para aumentar as dificuldades do desenvolvimento geral do continente, tem existido a vulnerabilidade de várias de suas economias nacionais às incertezas dos mercados de produtos primários do mundo, assim como o esmagador endividamento produzido pelo influxo de petrodólares durante a década de 1970. E por fim a explosão demográfica, com taxas de crescimento entre as mais altas do mundo, tem colocado as estruturas sociais existentes sob pressões enormes e potencialmente catastróficas.

Uma situação revolucionária marxista clássica deveria ter, portanto, ocorrido ao menos em vários países latino-americanos. Além disso, o ímpeto emocional e intelectual para isso deveria também ter sido proporcionado por um ingrediente radicalizante adicional, peculiar à América Latina: o intenso e realmente difundido antiamericanismo da região. Embora esse sentimento variasse em intensidade de país para país e embora apenas o México, Cuba e os países centro-americanos tivessem sido vítimas mais diretas do expansionismo e intervencionismo americano, de modo geral, todas as sociedades latino-americanas eram suscetíveis, em especial entre seus intelectuais e estudantes, a uma perspectiva antiamericana que mesclava nacionalismo com marxismo. Os Estados Unidos eram vistos não apenas como expansionistas, exploradores e dominadores, mas também como culturalmente crassos, vulgares e cruamente materialistas. Entre os formadores de opinião, as fórmulas antiamericanas em moda eram bastante reminiscentes dos pontos de vista que, algumas décadas atrás, dominaram os salões da esquerda em Paris.

No sentido mais revolucionário, esse sentimento era mais bem expresso pela figura mais glamourosa e carismática do continente, Che Guevara, que proclamou os Estados Unidos — em uma frase simples, mas constrangedora — como sendo "o grande inimigo da humanidade". Mais do que Fidel Castro, Guevara tornou-se, no final da década de 1960 e durante a de 1970, o símbolo de uma revolução que, em sua visão, para ser bem-sucedida, tinha que ser não apenas social, mas também antiamericana. Guevara, inquieto após o sucesso da Revolução Cubana e convencido de que uma revolução mais ampla era agora possível, sentiu que o movimento estava maduro para explorar militantemente essas duas motivações. Em sua visão, tudo o que estava errado

com o *status quo* era, em última análise, apoiado e explorado pela América. Daí, qualquer luta revolucionária genuína tinha que ser focalizada no inimigo central. Esse era o tema subjacente da romântica realidade da guerrilha revolucionária que foi travada naqueles anos na Bolívia, na Venezuela e, em uma extensão menor, em outros países.

Esse fervor revolucionário esmaeceu-se bastante com a captura e execução de Guevara, na Bolívia, em 1967. Nem os soviéticos nem Castro partilhavam realmente do romantismo revolucionário de Guevara. Ambas as partes estavam determinadas, por boas e convenientes razões, a primeiro consolidar a nova base do comunismo no hemisfério ocidental, e depois arriscar tudo numa ampla campanha revolucionária. Mas o legado da condenação dos Estados Unidos por Guevara e sua ligação da revolução social à luta contra os americanos continuou a ter impacto político e formou a base para qualquer estratégia de longo alcance para avançar a causa do comunismo na América Latina.

O legado de Guevara — assim como as esperanças soviéticas — recebeu, por algum tempo, uma infusão maciça e politicamente poderosa de vitalidade através do aparecimento da "teologia da libertação", uma doutrina que mesclava a análise marxista dos males capitalistas com a compaixão cristã pelos espezinhados. O capitalismo americano personificava novamente o mal que devia ser extirpado. Este estabelecia, de acordo com a teoria, a condição de "dependência" para a América Latina, que, por sua vez, perpetuava a degradação social e pessoal das empobrecidas massas latino-americanas. A doutrina tirou seu nome do *bestseller* do teólogo católico Gustavo Gutiérrez, *Uma Teologia da Libertação*, publicado em 1971, que tangia uma corda extremamente sensível em um continente assediado por problemas sociais, imbuído de uma forte dose de sentimento antiamericano e espiritualmente dominado pela Igreja Católica Romana. Como Gutiérrez assinalou, para a América Latina, "oprimida e dominada, a palavra *libertação* é mais apropriada que desenvolvimento. (...) E para muitos em nosso continente, essa libertação terá de passar, mais cedo ou mais tarde, através das trilhas da violência".

A teologia da libertação proporcionou assim também a justificação moral para a violência revolucionária. Uma ponte foi portanto criada entre o sentimento cristão de ira contra o mal moral e a advocacia leninista da ação revolucionária disciplinada. Essa ponte se fez sentir no curso dos levantes revolucionários na Nicarágua e em El Salvador, onde comunistas devotados e sacerdotes radicalizados serviam lado a lado, de forma mais ampla na visão largamente compartilhada de que a ação revolucionária era não apenas um impulso moral, mas, de fato, um imperativo moral. No nível popular mais simples, isso foi ilustrado por uma história contada por outro teólogo da libertação, José Miguez Bonino, sobre uma peça de teatro encenada em uma igreja protestante de uma favela uruguaia. Um ator pergunta: "Quem, en-

tão, é Jesus Cristo?" Outro responde: "Para nós, Jesus Cristo é Che Guevara."

Dado o fortuito paralelismo da doutrina marxista e da teologia da libertação, ambas alimentadas por sentimentos antiianques, em um cenário dominado pela má situação material das massas latino-americanas e perpetuado não apenas por uma estrutura social discriminatória, como também por uma crise econômica quase permanente, é notável como os esforços comunistas têm sido malsucedidos em avançar o processo revolucionário. O estabelecimento de regimes marxistas-leninistas em Cuba e na Nicarágua não refuta essa conclusão. A primeira é uma ilha isolada do Caribe, que era efetivamente uma das sociedades latino-americanas mais desenvolvidas na época da tomada de poder pelos comunistas. A segunda é um país centro-americano pequeno, em grande parte agrícola. As revoluções em ambos foram motivadas por lembranças muito amargas do intervencionismo direto dos EUA. Essa memória nacional era mais importante como fonte do radicalismo político do que era o apelo do marxismo, e a consolidação do comunismo em ambos foi facilitada por erros americanos, hesitação e falta de política consistente.

O comunismo, entretanto, deveria ter feito mais progresso político em outras partes, explorando a crise rural e urbana inerente à incipiente industrialização do continente. De acordo com a doutrina marxista, esse estágio de desenvolvimento social devia produzir as mais agudas contradições de classe, que deviam ser suscetíveis à exploração pelo partido comunista. No entanto, nem a atividade comunista legal nem a ilegal conseguiram alcançar uma ruptura política. Tentativas de uma luta de guerrilhas, seja urbana seja rural, falharam, enquanto a democratização gradual da política latino-americana revelou o surpreendentemente limitado apelo comunista.

Em quatorze eleições nacionais recentes realizadas em vários países latino-americanos, durante a década de 1980, o melhor resultado obtido pelos comunistas (em alguns casos, competindo através de partidos não oficialmente designados como comunistas) foi 26% dos votos no Peru e 17% na Guiana. Em outros lugares, seus votos totais variavam de aproximadamente 3% e 5%. Em países-chave, como a Argentina e o Brasil, sua força eleitoral achava-se na extremidade mais baixa do espectro, embora no Brasil competissem dois partidos comunistas, um pró-soviético e um pró-albanês. (O último marcou um golpe eleitoral, obtendo o maior total de votos individuais para um de seus candidatos, a Dra. Jandira Feghalli, de 29 anos de idade, amplamente admirada em seu biquíni como o símbolo sexual da praia de Copacabana.) Os comunistas se saíram muito melhor nas duas eleições que eles mesmos conduziram: na Nicarágua afirmaram ter obtido 63% dos votos e em Cuba 100%.

Várias razões existem por trás desse fracasso comunista. Em anos

recentes, os Estados Unidos haviam adotado uma abordagem um tanto mais esclarecida em relação à América Latina, particularmente ao identificar-se com o ideal dos direitos humanos. Isso não apenas ajudou a avançar a causa da democracia na América Latina, como também afastou os Estados Unidos das decadentes ditaduras pessoais de direita. Mais importante, entretanto, foi o surgimento de forças democráticas nativas, que eram cada vez mais capazes de mesclar sua busca de liberdade pessoal com a defesa das necessárias reformas sociais. O retorno da democracia a vários dos principais países latino-americanos ajudou a aparar as presas do apelo revolucionário. Como resultado, mesmo alguns teólogos da libertação radicais vieram a identificar a mudança social com valores democráticos, vendo nos últimos o preenchimento de suas aspirações revolucionárias, enquanto repudiavam crescentemente a visão maniqueísta comunista.

O impacto carismático do novo papa João Paulo II tem contribuído para essa mudança fundamental e disposição, assim como o declínio manifesto na atração do "socialismo" do tipo soviético. No curso de uma visita à América Latina, em janeiro de 1979, o pontífice comentou: "Ah, sim, teologia da libertação, mas *qual* teologia da libertação?" Nesse comentário, agora famoso, estava na verdade saindo em campo para recapturar para a Igreja o monopólio espiritual da luta contra o mal social, desvestindo a teologia da libertação de sua conexão marxista. Em ensinamentos e encíclicas subseqüentes, João Paulo inegavelmente deu passos para moldar uma aliança *de facto* entre o impulso moral por uma reconstrução radical de sociedades injustas com a promoção de uma mudança social pluralista e democrática. Em um continente com uma rica tradição católica, isso teve um significativo impacto político. Reforçou a legitimidade da democracia pluralista e deslegitimou a mensagem marxista.

Ao mesmo tempo, o impacto político direto da crise soviética também não deve ser subestimado. No final da década de 1970, o modelo soviético estava perdendo rapidamente sua credibilidade. Subseqüentemente, as próprias denúncias das falhas soviéticas por Gorbachev proporcionaram uma confirmação adicional para as visões estrangeiras mais severas e críticas da experiência soviética. Além disso, uma vez que a sabedoria convencional da *intelligentsia* da América Latina era muito suscetível a pontos de vista emanando de Paris, a emergência, em anos recentes, de um novo consenso, na França, de que a União Soviética representava um exemplo de desenvolvimento social travado, e de que seu socialismo estatal era intelectualmente sufocante, aparou ainda mais o apelo do comunismo.

Contribuindo para o desencanto com o comunismo havia os casos específicos de Cuba e Nicarágua. Uma vez que a explosão inicial de entusiasmo pela agressividade antiamericana de Fidel Castro havia passado, os latino-americanos ficaram mais conscientes do verdadeiro

malogro social e econômico da Revolução Cubana. Apesar dos subsídios soviéticos anuais de cerca de cinco bilhões de dólares, a economia de Cuba estagnou, com virtualmente todos os setores da economia deixando de alcançar as metas de produção. Em 1986, Castro anunciou o cancelamento dos pagamentos de aproximadamente 3,5 bilhões de dólares da dívida externa de Cuba e solicitou um novo plano de doze anos para o pagamento, com um período de carência de seis anos. Uma das principais fontes de dinheiro vivo de Cuba é constituída pelas reexportações de petróleo soviético, que Havana recebe por um preço subsidiado e revende ao preço mundial. Ao mesmo tempo, com a produção de açúcar arrastando-se muito abaixo das metas de produção, Cuba foi forçada a comprar centenas de milhares de toneladas no mercado mundial, de modo a alcançar sua cota anual de açúcar do Comecon.

Esse desastre econômico resultou da adesão persistente de Castro ao planejamento central stalinista. Uma burocracia inchada de 250 mil funcionários administra agora uma economia com uma força de trabalho de apenas três milhões. Em um importante pronunciamento no terceiro congresso do partido, em 1986, Castro denunciou uma série de típicas irracionalidades econômicas comunistas:

> (...) novas instalações industriais e agrícolas construídas em áreas despovoadas, sem facilidades de habitação para a força de trabalho; programas agrícolas muito importantes — tais como o de cítricos —, onde ainda existem áreas cultivadas sem irrigação; projetos de irrigação que não podem ser postos em operação porque lhes faltam instalações para bombear ou energia elétrica; oficinas e outras instalações construídas sem ligações elétricas; desenvolvimentos habitacionais construídos sem amenidades urbanas [isto é, estradas e facilidades comerciais e recreacionais]. (...) Temos o caso da ferrovia central, na qual investimos centenas de milhões de pesos sem sermos capazes de explorá-la com eficiência, uma vez que a sinalização, as áreas de carga e descarga, estações etc. não foram completadas.

Castro disse, mais tarde, ao comitê central que havia compilado um livro de "irregularidades econômicas", no qual "cada parágrafo é uma calamidade".

Muito semelhante foi o caso com a Nicarágua. A incompetência econômica dos líderes sandinistas e a militarização do país criaram uma privação semelhante à de tempos de guerra. No início de 1988, uma lata de fatias de abacaxi importada custava para um nicaragüense ganhando salário médio cerca de 20% de seu pagamento mensal. Uma calça custaria quase o salário de um mês inteiro. Manágua não dispunha de água corrente dois dias por semana, e cortes de energia elétrica diários de três horas eram a norma. A dívida externa cresceu de 1,6 bilhão de dólares para sete bilhões de dólares. A inflação disparou em 1.800% estimados em 1987, com os salários reais caindo em 90%, e

alguns economistas predisseram uma possível hiperinflação de 10.000% em 1988.

Ainda mais danosa era a consciência que se difundia rapidamente no final da década de 1970 e início da de 1980 do deplorável recorde de Cuba em direitos humanos. O fato de que essa ilha, com uma população de apenas dez milhões, continha mais prisioneiros políticos do que todos os outros países latino-americanos combinados, não podia ser ocultado indefinidamente. Os relatos pessoais de maus-tratos em prisões cubanas — notadamente a muito lida história do aprisionamento de vinte anos de Armando Valladares, *Contra Todas as Esperanças* — tinham um impacto de amplo alcance. Diminuíam a estatura pessoal de Castro e reforçavam a imagem do comunismo como, em última instância, um sistema repressivo e desumanizante. A preocupação crescente com as violações cubanas de direitos humanos teve um impacto especial nos círculos moralmente sensíveis influenciados pela teologia da libertação, contribuindo para um maior isolamento intelectual e político do marxismo.

O futuro político da América Latina está longe de ser resolvido, dada a escala maciça de seus problemas sociais e econômicos. O continente está passando por mudanças revolucionárias destinadas a produzir súbitas descontinuidades e importantes revoltas. No futuro próximo, o comunismo pode ter perspectivas melhores na América Central e talvez no México do que em outras partes. Os marxistas-leninistas dali podem tirar vantagem dos impulsos antiamericanos, nacionalistas e radicais de porções significativas tanto da *intelligentsia* local, como do campesinato. A insurreição intensificada em El Salvador é passível de ser seguida por atividades intensificadas de guerrilha nos países vizinhos, Honduras e Guatemala. Em ambos os países, as condições favoráveis à ação revolucionária existem. Os fracassos dos esforços dos EUA tanto para acomodar quanto derrubar o regime sandinista na Nicarágua, acompanhados pela subseqüente má administração do relacionamento com o Panamá, gerou, na América Central, um difundido senso de que a influência americana está recuando e que o vácuo pode ser preenchido por regimes mais radicais, desfrutando da proteção de Moscou contra a intervenção dos EUA.

De acordo com isso, deve se esperar que a União Soviética e Cuba encorajem as tendências revolucionárias na região. Irão fazê-lo cautelosamente, pois têm consciência das sensibilidades americanas nesse aspecto, mas provavelmente não irão ignorar oportunidades revolucionárias tão tentadoras. Uma revolução amplificando-se na América Central iria proporcionar a validação histórica para o senso de missão histórica de Castro. Do ponto de vista de Moscou, serviria como uma valiosa perturbação geopolítica para seu principal rival, os Estados Unidos, enquanto, ao mesmo tempo, reviveria o otimismo doutrinário de Moscou, bastante frouxo. Em qualquer caso, os estrategistas soviéti-

cos devem ver a região como o macio baixo-ventre dos Estados Unidos e provavelmente não irão resistir a qualquer tentação de estimular as chamas revolucionárias da região.

Por fim, o México corre o risco de ser o alvo principal. Muito depende de o enfraquecimento progressivo do Partido Revolucionário Institucional (PRI), no governo, levar ao pluralismo democrático ou à polarização ideológica. Ao longo dos anos, com seus laços simbólicos com a autêntica revolução mexicana, o PRI tem se antecipado com sucesso ao apelo revolucionário comunista. Com o PRI passível de ser desafiado nos anos vindouros por uma direita mais forte e uma oposição mais forte da esquerda, pode-se esperar que os comunistas mexicanos tentarão polarizar a política do país, na esperança de que consigam, ao final, dominar a esquerda mexicana e orientá-la para direções mais radicais e também antiamericanas.

Que isso é um perigo sério está atestado pelos resultados das eleições presidenciais mexicanas de 1988. A dissidência de esquerda do PRI, embora perdendo para o candidato oficial do partido, obteve ao menos 31% dos votos (e, com toda probabilidade, mais) e o fez sob uma bandeira ideológica que tinha sobretons marxistas-leninistas distintos. O programa desse movimento, conhecido como Frente Democrática, incluía uma formulação no sentido de que "o materialismo dialético, o materialismo histórico, a economia política marxista, o socialismo científico e o comunismo são todos parte de uma ciência fundamental e integrada marxista-leninista, cuja aplicação criativa nos permitirá compreender acuradamente o papel dos vários estratos sociais na história do México. (...) Todos os membros da Frente Cárdenas de Reconstrução Nacional... atribuem um alto valor ao estudo do marxismo-leninismo. (...)" Essas formulações visavam a fundir os fortes sentimentos nacionalistas antiamericanos com as noções comunistas mais clássicas. A possibilidade de uma tomada comunista da esquerda radical poderia apresentar um sério desafio no caso de o sistema político mexicano existente começar a fragmentar-se.

O comunismo na América Central, e talvez futuramente no México, pode assim ser capaz de atingir sentimentos populares fortemente antiamericanos no esforço renovado de violência revolucionária. Porém, mais ao sul, é mais provável que, durante os próximos anos, as atividades revolucionárias não reflitam ideológica ou organizacionalmente o marxismo clássico, mas sim uma variedade de doutrinas revolucionárias caseiras. Algumas — como o Sendero Luminoso, no Peru — podem procurar adaptar o marxismo e o maoísmo às aspirações messiânicas do há muito explorado campesinato indígena. Outras podem procurar recriar a guerra radical de guerrilha urbana que afligiu tanto a Argentina como o Uruguai durante a década de 1970. Mas parece crescentemente provável que um triunfo historicamente significativo e doutrinariamente ortodoxo no continente latino-americano irá escapar ao comunismo.

Capítulo 20

Desintegração Ideológica Global

A conseqüência cumulativa do *élan* revolucionário do comunismo, de sua irrelevância manifesta à política do mundo avançado e de seu malogro em capitalizar sobre os dilemas sócio-econômicos do Terceiro Mundo, assim como de suas dificuldades em criar sistemas comunistas funcionais e unidos em condições tão diversas como as da Europa Oriental, União Soviética e China, tem sido uma profunda crise ideológica. A essência da crise pode ser reduzida à necessidade de escolha entre a pureza doutrinária e a unidade doutrinária.

Os líderes soviéticos, que por muitos anos se consideraram os mestres do movimento e os intérpretes de seu dogma, vieram, passo a passo, a perceber que a pureza somente poderia ser buscada através de rusgas sectárias entre os partidos comunistas. A insistência na pureza iria inevitavelmente significar o fim da unidade. A unidade, entretanto, apenas podia ser preservada ao preço da pureza, com a doutrina comum diluída ao mais baixo denominador comum. Com sua própria fé provavelmente bastante declinante e com seu controle efetivo sobre o movimento internacional enfraquecendo em qualquer caso, os líderes do Kremlin optaram, no final, pela unidade acima da pureza.

Fizeram-no com relutância, ao longo de vários anos, e com muita hesitação. Às vezes, tentaram empurrar o relógio para trás e buscaram restabelecer uma ortodoxia compartilhada e estrita de sua própria definição. Encontrando resistência e temendo novas divisões, termina-

riam, então, por ceder com relutância. Durante o processo, a doutrina comunista não apenas foi diluída, como também crescentemente fragmentada tanto na teoria como na prática. A práxis comunista desvaneceu-se cada vez mais no passado, dando caminho a um pragmatismo baseado na centralidade de condições nacionais diversas e específicas. O que era outrora visto como universal, tornou-se cada vez mais dominado pelo particular.

Este pode ter sido o destino historicamente inevitável de uma doutrina que se proclamava como contendo uma prescrição globalmente válida de salvação social, uma vez que essa doutrina começou a ser aplicada a condições nacionais específicas. Circunstâncias políticas e sociais particulares simplesmente tinham de ser reconhecidas e acomodadas, sob pena da doutrina ser rejeitada como totalmente irrelevante. Mas qualquer compromisso com a realidade diversa servia inerentemente para diversificar a doutrina e para elevar as variadas prioridades ou condições nacionais em princípios doutrinários. Além disso, a pura complexidade da sociedade pós-industrial emergente e notadamente aquelas de suas facetas mais influenciadas pela ultraciência e alta tecnologia colocaram em questão as grandes supersimplificações do marxismo-leninismo outrora politicamente úteis. Cada vez mais esses dogmas vieram a ser vistos como superados e condicionados demais por circunstâncias paroquiais relacionadas às suas origens especificamente russas.

Entretanto, o processo de desintegração doutrinária foi, sem dúvida, acelerado também pela lerdeza burocrática, pela inabilidade ideológica e insensibilidade política dos mentores soviéticos da doutrina. Desde os primeiros anos leninistas até algum tempo após a morte de Stalin, os líderes soviéticos insistiam não apenas em sua supremacia ideológica, mas também na prática subordinação política dos partidos comunistas aos interesses da União Soviética. Isso alimentou um ressentimento intelectual e político destinado a emergir à menor demonstração de indecisão soviética. O fracasso soviético ao reprimir a heresia de Tito, em 1948, foi o primeiro sinal de que Moscou poderia não ser capaz de assegurar plenamente seu domínio doutrinário, e o contágio da heresia espalhou-se mais rápida e abertamente após a morte de Stalin, em 1953.

Os 35 anos subseqüentes viram uma série de esforços de retaguarda dos líderes soviéticos para preservar a ortodoxia e unidade do comunismo. A luta do Kremlin tinha que ser travada em duas frentes. A primeira envolvia uma luta contra outros partidos governantes, que se ressentiam das tentativas de Moscou de impor a uniformidade sistêmica ao processo de efetivamente construir o comunismo. A segunda envolvia uma luta contra partidos aspirando ao poder, os quais eram politicamente prejudicados pelo legado stalinista e estavam mais inclinados que Moscou a denunciá-lo. Em ambas as frentes, os reveses pa-

ra Moscou eram a regra. A ruptura anterior com a Iugoslávia, mal remendada em meados da década de 1950 foi depois ofuscada pelo maciço e violento desentendimento com a China, enquanto, fora do bloco comunista, o Partido Comunista Italiano, cada vez mais independente, liderava a marcha não apenas ao revisionismo, mas a um flerte aberto com a socialdemocracia.

O desejo soviético de reparar a rusga com a China e evitar rusgas similares com outros partidos no governo impeliu, ao fim, à renúncia pelo partido soviético de qualquer afirmação de liderança ideológica formal. A busca soviética de uma unidade marxista mais ampla e global também impeliu os soviéticos a tolerarem o abraço do partido italiano às perspectivas essencialmente socialdemocratas, inclusive o repúdio *de facto* do leninismo. O Kremlin escolheu esse rumo como o mal menor, sabendo muito bem que a auto-afirmação chinesa estava destinada a encontrar apoio tácito nas outras capitais comunistas e percebendo que o exemplo italiano já havia conquistado endossos por partidos comunistas tão afastados quanto o japonês, em 1976, e o espanhol, em 1978.

A flexibilidade soviética diminuída simplesmente encorajou a maior desintegração da doutrina. Em 1979, os italianos retiraram do programa de seu partido a obrigação de seus membros de estudarem o marxismo-leninismo e, em 1983, abandonaram formalmente o outrora louvado princípio leninista do centralismo democrático. Nesse meio tempo, os chineses tomaram a iniciativa de restaurar as relações de seu partido com uma variedade de partidos comunistas governantes e não-governantes, enquanto, ao mesmo tempo, denunciavam repetidamente qualquer esperança comunista na "rigidez de dogmas e modelos danosos" e rejeitavam categoricamente a existência de qualquer "centro de liderança" ou de qualquer "partido líder".

Como resultado, em meados da década de 1980, tanto o centralismo democrático como o teste-chave leninista da ortodoxia doutrinária interna e lealdade à União Soviética, como o teste de tornassol do internacionalismo proletário foram abandonados pelo Kremlin, como já haviam sido por alguns outros partidos. Ao 27º Congresso do Partido Soviético, Gorbachev proclamou humildemente que "a diversidade de nosso movimento não é um sinônimo de sua desunião. Da mesma maneira, a unidade nada tem em comum com a uniformidade, hierarquia com a intervenção de um partido nos assuntos de outro ou com a pretensão de um partido de possuir o monopólio da verdade". Com efeito, afirmou ele, daí por diante, mesmo a socialdemocracia seria bem-vinda como parte de uma coalizão mais ampla e progressista, empenhada não tanto na promoção de uma revolução marxista-leninista, como na detenção de um conflito nuclear entre os Estados Unidos e União Soviética.

Implícita nessa inclinação à diversidade e na tentativa de forjar

uma coalizão mais ampla, porém inevitavelmente mais frouxa, estava a percepção de que as expectativas históricas marxistas e as táticas políticas leninistas se demonstraram ou anacrônicas ou errôneas. O empobrecimento da classe trabalhadora sob o capitalismo não ocorreu, a onda anticolonial não se transformou em uma revolução marxista-leninista, enquanto a tentativa de manter a liderança política e doutrinária soviética no movimento comunista produziu isolamento e rebelião. Por último, mas não menos importante, o fracasso do modelo soviético desacreditou a noção de quaisquer linhas de orientação doutrinária universalmente válidas para a construção socialista. Sob essas circunstâncias, a única opção sensível era que os líderes soviéticos abandonassem suas buscas pela restauração de uma ideologia e de uma unidade política coerentes.

Dessa forma, um divisor de águas histórico foi cruzado. Tendo falhado como movimento unido tanto no mundo desenvolvido como no mundo em desenvolvimento, a era de um movimento comunista monolítico, construído ao redor de um dogma compartilhado, era agora irrevogavelmente coisa do passado. Os meados da década de 1980 testemunharam não apenas o fim da unidade da teoria e prática comunistas, como também o fim, entre partidos comunistas, da doutrina unificada e da ação unificada.

PARTE VI

A Agonia do Comunismo

O fenômeno comunista representa uma tragédia histórica. Nascido de um idealismo impaciente que rejeitava a injustiça do *status quo*, este buscava uma sociedade melhor e mais humana — porém produziu a opressão das massas. Refletia com otimismo a fé no poder da razão para construir uma comunidade perfeita. Mobilizava as emoções mais poderosas de amor pela humanidade e de ódio pela opressão a favor do planejamento social moralmente motivado. Dessa maneira, cativou algumas das mentes mais brilhantes e alguns dos corações mais idealistas — embora tenha provocado alguns dos piores crimes deste ou de qualquer século.

Além disso, o comunismo representou um esforço mal orientado de impor a racionalidade total nos assuntos sociais. Ele postulava a noção de que uma sociedade educada e com consciência política poderia empreender o controle da evolução social, dirigindo a mudança sócio-econômica para fins propositados. A história, dessa maneira, não seria mais um processo meramente espontâneo e grandemente acidental, mas um instrumento da inteligência coletiva e propósito moral da humanidade. Dessa forma, o comunismo aspirava a mesclar, através da ação organizada, a racionalidade política com a moralidade social.

Entretanto, na prática, a fé excessiva na razão humana, a propensão a conflitos muito agudos pelo poder para traduzir tentativas de julgamentos históricos em declarações dogmáticas, a inclinação da ira moral a degenerar para ódio político farisaico e especialmente a fusão leninista do marxismo com as antigas tradições autocráticas da Rússia transformaram o comunismo em um instrumento de opressão política desafiantemente em conflito com seus próprios impulsos morais.

Capítulo

21

A Crise Geral

O comunismo hoje está em um estado de crise geral, tanto ideológica como sistemicamente. O alcance dessa crise emerge com força considerável em cinco desenvolvimentos maiores:

1. Para os comunistas de todo o mundo a experiência soviética — não mais um ícone — daqui por diante não deve ser imitada, mas evitada. O comunismo, dessa maneira, não tem um modelo prático para outros emularem.
2. Na União Soviética, o dilema insolúvel do sistema comunista é o fato de que o sucesso econômico apenas pode ser comprado ao custo da estabilidade política, enquanto a estabilidade comunista só pode ser sustentada ao custo do fracasso econômico.
3. Na Europa Oriental, a falha fatal do comunismo é o monopólio do poder arraigado no domínio soviético. Quarenta anos após a imposição do comunismo, a eliminação tanto da dominação estrangeira como do partido está agora sendo vista amplamente como precondição necessária ao renascimento social.
4. Na China, a diluição ideológica do comunismo será o preço do sucesso econômico. A China moderna pode entrar no século XXI ainda governada pelo comunismo, mas não será uma China comunizada.

5. A era de um movimento comunista mundial monolítico, construído ao redor de um dogma compartilhado, tornou-se uma coisa do passado. Em meados da década de 1980, chegou ao fim a noção de um movimento de partidos comunistas unificados em doutrina e ação.

Cumulativamente, isso não apenas assinala a crise geral do comunismo, como também antecipa seu esmaecimento como uma força política e ideológica importante no mundo contemporâneo. A crise está atualmente refletida na crescente inquietação social com respeito ao pobre desempenho econômico dos Estados comunistas e na perda da confiança doutrinária entre as elites comunistas dominantes. Nos países comunistas, a noção de que o socialismo representa um sistema social superior, ou já está desacreditada ou é vista com crescente ceticismo. Além disso, o comunismo mundial não mais pode apontar para qualquer modelo social como seu farol para o futuro.

A clássica definição marxista-leninista de "a crise geral do capitalismo" — que, em 1961, o Kremlin declarou como efetivamente em curso — se adapta bem à atual condição do comunismo. Substituindo meramente nessa proclamação (veja página 200) a palavra "imperialismo" ou "capitalismo" por "comunismo" ou uma referência à União Soviética e o termo "socialismo" por "democracia de livre empresa", emerge uma imagem devastadoramente acurada do comunismo contemporâneo:

> O comunismo em seu estágio presente de desenvolvimento é o imperialismo soviético no período de seu declínio e destruição. O inevitável processo de destruição engolfou o comunismo de alto a baixo, incluindo sua estrutura econômica e estatal, e sua política e ideologia.
>
> A crise geral do comunismo encontra expressão no seguinte: a contínua defecção de novos países do modelo influenciado pelos soviéticos; enfraquecimento da posição dos países comunistas na competição econômica com as democracias avançadas de livre empresa; a desintegração do bloco soviético; o agravamento das contradições do comunismo com o desenvolvimento do socialismo monopolista de Estado e o crescimento do militarismo; a intensificação da instabilidade interna e decadência da economia comunista manifestada na crescente inabilidade do comunismo em usar plenamente as forças produtivas — baixas taxas de crescimento de produção, crises periódicas, malogro constante na utilização plena das capacidades de produção e subemprego crônico; a intensificação sem precedentes de reação política em todas as frentes; o estabelecimento, em diversos países comunistas, de tiranias pessoais e a profunda crise na política e ideologia comunista.

Enquanto essa definição, elaborada em terminologia marxista, encapsula a crise geral do comunismo mundial, sua extensão e intensidade,

Índice do Nível de Crise nos Estados Comunistas

	URSS	CHINA	ALEMANHA ORIENTAL	POLÔNIA	TCHECOSLOVÁQUIA	HUNGRIA	ROMÊNIA	BULGÁRIA	IUGOSLÁVIA	VIETNÃ	CUBA	CORÉIA DO NORTE	ANGOLA	MOÇAMBIQUE	ETIÓPIA
O Socialismo perdeu seu atrativo para as massas	1	2	1	3	2	3	3	1	2	2	3	1	3	3	3
Pessimismo social acerca do futuro	2	0	1	3	2	3	3	1	2	2	3	2	3	3	3
Padrão de vida caindo	2	0	1	3	2	2	3	1	3	3	3	2	3	3	3
Partido comunista desanimado	2	0	0	3	2	2	3	1	2	1	1	0	1	3	1
Atividades religiosas aumentando	1	0	0	3	1	1	0	0	1	0	1	0	0	0	1
Nacionalismo colidindo com ideologia	1	0	1	3	2	3	2	1	3	1	1	1	2	1	2
Privatização econômica aumentando	1	2	1	2	1	3	0	0	2	1	0	0	1	1	0
Oposição política socialmente ativa	1	1	1	3	1	2	0	0	2	0	0	0	3	3	2
Pluralização política abertamente exigida a partir de baixo	2	2	0	3	1	3	1	0	3	0	1	0	2	2	2
Regime em defensiva quanto a direitos humanos	2	1	1	1	2	1	3	1	2	2	2	2	1	2	3
TOTAIS NACIONAIS	15	8	7	27	16	23	18	6	22	12	15	8	19	21	20

Escala numérica:
- 3 = muito verdadeiro
- 2 = verdadeiro
- 1 = parcialmente verdadeiro
- 0 = não-verdadeiro

Níveis de crise entre os regimes comunistas:
- Abaixo de 10 = não em crise — quatro países
- 10 a 19 = crise — seis países
- Acima de 19 = crise grave — cinco países

ela difere entretanto de país para país. A tabela anterior é um sumário aproximado — e admitidamente impressionista — da intensidade dessa crise dentro dos Estados comunistas individuais. Para o comunismo, o sucesso político equivale a controle efetivo, e quanto menos coerção é necessária para assegurar e manter o controle total, tanto maior o sucesso. De acordo com isso, mesmo que nem todas as categorias sejam necessariamente de igual importância, uma alta marca cumulativa indicaria o malogro em alcançar uma estrutura política leninista efetivamente operacional para remodelar a sociedade e para construir uma economia eficiente centralmente planejada.

Dos quinze regimes relacionados, nenhum deles teve o cômputo quase perfeito que representaria um sistema leninista economicamente próspero, genuinamente apoiado pelo povo. Apenas quatro alcançaram uma contagem abaixo de dez, que indicaria a ausência de um estado de crise. Cinco, entretanto, alcançaram uma contagem de vinte ou mais, o que significa uma condição de crise grave. Além disso, dos quatro relativamente mais "bem-sucedidos", o mais importante, China, evitou uma condição de crise em grande parte diluindo em uma frente ampla sua práxis comunista. Isso possibilitou ao regime gerar alguma atração social e otimismo, mas ao custo de romper com alguns dos princípios centrais da doutrina comunista. Os outros três — Alemanha Oriental, Bulgária e Coréia do Norte — se demonstraram mais eficientes tanto na manutenção da repressão social como na administração da economia estatal. Encontraram também menos resistência da sociedade no processo de transformação comunista. Todos os outros regimes comunistas estão em variados estágios de crise. Seus esforços para criar um novo sistema não resultaram em economias inovadoras e produtivas e geraram um crescente descontentamento social e, em alguns casos, até político. Assim, dado o agravamento da crise geral do comunismo, é apropriado formular um diagnóstico final do desempenho do comunismo e um prognóstico de suas perspectivas para o século seguinte.

Capítulo

22

O Registro Histórico

A crise geral do comunismo está profundamente arraigada em seu deficiente registro histórico. Seu atrativo inicial era, em grande parte, derivado do fato de que, nos estágios iniciais do século XX, muitos dos sistemas existentes — mesmo os democráticos — eram indiferentes às dores e injustiças da fase capitalista inicial do desenvolvimento industrial. É também um fato, entretanto, que nenhum regime comunista jamais tenha tomado o poder como resultado do desejo livremente expresso do povo. Nenhuma elite governante comunista — mesmo após décadas no poder — tem estado disposta a procurar a legitimidade política permitindo a seu povo exercer a livre escolha quanto à continuação do comunismo. Essa relutância em submeter o comunismo ao teste democrático resulta, em parte, do senso de missão maniqueísta e autodeterminado inerente à doutrina marxista-leninista e, em parte, do conhecimento de que o comunismo no poder não foi bem-sucedido em satisfazer o desejo social de bem-estar material e felicidade pessoal. Até hoje não existem casos de fugas significativas *para* os sistemas comunistas por pessoas atraídas por seu modo de vida, embora o desejo de abandonar o comunismo seja tão evidente no caso do sistema soviético, de 72 anos, como o é no do sistema da Polônia, com quarenta anos, e do sistema do Vietnã, com quinze anos.

Além disso, o desempenho histórico do comunismo como sistema de organização social envolveu uma dolorosa desproporção entre o ma-

ciço sacrifício humano cobrado à força do povo e alguns dos inegáveis benefícios sócio-econômicos alcançados por esse meio. As comparações dos países comunistas e não-comunistas em estágios similares de desenvolvimento sócio-econômico — tais como Alemanha Oriental e Tchecoslováquia com a Alemanha Ocidental, a Polônia com a Espanha, a Hungria e a Iugoslávia com a Áustria, e a Itália e a China com a Índia — indicam que, virtualmente, nenhum regime comunista melhorou sua posição *vis-à-vis* seu rival comparável em termos de PIB, comércio em mercados mundiais competitivos ou padrão doméstico de vida. (Veja Apêndice.) Apenas a China avançou mais que a Índia, que era ela própria uma vítima de um sistema econômico excessivamente burocratizado e quase socialista, mas apenas depois que Pequim iniciou seu recuo da ortodoxia marxista-leninista. A União Soviética ficou mais para trás, não apenas dos Estados Unidos, como também do Japão. Entre 1960 e 1988, com uma população de menos que a metade da União Soviética, o Japão igualou-a essencialmente no PIB depois de apresentar uma proporção de mais de três por um no início.

As economias comunistas estão ainda mais para trás em termos de competitividade global. Em 1985, enquanto o comércio total dos EUA e Japão nos mercados competitivos achava-se em 576 bilhões de dólares e 308 bilhões de dólares, respectivamente, o equivalente soviético era de 66 bilhões. Adicionalmente, o perfil comercial de Moscou se assemelhava ao de um país do Terceiro Mundo. Quase três quartos de suas exportações provinham de indústrias de extração, sendo os combustíveis responsáveis por 49%, ouro por 18%, madeira por 4% e diamantes por 2%. Os países comunistas — com aproximadamente um terço da população mundial — eram responsáveis por apenas 10% das explorações globais, meros 3% de inovações tecnológicas e apenas 1% de assistência econômica aos países em desenvolvimento. Toda a Europa Oriental exportou menos maquinaria às democracias industrializadas do que o fez Cingapura.

O desempenho deficiente do comunismo também é refletido nos padrões domésticos de vida. Quarenta anos após a Segunda Guerra Mundial, o governo soviético ainda raciona carne, e há pouco começou a racionar o açúcar. De acordo com a revista semanal soviética *Nedelya*, de 27 de junho a 3 de julho de 1988, os residentes da cidade e região de Sverdlovsk receberam "cupons amarelos-claros de cartões de racionamento de alimentos. Há uma pessoa autorizada em cada quarteirão para distribuí-los. Cerca de oitocentos gramas de salsichas cozidas por mês... quatrocentos gramas de manteiga. E dois quilos de carne por ano — para os feriados de maio e outubro. Em alguns domingos não há sequer macarrão ou flocos de cereais". *Nedelya* acrescentou: "Por enquanto, é melhor não falar sobre a *perestroika* para essas pessoas".

As estatísticas soviéticas oficiais liberadas na era da *glasnost* indi-

cam que aproximadamente 40% da população inteira e 79% dos idosos vivem na pobreza. De acordo com o escritor soviético N. M. Rimashevstaya, apenas um terço dos lares soviéticos tem água corrente quente e outro terço nem sequer tem água corrente fria. *Izvestia* também relatou, em 26 de janeiro de 1986, que a família de quatro membros de um trabalhador não-qualificado precisa viver tipicamente por mais de oito anos em um único quarto de 2,5m × 2,5m antes que acomodações um pouco melhores fiquem disponíveis. Portanto, não é exagero afirmar que os pobres do Ocidente vivem no mesmo nível material que a classe média da União Soviética.

A estatística de propriedade de automóveis — um indicador grosseiro da disponibilidade de bens de consumo — conta uma história similar. Os países ocidentais quase alcançaram um ponto de saturação no consumo de automóveis. Em 1983, havia um carro para cada 1,8 americano, 4,4 japoneses, 2,5 alemães e 2,8 italianos, mas um para 14,2 soviéticos, 5,8 tchecos e 10,8 poloneses. É um fato impressionante que os negros possuam mais automóveis *per capita* na África do Sul do que os cidadãos na União Soviética.

Agravando essas deficiências econômicas aparece a crescente crise ecológica em diversos Estados comunistas. Na Europa Oriental, a situação tornou-se particularmente dramática em grande parte da Polônia e alguns setores da Alemanha Oriental e Tchecoslováquia. Na União Soviética, as regiões industriais, em geral, tornaram-se grandemente poluídas com o problema relatado como especialmente grave na Armênia, onde resíduos industriais altamente tóxicos são rotineiramente despejados nos rios. Todos os Estados comunistas, com sua obsessão pelo rápido crescimento industrial, foram grosseiramente negligentes, deixando de tomar sequer as medidas mais elementares para proteger o meio ambiente e foram culposamente lentos em reagir ao agravamento da crise. A deterioração ecológica, emparelhada com instalações de saúde pública inferiores, sem dúvida, contribuiu para alguns aumentos alarmantes nas taxas de mortalidade em todos os grupos etários, em todos os países do bloco soviético. Um menino nascido hoje na União Soviética, tem — de acordo com os estudos comparativos de Nick Eberstadt, do Centro Para Estudos Populacionais de Harvard — uma expectativa de vida menor do que um nascido no México.

Nada do que se disse antes nega o fato de que os Estados comunistas deram passos em particular no desenvolvimento da indústria pesada e — em especial nas fases iniciais de seu governo — no bem-estar social e na educação. Entretanto, o progresso assim alcançado foi adquirido a um custo humano impressionante. Nenhum experimento de reconstrução social em toda a história humana envolveu um preço mais alto em termos humanos — ou foi tão pleno de desperdício — como o encontro da humanidade com o comunismo durante o século XX. Ninguém pode medir precisamente o custo total, porque esses regimes

cobravam a taxa física em condições altamente secretas e porque o dano psicológico e cultural intangível associado não se presta a estimativas quantitativas. Não obstante, uma estimativa grosseira é possível em relação às categorias específicas de sofrimento humano infligidas pelos regimes marxistas-leninistas no processo da transformação comunista da sociedade. As atuais denúncias soviéticas e chinesas de excessos passados — todas as quais proporcionaram muitos dados adicionais sobre os custos humanos do experimento comunista em planejamento social — facilitam essa tarefa e tornam suas conclusões mais críveis aos ocidentais céticos.

O custo humano incluiu:

1. *Execuções sumárias no processo da tomada do poder*. Sem contar as mortes em combate na guerra revolucionária ou civil, pode-se estimar que tais execuções somaram no mínimo um milhão de pessoas na União Soviética, vários milhões na China, cerca de cem mil na Europa Oriental e pelo menos 150 mil no Vietnã.

2. *Execuções de opositores e resistentes políticos após a aquisição do poder*. Esses assassinatos geralmente tiveram lugar durante um período de vários anos, enquanto os comunistas consolidavam seu domínio sobre o país. Uma estimativa grosseira deve colocar esses números em mais ou menos no mesmo nível daqueles da primeira categoria, somando uma taxa combinada e cautelosa de mortes para as duas primeiras categorias em cerca de cinco milhões.

3. *Extermínio de todas as pessoas pertencentes a várias categorias sociais, destinadas a se tornarem potencialmente hostis, não se respeitando as verdadeiras atitudes das vítimas*. Esses grupos incluíam tipicamente antigos oficiais militares, funcionários do governo, aristocratas, proprietários de terras, sacerdotes e capitalistas. Alguns foram executados e outros colocados em campos de trabalhos forçados, onde a maioria perecia. Enquanto as estimativas para essa categoria devem ter um amplo espectro, mesmo as recentes revelações soviéticas, leste-européias e chinesas indicam que os números foram substanciais, certamente não menores do que três milhões a cinco milhões de pessoas.

4. *Liquidação do campesinato independente*. Essa categoria era tipificada pela eliminação física da classe *kulak* na União Soviética, através de execuções e mortes em campos de trabalhos forçados. Com os números soviéticos e chineses nos múltiplos de milhões e os do Vietnã e Coréia do Norte nas poucas centenas de milhares, uma estimativa mínima de mortes nessa categoria deve estar acima de dez milhões de pessoas.

5. *Mortes associadas com deportações em massa e recolonização forçada*. Essas políticas, que figuraram proeminentemente nos impulsos de coletivização na União Soviética, Europa Oriental e, em particular, na China durante a campanha contra os proprietários de terra e no estabelecimento das comunas camponesas durante o Grande Sal-

to para a Frente, produziram fomes maciças, epidemias e outros desastres. Qualquer estimativa deveria também levar em conta a política soviética de deportar povos não-russos suspeitos, tais como, muitos letões, lituanos e estonianos das repúblicas bálticas, poloneses das regiões ocidentais da União Soviética, tártaros da Criméia e outros, para áreas remotas da Sibéria. As recentes estimativas soviéticas colocam o número de vítimas na faixa de sete milhões a dez milhões apenas para a União Soviética, enquanto algumas estimativas para a China colocaram seu total em cerca de 27 milhões. Uma soma cautelosa, embora ainda apavorante, estaria em pelo menos trinta milhões de vítimas.

6. *Execuções ou mortes de comunistas expurgados em campos de trabalhos forçados.* Na União Soviética, o número de comunistas deslocados no curso das lutas pelo poder e vários expurgos, e então liquidados, entre 1936 e 1938, pode ser seguramente estimado em mais de um milhão. Na Europa Oriental, no final da década de 1940 e início da de 1950, dezenas de milhares de comunistas foram mortos ou aprisionados. Na China — particularmente na Revolução Cultural — vários milhões sofreram um destino similar.

7. *Cicatrizes físicas e psicológicas devidas à prisão prolongada e trabalhos forçados.* Na União Soviética, as anistias de meados da década de 1950 provocaram a libertação de vários milhões de pessoas, que, em alguns casos, haviam passado até vinte anos encarceradas sob as condições mais severas. Anistias similares tiveram lugar na Europa Oriental, após a denúncia de Stalin por Khrushchev, em 1956, e na China, após o final da Revolução Cultural, no início da década de 1970.

8. *Perseguição das famílias das vítimas do regime.* Na União Soviética, as famílias daqueles que se enquadraram nas primeiras seis categorias foram submetidas a punições, abrangendo da execução ao aprisionamento, à deportação e à discriminação para moradia e emprego.

9. *Um clima socialmente difundido de medo e de isolamento pessoal e político.* Categorias sociais inteiras — que não as dos trabalhadores ou camponeses pobres — foram expostas a manifestações de hostilidade ideológica por parte do funcionalismo durante grande parte da era da reconstrução social forçada comunista.

Esses custos sociais — que incluem em um mínimo cerca de cinqüenta milhões de mortes — representam, sem dúvida, o experimento mais extravagante e devastador jamais tentado em planejamento social. Dada a atual inclinação dos regimes comunistas a reconhecer que muito de seu passado envolve um fracasso arraigado em "erros e excessos" e que uma mudança significativa em suas políticas é necessária, a tragédia humana torna-se ainda maior. Em outras palavras, os governantes soviéticos, chineses e do Leste europeu reconheceram que os "excessos" comunistas passados foram sócio-economicamente improdutivos, em adição ao fato de terem sido eticamente repugnantes.

O grande fracasso do comunismo envolveu, dessa maneira, em resumo, a destruição perdulária de muito talento social e a supressão da vida política criativa da sociedade; custos humanos excessivamente altos para os ganhos econômicos efetivamente alcançados e, ao final, um declínio na produtividade econômica por causa da supercentralização estatal; uma deterioração progressiva no sistema de bem-estar social excessivamente burocratizado, o qual representava de início o principal benefício do poder comunista; e o atrofiamento através dos controles dogmáticos, do crescimento científico e artístico da sociedade.

Esse fracasso histórico, agora explicitamente reconhecido pelos líderes comunistas que advogam as reformas, tem raízes mais profundas do que os "erros e excessos" finalmente lamentados. Ele originou-se das deficiências operacionais, institucionais e filosóficas do experimento comunista. Efetivamente, estava profundamente encravado na própria natureza de práxis marxista-leninista.

A nível operacional, o estilo da tomada de decisões marxista-leninista contribuiu para uma atmosfera de paranóia e para uma confiança crescente na força para a resolução de problemas sociais e políticos. Todos os líderes comunistas de cúpula — Lenin, Stalin, Mao ou suas contrapartes imitativas na Europa Oriental ou no Terceiro Mundo — comportaram-se como se fosse uma conspiração no poder, um sacerdócio secreto, cujas deliberações tinham que ser escudadas de um mundo hostil. O mistério e o segredo rodeavam seus atos, suas personalidades e até suas famílias. Ao mesmo tempo, uma vez que percebiam a si mesmos como dotados de uma visão única da história humana e, dessa maneira, autorizados a remodelar o futuro da humanidade pela força, se necessário, desconfiavam profundamente de qualquer pessoa que não partilhasse de sua perspectiva peculiar. A injunção "quem não está conosco está contra nós" alimentou um estilo operacional que traduziu crítica em hostilidade, dificuldades em sabotagem e pontos de vista alternativos em traição. Naquele contexto, a correção da política apenas podia ocorrer após calamidades catastróficas.

As deficiências institucionais aumentaram essa deformidade operacional. O estilo operacional comunista ajudou a produzir sistemas políticos que não continham válvulas de segurança ou mecanismos de alarme precoce. Os sinais de mal-estar eram inerentemente retardados em atingir o topo; informações errôneas a serviço próprio fluíam para cima mais rapidamente; o medo inibia a auto-análise aberta. Um líder agarrava-se ao poder político, enquanto conseguia sobreviver física e politicamente, e sua substituição emergia normalmente através de um conflito político debilitante, que maximizava as tendências maniqueístas já notadas. A ausência de mecanismos para mudar governantes que apresentavam um desempenho pobre, tornava o controle do poder efetivo, e não o sucesso ou fracasso da política, no critério-chave para a liderança durável.

Ainda mais fundamentais foram as raízes filosóficas do fracasso. Em análise final, as políticas marxistas-leninistas eram derivadas de um julgamento errôneo básico da história e de uma concepção errônea fatal da natureza-mãe. Finalmente, o fracasso do comunismo é, portanto, intelectual. Ele deixou de levar em conta a ânsia humana básica pela liberdade individual, pela auto-expressão artística ou espiritual e cada vez mais — na era da palavra escrita e das comunicações de massa — pela escolha política. Também negligenciou a conexão orgânica entre a produtividade econômica e a inovação e, por outro lado, o anseio individual pelo bem-estar material pessoal. O comunismo abafou assim a criatividade social, mesmo enquanto se apresentava como o sistema social mais criativo e inovador.

Esse fracasso intelectual também afligiu o comunismo a nível internacional. O marxismo-leninismo não antecipou ou compreendeu as forças básicas que moldaram os negócios internacionais do século XX. Subestimou os papéis da etnia e do nacionalismo, com o resultado de que os conflitos nacionais intercomunistas vieram como um choque. Aqueles conflitos, por sua vez, foram intensificados pela inclinação resultante das facções comunistas a encararem uma à outra como doutrinárias heréticas. Esse foi o caso das disputas ideologicamente destrutivas soviético-iugoslavas e sino-soviéticas. O comunismo também interpretou erradamente o apelo da religião, e assim estava despreparado para a resistência baseada na religião Católica Romana na Polônia ou pela revivescência do Islã dentro da própria União Soviética. Por último, mas não menos importante, a revolução tecnotrônica, que transformou tanto a natureza da distribuição do poder e da estrutura social no seio das sociedades capitalistas avançadas, encontrou os marxistas-leninistas ainda aferrados a conceitos ultrapassados, derivados das fases iniciais da Revolução Industrial.

Cumulativamente, esses fatores operacionais, institucionais e filosóficos contribuíram para políticas que, por fim, não apenas tinham de resultar na crise geral do comunismo, como também tinham de originar uma incerteza crescente sobre seu futuro.

Capítulo

23

Perspectivas Futuras

> No ano 2017, cem anos após a Revolução Bolchevique, os tapumes estão cobrindo o mausoléu Lenin na antiga praça Vermelha, agora rebatizada praça da Liberdade. Os tapumes estão mascarando a reconstrução do mausoléu para servir de entrada a um estacionamento subterrâneo destinado a acomodar as massas de turistas que visitam a exibição permanente, recém-inaugurada no Kremlin, intitulada "Cem Anos Desperdiçados — Cinqüenta Milhões de Vidas Desperdiçadas".

O texto acima não é realmente tão remoto como pode parecer de início. Com efeito, essa notícia imaginária de Moscou no ano 2017 é quase tão provável quanto a noção de que o presente sistema irá permanecer até então, em grande parte, sem mudanças e que, no centenário da Revolução Bolchevique, ainda um outro líder soviético estará prometendo prosperidade ao povo soviético, culpando, ao mesmo tempo, seus predecessores — incluindo, nessa época, Gorbachev assim como Brejnev e Stalin — pelas deficiências em curso.

Gorbachev desencadeou forças que tornam a descontinuidade histórica mais provável do que a continuidade. Qualquer análise do futuro do comunismo na União Soviética depende portanto da resposta a uma pergunta: será a política de Gorbachev um sinal de renovação ou de desgaste do comunismo? Apesar da retórica de Gorbachev sobre

a vitalidade do comunismo, a resposta à questão deve apontar em direção ao desgaste e não à renovação. Até o ponto que sua *perestroika* até agora envolveu quaisquer mudanças tangíveis, tais mudanças têm estado afastadas dos princípios do marxismo-leninismo, tanto em termos de teoria como de prática. Na Europa Oriental e na China, onde reformas tangíveis foram tanto mais ousadas como mais pragmáticas, essa tendência é ainda mais pronunciada.

Um impulso geral no seio do comunismo contemporâneo, inclusive na União Soviética, é abandonar o que outrora era considerado essencial. No plano econômico, a propriedade social ou estatal na agricultura, no setor de serviços e mesmo na indústria está sendo alijada ou comprometida em graus variados. O planejamento central e o sistema de preços também estão sob ataque, com um movimento hesitante em direção a alguma forma de mecanismo de mercado. No plano político, o controle total comunista sobre os meios de comunicação está se rompendo. A doutrinação ideológica está dando lugar ao entrincheiramento ideológico contra influências "estrangeiras". O domínio do partido único sobre o diálogo político da sociedade está cada vez mais sob assédio em vários Estados comunistas. Apenas o monopólio comunista das alavancas do poder político ainda permanece essencialmente incólume.

Além disso, a ideologia comunista está sendo desacreditada não apenas pela experiência prática, como também pelos próprios governantes comunistas. Empenhando-se em uma forma de *strip-tease* histórico, eles têm repudiado — despindo, por assim dizer — camada por camada de seu próprio passado doutrinário. Os verdadeiros crentes devem estar começando a perguntar-se o que foi deixado do legado, quando vêem vinte anos da fase Brejnev denunciados como a era da estagnação e da corrupção; quando ficam sabendo que Khrushchev, antes denunciado por sua década de "esquemas temerários", foi na verdade um precursor prematuro da *perestroika*; quando testemunham a caracterização de um quarto de século de stalinismo como criminalidade absoluta; e enquanto alguns deles murmuram que o revisionismo de Gorbachev envolve os inícios da rejeição *de facto* do leninismo. Similarmente, na China, o outrora saudado maoísmo está sendo criticamente reexaminado, enquanto na Europa Oriental a maior parte dos antigos líderes comunistas foram postumamente estigmatizados como stalinistas. Tudo isso desnuda o marxismo-leninismo-stalinismo aos olhos nus do marxismo — e o marxismo do século XIX dificilmente pode proporcionar as linhas de orientação necessárias para lidar com os problemas do mundo às vésperas do século XXI.

O comunismo encontra-se, dessa forma, em um recuo histórico. Irá esse recuo produzir sistemas mais produtivos economicamente e mais pluralistas politicamente? Aqui, a resposta varia de país para país. Quanto à União Soviética, o ceticismo está na ordem do dia. Pelas razões desen-

volvidas nos primeiros dois capítulos, são remotas as chances de que as políticas de Gorbachev venham a produzir uma economia globalmente competitiva e um sistema político no qual o povo pratique o autogoverno sob a tutela benigna de um partido comunista algo desengajado. O legado leninista antidemocrático, o caráter multinacional do Estado e as tradições centralistas profundamente encravadas, tudo conspira para podar a receptividade social à efetiva devolução das responsabilidades políticas e administrativas e assim prevenir tal desenvolvimento positivo.

A pluralização bem-sucedida da União Soviética é menos provável do que quatro resultados alternativos. O primeiro é uma crise sistêmica prolongada e inconclusiva, durando sem qualquer resolução claramente definida por mais de uma década e periodicamente pontuada por erupções de turbulência social por parte das massas urbanas cada vez mais insatisfeitas economicamente e, em particular, por parte dos povos não-russos mais inquietos politicamente. A segunda possibilidade é a estagnação renovada, quando o turbilhão por fim diminuir e as tradições centralistas inerentes na parte russa se reafirmarem. Em algum ponto, isso poderia levar à terceira possibilidade, um golpe dos militares e do KGB (talvez mesmo em conjunção com a morte extemporânea de Gorbachev), publicamente justificado por apelos emocionais ao nacionalismo grão-russo. O quarto resultado potencial — nesse estágio, uma possibilidade muito mais remota — envolve a transformação final da prolongada crise em uma derrubada direta e explícita do regime comunista, precipitando o cenário imaginário delineado no começo dessa seção. O último resultado poderia envolver também a fragmentação da União Soviética como Estado único, provocando inevitavelmente uma violência étnica nacional interna em larga escala.

A alternativa mais provável — uma crise sistêmica prolongada e inconclusiva, que poderia, ao final, se transformar em um período renovado de estagnação — iria aprofundar ainda mais a crise geral do comunismo, contribuir para uma diversidade aumentada entre os Estados comunistas e acelerar o processo de dissolução ideológica. Iria também, inevitavelmente, intensificar as tensões nacionais dentro da União Soviética, reforçando, ao mesmo tempo, as aspirações separatistas. Em qualquer caso, ao desencadear as paixões sociais no contexto de um vácuo ideológico produzido pelo descrédito da doutrina oficial, Gorbachev criou uma abertura não apenas para a revivescência do nacionalismo grão-russo, como em particular para a auto-afirmação dos nacionalismos não-russos. Como resultado, Gorbachev colocou involuntariamente na agenda da história a possibilidade do desmantelamento real da União Soviética.

Quanto mais durar a *perestroika*, tanto mais as aspirações nacionais não-russas irão crescer. É apenas uma questão de tempo — e talvez mesmo de um tempo relativamente curto — até que o fermento

nacional em favor de uma maior devolução de autoridade de Moscou às capitais republicanas seja transformado em exigências explícitas de soberania nacional. Isso já começou a acontecer nas recém-conquistadas Estônia, Letônia e Lituânia, e também está começando a acontecer nas religiosa e culturalmente diversas Armênia, Azerbaijão e Geórgia. Em pouco tempo, isso poderá também ocorrer provavelmente não apenas nos predominantemente islâmicos Tajiquistão, Turcomenistão, Usbequistão e Casaquistão, mas também — mais perigosamente do ponto de vista de Moscou — na Ucrânia eslava e na Bielo-Rússia (apesar da avançada russificação da última). Destas, a Ucrânia — com sua grande população e ricos recursos naturais — posa como a ameaça potencialmente mais grave à própria sobrevivência da União Soviética. Assim, é de fato possível que, por ocasião das primeiras décadas do século XXI, a maior região do mundo assediada por intensos conflitos nacionalistas seja a União Soviética — um desenvolvimento que representaria a vitória final do apelo do nacionalismo sobre o comunismo.

A única solução construtiva para a *desunião* soviética que se intensifica nacionalmente, compatível com as metas professadas pela *perestroika* — isto é, descentralização econômica e pluralismo político —, não é um retorno coercitivo à "União" Soviética imperial, mas um movimento em direção a uma genuína confederação soviética. Entretanto, uma confederação verdadeiramente voluntária pode não mais ser uma opção prática, dadas as exaltadas emoções nacionais dos não-russos. Além disso, em qualquer caso, a devolução do controle real por parte de Moscou, tanto econômico como político, iria significar praticamente o fim do império moscovita e da Rússia como um poder mundial — uma perspectiva certamente não agradável aos grão-russos.

Um golpe militar-policial destinado a terminar a prolongada crise e restaurar a dominação centralizada também contribuiria e talvez mesmo aceleraria o esmaecimento global do comunismo. Sob as circunstâncias existentes de uma ideologia vastamente ritualizada e de nacionalismos não-russos se afirmando crescentemente, um golpe voltado à restauração de um controle central mais efetivo, mesmo se justificado formalmente em termos doutrinários, teria que se apoiar nos sentimentos nacionalistas grão-russos para sua legitimação política. Isso poderia proporcionar o centro com a necessária base popular para a repressão dos nacionalismos não-russos. Mas é duvidoso que, descontando um retorno aos métodos stalinistas, tais nacionalismos possam ser inteiramente extirpados por mais tempo. As paixões nacionalistas foram liberadas da caixa de Pandora. Na era do nacionalismo, a tampa não pode ser mais fechada firmemente.

Entrementes, a *glasnost* já ajudou a estimular manifestações públicas mais extremas de nacionalismo grão-russo. Algumas beiram o chauvinismo furioso. *Pamyat*, a surpreendentemente ativa e influente sociedade pública russa, capitalizou o fato de que o descrédito gradual

da ideologia oficial deixou um vácuo que o nacionalismo pode preencher com a maior facilidade. Como resultado, *Pamyat* tocou uma corda responsiva entre os grão-russos, que estão cada vez mais ressentidos com o dano causado à sua herança nacional por setenta anos de comunismo (que *Pamyat* atribui a influências sionistas e maçônicas) e também crescentemente temerosos de que uma crise possa apressar o desmantelamento de seu império.

Enquanto um arranjo de flores no posto externo da fronteira soviética na ferrovia de Helsinque a Leningrado ainda exibe um *slogan* otimista — "Estamos vivendo em uma era em que todos os caminhos levam ao comunismo" — todas as variantes futuras para a União Soviética implicam um recuo do comunismo. O sucesso para a *perestroika* iria implicar uma significativa diluição da práxis comunista. Uma turbulência prolongada iria sinalizar a incapacidade do sistema político para efetuar uma transferência estável da autoridade para uma sociedade mais dinâmica e autogovernante. A estagnação renovada significaria que o comunismo não consegue crescer criativamente Um golpe repressivo, baseado no nacionalismo e na ideologia, iria desacreditar a União Soviética a nível internacional, enquanto a fragmentação representaria uma derrota histórica. Assim, no incerto futuro da União Soviética, encontram-se dinâmicas sociais e políticas inimigas do prestígio do comunismo e das perspectivas globais.

As mudanças políticas e sociais na Europa Oriental também são passíveis de intensificar a crise geral do comunismo. Essas mudanças irão diferir de Estado para Estado e serão impelidas tanto por impulsos nacionalistas, como por um novo senso de coletividade supranacional. Os primeiros poderiam intensificar os conflitos nacionais — tais como a disputa húngaro-romena sobre a Transilvânia — enquanto o último corre o risco de resultar na reposição dos últimos vestígios latentes do internacionalismo comunista pelo apelo crescente de uma Europa cada vez mais *unida*. Enquanto a Europa Ocidental marcha em direção a uma unidade orgânica econômica mais genuína, e sua unidade política emerge na onda da unificação econômica, a atração histórica e cultural da Europa para os europeus do Leste irá aumentar de modo dramático. Isso será reforçado pelo alto interesse econômico dos europeus orientais em se tornarem mais intimamente identificados com a Europa. Uma Europa progressivamente mais unida, economicamente mais dinâmica e culturalmente atraente irá constituir um contraste dramático e magnético para uma União Soviética, seja turbulenta, seja estagnada.

Como conceito unificador e como modelo de desenvolvimento social, o comunismo não é mais, portanto, relevante para a Europa Oriental. Como conceito, não tem qualquer atrativo intelectual remanescente. Como modelo, está desacreditado mesmo entre as elites governantes. Duas perguntas pertinentes se levantam. Primeiro, como irá ocorrer

o processo de desmantelamento das instituições comunistas existentes? Segundo, irá o mesmo levar a sistemas mais afins às democracias ocidentais ou às ditaduras nacionalistas?

A imagem corre o risco de ser muito confusa. Quase todos os estados do Leste europeu irão buscar laços mais íntimos com a Europa Ocidental, com a liderança provavelmente mantida pela Hungria e Polônia. Esses dois países irão, com toda probabilidade, sustentar também seu *status* como líderes no progressivo desmantelamento dos arranjos institucionais impostos pelos soviéticos. Em ambos, a emergência de uma sociedade civil autônoma, não sujeita a um controle comunista efetivo, irá continuar a estreitar o alcance do poder político arbitrário e impelir a ressurreição de uma vida política autêntica. Ambos são assim passíveis de alcançarem, adiante dos outros Estados do Leste europeu, a linha divisória pivô entre um regime comunista defensivo, em recuo, crescentemente tolerante, embora ainda — em termos de poder político — monopolista, e o aparecimento de uma democracia genuinamente pluralista com verdadeira liberdade de escolha política.

Cruzar essa linha será difícil. Nenhum regime comunista até agora atravessou pacificamente essa divisória invisível. A Hungria é o melhor candidato para uma transição pacífica. É menor e geopoliticamente menos nevrálgica para os soviéticos, o que significa que Moscou é menos passível de empenhar-se em interferências discursivas na evolução interna do país. Sua elite política é mais sábia e sente-se bastante mais segura do que a da Polônia. Tudo isso poderia permitir a progressiva transformação da emergente sociedade civil húngara em uma sociedade política, com características genuinamente pluralistas. Na Polônia, a despeito do fato de que sua sociedade afirmou sua auto-emancipação política mais vigorosamente do que a Hungria, as perspectivas para uma transição inteiramente pacífica podem não ser realmente tão boas. O próprio vigor dos sentimentos nacionais poloneses e a fraqueza extrema dos governantes comunistas sugere que uma fase de turbulência pode ser o concomitante inevitável da morte do comunismo — embora muito dependa, naturalmente, do grau de aquiescência soviética a esse processo.

Em outras partes, o padrão pode estar ainda mais confuso. A Alemanha Oriental tornou-se uma Prússia comunista, disciplinada, motivada e produtiva. Pode permanecer assim por um bom período, especialmente desde que a Alemanha Ocidental contribua de forma generosa para seu bem-estar econômico. Entretanto, seu sucesso é passível de tornar-se associado mais com suas tradições nacionais e culturais distintas do que com o comunismo como tal. A Tchecoslováquia pode seguir o modelo húngaro-polonês em desmantelar progressivamente as instituições derivadas dos soviéticos e de buscar laços mais íntimos com a Europa. Qualquer turbulência interna soviética prolongada irá aju-

dar a reviver os sentimentos que outrora motivaram a Primavera de Praga, impulsionando assim um novo período de fermento político. A Romênia e a Bulgária provavelmente serão os retardatários no processo, mas com ambos se baseando cada vez mais em impulsos nacionalistas para definir suas políticas domésticas.

A natureza da resposta soviética à mudança política na Europa Oriental irá influenciar significativamente o passo e a extensão da mudança dentro da própria União Soviética. Uma União Soviética que tolere a mudança na Europa Oriental corre mais riscos de ser uma União Soviética que se empenhe em uma busca prolongada, talvez difícil de compreender e quase certamente turbulenta de sua *perestroika* doméstica. Uma União Soviética que tente infligir duras sanções à mudança na Europa Oriental é passível de ser uma União Soviética que está, ela própria, se diluindo e desacelerando suas reformas. Com efeito, o fim efetivo da *perestroika* de Gorbachev poderia ser o preço a ser pago pela preservação do império externo. Em qualquer caso — seja buscando ativamente juntar-se a uma Europa maior ou novamente sujeita à repressão patrocinada pelos soviéticos —, a Europa Oriental provavelmente será um entrave à postura global do comunismo.

Apenas na China os desenvolvimentos atuais parecem assinalar a renovação da vitalidade do comunismo. Mas, mesmo aqui, o caso pode não ser inteiramente crível. Como já indicado, o regime chinês tem mais chance de ser bem-sucedido do que de falhar em seus atuais esforços para estimular a rápida entrada da China na próspera região costeira do Pacífico. Ela o fará, entretanto, através de políticas que têm cada vez menos a ver com a doutrina marxista-leninista e mais em comum com as políticas economicamente bem-sucedidas, utilizadas por alguns dos vizinhos não-comunistas da China, inclusive a ênfase no comércio exterior como fonte de estímulos para o crescimento interno. Comercialmente, e também parcialmente corrompido, o comunismo pode atingir altas taxas de crescimento econômico, mas com níveis realmente baixos de ortodoxia ideológica. Qualquer sucesso econômico na China irá servir de argumento para um maior abandono da doutrina e como exemplo para outros Estados comunistas, tais como o Vietnã e Coréia do Norte. A ortodoxia doutrinária será, desse modo, ainda mais minada.

Não é necessariamente verdadeiro que reveses nos programas econômicos da China iriam, de alguma maneira, revitalizar ou relegitimar a ideologia. Pelo contrário, qualquer falha desse tipo pode ser vista por muitos chineses como mais uma prova de que o sucesso econômico não é possível no cenário quase comunista e pode ser alcançado apenas por um abandono abrangente de todas as restrições marxistas-leninistas tradicionais à liberdade política. Assim, com o tempo, as dimensões políticas da mudança podem tornar-se cada vez mais importantes. A China está quase inevitavelmente destinada a experimentar tensões políticas cada vez mais intensas.

Com efeito, é impossível visualizar um processo de longo prazo para aumentar o pluralismo econômico sem o aparecimento de uma sociedade civil na China, que ao final comece a afirmar suas aspirações políticas. Isso poderá produzir um confronto difícil e mesmo potencialmente tempestuoso. Assim, em algum ponto, o sucesso econômico da China poderia ser o catalisador para uma crise política, que, por sua vez, poderia até mesmo colocar em risco tal sucesso econômico. Os líderes da China não podem evitar indefinidamente encarar o fato de que, em última análise, não existe qualquer casa intermediária entre o comunismo centralizado e uma sociedade descentralizada e auto-administrativa.

Fora dos regimes comunistas existentes, as oportunidades para a difusão do comunismo, seja pela revolução ou pela urna eleitoral, parecem ser muito limitadas. Com a fragmentação da teoria marxista-leninista, é cada vez mais provável que as atividades revolucionárias, em particular no Terceiro Mundo, sejam conduzidas de modo primário por causas nativas e motivadas por doutrinas híbridas que combinem alguns elementos do marxismo com fontes mais localizadas de apelo emocional e intelectual. O Sendero Luminoso no Peru ou a teologia da libertação na América Latina proporcionam um exemplo de tais adaptações. Formas adicionais — especialmente imbuídas de algum conteúdo religioso — provavelmente se manifestarão naquelas partes do mundo onde o desespero e a frustração levam à violência política.

Alguns elementos do marxismo estão destinados a fazer parte de quaisquer doutrinas residuais de revolução violenta e de reconstrução social coercitiva e rápida. A visão marxista da história é parte da herança intelectual do mundo e qualquer líder radical deliberada ou subconscientemente irá assimilar algumas noções marxistas em seu manifesto revolucionário. Mas tais elementos não serão mais apresentados como um todo integrado que deve ser aceito *in totum*. O marxismo-leninismo perdeu sua legitimidade histórica como um dogma abrangente.

Além disso, mesmo nas fileiras comunistas, surgiu uma ampla tendência em direção a um ecumenismo filosófico bastante reminiscente do que se manifestou em anos recentes na religião organizada. Um bom exemplo de tal pensamento "relativista" é a crescente inclinação dos comentaristas soviéticos a admitirem que a construção do comunismo na União Soviética envolveu distorções dogmáticas que privam a experiência soviética de qualquer validade universal. O pragmatismo intelectual e o sincretismo podem ser indicadores bem-vindos de intolerância intensificada, mas são também índices de crescente indiferentismo doutrinário — ou religioso. Tal indiferentismo é a primeira fase na dissipação progressiva de crenças essenciais. Envolve uma transição inerente do absolutismo ao relativismo, do dogma para a mera opinião. Essa transição é a agonia do comunismo.

Capítulo

24

Pós-comunismo

Um novo fenômeno — o pós-comunismo — está aparecendo agora. Embora o século XX não tenha se tornado a era do triunfo do comunismo, foi um século dominado por seu desafio. Esse desafio está recuando rapidamente, à medida que o próprio comunismo se desvanece. O paradoxo do futuro é que o "sucesso" do comunismo está sendo cada vez mais medido por sua capacidade de mover-se na direção de uma maior livre empresa e de desmantelar o controle direto do partido sobre a vida política da sociedade. De acordo com isso, um sistema pós-comunista será um no qual o definhamento do comunismo tenha avançado, ao ponto de nem a teoria marxista nem a prática comunista passada influenciarem muito — se alguma coisa — da política pública em curso. O pós-comunismo, muito simplesmente, será um sistema no qual os "comunistas" autodeclarados simplesmente não tratarão a doutrina comunista seriamente como o guia da política social: nem aqueles que a professam como fonte de legitimidade para seu poder, enquanto seu sistema se estagna sob o mesmo, nem aqueles que professam praticá-la, enquanto na realidade diluem com sucesso sua essência, nem aqueles que a rejeitam sem mais temer fazê-lo publicamente. Em variados graus, a União Soviética, a China e a Europa Oriental podem ser consideradas como se aproximando de uma tal fase pós-comunista.

O processo histórico em curso da emergência do pós-comunismo dá ênfase particular a duas questões críticas:

1. Irá a transição das ditaduras marxistas-leninistas levar gradualmente à democracia pluralista ou a alguma forma de autoritarismo nacionalista?
2. O que será visto como o legado político e intelectual do comunismo do século XX?

Com efeito, o problema da transição pós-comunista corre o risco de tornar-se intelectualmente o assunto mais interessante e politicamente o mais central pertinente ao que hoje ainda é chamado mundo comunista. Será, com toda a probabilidade, o dilema dominante confrontando esse mundo durante as próximas décadas e coloca não apenas temas analíticos, como também práticos. Além dos puros prognósticos, ele pede uma estratégia ocidental deliberadamente designada a realçar as perspectivas de uma transição pós-comunista para a democracia.

Em termos amplos, duas alternativas fundamentais de longo prazo existem para os regimes comunistas na esteira do grande fracasso do comunismo. A primeira é evoluir para sociedades crescentemente pluralistas. Isso significaria envolver de início vários graus de setores econômicos estatais e privados misturados, legitimados por uma fraseologia crescentemente socialdemocrata, que iria assim criar, em alguns casos, o ponto de partida para uma virada popularmente determinada em direção a um sistema predominantemente de livre empresa. A segunda é estagnar sob arranjos institucionais em grande parte existentes, com os que estão no poder, cedendo nas margens mas preservando o poder ditatorial através de uma coalizão militar-policial que se confie cada vez mais em apelos ao nacionalismo — mais do que em doutrina ritualizada — como a principal fonte de legitimidade política. Em ambos os casos, a questão subsidiária mais relacionada é se o movimento em qualquer direção é passível de ser evolutivo ou se irá provocar alguns levantes violentos.

Até aqui, o registro histórico não oferece muito encorajamento para a primeira alternativa. O caso é diferente dos regimes fascistas na Espanha e Portugal, que tornaram a mudança evolutiva possível, permitindo a existência de agrupamentos autônomos de atividade social e econômica, que, na junção crítica, puderam ser transformados em fontes pluralistas de atividades políticas. Os regimes do tipo soviético, entretanto, criaram um modo totalitário de organização social que impedia tal pluralismo político potencial. Mesmo na relativamente não totalitária Iugoslávia, a tradição monopolista do comunismo — arraigada especificamente no leninismo — trabalhou contra a emergência de fontes alternativas de liderança política que até agora têm obstruído a progressiva transformação do país em algo aproximado à social-democracia.

Além disso, como já foi notado, com o enfraquecimento da ideologia as elites comunistas estão tentadas por toda parte a reforçar e

legitimar seu poder através de apelos nacionalistas cada vez mais estridentes. Isso já aconteceu na Polônia comunista, onde uma liderança militar foi superimposta à liderança do partido. O mesmo tem ocorrido com menos liberdade, na União Soviética, mas essa tendência também é passível de intensificar-se com o crescimento da desilusão doutrinária. O nacionalismo forte é certamente manifesto entre os líderes chineses. Embora isso possa trabalhar contra a vitalidade continuada da doutrina comunista, o apelo ao nacionalismo tem o efeito de reforçar impulsos autoritários. O mesmo reforça aquelas instituições de poder que podem, com maior eficiência, traduzir símbolos nacionalistas em governo ditatorial, inibindo assim uma evolução democrática.

Seria errado, entretanto, excluir completamente a possibilidade de uma transição pós-comunista na direção mais democrática. Em alguns Estados comunistas, a auto-emancipação social e a resultante emergência de uma sociedade civil que coexiste porém não é mais dominada pelo sistema político auguram a possibilidade da progressiva transformação em formas mais genuinamente pluralistas. O impacto dos novos meios de comunicação de massa é especialmente importante, porque não apenas rompe o monopólio comunista sobre o diálogo político da sociedade, como torna possível a articulação de pontos de vista políticos alternativos.

A tabela da página seguinte não apenas delineia os estágios prováveis do recuo do comunismo, como também nota algumas das incertezas na seqüência potencial da mudança política no interior dos regimes comunistas existentes. Como a análise anterior sugere, o estágio crítico mas talvez necessário nesse recuo é a fase dois — autoritarismo comunista —, da qual um regime pode evoluir em quatro direções alternativas. Como foi notado, a evolução mais provável é para a fase três — autoritarismo pós-comunista —, com as opções menos prováveis envolvendo a fragmentação, a tentativa de retorno à fase totalitária ou uma evolução direta para uma democracia pluralista.

Em qualquer caso, nesse processo de mudança a perda do monopólio comunista sobre as comunicações de massa é a chave para a ruptura do totalitarismo comunista. Sob as condições do comunismo e em particular no cenário de sua doutrinação intensa e monopolista, os seguintes processos têm lugar. Uma massa ideologicamente alienada é criada, ansiosa para ingerir informação alternativa. Esta agarra-se assim a novas técnicas de comunicações de massa — tais como o rádio e a televisão estrangeiros, vídeo-cassetes, imprensa clandestina — para forjar uma perspectiva política dissidente, embora vaga. Os fracassos econômicos possibilitam a intelectuais politicamente ativos transformarem essa perspectiva em demandas não apenas de pluralismo sócio-econômico como também político e pela vigência da lei. As retardadas reformas econômicas comunistas, envolvendo concessões e descentra-

lizações, contribuem involuntariamente para a progressiva institucionalização de tais mudanças econômicas e políticas, produzindo cumulativamente um assalto social contra a ditadura totalitária.

FASES NO RECUO DO COMUNISMO	STATUS *HISTÓRICO*
Fase 1: Totalitarismo comunista Partido comunista controla sistema político. Sistema político controla sociedade e economia.	Albânia Coréia do Norte
Transição para a fase 2: por lutas pela sucessão que dividem o partido comunista governante e aumentam as pressões da sociedade por concessões sócio-econômicas.	Vietnã Alemanha Oriental Romênia Cuba Tchecoslováquia
Fase 2: Autoritarismo comunista O partido comunista controla o sistema político, mas a sociedade civil emergente o contesta; supremacia política na economia na defensiva.	União Soviética China
Transição para a fase 3: mais provavelmente por golpe, ao nível da cúpula, em resposta aos temores do regime quanto a pressões sociais crescentes; em alguns casos excepcionais para a fase 4; alternativamente, se a mudança for bloqueada, fragmentação sistêmica ou tentativa repressiva de retornar à fase 1.	Nicarágua Hungria
Fase 3: Autoritarismo pós-comunista Regime autoritário baseado em grande parte no apelo nacionalista; ideologia ritualizada; sociedade civil torna-se sociedade política; a supremacia política sobre economia em ampla retirada.	Polônia Iugoslávia
Transição para a fase 4: mais provavelmente turbulenta no estágio final da fase 3, embora evolução pacífica em alguns casos excepcionais se mostre possível; alternativamente, se a mudança for bloqueada, fragmentação sistêmica.	
Fase 4: Pluralismo pós-comunista Sistemas políticos e sócio-econômicos tornam-se pluralistas.	

Esses processos, que já estão afetando profundamente algumas partes do mundo comunista, podem ser encorajados por uma estratégia ocidental de longa visão para a promoção da democratização pós-

comunista. Nessa estratégia, a fase autoritária nacionalista da transição pós-comunista pode ser vista, talvez mesmo na maioria dos casos, como um estágio inevitável no desmantelamento progressivo dos sistemas marxistas-leninistas. Entretanto, está certamente no interesse da democracia que qualquer de tais estágios autoritários seja breve, especialmente desde que — no contexto de privação econômica e ressentimento popular contra o governo comunista — a impaciência popular poderia explodir facilmente em rebelião de larga escala e historicamente prematura, provocando, por sua vez, uma reação comunista repressiva por demais agressiva. Há, portanto, alguma urgência histórica na promoção de uma estratégia de progressiva democratização pós-comunista.

O poderoso impacto do apelo dos direitos humanos é particularmente significativo na aceleração dos processos do desvanecimento do comunismo. Os direitos humanos constituem a idéia política mais magnética da época contemporânea. Sua evocação pelo Ocidente já colocou todos os regimes comunistas na defensiva. Seu apelo é sensível à emergência de massas cada vez mais educadas e politicamente conscientes que não podem mais ser facilmente isoladas e doutrinadas. Os regimes autoritários pós-comunistas são passíveis de serem especialmente vulneráveis ao apelo dos direitos humanos por causa de sua carência de uma ideologia abrangente, merecedora de crédito e compulsiva. Dessa maneira, os mesmos serão doutrinariamente tênues e politicamente frágeis.

A evocação dos direitos humanos não apenas colocou os regimes comunistas resistentes na defensiva, como, na percepção global, também serviu para divorciar o comunismo da democracia. Ao focalizar a atenção global na negativa da liberdade de escolha, na violação dos direitos individuais, na ausência da autoridade da lei e no monopólio político tanto das comunicações de massa como da vida econômica sob o comunismo, a conexão entre um sistema multipartidário, uma economia de mercado e uma democracia genuína foi estabelecida mais agudamente. O pluralismo é agora amplamente visto como o antídoto ao totalitarismo. O resultado tem sido a aceitação difundida, agora mesmo dentro dos Estados comunistas, da proposição de que o comunismo democrático é incongruência.

A propagação ativa dos direitos humanos também proporciona a legitimidade para um engajamento democrático mais direto, destinado a alimentar sociedades civis crescentemente independentes e politicamente atuantes sob os regimes comunistas existentes. O aparecimento de uma sociedade civil autônoma é o ponto de partida para a eventual auto-emancipação da sociedade do controle comunista. Grupos independentes já estão brotando bastante espontaneamente em vários Estados comunistas, mesmo na União Soviética, tirando vantagens dos novos meios técnicos para a disseminação de informação de

massa. O diálogo político autônomo que assim vem à tona pode contribuir para a emergência de um consenso democrático relativo às mudanças sócio-econômicas necessárias e, dessa forma, para transformação da dissidência em verdadeira oposição política, capaz, a certo ponto, ou de negociar uma transferência de poder pacífica ou de explorar politicamente a degeneração do totalitarismo comunista agressivo para um autoritarismo pós-comunista defensivo.

Com efeito, alguns dos regimes comunistas existentes na Europa Oriental, após passar — talvez com alguma violência terminal — através da fase pós-comunista, poderão no final se tornarem plenamente integrados à comunidade mundial. Crescentes intercâmbios científicos, contatos intelectuais e mesmo relações econômicas com os Estados comunistas podem assim contribuir também para o processo de mudança democratizante, especialmente se coincidirem com esforços para realçar a emergência de sociedades civis genuinamente autônomas sob os regimes comunistas existentes. A ironia amarga mas também esperançosa da história pode ser, portanto, que para alguns o comunismo chegará a ser visto finalmente como um estágio de transição inadvertido e dispendioso da sociedade pré-industrial para uma democracia pluralista socialmente desenvolvida.

Tal absorção final de alguns Estados comunistas por uma comunidade global mais ampla pode ser intensificada pelo fato de que, neste século, as democracias pluralistas tenham assimilado para seus próprios sistemas alguns dos aspectos mais benignos e mesmo construtivos da busca marxista por uma sociedade perfeita. Com a social-democracia proporcionando grande parte do impulso no Ocidente para programas públicos destinados a realçar o bem-estar social, as décadas recentes têm visto a incorporação, mesmo naqueles sistemas democráticos mais inclinados a aplaudir a livre empresa, de uma variedade de iniciativas patrocinadas pelo Estado nas áreas da previdência, oportunidade igual para desenvolvimento pessoal, taxação progressiva para reduzir a desigualdade social, acesso ao sistema educacional para os menos privilegiados e provisão de serviço médico mínimo para as massas. A democracia pluralista e de livre empresa também adquiriu assim uma consciência social mais desenvolvida.

A infusão de consciência social no processo de democracia política serviu para sublinhar ainda mais fortemente a proposição de que o comunismo não mais tem uma missão histórica. O senso intensificado de responsabilidade social da democracia unido à genuína liberdade política de escolha — uma fórmula na qual o Estado não é exaltado, mas usado como instrumento limitado para o aperfeiçoamento da auto-expressão social e individual — criou um mecanismo superior para a satisfação das necessidades humanas, assim como para a proteção dos direitos humanos. A crescente ênfase mundial da iniciativa individual e da solidariedade social politicamente independente reflete a amplifi-

cada percepção de que os sonhos mais ousados da humanidade podem ser transformados em pesadelos se o Estado dogmático e todo-poderoso é venerado como instrumento central da história.

O encontro catastrófico da humanidade com o comunismo, durante o século XX, proporcionou, assim, uma visão dolorosa mas criticamente importante: o planejamento social utópico está fundamentalmente em conflito com a complexidade da condição humana e a criatividade social floresce melhor quando o poder político é restringido. Essa lição básica é que torna mais provável que a democracia — e não o comunismo — irá dominar o século XXI.

Epílogo

Nacionalismo Pós-comunista

I

Chegou o momento de o Ocidente confrontar como tema político um problema que durante anos a maioria dos estudiosos ocidentais inclinou-se a ignorar e que todos os políticos ocidentais ainda consideram tabu: a maré crescente de nacionalismo na Europa Oriental e especialmente na própria União Soviética. Esse tema há muito latente está se tornando agora, de um modo dinâmico e conflituoso, a realidade central do outrora aparentemente homogêneo mundo soviético. Com efeito, enquanto Marx certa vez tenha descrito o império czarista russo como a prisão de nações, e Stalin o tenha transformado no cemitério de nações, sob Gorbachev o império soviético está se tornando rapidamente um vulcão de nações.

Até recentemente, o Ocidente preferia subestimar a realidade das aspirações nacionais do Leste europeu e depreciar as implicações da consciência nacional não-russa no interior da União Soviética. Além disso, a maioria dos ocidentais percebia a União Soviética como idêntica com a Rússia e presumia quase automaticamente que qualquer cidadão soviético era um russo. Isso mudou agora. Os conflitos nacionais romperam a ilusão da irmandade comunista e a miragem de alguma espécie de nacionalidade soviética supra-étnica. Daqui por diante, a crise do comunismo em evolução no interior do outrora homogêneo bloco soviético é passível de definir-se através de uma afirmação nacional au-

mentada e mesmo de tumultos nacionais emergentes. De fato, há uma alta probabilidade de que a progressiva auto-emancipação das nações do Leste europeu e o crescente senso de diferenciação nacional entre as nações não-russas da "União" Soviética irão em breve tornar o bloco soviético existente numa arena para os conflitos nacionais mais agudos no globo.

Nada disso deveria ser considerado como um lamento pelo comunismo. Seu declínio é uma libertação para aqueles que viveram sob seu regime neutralizante e desumanizante. Além disso, embora se proclamasse como uma doutrina de internacionalismo, o comunismo em realidade intensificou as paixões nacionalistas populares. Produziu uma cultura política imbuída de intolerância, hipocrisia, rejeição dos compromissos sociais e uma inclinação maciça para a supersimplificação autoglorificante. Ao nível de crença, o comunismo dogmático fundiu-se desse modo e até mesmo reforçou o nacionalismo intolerante; ao nível da prática, a destruição de classes sociais relativamente internacionalistas, tais como a aristocracia ou a elite comercial, reforçou ainda mais a inclinação populista para o chauvinismo nacionalista. O nacionalismo foi assim alimentado, mais do que diluído, na experiência comunista.

À medida que o verniz comunista se desvanece agora e o nacionalismo surge à tona com mais firmeza, está se tornando maduro o tempo para que o Ocidente defina mais deliberadamente seus interesses. Que tipo de Europa Oriental desejamos ver emergir da dominação soviética? A secessão de algumas ou todas as nações não-russas da União Soviética será algo que o Ocidente deveria encorajar? Deveríamos discriminar nesse aspecto entre as várias nações soviéticas? Como deveríamos reagir se o Kremlin adotar novamente uma atitude mais repressiva em relação aos não-russos? Qual deveria ser nossa atitude em relação ao nacionalismo grão-russo, especialmente quando este também se torna mais abertamente agressivo? Quais são as implicações estratégicas e econômicas internacionais desses temas? Como se relaciona tudo isso ao nosso compromisso com a causa dos direitos humanos?

II

Essa ampla agenda de temas relacionados deve ser examinada no contexto de uma compreensão historicamente baseada do fenômeno do nacionalismo no mundo soviético. Conquanto esse fenômeno tenha significados bastante diferentes nos contextos da Europa Ocidental e Soviética, ambos são também politicamente relacionados. Como resultado, não podem ser tratados como temas inteiramente separados e distintos. O que acontece — com efeito, o que já está acontecendo — na Europa Ocidental está destinado a afetar os assuntos internos

da União Soviética. Há evidências abundantes para demonstrar que os eventos na Polônia afetaram diretamente os Estados bálticos e está vindo à luz crescente evidência de que a Ucrânia e a Bielo-Rússia estão se tornando suscetíveis aos efeitos colaterais de eventos imediatamente a oeste. Pode desse modo ser apenas um ligeiro exagero aventar que a ''balcanização'' potencial da Europa Oriental poderia encontrar paralelo pela eventual ''libanização'' da União Soviética.

Por outro lado, a maciça repressão nacional na União Soviética iria afetar adversamente o processo de democratização na Europa Oriental, mas também despertar paixões nacionalistas mais fortes naquela região. Qualquer repressão desse tipo teria de ser baseada no nacionalismo grão-russo — e sua defesa seria passível não apenas de exercer um efeito resfriador nas esperanças democráticas, como também um impacto intensificador nos nacionalismos do Leste europeu, apenas tenuemente velados pela fraseologia internacionalista comunista.

A Europa Oriental tem apenas dois Estados etnicamente homogêneos — e nenhum sem conflitos territorial-nacionais potencialmente severos com seus vizinhos imediatos. A Polônia é o mais coeso nacional e religiosamente, com 95% de seus quase quarenta milhões de habitantes ao mesmo tempo poloneses e católicos romanos. A Hungria, com 90% de seus onze milhões de habitantes magiares, é o segundo país mais coeso etnicamente, embora mais fragmentado em suas afinidades religiosas. Todos os outros Estados do Leste europeu ou têm significativas minorias nacionais ou são até mesmo etnicamente diversificados.

As duas sociedades mais diversificadas são as da Iugoslávia e Tchecoslováquia. A Iugoslávia é um amálgama de seis povos nacionalmente distintos, ainda mais divididos por diferenças religiosas. Os sérvios, politicamente dominantes, com nove milhões dos 24 milhões de habitantes do país, representam a pluralidade mais significativa, embora sua dominação os tenha tornado objeto de considerável animosidade por parte dos economicamente mais avançados porém minoritários croatas e eslovenos e dos albaneses intensamente nacionalistas. A Tchecoslováquia é uma federação entre os mais numerosos e desenvolvidos tchecos, que representam dez milhões dos dezesseis milhões de habitantes do país, e os eslovacos algo ressentidos, que por um breve período, durante a Segunda Guerra Mundial, tiveram o seu próprio Estado. Tanto a Romênia quanto a Bulgária também têm minorias nacionais substanciais.

Além disso, todos esses Estados possuem fronteiras potencialmente sujeitas a aspirações revisionistas por parte de seus vizinhos. A Polônia tem um ressentimento territorial latente, embora não agudo, contra a Tchecoslováquia, e a mesma Polônia poderia ser objeto de revanchismo territorial alemão. Já na década de 1980 uma aguda disputa se desenvolveu sobre a fronteira marítima entre os governos co-

munistas da Polônia e da República Democrática Alemã, incluindo o acesso ao porto polonês de Szczecin. Adicionalmente, possíveis pretensões territoriais compensatórias existem entre a Polônia e seus atuais vizinhos soviéticos do Leste: Lituânia, Bielo-Rússia e Ucrânia. A Tchecoslováquia e a Hungria também abrigam alguns ressentimentos quanto ao tratamento de suas respectivas minorias nacionais vivendo além das fronteiras de uma e de outra e que poderiam agigantar-se para disputas de limites.

Muito mais séria, e potencialmente até explosiva, é a disputa abertamente antagonista húngaro-romena sobre a Transilvânia, hoje parte da Romênia, mas outrora parte do império austro-húngaro e habitada por vários milhões de húngaros, que têm sido oprimidos pelos romenos dominantes. A Romênia, por sua vez, tem pretensões históricas contra a Ucrânia soviética em relação à Bessarábia, contra a Moldávia soviética e uma em potencial contra a Bulgária sobre a região de Dobruja, no mar Negro. Para completar o círculo, a Bulgária alimenta ambições nacionais em relação à Macedônia da Iugoslávia. A Iugoslávia, nesse meio-tempo, tem uma maioria albanesa rapidamente crescente e cada vez mais inquieta na região de Kosovo, que em si mesma poderia em breve tornar-se objeto do irredentismo albanês.

Esse mosaico de desejos territoriais insatisfeitos e antagonismos nacionais — em si mesmo não necessariamente mais complexo do que o de muitas outras partes do mundo, inclusive a Europa Ocidental — é agravado pela imaturidade histórica dos nacionalismos da Europa Oriental. Embora a maioria das nações da região sejam entidades históricas, com algumas histórias nacionais sendo motivo de justo orgulho, comparáveis àquelas de qualquer das nações da Europa Ocidental, os nacionalismos da Europa Oriental ainda tendem a ser mais voláteis, mais emocionais e mais intensos do que os do Ocidente. Além disso, os estados nacionais separados do Leste europeu carecem da experiência temperadora da genuína cooperação nacional, que em décadas recentes emergiu na Europa Ocidental, iniciada com o Plano Marshall, continuando com a Comunidade Européia do Carvão e do Aço e amadurecendo por fim na Comunidade Européia supranacional com suas eleições de âmbito regional para o Parlamento europeu.

Em vez disso, enquanto sob dominação soviética e mesmo enquanto seus regimes proclamavam fidelidade a uma doutrina alegadamente internacionalista, os Estados do Leste europeu desenvolveram suas economias e consolidaram seus sistemas políticos como entidades nacionais hermeticamente seladas. Moscou não permitia qualquer cooperação econômica real entre eles. Os planos polaco-tchecos, desenvolvidos du- ante a Segunda Guerra Mundial, para uma federação genuína entre os dois Estados, foram desfeitos pelo Kremlin, assim como a iniciativa de pós-guerra dos líderes comunistas Tito e Georgi Dimitrov por uma confederação entre a Iugoslávia e a Bulgária. Em lugar disso, todas

as linhas de cooperação corriam verticalmente para Moscou, não horizontalmente entre os Estados regionais. O Pacto de Varsóvia e o Conselho para Assistência Econômica Mútua serviram essencialmente como instrumentos de controle soviético. Quanto ao mais, cada Estado era estritamente isolado de seus vizinhos. Cercas de arame farpado separavam os Estados comunistas tanto um do outro como do Ocidente ideologicamente estranho. As viagens eram estritamente controladas, como também o fluxo de imprensa e intercâmbio educacional. A cooperação econômica bilateral era também desencorajada em favor da autarquia econômica nacional, esta última restrita apenas pela política de promover certo grau de dependência econômica em relação à União Soviética. Com Moscou encorajando cada Estado a cultivar tanto sua ideologia oficial como seu nacionalismo distintivo, sob o domínio soviético, os nacionalismos do Leste europeu foram ainda mais intensificados, e em alguns casos até mesmo envoltos em chauvinismo.

A ameaça de balcanização da região, caso esta se emancipe do controle soviético, é portanto real. Economicamente retardada pelo experimento comunista, com o chauvinismo estreito intensificado, a Europa Oriental se defronta com a perspectiva de disputas internas e externas enquanto tateia seu caminho de volta a um relacionamento mais íntimo com a Europa Ocidental que sempre admirou. Esse perigo não precisa expressar-se numa repetição das antigas guerras dos Bálcãs, mas pode fazê-lo através de aguda violência étnica, contendas nacionais locais e mesmo conflitos territoriais. As confrontações entre albaneses e sérvios em Kosovo e as tensões húngaro-romenas sobre a Transilvânia poderiam ser augúrios de coisas mais amplas por vir. Resumindo, a des-sovietização da Europa Oriental não é passível de ser automaticamente equivalente à expansão pacífica da cooperação todo-européia, com a Comunidade Européia servindo como modelo.

III

Esses perigos empalidecem em significação comparados à crescente perspectiva de conflito internacional verdadeiramente intenso e potencialmente bastante sangrento no interior da União Soviética. Seus vários nacionalismos não-russos são menos satisfeitos e, assim, ainda mais emocionalmente carregados do que os da Europa Oriental, em alguns casos com fronteiras menos definidas historicamente e no entanto com ainda mais miscigenação de povos hostis. Além disso, qualquer tentativa de Moscou para satisfazer os desejos das nações historicamente mais reconhecidas — notavelmente as bálticas, que foram contagiosamente influenciadas pelos desenvolvimentos na Polônia — corre o risco de precipitar reclamos por tratamento igual por parte de aspirantes nacionais mais novos.

A escala e complexidade do problema nacional soviético é impressionante. Dos 290 milhões de habitantes da União Soviética, aproximadamente 145 milhões são grão-russos. Os outros 145 milhões — que em breve irão superar numericamente os russos por causa do crescimento demográfico mais rápido — estão dispersos entre quatorze nações principais com suas próprias assim chamadas repúblicas soviéticas, respondendo por aproximadamente 120 milhões dos 145 milhões de não-russos. Outra centena de agrupamentos étnicos menores foram organizados ou reorganizados numa variedade de repúblicas autônomas ou regiões nacionais. Complicando ainda mais o panorama — e representando uma bomba-relógio potencial para conflitos nacionais realmente violentos — está o fato de que cerca de 25 milhões de grão-russos vivem espalhados entre os não-russos e mais de quarenta milhões de não-russos vivem fora de seus territórios étnicos. Esses "intrusos", que somam mais de 65 milhões combinados, representam a causa precipitante potencial, assim como as prováveis vítimas de qualquer conflito nacional de grande escala.

Com efeito, nenhuma única nação não-russa na União Soviética existe sem significativa miscigenação russa ou de alguma outra minoria étnica (veja tabela 1). Em algumas, a principal linha potencial de conflito corre verticalmente — contra o Kremlin grão-russo e seus colonizadores russos locais. Esse é o caso, por exemplo, da Estônia (com sua população 25% russa), Letônia (30% russa), Quirguizistão (também 30% russa) e Casaquistão (60% russa ou ucraniana) e potencialmente a Ucrânia (cerca de 20% russa). Em outras, as linhas de conflito tendem a ser mais horizontais — seja contra alguma outra minoria não-russa (como no caso da animosidade georgiana em relação aos abkhazianos) ou contra uma nação soviética vizinha (como o conflito entre a Armênia e o Azerbaijão, cada um dos quais abrigando significativas minorias do outro). Em outras, ainda as linhas de conflito são passíveis de se mostrar tanto verticais como horizontais, como é o caso da Ásia Central, onde existe considerável miscigenação entre grupos étnicos locais e colonizadores eslavos.

Além disso, na verdade não intencionalmente, o regime soviético criou recipientes institucionais que agora podem ser facilmente preenchidos com conteúdo nacionalista. A estrutura política soviética consistiu durante décadas em repúblicas alegadamente soberanas, cada uma desfrutando até mesmo do direito de separar-se da União Soviética (embora, sob Stalin, líderes comunistas não-russos fossem muito freqüentemente fuzilados por alegadamente planejarem utilizar-se eles próprios dessa opção constitucional). Com efeito, suplantando essa estrutura formal havia um sistema real de poder centralizado, localizado em Moscou e exercido em grande parte por grão-russos, reforçado por uma doutrina de "nacionalidade" soviética baseada na língua e história russas. Não obstante, a estrutura política ficcional de repúblicas nacio-

nais separadas continuou através da era stalinista; uma moldura política para a eventual expressão e então reivindicação de aspirações étnicas estava, portanto, pronta e aguardando o dia do despertar nacional.

TABELA 1

COMPOSIÇÃO NACIONAL DAS REPÚBLICAS DA UNIÃO SOVIÉTICA

República	*População* (milhões)	*Nativos* (por cento)	*Russos* (por cento)	*Outros* (por cento)
Russa	137,6	83	83	17
Ucraniana	49,8	75	19	6
Usbeque	15,4	66	13	22
Casaque	14,7	33	42	25
Bielo-russa	9,6	81	10	9
Azerbaijana	6,0	74	10	16
Georgiana	5,0	67	9	25
Moldávia	3,9	65	12	24
Tajique	3,8	56	12	32
Quirguiz	3,5	44	29	27
Lituana	3,4	80	9	11
Armênia	3,0	89	3	9
Turcomana	2,8	57	15	29
Letã	2,5	57	30	13
Estoniana	1,5	68	25	7

Nota. Baseada em dados do censo de 1979.

Esse tempo chegou com a *demokratizatsia* e a *perestroika* de Mikhail Gorbachev. A percepção de Gorbachev de que o sistema soviético não poderia ser revitalizado sem uma significativa descentralização da tomada de decisões econômicas e sem uma democratização mais ampla do sistema político significava inerentemente que as unidades nacionais teriam de ser dotadas de maior autoridade. Isso criava automaticamente uma oportunidade para que as queixas nacionais há muito suprimidas viessem à tona e para que as aspirações nacionais se enfocassem na busca do controle efetivo sobre os instrumentos locais potencialmente significativos de poder. Dessa forma, outra vez bastante involuntariamente, a ênfase de Gorbachev em maior legalidade — tão necessária ao reflorescimento da economia soviética — forneceu aos não-russos uma poderosa arma para contestar o controle de Moscou sobre seu destino.

Ao fazê-lo, estes agarraram-se às cláusulas até então em grande parte formais da constituição soviética. Como coloca o Artigo 76 da-

quela constituição, "uma república da união é um Estado socialista soviético *soberano* que uniu-se com outras repúblicas soviéticas na União de Repúblicas Socialistas Soviéticas" [ênfase acrescentada]. O documento afirma até mesmo no Artigo 80 o "direito de estabelecer relações com Estados estrangeiros, concluir tratados com eles" de uma república da união e refere-se novamente no Artigo 81 aos "direitos soberanos das repúblicas da união". Com efeito, o Artigo 72 chega a afirmar, sem qualquer outra qualificação, que "cada república da união deve reter o direito de separar-se livremente da URSS". Assim, uma moldura constitucional para reivindicação plena da soberania nacional existiu formalmente, quase convidando os líderes crescentemente reivindicatórios das nações não-russas a tirarem vantagem dela deliberadamente.

Paradoxalmente, a expansão do império soviético para a Europa Oriental também ajudou a legitimar ideologicamente as aspirações nacionais dos povos soviéticos não-russos. À medida que a União Soviética era um Estado "socialista" isolado, Moscou podia afirmar que a união era necessária para preservar "os ganhos sagrados do socialismo". Mas uma vez que outros Estados comunistas vieram à existência, mesmo os não-russos comunistas podiam afirmar que não havia mais qualquer razão doutrinária pela qual, por exemplo, uma Estônia separada mas ainda comunista não pudesse existir agora fora da União Soviética — como era o caso dos Estados governados pelos comunistas da Europa Oriental. A difusão do poder do Kremlin para além das fronteiras soviéticas proporcionou assim munição ideológica adicional, sustentando as ambições nacionais dos comunistas soviéticos não-russos.

Por fim, o malogro manifesto do sistema soviético desacreditava mais geralmente não apenas a ideologia oficial mas em especial as conseqüências práticas da assim chamada união. A maioria dos não-russos via cada vez mais a própria existência do Estado soviético centralizado como a causa de seu relativo empobrecimento. Naquele contexto, a progressiva auto-emancipação da Europa Oriental do controle de Moscou exercia uma atração especial, particularmente para aquelas nações não-russas contíguas localizadas no extremo ocidental da União Soviética. Para elas, a estratégia gradualista do sindicato polonês independente, o Solidariedade, em contestar o domínio comunista serviu como modelo organizacional para seus próprios movimentos locais de massas — as Frentes Populares — que brotaram em várias das repúblicas não-russas.

Cinco amplos estágios podem ser discernidos no processo de expansão do despertar nacional e crescente agressividade não-russa. No primeiro estágio, o nacionalismo tendeu tipicamente a enfocar-se em exigências de preservação de algum modo significativas da linguagem nacional, as quais representam um desejo quase instintivo de auto-

preservação nacional contra a progressiva russificação. No segundo estágio, o sucesso inicial na autopreservação lingüística normalmente gera então uma insistência mais ampla na promoção de uma autonomia cultural nacional distinta. No terceiro, isso provoca exigências de autodeterminação econômica nacional. No quarto, a combinação dos anteriores provoca, então, bastante naturalmente, uma luta pela autonomia política nacional. No quinto, o nacionalismo não-russo não está senão a um passo dos sonhos abertamente proclamados de soberania nacional.

Generalizando com audácia, os povos politicamente despertos nas repúblicas bálticas, independentes entre o final da Primeira Guerra Mundial e 1940, e na Geórgia, um reino histórico antes do século XIX e por pouco independente de 1918 até 1923, estão movendo-se agora do quarto para o quinto estágio. A extremamente importante Ucrânia, que conta com mais de cinqüenta milhões de habitantes, atingiu ao menos o segundo estágio, embora os ventos políticos em Kiev e especialmente em Lvov apontem com nitidez para o quarto e mais além. A Bielo-Rússia e a Moldávia ainda estão no primeiro e segundo estágios. A maioria das repúblicas soviéticas centro-asiáticas — com sua autoconfiança islâmica realçada pela derrota soviética no vizinho Afeganistão — estão movendo-se do terceiro estágio para o quarto.

Em todas as repúblicas não-russas, entretanto, as paixões nacionais estão sendo desencadeadas. A russificação está sendo abertamente denunciada — por vezes em manifestações turbulentas — em literalmente todas as repúblicas não-russas. As elites de mentalidade nacionalista que não escondem seu desejo de uma definitiva soberania já dominam politicamente as repúblicas bálticas. A maioria das outras repúblicas estão experimentando pressões similares a partir de baixo, geradas em grande parte por suas *intelligentsias* nacionais. Além disso, intensa violência inter-étnica também irrompeu em centenas de localidades, com alguns milhares de mortos em turbulências comunais. Admitiu-se oficialmente que centenas de milhares de refugiados fugiram à perseguição nacional, como por exemplo, 350 mil armênios e azerbaijanes ficando sem teto por força de conflitos nacionais. Com toda probabilidade, o problema tenderá a agravar-se em lugar de melhorar.

O tema nacional tornou-se o dilema central da vida política soviética, superando mesmo a crise econômica. O mesmo afeta e complica vastamente quase toda a dimensão da *perestroika* política e econômica. Expressa-se por uma série de maneiras. Manifesta-se — como nas repúblicas bálticas — na luta constitucional pacífica pela devolução do poder por parte de Moscou, e mesmo em legislação unilateral administrando o término do controle central sobre recursos nacionais. Explode periodicamente — como em Alma-Ata, no Casaquistão, em 1986, ou em Tbilissi, na Geórgia, em 1989 — em violência dirigida contra

a dominação grão-russa, com fortes sobretons de uma luta de libertação nacional contra os "ocupadores" estrangeiros. Assume a forma — como na Armênia, Azerbaijão, Geórgia, Usbequistão e outras partes — de sangrentos *pogroms* inter étnicos, desencadeando as paixões mais primitivas. E infecta aquela porção de povos menores que nem sequer tem suas próprias repúblicas soviéticas nominais, provocando novas exigências de diversificação nacional daquilo que está rapidamente se tornando a "Desunião" Soviética.

Por último, mas de modo algum menos importante, tudo o que foi citado é tornado ainda mais inflamável pela extensa miscigenação dos russos e não-russos. Com cerca de 65 milhões de pessoas vivendo fora de suas pátrias étnicas, e desse modo em ambientes potencialmente hostis, foi colocada na agenda da história a sombria possibilidade de que o império da Rússia, a "prisão de nações" de Marx, poderia agora fugir do controle, transformando-se num campo de batalha de nações.

Tal desenlace seria particularmente tenebroso para os grão-russos. Seu império expandiu-se durante as várias últimas centenas de anos numa taxa equivalente a um Vermont (ou Holanda) por ano. No processo, a Rússia se tornou o maior e — até agora — mais duradouro império termultinacional do mundo, controlando de longe o maior pedaço de território global. Entretanto, para um futuro previsível, os grão-russos encaram agora o desagradável dilema de que, seja uma política de repressão aos não-russos ou uma política de passividade tolerante, coloca uma ameaça grave ao seu próprio bem-estar. Para complicar ainda mais as coisas, existe um doloroso nexo entre o desafio do nacionalismo do Leste europeu e a escalada de aspirações dos não-russos soviéticos. O Kremlin não acharia fácil separar uma política de repressão doméstica de não-russos de uma política de tolerância para os nacionalismos do Leste europeu. Seria ainda mais difícil continuar a *perestroika* doméstica engajando-se ao mesmo tempo na repressão da metade não-russa da população soviética. Com efeito, grande parte da agressividade nacional recente no interior da União Soviética foi estimulada pelos precedentes bem-sucedidos estabelecidos pelo Solidariedade e pela Igreja Católica na Polônia. A repressão do nacionalismo não-russo no interior da União Soviética, combinada com sua intolerância dentro da esfera soviética da Europa Oriental, iria significar que o contágio externo persistiria, com os mais ousados poloneses e húngaros dando voz pública a seu apoio para os não-russos reprimidos e talvez com tais "aliados" soviéticos proporcionando cabeças-de-ponte para a continuada agitação nacional no interior da União Soviética.

Assim, uma severa sanção doméstica exigiria certo aperto dos parafusos na Europa Oriental mesmo quando se evitasse a intervenção direta. Qualquer esforço desse tipo envolveria custos reais, políticos e econômicos. Moscou teria de canalizar suas energias e recursos para

intimidar e subornar os europeus do Leste e teria de fazê-lo sem precipitar revoltas altamente destruidoras na própria região. E a última coisa que o Kremlin poderia desejar agora seria uma conjunção de desordens nacionais leste-européias e internas.

As conseqüências domésticas da repressão física dos não-russos iria também envolver altos custos. Uma política de repressão teria de ser baseada em chauvinismo grão-russo intensificado. Isso, por sua vez, iria alimentar sentimentos anti-russos ainda mais difundidos. Além do mais, qualquer tentativa de reimposição de controle moscovita centralizado seria recebida com resistência política e talvez mesmo física. Os não-russos deixaram de ser os povos cordatos e iletrados colonizados pelos czares e nem são mais as vítimas decapitadas do stalinismo. Eles têm agora suas próprias *intelligentsias* nacionais e seus próprios estudantes exaltados e, acima de tudo, seu próprio senso despertado de identidade nacional.

Medidas repressivas exigiriam um severo uso da força. Isso provavelmente colocaria a perder qualquer tentativa séria de descentralização econômica. Como tema prático, a repressão efetiva exigiria uma concentração intensificada de poder político em Moscou, e isso não seria compatível com a continuada descentralização econômica. Uma vez que mesmo os cenários mais modestos de uma *perestroika* de sucesso dependem de atividade econômica intensificada, especialmente entre os não-russos, alguns dos quais são os mais produtivos contribuintes da economia soviética, segue-se que a repressão doméstica simplesmente mataria a *perestroika*. De fato, a repressão para preservar o império iria exigir abnegação por parte dos grão-russos, que teriam de renunciar a quaisquer sonhos de democratização e de prosperidade aumentada para si próprios. O fato brutal é que seu império pode ser mantido apenas como um empobrecido Estado nacional grão-russo de guarnição.

As perspectivas para os grão-russos, entretanto, são ainda mais sombrias se o processo de auto-afirmação nacional continuar a transpirar com o mesmo dinamismo dos últimos dois ou três anos. Se o Kremlin aquiescer enquanto a *perestroika* econômica vacilar, os não-russos se tornarão ainda mais insistentes em reter os frutos tangíveis de seu trabalho, para desvantagem dos grão-russos. Ironicamente, na medida em que a *perestroika* prosperar, é provável que os não-russos — e não os grão-russos — serão seus principais beneficiários. É entre os bálticos, os judeus, os georgianos, os armênios, os usbeques e outros que as tradições de comércio, empreendimento e iniciativa privada foram menos sufocadas pela experiência soviética. Os povos não-russos também participaram muito menos da tradição grão-russa de subordinar a atividade econômica ao controle estatal. Esses fatores subjetivos, combinados com a realidade objetiva do maior acesso das regiões não-russas ao comércio mundial, e também a concentração

relativamente maior de recursos naturais em suas terras, fazem bastante provável que uma *perestroika* bem-sucedida deixaria os não-russos em situação consideravelmente melhor que os grão-russos.

Com efeito, despida de qualquer grau real de controle efetivo sobre as terras não-russas, a pluralidade grão-russa poderia encontrar-se, de modo literal, numa crise genuinamente séria de sobrevivência biológica. Os não-russos se tornaram não apenas mais agressivos como também mais prolíficos. As linhas de tendências demográficas indicam muito claramente que os russos estão sendo superados em número. Os aproximadamente cinqüenta milhões de muçulmanos soviéticos geram atualmente tantas crianças por ano quanto os 145 milhões de russos.

Para tornar as coisas piores, a pátria grã-russa não tem saídas comerciais para os oceanos do mundo, nem terra arável adequada, nem recursos naturais. É também amaldiçoada por um clima inóspito e faltam-lhe claramente limites definidos naturais ou étnicos. Assim, qualquer implementação generalizada de separatismo nacional iria inevitavelmente produzir sangrentas colisões, para não falar da perspectiva apavorante de uma Rússia tendo de acomodar milhões de grão-russos expelidos das terras não-russas.

IV

Os grão-russos, portanto, não têm escolha a não ser concluir que estão condenados a alguma forma de coexistência relativamente íntima com seus vizinhos. Entretanto, as duas respostas políticas prováveis às crescentes dificuldades de tal coexistência — repressão do desafio ou evasão reativa do problema na esperança de preservar a essência do *status quo* — oferecem verdadeiras escolhas de Hobson. A primeira política reteria para os russos o poder político efetivo, mas iria engajá-los em esforços prolongados e custosos para esmagar os movimentos de libertação nacional, tanto nas nações atualmente soviéticas e talvez mesmo em algumas do Leste europeu. A União Soviética se tornaria assim uma Irlanda do Norte em termos mais amplos. Uma política de repressão brutal provavelmente ajudaria a reacender a guerra fria, garantindo a pobreza continuada para os russos.

A segunda opção — a de manobras largamente reativas para preservar o poder político e os privilégios econômicos — provavelmente não conseguirá evitar a fragmentação do império. Na ausência de mudança positiva, as repúblicas bálticas iriam sem dúvida tentar separar-se e associar-se de algum modo com os Estados escandinavos. Isso bem poderia levar a um esforço subseqüente de secessão por parte da Geórgia e também crescentes exigências em algumas das repúblicas da Ásia Central por uma situação de Estados completamente independentes.

Seria apenas uma questão de tempo até que a Ucrânia e por fim a própria Bielo-Rússia seguissem o mesmo caminho. A Rússia seria subitamente atirada de volta às suas fronteiras de meados do século XVII. O processo seria, com quase toda certeza, sangrento, potencialmente reminiscente das transferências de população indo-paquistanesa do final da década de 1940, talvez com algumas dolorosas similaridades com a tragédia libanesa da década de 1980.

Que escolhas políticas reais têm então os grão-russos, dadas as dinâmicas correntes? Bastante naturalmente, eles iriam preferir manter o *status quo* ao mínimo de custo. Se forçados a escolher, serão mais passíveis de optar por uma repressão total, embora de preferência como último recurso. Com o nacionalismo grão-russo em alta, essa opção está destinada a ganhar mais adesões num futuro próximo, especialmente à medida que a aquiescência começar a parecer mais e mais perigosa. Já existe novamente muita conversa entre os russos sobre a missão única de sua nação, com seu papel de liderança historicamente destinada. Ao mesmo tempo, sua preocupação e senso de frustração correm o risco de crescer à medida que a turbulência nacional se intensifica e a ideologia comunista — que mascarou o domínio de Moscou com um conveniente verniz de retórica transnacional — continua a se desvanecer.

Uma tendência ao desespero entre alguns russos já veio à tona no decorrer das sessões do novo Congresso dos Deputados do Povo. Falando em princípios de junho de 1989, um deputado, V. G. Rasputin, um escritor, evocou a memória do grande primeiro-ministro czarista pré-revolucionário, Stolypin, castigando os oradores não-russos com uma paráfrase de suas famosas palavras: "Vós, senhores, necessitais de grandes levantes... nós necessitamos de um grande país." Sob o aplauso dos deputados, Rasputin acusou que o alegado "chauvinismo e orgulho cego dos russos não passam de fabricações daqueles que estão brincando com seus sentimentos nacionais, respeitados irmãos". Lamentando a falta de gratidão entre os não-russos pelos sacrifícios feitos em seu proveito pelo povo russo, perguntou:

> Seria talvez melhor que a Rússia deixasse a União...? Nós ainda dispomos de uns poucos recursos naturais e humanos, nosso poder ainda não murchou. Poderíamos então pronunciar a palavra "russo" e falar sobre consciência nacional sem o temor de sermos rotulados de nacionalistas... Seríamos capazes de reunir o povo num corpo espiritual unificado.

Novamente os deputados russos responderam com aplausos e muitos iriam sem dúvida aplaudir também um esforço repressivo para sustentar um império grão-russo.

Por enquanto, todavia, os grão-russos do Kremlin são mais passí-

veis de lutarem para preservar o *status quo* por meio de alguma combinação de repressão cumulativa, acomodação seletiva e limitada reforma constitucional. A primeira envolve a aplicação continuada da política experimentada e verdadeira do *divide et impera*, jogando uma nação não-russa contra outra, com Moscou agindo como árbitro e protetor, e usando até mesmo alguns nacionais para forçar sua vontade contra outros. A segunda implica algumas concessões específicas para repúblicas nacionais mais estabelecidas e coesas, na esperança de que suas aspirações fiquem assim satisfeitas, mas sem desencadear uma reação em cadeia da amplitude do sistema. Isso já aconteceu em relação às repúblicas bálticas, que estão obtendo autonomia verdadeira. Esse tratamento preferencial para alguns poderia ser acompanhado de supressão intensificada das nações geopoliticamente cruciais da Ucrânia e da Bielo-Rússia, incluindo mesmo a prisão e exílio dos líderes nacionalistas. Finalmente, Moscou está planejando algumas mudanças na constituição existente, para aumentar os poderes reais das entidades não-russas, em especial no reino sócio-econômico.

Não obstante, é mais que duvidoso que qualquer dessas medidas será suficiente, seja para resolver seja para conter as dinâmicas do despertar nacional no interior da União Soviética. O antigo império simplesmente não pode mais ser mantido. O fato é que o *status quo*, mesmo de alguma forma modificada, não irá mais satisfazer as aspirações nacionais dos não-russos nacionalmente despertados. Estes podem não estar todos no mesmo estágio de desenvolvimento nacional, podem não ser capazes de unir-se contra Moscou e podem ter exigências diferentes e até objetivos conflitantes (notadamente os territoriais). Mas seu nacionalismo não pode mais ser represado com o continuado domínio político e econômico grão-russo, mesmo se mascarado e tornado um pouco mais suave.

Além disso, como já foi assinalado, o problema interno está sendo composto pela afirmação nacional dos europeus do Leste. Seu sucesso tem tido e continuará tendo um impacto direto nas atitudes populares das repúblicas bálticas, a Ucrânia, a Bielo-Rússia e a Geórgia. A Ásia Central também tem sido animada pelos casos quase paralelos dos bem-sucedidos desafios nacionais e religiosos iranianos e afegãos aos superpoderes. Tudo isso cria um nó de problemas, ligando intimamente a ameaça da balcanização da Europa Oriental com o potencial de libanização soviética, complicando vastamente, dessa maneira, a crise imperial da Rússia.

V

O Ocidente não pode permanecer passivo em relação a esse tema por muito mais tempo. Um grande drama histórico está no processo de se

desenrolar, e pode ter conseqüências internacionais tanto benignas quanto malévolas. A grave realidade é que a União Soviética pode ou permanecer um império grão-russo ou mover-se em direção a uma democracia multinacional. Mas não pode fazer ambas as coisas. Além disso, uma Rússia imperial pode se tornar uma Rússia militarista e expansiva, não importa se sua ideologia é marxista ou simplesmente chauvinista. Não será sequer capaz de tolerar a liberdade para os europeus do Leste por temor de contágio doméstico.

Entretanto, uma Rússia cercada, perseguindo hesitantemente a democratização enquanto concede relutante a liberdade aos seus não-russos, pode mergulhar, juntamente com várias nações não-russas, em prolongada violência étnica. Dessa forma, pelo bem da estabilidade européia, nem a balcanização da Europa Oriental e a libanização da União por um lado, nem a reafirmação do imperialismo grão-russo por outro representam saídas desejáveis.

Para o momento, o silêncio por parte do Ocidente pode parecer a atitude mais sábia. Em qualquer caso, é certamente mais tentador — e mais fácil — evadir-se desse tema complexo do que encará-lo. Ainda pior que ignorar o tema é o ocasional torcer de mãos com respeito ao final da "estabilidade" que se diz ter sido inerente à competição de guerra fria entre os dois blocos homogêneos. Essa estabilidade — tal como ocorreu — foi historicamente artificial. Derivou da colisão geopolítica e ideológica entre os dois superpoderes. O declínio da União Soviética como um rival abrangente dos Estados Unidos — com Moscou agora com poder apenas no reino militar — estava destinado a trazer à superfície as aspirações daquelas nações sujeitas à mais severa subordinação. Esse desenvolvimento deve ser bem-vindo, não deplorado.

Em qualquer caso, a saída fácil não permanecerá aberta por muito tempo. À medida que os conflitos se avolumam tanto na União Soviética como na Europa Oriental, e em particular se Moscou recorrer gradualmente a uma política crescentemente repressiva, o assunto irá impor-se à atenção da opinião pública do Ocidente e por fim até mesmo à de seus políticos. No mínimo, uma política de repressão irá reinjetar o tema dos direitos humanos na acomodação ainda bastante frágil de Oriente-Ocidente. Além disso, em algum ponto irá surgir a questão: por qual padrão o Ocidente escolhe apoiar, por exemplo, a independência polonesa, mas ignorar os anseios, digamos, dos lituanos ou, dentro de não muito tempo, dos ucranianos, por seu próprio Estado nacional?

Além disso, já é evidente que o foco da grande disputa histórica Oriente-Ocidente está se mudando em direção ao Leste. É útil recordar que durante as décadas de 1940 e 1950 e até na de 1960, a luta política entre o Oriente e Ocidente era travada em grande parte a oeste da linha divisória na Europa. Era uma luta em relação ao futuro da Fran-

ça e da Itália, com seus partidos comunistas desempenhando um importante papel. Enquanto isso, a União Soviética via-se relativamente livre para consolidar seu domínio sobre a Europa Oriental.

Os dilemas da história serão agora encenados a leste da linha divisória centro-européia. Durante a próxima década, a questão crítica na Europa será o destino da Europa Oriental, se ela terá sucesso em juntar-se por fim ao resto da Europa, emancipando-se assim por completo do controle soviético. No próximo século, é também agora provável que a Lituânia, a Letônia, a Estônia e a Ucrânia venham a ser os teatros da disputa política — refletindo o simultâneo esmaecimento do comunismo como ideologia e da Rússia como poder imperial.

É portanto oportuno que o Ocidente, no processo historicamente significativo de transformar os arranjos, formule sua própria abordagem geral a respeito desse amplo assunto antes que o turbilhão nacional no mundo soviético comece a minar o relacionamento Oriente-Ocidente como um todo. A atitude do Ocidente deveria refletir as normas que conquistaram aceitação universal em nossa época e deveriam visar à criação de arranjos que beneficiem os povos varridos pelo crescendo de sentimentos nacionais. Deveria enfatizar que o Ocidente não busca a fragmentação da Europa Oriental nem da União Soviética, mas em vez disso deseja facilitar o processo historicamente significativo de transformar os arranjos políticos repressivos correntes em relações mais voluntárias e cooperativas.

Mais especificamente, para a Europa Oriental, o Ocidente deveria sublinhar sua disposição de elaborar um programa de longo prazo de associação gradual com a Comunidade Européia para aqueles países do Leste europeu preparados a adotar o pluralismo interno como modo básico de organização social. Algumas formas de *status* intermediário também deveriam ser estudadas, de modo que os europeus do Leste possam ser gradualmente introduzidos nos padrões mais amplos de cooperação européia. A condição de membros no Conselho da Europa para a Polônia e a Hungria poderiam ser os primeiros passos.

Entrementes, o Ocidente deveria também salientar que arranjos cooperativos leste-europeus ou centro-europeus mais limitados são em si mesmos desejáveis. Por exemplo, a Hungria e a Áustria já estão trabalhando juntas na Feira Mundial Viena-Budapeste, programada para 1992, e uma cooperação econômica adicional entre ambas parece factível. Tal cooperação também poderia estender-se à Iugoslávia, onde certamente a Croácia e a Eslovênia se mostrariam receptivas. Relações muito mais próximas — talvez por fim até de caráter confederativo — entre a Polônia e a Tchecoslováquia certamente teriam efeitos econômica e politicamente estabilizadores na Europa Central e deveriam ser explicitamente encorajados. A cooperação polonesa-tcheca institucionalizada criaria uma unidade mais forte na área vulnerável entre a Alemanha e a Rússia, contribuindo assim para maior estabilidade

centro-européia. Similarmente, em algum ponto futuro, novas formas de cooperação econômica regional nos Bálcãs poderiam ser encorajadas, de modo que o declínio do comunismo não seja seguido pela vinda à tona de nacionalismos beligerantes.

O Conselho da Europa e a Comunidade Européia também poderiam prestar uma importante colaboração, oferecendo-se para ajudar na criação de um programa centro-europeu de salvação ecológica. A crise ecológica na área é grave. O triângulo industrial polonês-tcheco-alemão oriental é a região mais poluída do mundo. Amargas disputas estão irrompendo entre os Estados da região quanto à reponsabilidade e obrigações pela destruição que se espalha rapidamente. A hostilidade nacional e a devastação ecológica podem alimentar-se uma da outra. Assim, a genuína cooperação regional é urgentemente necessária e as instituições do Leste europeu poderiam tomar a dianteira em facilitá-la.

Em anos recentes, várias nações do Sudeste Asiático desenvolveram uma associação cooperativa — ASEAN — apesar de seus nacionalismos relativamente intensos, antigas rixas e grandes separações geográficas. Seguramente, então, não é utópico estimular os europeus do Leste e do centro, que podem interagir tão mais facilmente, a fazerem o mesmo. Dada sua vulnerabilidade histórica à intrusão por vizinhos mais fortes e dados os efeitos potencialmente destrutivos dos conflitos nacionais entre eles, as vantagens da cooperação regional mais ampla não devem ser inteiramente perdidas com eles.

Por fim, numa Europa Central mais cooperativa, a emergência de algum arranjo confederacional totalmente alemão poderia tornar-se possível, proporcionando assim uma solução ao desejo legítimo dos alemães pela autodeterminação nacional e alívio para os temores legítimos dos vizinhos da Alemanha em relação a uma Alemanha reunida e poderosa. A divisão da Alemanha pode ser mais bem resolvida dentro de tal contexto europeu mais amplo, portanto mais tranqüilizador.

A reassociação dos dois Estados alemães poderia envolver algumas provisões especiais de segurança, designadas a aliviar os temores dos vizinhos orientais e ocidentais da Alemanha. Por exemplo, a reunificação através da confederação poderia ser combinada com um arranjo especial, proporcionando a presença continuada em solo alemão de forças militares das duas alianças existentes por um período de tempo estabelecido — digamos, vinte anos. Em outras palavras, a autodeterminação política dos alemães — uma mudança significativa na situação existente — não seria equivalente a uma eliminação imediata na situação existente de segurança. Isso tornaria a satisfação das legítimas aspirações alemãs menos ameaçadora.

Tal arranjo também poderia tornar-se o fundamento para um sistema totalmente europeu de segurança, destinado a reduzir o risco de que os processos mais amplos de mudança na Europa Central pudessem levar a um súbito desequilíbrio na ordem européia. A melhor for-

ma provavelmente seria uma concordância conjunta OTAN-Pacto de Varsóvia com vistas à reunificação da Alemanha (sujeita às provisões especiais de segurança delineadas no parágrafo precedente) com as duas alianças tornando-se assim as fiadoras conjuntas das realidades geopolíticas correntes, incluindo as fronteiras existentes, mas com o Pacto de Varsóvia não mais servindo como um instrumento de imposição ideológica. Em outras palavras, por exemplo, uma Polônia ou Hungria não-comunista poderia continuar sendo membro do Pacto de Varsóvia, mas por motivos geopolíticos ao invés de ideológicos. Tal arranjo iria também ajudar a mitigar o perigo de qualquer renovação de antigos conflitos territoriais, especialmente na Europa Oriental.

Nada disso seria uma panacéia, resolvendo de uma vez por todas os dilemas nacionais da região. Mas é tempo de os líderes ocidentais começarem a delinear com mais detalhes a visão democrática da definitiva forma organizacional da Europa pós-comunista de modo que a recuperação do continente dos traumas deste século seja relativamente estável. Mesmo formulações muito gerais e bastante visionárias podem ter o efeito positivo de definir canais construtivos para as mudanças já em andamento, e dessa forma diminuir o perigo de que tais mudanças possam assumir formas destrutivas.

VI

Uma visão construtiva do futuro é similarmente necessária para a União Soviética. Aqui, também, o Ocidente pode ajudar, tanto articulando mais explicitamente sua perspectiva quanto aos dolorosos dilemas que confrontam quase todas as nações que habitam o que é correntemente ainda um império grão-russo, como por indicar a disposição ocidental de assistir tangivelmente um processo positivo de reformas básicas. Seguramente, alguma espécie de acomodação pacífica entre as diferentes nações soviéticas é preferível, seja à brutal repressão russa seja à crescente violência sanguinária. O Ocidente deveria, portanto, não se mostrar tímido ao afirmar publicamente que favorece a definitiva transformação da União Soviética — que na realidade é um império grão-russo — numa confederação ou comunidade de nações genuinamente voluntária.

Uma visão politicamente atraente deve inevitavelmente desafiar a realidade existente. Mas é necessária uma visão para impor a ordem à mudança dinâmica que de outro modo poderia tornar-se o caos. É, portanto, não-utópico, mas realmente realista tentar definir novas fórmulas para a Desunião Soviética crescentemente atormentada por crises. Além disso, dada a intensa admiração de todas as coisas americanas, agora tão em moda entre os soviéticos politicamente articulados, convém aos americanos proferir sugestões concretas de como aliviar os cres-

centes conflitos internacionais soviéticos através da adoção deliberada de arranjos confederacionais.

Mais especificamente, à medida que os soviéticos lutam com seus problemas, seriam bem aconselhados a examinar a possível relevância de algumas soluções multinacionais adotadas e praticadas no Ocidente. Por exemplo, o Canadá oferece tanto um excelente modelo interno quanto externo. Internamente, o *status* do Quebec poderia ter alguma relevância para aquelas nações soviéticas que escolherem não se separar; para algumas, externamente, os arranjos econômicos entre Cana dá e Estados Unidos poderiam proporcionar linhas de orientação para uma possível acomodação pós-secessão. Algumas das instituições emergentes dentro da Europa Ocidental também contêm lições úteis em genuína cooperação combinada com soberania nacional. Notavelmente ausente em todos arranjos dessa espécie é a existência de um partido governante monopolístico, disciplinado e doutrinário, controlado por um único grupo nacional. Portanto a questão da dispersão final em base nacional do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) existente terá, quase inevitavelmente, de vir à tona no curso de quaisquer discussões soviéticas verdadeiramente sérias do tema nacional.

Em qualquer caso, uma genuína confederação ou comunidade de nações seria a melhor opção para todos os envolvidos: os russos, a maioria dos não-russos e certamente o mundo exterior. É, efetivamente, a única opção que pode combinar algum grau de unidade continuada com democracia. Para os russos iria significar que a democracia e a prosperidade não seriam mais objetivos impossíveis, uma vez que eles não teriam mais de sofrer as conseqüências de terem oprimido os outros. Para os não-russos, iria proporcionar genuíno poder político e econômico dentro de suas pátrias, mas sem a violência e os conflitos que seriam os concomitantes inerentes de qualquer esforço de desemaranhar o mosaico étnico e territorial existente. Para o mundo exterior, uma comunidade de nações eurasianas genuinamente pluralística, ao invés da Desunião Soviética dominada pelos russos, seria inerentemente um Estado muito menos centralizado, menos militarista e portanto menos imperialmente expansivo.

Uma confederação real, além do mais, teria o saudável efeito de cortar a conexão mística entre Rússia como nação-Estado e Rússia como entidade imperial. Acabaria com o mito do nacionalismo grão-russo transformando os russos de patrões em associados. Uma divisão de trabalho entre Moscou e Petrogrado, com uma servindo de capital confederacional e a outra de capital nacional, poderia também ajudar simbolicamente a focalizar as lealdades russas num Estado nacional próprio, cóm sua capital nacional separada, antes que em alguma missão supranacional divina ou ideológica.

A transformação da União Soviética *de facto* centralizada numa confederação iria também exigir mudanças básicas no papel e na or-

ganização do PCUS dominante. Sua estrutura e disciplina leninista são fundamentalmente incompatíveis com o funcionamento de uma confederação descentralizada. No mínimo, a formação de partidos comunistas separados dentro das repúblicas nacionais, assim como de organizações políticas não-comunistas, teria de ser permitida. Vale notar que os lituanos já estão encabeçando uma tendência nessa direção.

Uma verdadeira confederação ou comunidade de nações poderia também abraçar uma variedade maior de sistemas sócio-econômicos do que é factível sob o sistema soviético centralizado existente. Algumas repúblicas não-russas seriam passíveis de abandonarem bastante rapidamente os últimos vestígios da economia planejada comunista e adotarem algumas formas de pluralismo político. Outras, notadamente a própria Rússia, por uma variedade de razões históricas e culturais, poderiam preferir reter alguma forma de "socialismo" estatista. Todas poderiam provavelmente reter o termo "*soviet*" para a confederação ou comunidade de nações, uma vez que a palavra "*soviet*" não implica qualquer conteúdo ideológico específico, sendo meramente a palavra russa para conselho. ("União Soviética" significa literalmente "União de Conselhos".)

Iria tal desfecho satisfazer os nacionalismos despertados dos povos não-russos? Provavelmente não a todos, embora para alguns fosse uma opção preferível às dores do descompromisso e às conseqüências de se tornarem subitamente vulneráveis a vizinhos hostis. Uma comunidade de nações ou uma confederação genuinamente descentralizada poderiam certamente assegurar às nações participantes a autodeterminação não apenas cultural mas de fato econômica e política, sujeita a alguns poderes reservados comuns para o governo central conjuntamente partilhado. Uma genuína confederação poderia oferecer até mesmo benefícios econômicos e também algumas vantagens de segurança, que a independência completa poderia não proporcionar. Daí a mesma poder ser uma opção atraente para algumas das nações presentemente dominadas pelo Kremlin e os grão-russos.

Mas algumas das nações não-russas poderão ainda escolher ficar de fora. Elas são, entretanto, mais passíveis de insistir na secessão e independência completas se a alternativa for a União Soviética existente ou uma apenas ligeiramente modificada. A secessão por mesmo uma única nação corre também muito mais risco de ser contagiosa numa União Soviética dominada pelos russos do que numa confederação genuína. Uma confederação eurasiana descentralizada, não mais dominada pelos grão-russos, poderia ser um arranjo menos inaceitável.

Não obstante, é quase uma certeza que algumas nações não-russas, notadamente as bálticas, irão continuar a buscar a independência completa — o *status* que desfrutavam até sua incorporação à União Soviética através do conluio soviético-nazista. Tais aspirações são certamente legítimas e merecedoras da simpatia pública ocidental. A opinião pú-

blica do Ocidente não seria verdadeira para com seus próprios princípios — para seu compromisso com a autodeterminação e com o respeito pelos direitos humanos — se não simpatizasse ou mesmo fosse meramente indiferente aos anseios dos povos bálticos ou outros pela independência nacional. E essa aspiração não deve ser particularmente negada a povos que são nações genuínas, que têm sua própria história, idioma e identidade política definida.

Moscou deveria, portanto, providenciar a opção de um plebiscito formal para determinar se um povo nacional deseja separar-se, especialmente porque a constituição soviética atual reconhece o direito de secessão às repúblicas. Entretanto, mesmo a secessão formal não precisa significar ruptura completa. A secessão por nações que poderiam optar pela independência genuína poderia ser tornada condicional ao *status* associado com uma Confederação Soviética baseado em tratado — especialmente em cooperação econômica e talvez até em alguns arranjos de segurança.

A resposta política efetiva do Ocidente aos esforços de secessão da União Soviética deveriam, portanto, derivar de um estabelecimento cuidadoso e prudente do que está realmente transpirando no interior da União Soviética sobre o admitidamente difícil tema nacional. Afinal, a União Soviética poderia em pouco tempo estar se reentrincheirando ao invés de reformando, restabelecendo o governo imperial centralizado, no qual o domínio grão-russo é mascarado pela fraseologia comunista. O Ocidente não poderia permanecer em silêncio quando unidades policiais e militares prendessem líderes bálticos ou de outras nacionalidades, suprimissem com força letal pacíficas manifestações nacionais (como já aconteceu na Geórgia) e com efeito reconsolidassem um império pela força bruta.

Se tal tendência se tornasse claramente dominante — e atualmente parece que a doutrina Brejnev está viva e bem, principalmente para a União Soviética *em si mesma* — o compromisso do Ocidente com os direitos humanos irá ditar uma resposta política que, efetivamente, será equivalente a apoio externo às aspirações não-russas. Mesmo se os governos ocidentais escolherem ser mais circunspectos, grande parte da opinião pública do mundo democrático ficaria enraivecida. As incontáveis organizações privadas que a refletem ficarão mais pesadamente comprometidas em apoiar as vítimas da mão pesada do Kremlin. As conseqüências internacionais para a União Soviética seriam altamente negativas. Moscou seria colocada no ostracismo e agudamente criticada — como deveria ser o caso se o Ocidente de fato defender seus ideais professados.

Entretanto, a resposta política do Ocidente ao secessionismo deverá ser mais temperada se a União Soviética se engajar num esforço de *bona fide* para corrigir fundamentalmente as iniqüidades nacionais existentes. Se reformas manifestamente sérias estão transformando

o governo imperial russo existente numa estrutura genuinamente multinacional e se as nações não-russas estão obtendo controle efetivo sobre seus próprios Estados e assim produzindo uma verdadeira confederação ou comunidade de nações, o Ocidente deverá fazer mais do que meramente aplaudir. Deverá então ajudar tangivelmente esse experimento. A União Soviética existente não é apenas um Estado imperial russo, mas também em grande medida uma sociedade subdesenvolvida. A América, a Europa Ocidental e o Japão têm os meios de ajudar os povos que habitam a União Soviética a desfazerem sua pobreza primitiva — uma pobreza mantida pelo centralismo estatista inerente ao imperialismo russo e ao dogma comunista. Uma confederação descentralizada seria muito mais passível de gerar genuína inovação social e iria certamente constituir uma ameaça menor para o mundo exterior. Seria aconselhável que esse mundo exterior por sua vez assistisse tangivelmente a qualquer de tais institucionalizações de pluralismo através de créditos, empreendimentos conjuntos e maior comércio. A emergência de uma Confederação Soviética pluralista significaria final da guerra fria, da tendência imperial russa e dos enormes gastos militares relacionados. Todos se beneficiariam dessa maneira.

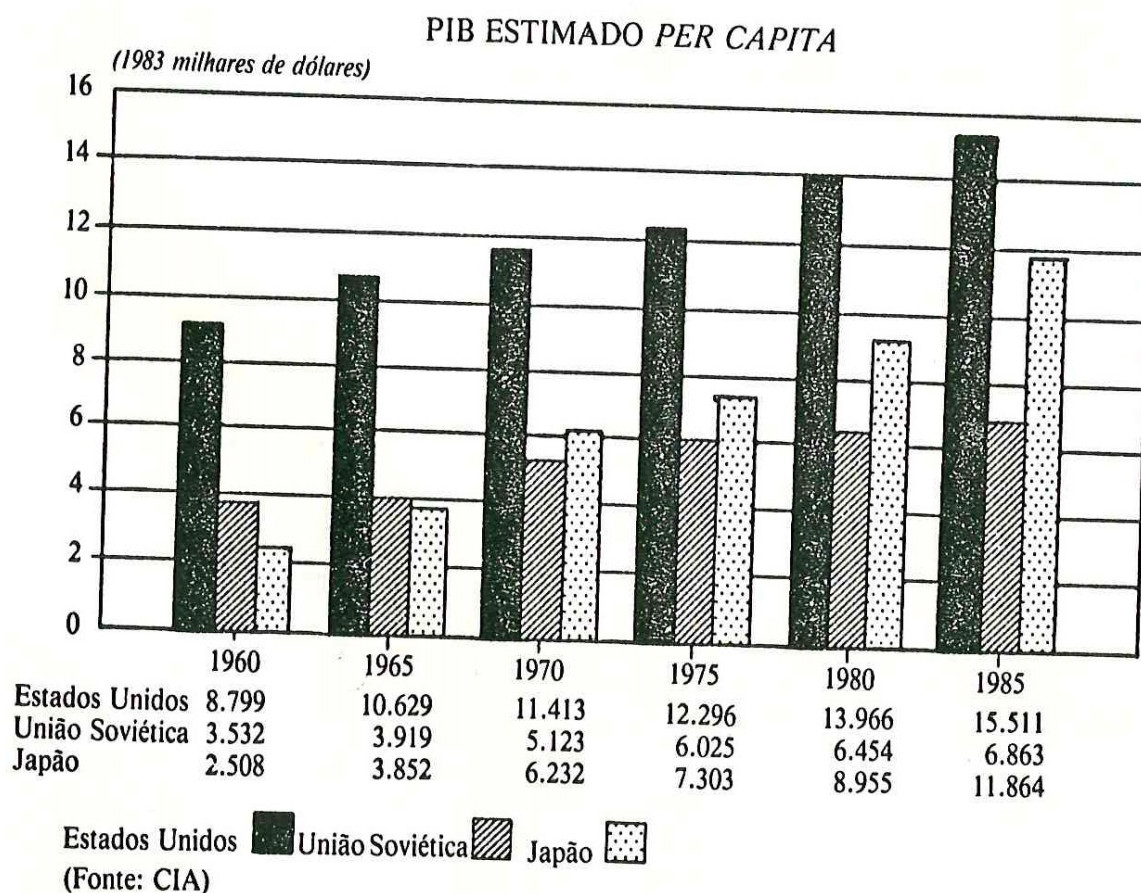
Admitidamente, muito disso pode estar ainda no futuro distante. Mas dada a velocidade acelerada da história, o Ocidente deveria enfocar-se no assunto e também dar alguns passos iniciais modestos. Uma ação concreta por parte dos Estados Unidos seria dobrar o orçamento anual de quinze milhões de dólares da Dotação Nacional para a Democracia, com o propósito explícito de assistir os movimentos democráticos nacionais na União Soviética. Aqueles bálticos, ucranianos, georgianos, tajiques, russos e outros que lutam para criar novas relações de respeito mútuo e igualdade entre suas nações merecem encorajamento e apoio. Similarmente, faz sentido encorajar empreendimentos econômicos ocidentais, intercâmbios acadêmicos e contatos diplomáticos vastamente aumentados, particularmente com aquelas nações não-russas que demonstraram clara disposição de atirar fora estruturas imperiais ultrapassadas.

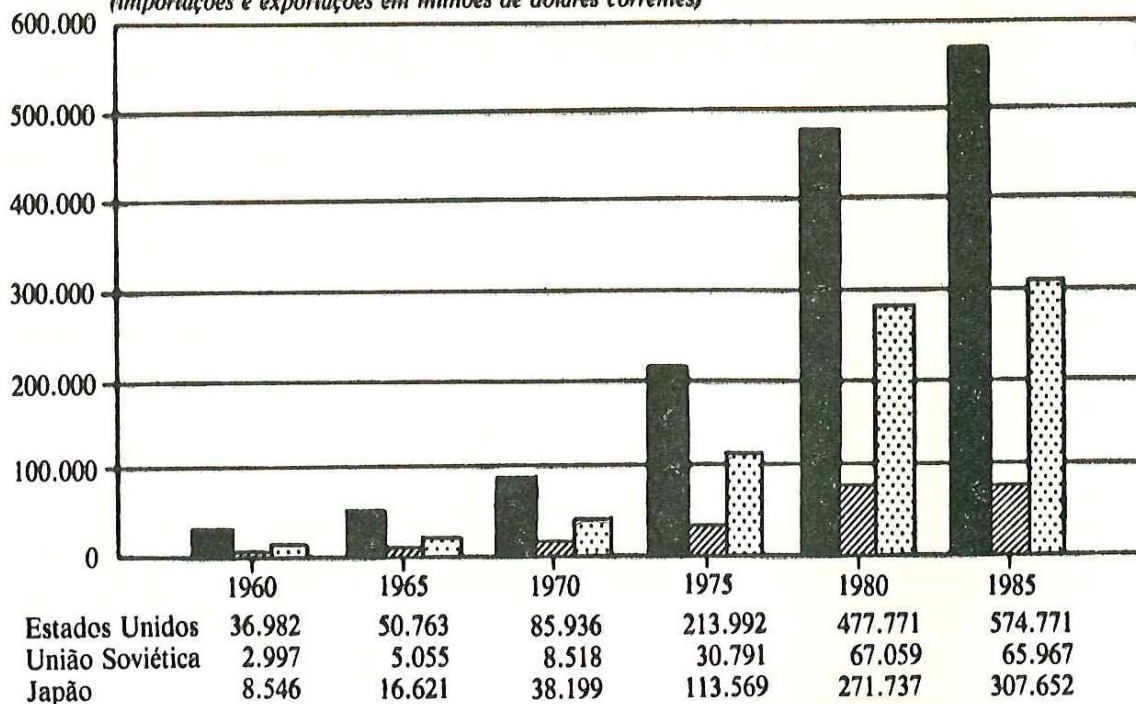
VII

O espectro que assombra os russos no Kremlin é o do nacionalismo — tanto no interior da União Soviética como na Europa Oriental. A única resposta construtiva a essa condição é que o povo russo tenha a oportunidade de livrar-se de seus complexos messiânicos — seja o de uma Terceira Roma ou de alguma missão leninista "internacionalista" — e se acomodar à necessidade de coabitação como igual com outras nações. Após trezentos anos de expansão quase contínua, mas agora mostrando cada vez mais sintomas de fadiga imperial, o povo

russo seria o principal beneficiário de tal mudança em seu *ethos* nacional.

O Ocidente pode ajudar especialmente os russos nessa conjuntura histórica crucial não apenas articulando visões positivas de uma Alemanha confederada mas não ameaçadora, de uma Europa Oriental regionalmente mais cooperativa empenhada em instituições totalmente européias e de uma Rússia pós-imperial dentro de uma Confederação Soviética, mas também indicando sua disposição de assistir muito tangivelmente a translação de tais visões para uma realidade mutuamente benéfica. Através dos anos o Ocidente tem propagado o pluralismo, a democracia e o sistema de mercado como a combinação social superior — enquanto os propagandistas soviéticos ridicularizavam essas noções. Entretanto, hoje essas idéias dominam mesmo as discussões soviéticas da *perestroika*. Similarmente, o Ocidente deveria agora assumir a frente, advogando arranjos confederacionais abertos e voluntários como a única solução para os desafios potencialmente letais do nacionalismo na emergente era pós-comunista.

Apêndice: Tabelas

PIB ESTIMADO *PER CAPITA*

	1960	1965	1970	1975	1980	1985
Estados Unidos	8.799	10.629	11.413	12.296	13.966	15.511
União Soviética	3.532	3.919	5.123	6.025	6.454	6.863
Japão	2.508	3.852	6.232	7.303	8.955	11.864

Estados Unidos ▩ União Soviética ▨ Japão ⛶

(Fonte: CIA)

COMÉRCIO TOTAL* NOS MERCADOS MUNDIAIS COMPETITIVOS

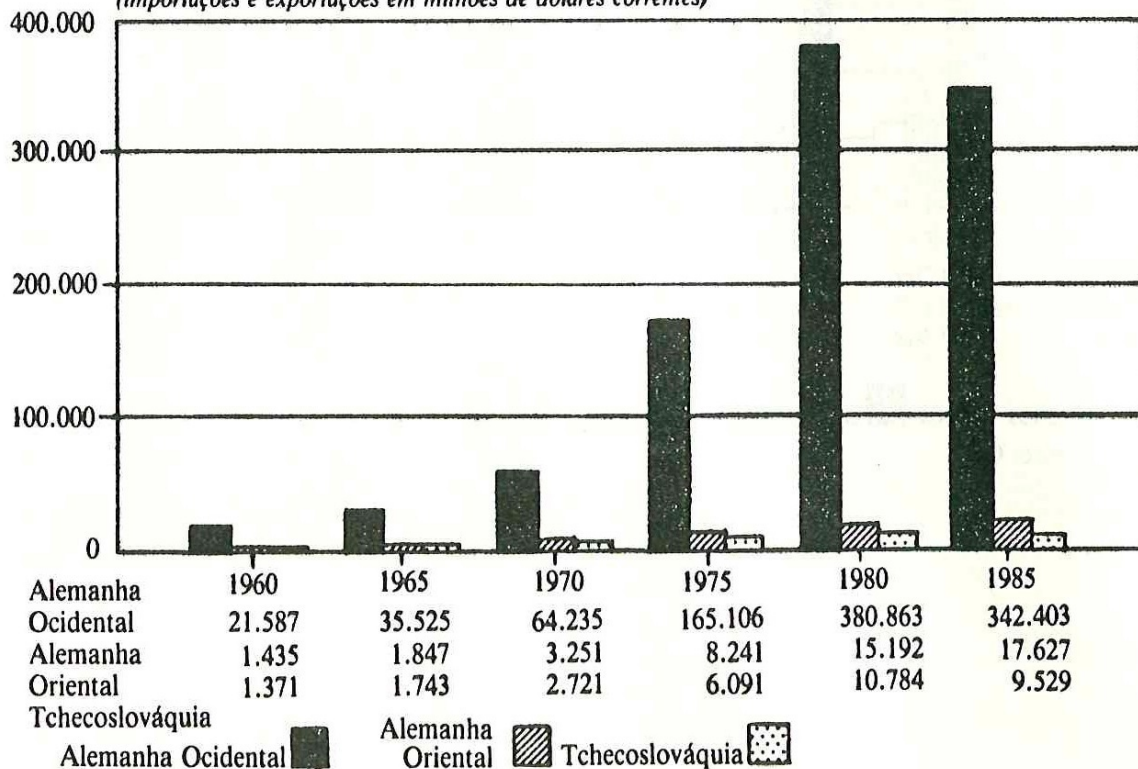
(importações e exportações em milhões de dólares correntes)

	1960	1965	1970	1975	1980	1985
Estados Unidos	36.982	50.763	85.936	213.992	477.771	574.771
União Soviética	2.997	5.055	8.518	30.791	67.059	65.967
Japão	8.546	16.621	38.199	113.569	271.737	307.652

(Fonte: CIA)

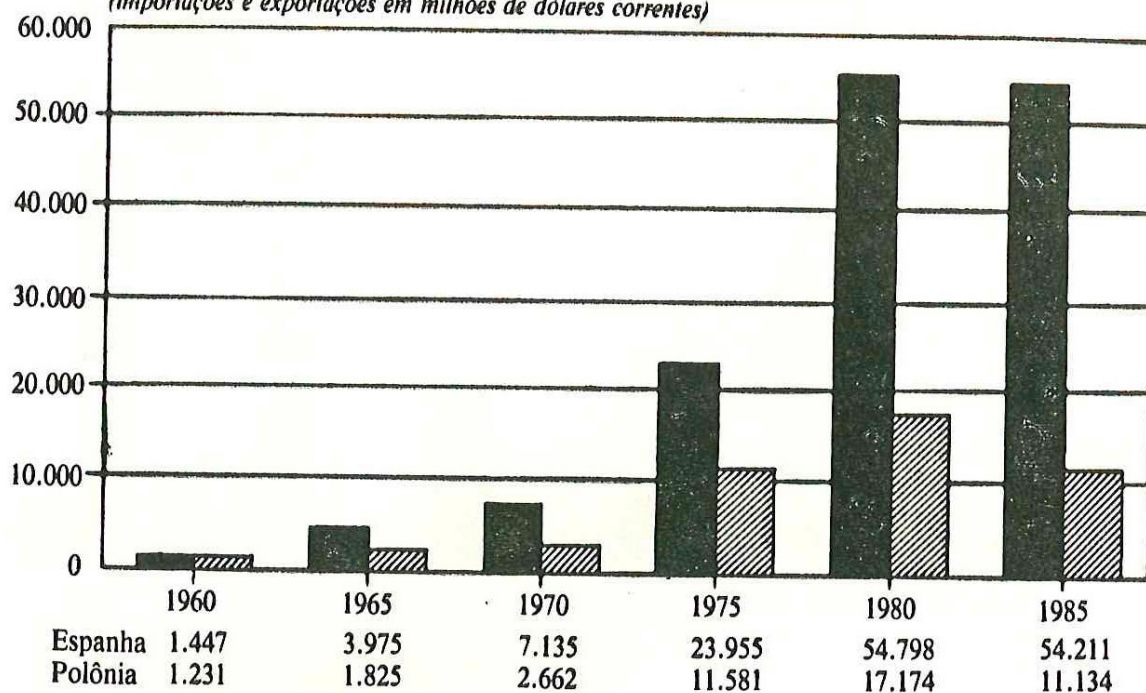
COMÉRCIO TOTAL NOS MERCADOS MUNDIAIS COMPETITIVOS

(importações e exportações em milhões de dólares correntes)

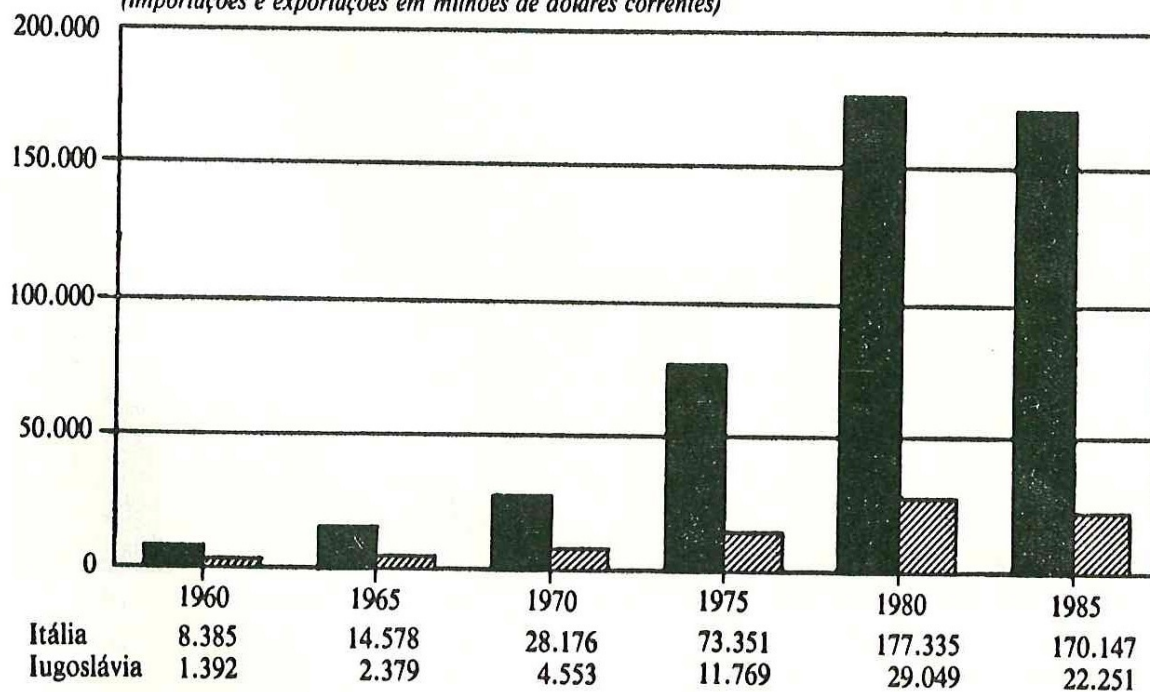
	1960	1965	1970	1975	1980	1985
Alemanha Ocidental	21.587	35.525	64.235	165.106	380.863	342.403
Alemanha Oriental	1.435	1.847	3.251	8.241	15.192	17.627
Tchecoslováquia	1.371	1.743	2.721	6.091	10.784	9.529

(Fontes: CIA; *Estatísticas Mundiais em Resumo*, ONU)

*Os números do comércio incluem apenas aquelas transações que têm lugar em mercados livres e excluem aquelas acontecendo dentro de organizações transacionais controladas pelo Estado, tais como o COMECON.

COMÉRCIO TOTAL NOS MERCADOS MUNDIAIS COMPETITIVOS
(importações e exportações em milhões de dólares correntes)

	1960	1965	1970	1975	1980	1985
Espanha	1.447	3.975	7.135	23.955	54.798	54.211
Polônia	1.231	1.825	2.662	11.581	17.174	11.134

Espanha ▪ Polônia ▨
(Fontes: CIA; *Estatísticas Mundias em Resumo*, ONU)

COMÉRCIO TOTAL NOS MERCADOS MUNDIAIS COMPETITIVOS
(importações e exportações em milhões de dólares correntes)

	1960	1965	1970	1975	1980	1985
Itália	8.385	14.578	28.176	73.351	177.335	170.147
Iugoslávia	1.392	2.379	4.553	11.769	29.049	22.251

Itália ▪ Iugoslávia ▨
(Fontes: CIA; *Estatísticas Mundiais em Resumo*, ONU)

Áustria ■ Hungria ▨

(Fontes: CIA; *Estatísticas Mundiais em Resumo*, ONU)

Índia ■ China ▨

(Fontes: CIA; *Estatísticas Mundiais em Resumo*, ONU)

VEÍCULOS MOTORIZADOS *PER CAPITA*

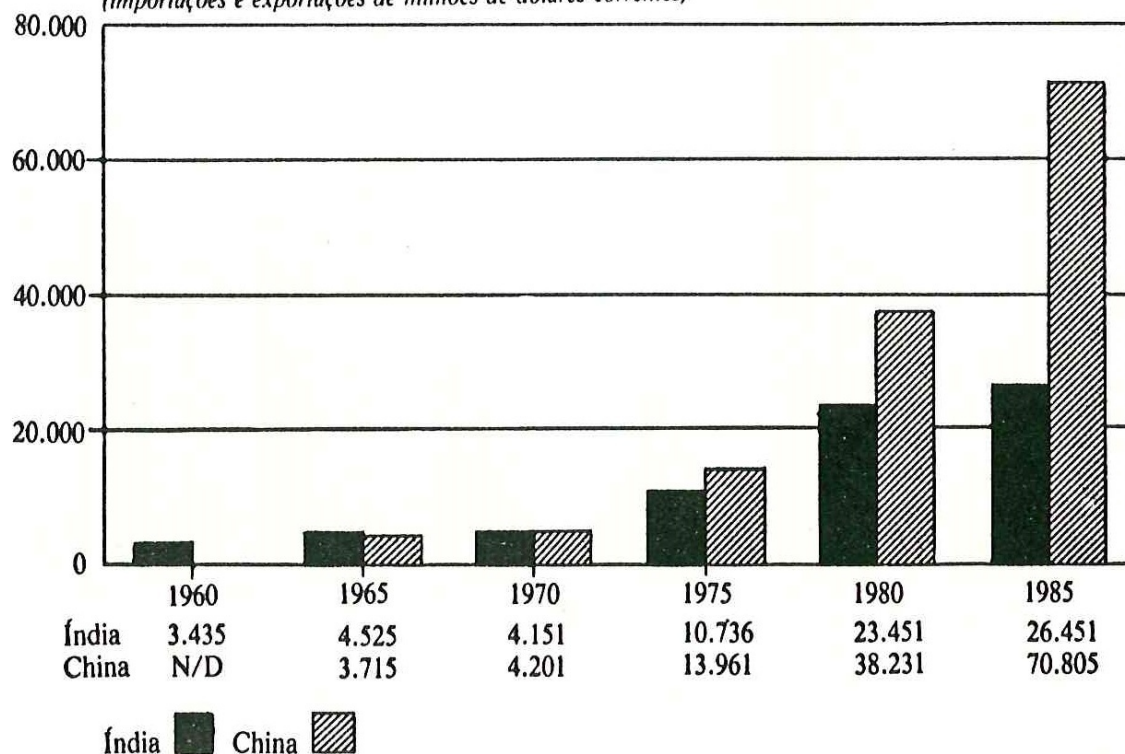
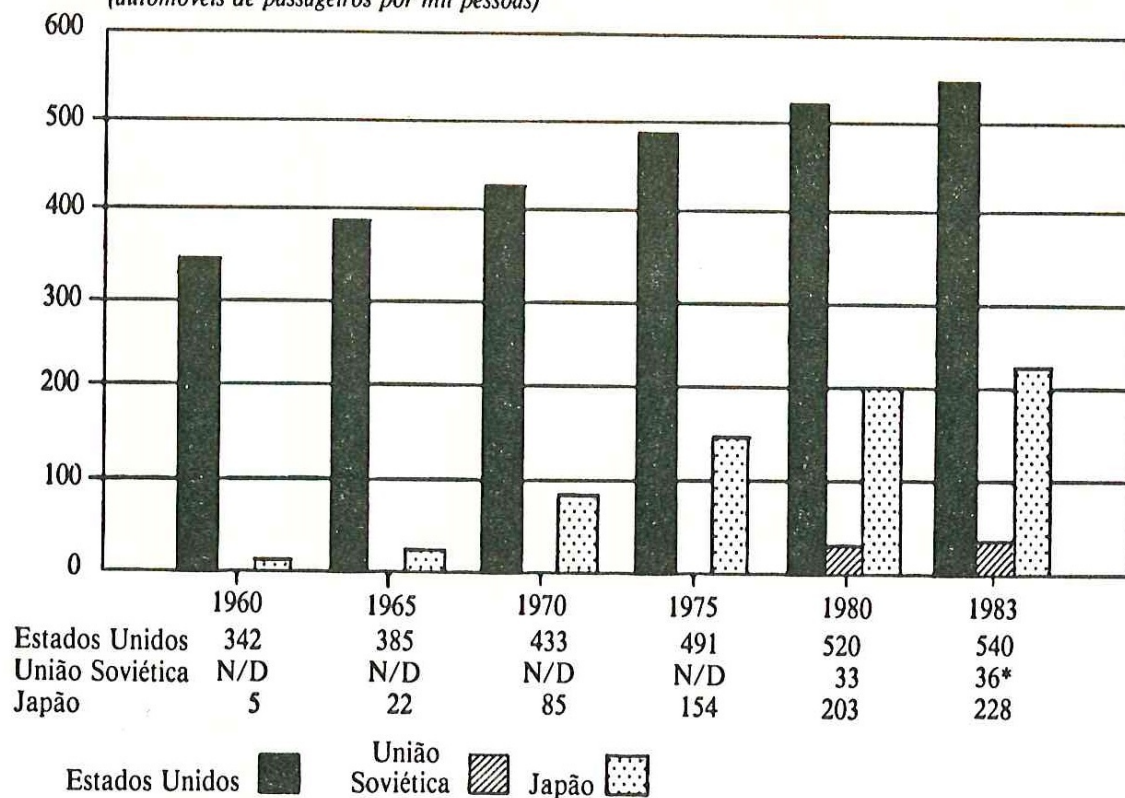
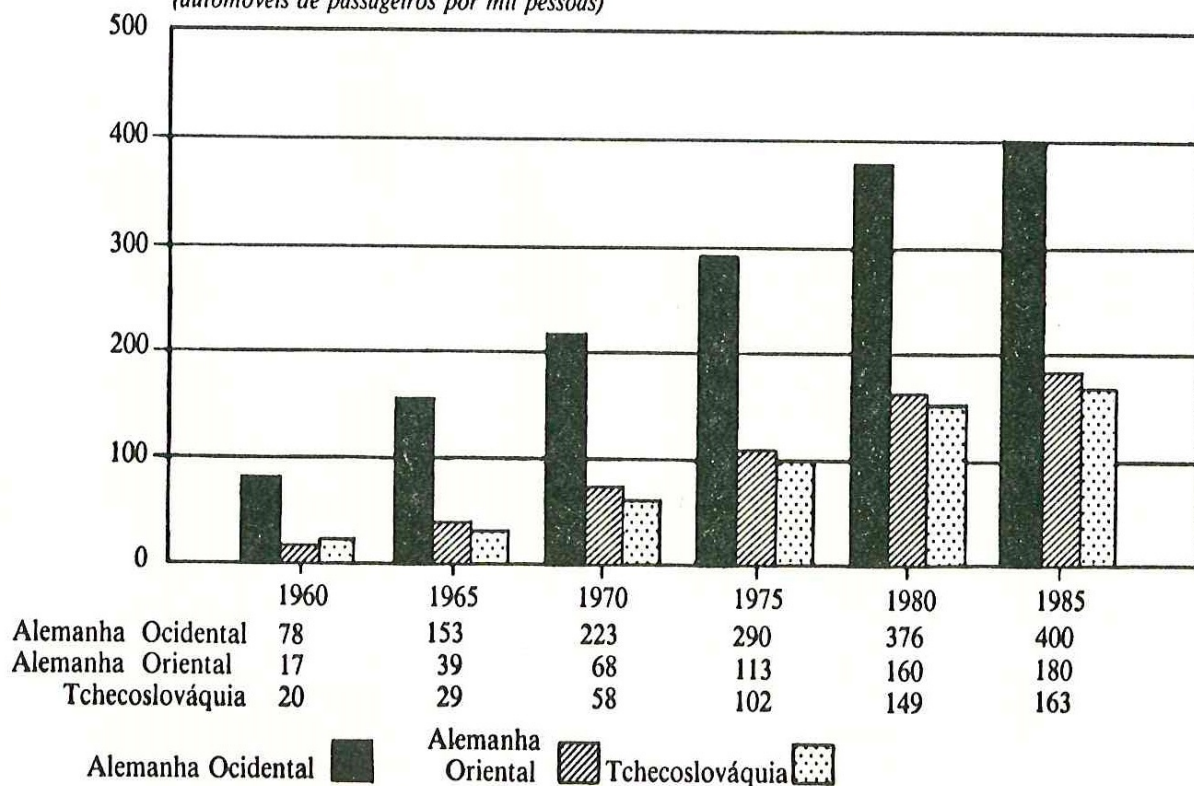
(automóveis de passageiros por mil pessoas)

	1960	1965	1970	1975	1980	1983
Estados Unidos	342	385	433	491	520	540
União Soviética	N/D	N/D	N/D	N/D	33	36*
Japão	5	22	85	154	203	228

(Fontes: *Anuário Estatístico*, ONU; *Estatísticas Mundiais em Resumo*, ONU)

VEÍCULOS MOTORIZADOS *PER CAPITA*

(automóveis de passageiros por mil pessoas)

	1960	1965	1970	1975	1980	1985
Alemanha Ocidental	78	153	223	290	376	400
Alemanha Oriental	17	39	68	113	160	180
Tchecoslováquia	20	29	58	102	149	163

(Fonte: *Anuário Estatístico*, ONU; *Estatísticas Mundiais em Resumo*, ONU)

*Ano mais próximo disponível.

VEÍCULOS MOTORIZADOS *PER CAPITA*

(automóveis de passageiros por mil pessoas)

	1960	1965	1970	1975	1980	1983
Espanha	9	24	70	135	202	228
Polônia	4	8	15	32	67	87

(Fonte: *Anuário Estatístico*, ONU; *Estatísticas Mundiais em Resumo*, ONU)

VEÍCULOS MOTORIZADOS *PER CAPITA*

(automóveis de passageiros por mil pessoas)

	1960	1965	1970	1975	1980	1983
Itália	40	105	190	271	312	359
Iugoslávia	3	10	23	55	95	118

(Fontes: *Anuário Estatístico*, ONU; *Estatísticas Mundiais em Resumo*, ONU)

(Fontes: *Anuário Estatístico*, ONU; *Estatísticas Mundiais em Resumo*, ONU)

(Fonte: *Anuário Estatístico*, ONU)

	1960	1965	1970	1975	1980	1984
Alemanha Ocidental	10,8	14,9	22,5	31,7	46,4	59,9
Alemanha Oriental	7,6	9,8	12,3	15,2	18,9	21,1
Tchecoslováquia	7,4	10,5	13,8	17,6	20,6	22,6

(Fonte: *Anuário Estatístico*, ONU)

	1960	1965	1970	1975	1980	1984
Espanha	5,8	8,6	13,5	22,0	31,7	36,0
Polônia	2,9	4,1	5,7	7,5	9,5	10,9

(Fonte: *Anuário Estatístico*, ONU)

TELEFONES *PER CAPITA*

	1960	1965	1970	1975	1980	1984
Itália	7,7	11,5	17,1	25,9	33,7	42,6
Iugoslávia	1,4	2,1	3,6	6,1	9,5	13,2

Itália ▪ Iugoslávia ▨
(Fonte: *Anuário Estatístico*, ONU)

TELEFONES *PER CAPITA*

	1960	1965	1970	1975	1980	1984
Áustria	10,0	13,9	19,3	28,1	40,1	47,6
Hungria	4,7	5,6	8,0	9,9	11,8	13,4

Áustria ▪ Hungria ▨
(Fonte: *Anuário Estatístico*, ONU)

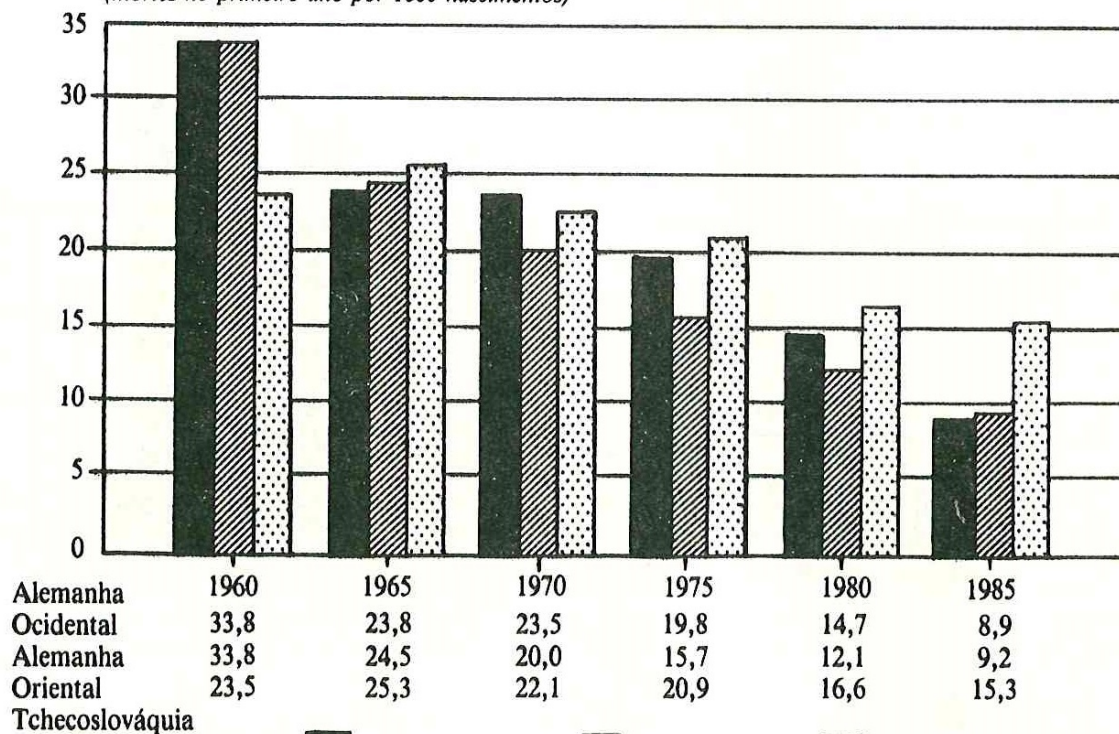
MORTALIDADE INFANTIL

	1960	1965	1970	1975	1980	1985
Estados Unidos	26,0	24,7	19,8	16,7	12,5	10,4
União Soviética	35,0	28,0	24,4	27,7	27,7	25,1
Japão	30,7	18,5	13,[illegible]	10,1	7,4	5,7

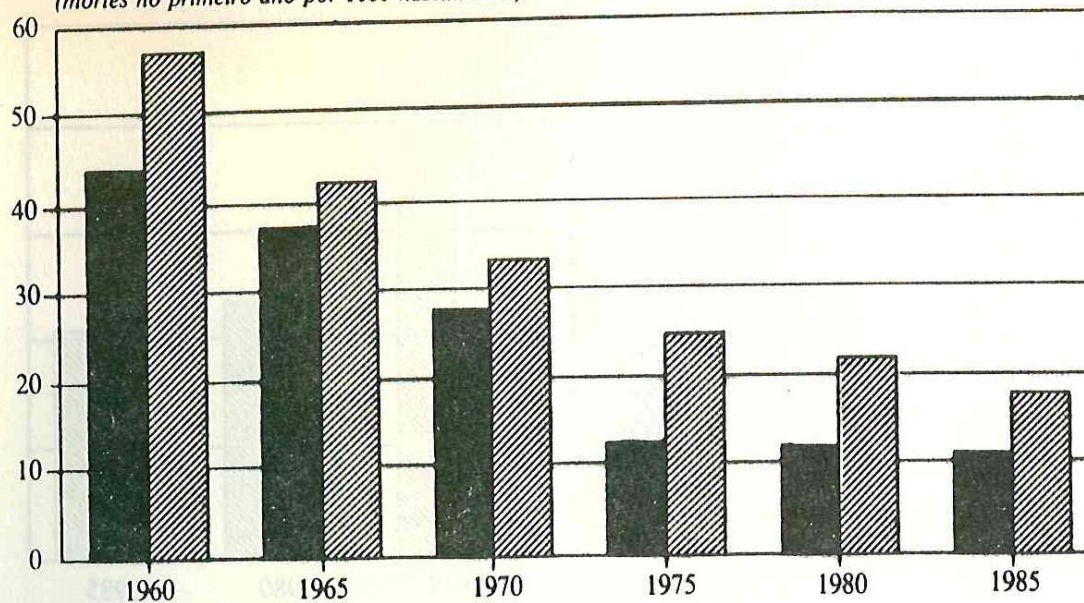
Estados Unidos ■ União Soviética ▨ Japão ⬚

(Fontes: *Anuário Demográfico*, ONU; *Anuário Estatístico*, ONU

MORTALIDADE INFANTIL

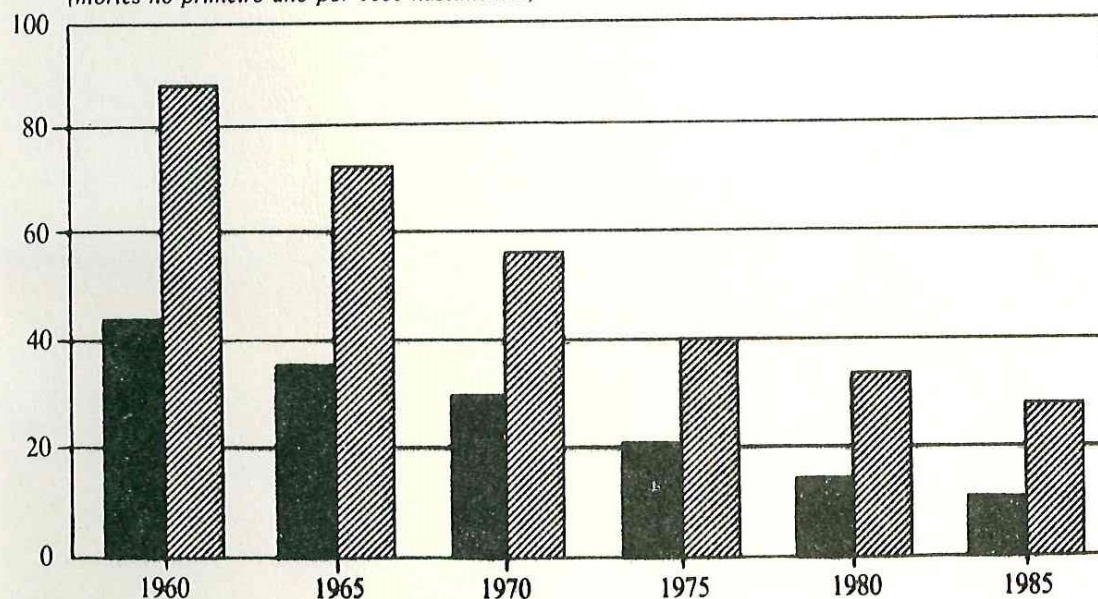
	1960	1965	1970	1975	1980	1985
Alemanha Ocidental	33,8	23,8	23,5	19,8	14,7	8,9
Alemanha Oriental	33,8	24,5	20,0	15,7	12,1	9,2
Tchecoslováquia	23,5	25,3	22,1	20,9	16,6	15,3

Alemanha Ocidental ■ Alemanha Oriental ▨ Tchecoslováquia ⬚

(Fontes: *Anuário Demográfico*, ONU; *Anuário Estatístico*, ONU)

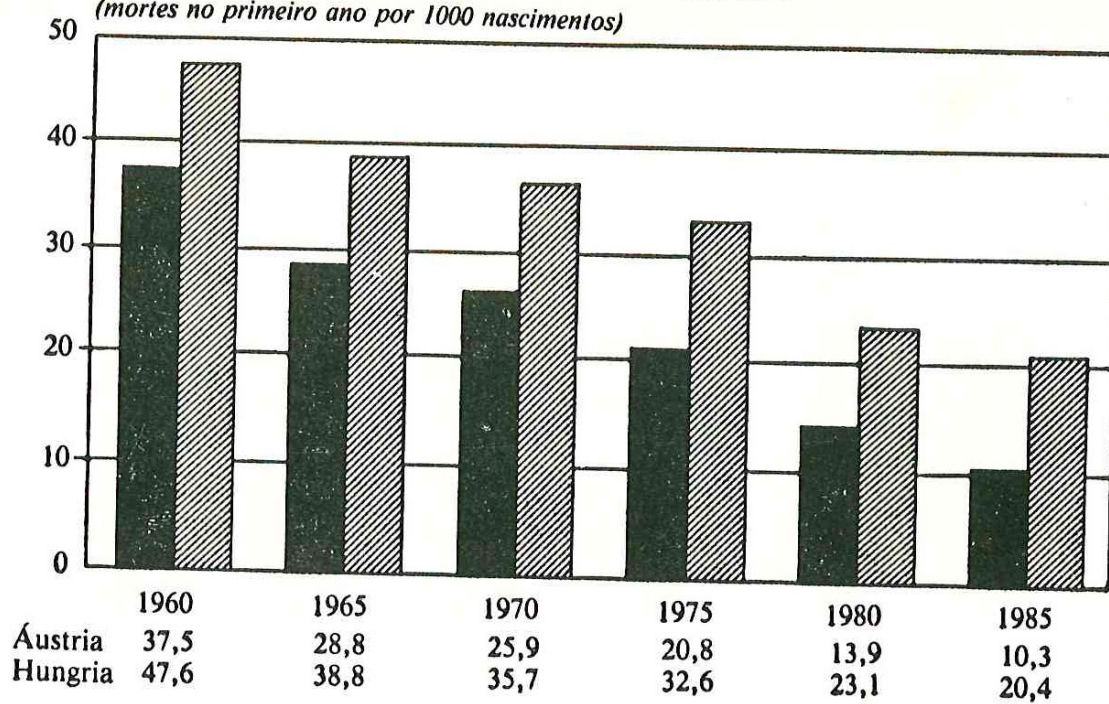
MORTALIDADE INFANTIL

	1960	1965	1970	1975	1980	1985
Espanha	43,7	37,2	27,8	12,0	11,1	10,5
Polônia	56,8	41,7	33,1	24,8	21,2	17,5

Espanha ▪ Polônia ▨

(Fontes: *Anuário Demográfico*, ONU; *Anuário Estatístico*, ONU)

MORTALIDADE INFANTIL

	1960	1965	1970	1975	1980	1985
Itália	43,9	35,6	29,2	20,7	14,3	10,9
Iugoslávia	87,7	71,5	56,3	40,5	32,8	27,3

Itália ▪ Iugoslávia ▨

(Fontes: *Anuário Demográfico*, ONU; *Anuário Estatístico*, ONU

Áustria ▪ Hungria ▨
(Fontes: *Anuário Demográfico*, ONU; *Anuário Estatístico*, ONU)

ROCK AGAINST

COMMUNISM

O encontro catastrófico da humanidade com o comunismo, durante o século XX, proporcionou, assim, uma visão dolorosa mas criticamente importante: o planejamento social utópico está fundamentalmente em conflito com a complexidade da condição humana e a criatividade social floresce melhor quando o poder político é restringido. Essa lição básica é que torna mais provável que a democracia — e não o comunismo — irá dominar o século XXI.

(Trecho extraído desta obra)

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA
Publicação 586
Coleção General Benício
Volume 269
ISBN 85.7011.151-7